



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

FERNANDO CAMPELO PÃOZINHO

GESTÃO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS NOS LENÇÓIS MARANHENSES:
percursos entre o mercado e a conservação ambiental para o desenvolvimento do turismo de
base comunitária

BELÉM-PA
2025

FERNANDO CAMPELO PÃOZINHO

GESTÃO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS NOS LENÇÓIS MARANHENSES:
percursos entre o mercado e a conservação ambiental para o desenvolvimento do turismo de
base comunitária

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de Pesquisa: Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Orientador: Prof. Dr. Silvio de Lima Figueiredo

Coorientadora: Prof.^a Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo

BELÉM-PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C193g Campelo Pãozinho, Fernando.
Gestão de Práticas Turísticas nos Lençóis Maranhenses: :
percursos entre o mercado e a conservação ambiental para o
desenvolvimento do turismo de base comunitária / Fernando
Campelo Pãozinho. — 2025.
350 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Coorientação: Prof^a. Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2025.

1. Práticas Turísticas. 2. Turismo de Base Comunitária. 3.
Lençóis Maranhenses. 4. Campo Social. I. Título.

CDD 306.4819

FERNANDO CAMPELO PÃOZINHO

GESTÃO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS NOS LENÇÓIS MARANHENSES:
percursos entre o mercado e a conservação ambiental para o desenvolvimento do turismo de
base comunitária

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Linha de Pesquisa: Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Orientador: Prof. Dr. Silvio de Lima Figueiredo

Coorientadora: Prof.^a Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo

Aprovada em: __/__/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Orientador – Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

Prof.^a Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo
Coorientadora – Universidade Federal do Maranhão (DETUH/UFMA)

Prof.^a Dra. Mirleide Chaar Bahia
Membro interno – Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Membro interno – Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Membro externo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN)

Prof. Dr. Filipe Vieira de Oliveira
Membro externo – Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGCULT/UFNT)

Dedico esta pesquisa à minha mãe, sempre presente, e aos meus tios, Campelo e Zé Wilson (*in memoriam*), por acreditarem lá atrás em um menino cheio de sonhos e objetivos.

AGRADECIMENTOS

Devo começar com dois trechos de músicas que representam muito a sensação que me toma neste momento de final de escrita de tese...

“Mas, o caminho só existe quando você passa...” (Acima do Sol, Skank)

“Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui, percorri milhas e milhas antes de dormir, eu nem cochilei... os mais belos montes escalei [...] (A Estrada, Cidade Negra)

Nesta viagem, que foi o doutorado, não escalei sozinho tais montes, que não eram só belos, mas também difíceis. Entretanto, com muita fé, consigo agradecer a Deus pela força e energia espiritual por não desistir dos meus objetivos de vida e sonhos.

À minha mãe, Ana Campelo, meu núcleo de amor, felicidade, paz, sossego e carinho, pela jornada que juntos seguimos até aqui, pelos aprendizados constantes e pelo olhar de apoio em todos os momentos bons e ruins da minha vida.

À minha família, irmão Felipe, sobrinha Larissa, tia Antônia, prima mais próxima, Gleyce, que, mesmo na correria da vida, não nos esquecemos do vínculo e calor que nos une a nossos antepassados.

Ao meu orientador, Professor Silvio Figueiredo, por saber conduzir com maestria a orientação, pelo processo de pesquisa e, sobretudo, pela humanidade em compreender cada aluno(a) dentro de suas habilidades, limitações, comportamentos e atitudes. Minha imensa gratidão pelo crédito e confiança em todos esses quatro anos.

À minha coorientadora, Professora Mônica Araújo, pela amizade e por conceder terreno fértil com experiências intensas no campo de pesquisa. Obrigado por proporcionar caminhos.

À Stephanni Sudré, um presente maravilhoso que o doutorado me proporcionou! Por coincidência ou não do destino, somos amigos, parceiros de caminhada e “colocamos pra fazer”! Juntos pelo Turismo e por nós! Meu muito obrigado. A Anderson, um amigo que me auxiliou muito na chegada ao NAEA, pelas conversas e vivências, meu muito obrigado.

Aos meus amigos Leopoldo Dickel, Lucas Muniz, Márcia Sabóia, Karlla Santos, Rael Gomes e Juliana Ramos. Vocês foram eleitos para representarem os mais tantos queridos e queridas que tenho vínculos sinceros de amizade. Gratidão pelas experiências de vida ao lado de vocês.

Aos comunitários de Satuba, Betânia e Buritizal, por permitirem tamanho aprendizado nas jornadas de campo, aprendi muito com cada um de vocês. A Daniel, secretário adjunto de Turismo de Santo Amaro do Maranhão, pelo apoio fundamental.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e à Universidade Federal do Pará (UFPA), agradeço pela oportunidade de compor um grupo qualificado e seletivo de pesquisadores de referência nacional e internacional.

À CAPES e ao Governo Federal, pela concessão da bolsa de doutorado, recurso essencial para fazer ciência no Brasil. Às bancas de qualificação e final, pelas valiosas contribuições.

“A prática é onde a natureza e a sociedade e o espaço entre elas são continuamente feitos, desfeitos e refeitos”.

(Pickering, 1993, p. 21)

RESUMO

Nem todas as práticas turísticas comunitárias podem ser definidas, à primeira vista, como iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Nos Lençóis Maranhenses, cada comunidade enfrenta desafios específicos na conciliação do turismo conforme as necessidades e as demandas de agentes externos. Assim, o protagonismo dos moradores é tensionado pelo jogo de interesses que não são apenas do turista. Mediante tal contexto, esta pesquisa visa analisar a gestão das práticas turísticas comunitárias e suas interfaces com a conservação ambiental e o mercado nos Lençóis Maranhenses para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. A metodologia empregada estruturou-se em uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico-documental, com posterior investigação de campo para a aplicação de entrevistas e formulários. Foram empregados também métodos de observação direta, viagem ou visita focal e análise de conteúdo e campo social. As etapas de investigação buscaram identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas comunitárias com base na percepção de seus agentes; compreender as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias e os princípios que as norteiam; analisar os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que influenciam a gestão das práticas turísticas comunitárias; demonstrar os campos das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses, considerando a posição, a disposição e as relações de seus agentes sociais. Os principais achados indicam que o mercado convencional do turismo influencia a gestão das práticas turísticas comunitárias, porém o agente institucional de conservação ambiental, o ICMBio, protege as comunidades, atuando como moderador das relações entre elas. Além disso, as comunidades desenvolvem mecanismos próprios de proteção advindos do *habitus*. Em virtude disso, a conservação ambiental e seus agentes criam um ambiente propício ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Paralelamente, observa-se a existência de um mercado voltado para perfis de agências e turistas conscientes de um turismo mais responsável.

Palavras-chave: Práticas Turísticas; Turismo de Base Comunitária; Lençóis Maranhenses; Campo Social.

ABSTRACT

Not all community-based tourism practices can be immediately classified as Community-Based Tourism (CBT) initiatives. In the Lençóis Maranhenses, each community faces specific challenges in balancing tourism with the needs and demands of external agents. As a result, local residents' leadership is often strained by competing interests that extend beyond those of tourists. Given this context, this research aims to analyze the management of community-based tourism practices and their intersections with environmental conservation and the market in the Lençóis Maranhenses. The methodology employed was structured as a descriptive and exploratory qualitative study, based on bibliographic and documentary research, followed by field research involving interviews and questionnaires. Additionally, direct observation, focal travel or visits, and content and social field analysis methods were applied. The investigation sought to identify, characterize, and map community-based tourism practices based on the perception of their agents; to understand the management approaches and guiding principles of these practices; to analyze the market mechanisms and environmental conservation factors influencing their management; and to demonstrate the fields of community-based tourism practices in the Lençóis Maranhenses by considering the position, disposition, and relationships of their social agents. The main findings indicate that the conventional tourism market influences the management of community-based tourism practices. However, the institutional environmental conservation agency, ICMBio, plays a protective role for the communities, acting as a moderator and regulating these interactions. Furthermore, the communities develop their own protective mechanisms, rooted in habitus. Consequently, environmental conservation and its agents create a favorable environment for the development of Community-Based Tourism. At the same time, there is a growing market segment catering to agencies and tourists who are conscious of and committed to more responsible tourism.

Keywords: Tourism Practices; Community-Based Tourism; Lençóis Maranhenses; Social Field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa conceitual da prática turística em um cruzeiro	35
Figura 2 – Elementos da estrutura de campo e condições para reconfiguração.....	42
Figura 3 – Campo turístico no espaço social de Pimentel (2020)	44
Figura 4 – Representação gráfica do campo social de Ferreira Júnior (2015).....	45
Figura 5 – Representação gráfica do campo social de Farias (2023)	46
Figura 6 – Comunidades consideradas na amostra de pesquisa	52
Figura 7 – Etapas de aplicação da viagem focal	56
Figura 8 – Etapas para análise de conteúdo a partir de Bardin.....	58
Figura 9 – Proporções de evolução dos níveis que o Turismo de Base Comunitária pode alcançar em uma comunidade	91
Figura 10 – Inter-relações e diferenciações de conceitos da pesquisa.....	92
Figura 11 – Objetivos do Turismo de Base Comunitária.....	95
Figura 12 – Premissas do Turismo de Base Comunitária	96
Figura 13 – Mapa do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão	127
Figura 14 – Estados que compõem a Amazônia Legal 2020.....	129
Figura 15 – Número de Empreendimentos Turísticos no Maranhão (2020-2021).....	130
Figura 16 – Etapas de desenvolvimento do Plano Maior 2020	134
Figura 17 – Mapa do Turismo do Maranhão e seus 10 polos turísticos	135
Figura 18 – Mapa do Turismo do Maranhão 2022	137
Figura 19 – Logomarca do Programa Destino Lençóis & Delta	138
Figura 20 – Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro do Maranhão	142
Figura 21 – Delimitações do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Brasil.....	146
Figura 22 – Processo de formação de dunas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	149
Figura 23 – Tartaruga-pininga símbolo do PNLM	153
Figura 24 – Consumo turístico de dunas e lagoas do PNLM em alta estação	155
Figura 25 – Zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	157
Figura 26 – Polos de visitação turística do Parna dos Lençóis Maranhenses	159
Figura 27 – Polo Oásis com seus atrativos e atividades recomendadas.....	159
Figura 28 – Polo Lagoas com seus atrativos e atividades recomendadas	160
Figura 29 – Polo Atins com seus atrativos e atividades recomendadas.....	161
Figura 30 – Polo Santo Amaro com seus atrativos e atividades recomendadas	162
Figura 31 – Polo Travosa com seus atrativos e atividades recomendadas.....	163

Figura 32 – Polo Primeira Cruz com seus atrativos e atividades recomendadas	163
Figura 33 – Mapa de atrativos turísticos do Parna dos Lençóis Maranhenses.....	164
Figura 34 – Logomarca do Polo Parque dos Lençóis	169
Figura 35 – <i>Ranking</i> de produtos estrela elencados no Plano Maior 2020.....	170
Figura 36 – Logomarca do Polo Lençóis Maranhenses	171
Figura 37 – Logomarca Polo Turístico Lençóis & Delta.....	172
Figura 38 – Delimitação dos municípios do Polo Lençóis & Delta	172
Figura 39 – Mapa da Rota das Emoções.....	173
Figura 40 – Mapa de localização do município de Barreirinhas.....	175
Figura 41 – Ponte sobre o rio Preguiças para acesso ao PNLM inaugurada em 2025.....	178
Figura 42 – Aeroporto de Barreirinhas reestruturado	182
Figura 43 – Povoado de Atins em Barreirinhas	184
Figura 44 – Logomarca do Projeto de TBC em Barreirinhas	185
Figura 45 – Mapa de localização do município de Santo Amaro do Maranhão.....	186
Figura 46 – Quiosque de artesanato em Santo Amaro do Maranhão	188
Figura 47 – Dunas e lagoas de Santo Amaro do Maranhão.....	191
Figura 48 – Cartaz informativo da taxa municipal Turística de Santo Amaro	193
Figura 49 – Mapa de localização das comunidades Satuba, Betânia e Buritizal	195
Figura 50 – Mapa de localização da comunidade de Satuba	196
Figura 51 – Casa de farinha na comunidade de Satuba em Santo Amaro do Maranhão.....	197
Figura 52 – Córrego que corta a comunidade de Satuba	199
Figura 53 – Comunidade de Satuba em Santo Amaro do Maranhão.....	200
Figura 54 – Arena Brizolão destinada aos campeonatos de futebol em Satuba	202
Figura 55 – Mapa de localização da comunidade de Betânia.....	204
Figura 56 – Polígono referente à dinâmica de ocupação da comunidade de Betânia em relação ao campo de dunas do PNLM.....	205
Figura 57 – Características dos domicílios em Betânia	206
Figura 58 – Traçado das ruas de areia em Betânia	207
Figura 59 – Serviço de alimentação ofertado em Betânia	209
Figura 60 – Redário para a oferta do serviço de hospedagem em Betânia	210
Figura 61 – Percurso para a Lagoa de Betânia	211
Figura 62 – Travessia de barco pelo Rio Alegre em Betânia	212
Figura 63 – Mapa de localização da comunidade Buritizal	214
Figura 64 – Ruas e residências de Buritizal.....	216

Figura 65 – A casa de farinha ou forno e seus instrumentos artesanais (Satuba).....	218
Figura 66 – Equipamentos utilizados para o processo de fabricação de farinha	219
Figura 67 – Fabricação de farinha em casa de forno de Satuba.....	220
Figura 68 – Mapeamento das práticas turísticas comunitárias em Satuba.....	222
Figura 69 – Alimentação típica na comunidade Satuba.....	223
Figura 70 – Fruto buriti habitualmente utilizado na culinária de Satuba.....	224
Figura 71 – Veículos tracionados usados para transporte turístico.....	226
Figura 72 – Embarcações utilizadas para passeio de barco pelo Rio Alegre em Betânia.....	233
Figura 73 – Grupo de turistas praticando a travessia nos Lençóis Maranhenses.....	234
Figura 74 – Travessia a pé pelo rio Alegre em Betânia.....	237
Figura 75 – Percurso até as lagoas de Betânia pelo PNLN.....	238
Figura 76 – Experiência de contemplação do pôr do sol em Betânia.....	239
Figura 77 – Trajeto delineado pelas águas para o passeio de barco em Betânia	240
Figura 78 – Refeições servidas aos turistas em horários de almoço em Betânia.....	244
Figura 79 – Oferta de refeições em Betânia levando em consideração a higiene.....	245
Figura 80 – Estrutura de redários em Betânia para a acomodação de turistas.....	246
Figura 81 – Meandros do rio Alegre para a descida de caiaque em Betânia	247
Figura 82 – Marcas deixadas pelos veículos nos percursos autorizados do PNLN	248
Figura 83 – Mapeamento das práticas turísticas comunitárias de Betânia	250
Figura 84 – Descarte e armazenamento irregular de garrafas de vidro e botijão de gás em Betânia	252
Figura 85 – Roda de estudantes para relato de experiências do dia em Buritizal.....	255
Figura 86 – Experiência de estudantes na confecção de pulseiras com a fibra do Buriti	257
Figura 87 – Paisagens encontradas durante o passeio entre dunas e lagoas do PNLN.....	258
Figura 88 – Alimentos consumidos durante a estadia dos estudantes em Buritizal	260
Figura 89 – Mapeamento das práticas turísticas comunitárias em Buritizal.....	262
Figura 90 – Produtos artesanais da bioeconomia em Buritizal.....	264
Figura 91 – Circulação de suínos pela comunidade Satuba.....	267
Figura 92 – Linho da fibra do Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>) usado para o artesanato	269
Figura 93 – Paisagem de Betânia próxima às dunas e lagoas.....	270
Figura 94 – Restaurantes de Betânia e suas estruturas para acolhimento dos turistas.....	273
Figura 95 – Macrocampo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses.....	296
Figura 96 – Representação gráfica do campo das práticas turísticas comunitárias em Betânia	297

Figura 97 – Representação gráfica do campo das práticas turísticas comunitárias em Buritizal	
.....	298
Figura 98 – Representação gráfica do campo das práticas turísticas comunitárias em Satuba	
.....	299

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias conceituais que embasam a Teoria da Prática.....	27
Quadro 2 – Metodologia de construção do campo social de Bourdieu	42
Quadro 3 – Aplicação metodológica para a construção do campo do turismo.....	43
Quadro 4 – Caracterização dos agentes sociais envolvidos na pesquisa	47
Quadro 5 – Etapas de pesquisa	50
Quadro 6 – Organização das pesquisas de campo nos Lençóis Maranhenses	55
Quadro 7 – Sistematização da pesquisa descritiva sobre as práticas estudadas.....	57
Quadro 8 – Ciclo investigatório de síntese da problemática geral do campo.....	58
Quadro 9 – Sistematização de coleta de dados para a pesquisa.....	59
Quadro 10 – Correlação objetivos-categoria-variáveis na pesquisa	64
Quadro 11 – Síntese metodológica da pesquisa.....	64
Quadro 12 – Sistematização dos conceitos do Turismo de Base Comunitária existentes na literatura.....	90
Quadro 13 – Classificação das formas de gestão das práticas turísticas comunitárias	92
Quadro 14 – Definições básicas para planejamento e gestão no TBC	94
Quadro 15 – Princípios do Turismo de Base Comunitária	97
Quadro 16 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais.....	99
Quadro 17 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária propostas pelo MTur	101
Quadro 18 – Análise de políticas públicas e o TBC no Brasil	110
Quadro 19 – Legislações específicas para o Turismo de Base Comunitária pelo Brasil.....	112
Quadro 20 – Iniciativas brasileiras pioneiras de Turismo de Base Comunitária	116
Quadro 21 – Panorama preliminar de projetos de TBC pelo Brasil	116
Quadro 22 – Unidades de Conservação com Iniciativas de TBC pelo Brasil	120
Quadro 23 – Redes de Turismo de Base Comunitária pela América Latina	121
Quadro 24 – Redes de Turismo de Base Comunitária pelo Brasil	123
Quadro 25 – Comercialização de experiências de TBC pela América Latina.....	125
Quadro 26 – Memória das estruturas político-administrativas de turismo no Maranhão.....	132
Quadro 27 – Zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	156
Quadro 28 – Normas para visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	165
Quadro 29 – Perfil do visitante da comunidade Satuba em Santo Amaro (MA).....	201
Quadro 30 – Práticas turísticas comunitárias em Satuba	227

Quadro 31 – Necessidades de mudança para uma prática turística em Satuba.....	229
Quadro 32 – Princípios norteadores de práticas turísticas comunitárias em Satuba.....	231
Quadro 33 – Práticas turísticas comunitárias em Betânia.....	249
Quadro 34 – Princípios norteadores de práticas turísticas comunitárias em Betânia	253
Quadro 35 – Organização para as práticas turísticas em Buritizal	256
Quadro 36 – Práticas turísticas comunitárias em Buritizal	261
Quadro 37 – Percepções dos agentes da viagem focal em Satuba e Betânia.....	275
Quadro 38 – Mecanismos e consequências sobre as práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses	283
Quadro 39 – Conceitos relacionados à conservação ambiental pelo SNUC	284
Quadro 40 – Interesses dos agentes sociais no campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses.....	293
Quadro 41 – Discursos de oposições ou percepções entre agentes	293
Quadro 42 – Matriz relacional do campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses	295

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRECO	Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AGUAPÉ	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
APA	Área de Proteção Ambiental
APTHAPI	Red de Turismo Comunitario del Lago Titicaca
ASL	<i>Amazon Sustainable Landscapes Program</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cadastur	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAL	Consórcio Amazônia Legal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBMMA	Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada aos Povos Tradicionais
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COOP	Cooperativa
COOPRENA	Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional
DTI	Destinos Turísticos Inteligentes
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV-2
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo com Base Local
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FEPTCE	Federación Plurinacional de Turismo Comunitario de Ecuador
FEPTCE	Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do Equador
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
GPTBC	Grupo de Pesquisa em Turismo e Desenvolvimento Comunitário
GUT	Gravidade, Urgência e Tendência

IAT	Índice de Atratividade Turística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IGR	Instância de Governança Regional
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MINCETUR	Ministério de Comércio Exterior y Turismo do Peru
Mtur	Ministério do Turismo
MUTU	Red de Turismo Comunitário Garífuna
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Parna	Parque Nacional
PENTUR	Plano Estratégico Nacional de Turismo do Peru
PIB	Produto Interno Bruto
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PUP	Plano de Uso Público
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RATURC	Rede Argentina de Turismo Rural Comunitário
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Redalyc	Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Portugal e Espanha
REDTURS	Rede de Turismo da América Latina
RENITURAL	Rede Nicaraguense de Turismo Rural
RESEX	Reserva Extrativista
RETHUS	Red de Turismo Comunitario Huataraco Suno
RICANCIE	Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para Convivencia Intercultural y Ecoturismo
RITA	Red Indígena de Turismo de México
ROS	<i>Recreation Opportunity Spectrum</i>
ROVUC	Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação
RUNATUPARI	Red Provincial de Imbabura
SBCMH	Serviço Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SEMTURDE	Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Barreirinhas
SENDASUR	Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias
SETUR-MA	Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão
SISBIO	Sistema de Autorizações e Informações sobre Biodiversidade
SISTUR	Sistema Turístico
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
TC	Turismo Comunitário
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRC	Turismo Rural Comunitário
TSBC	Turismo Sustentável de Base Comunitária
TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário
TUSOCO	Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação

UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
2 A PRÁTICA TURÍSTICA: ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	27
2.1 Práticas e os campos sociais	27
2.2 A prática turística	32
2.3 A prática turística comunitária	38
2.4 Desenho metodológico sobre o campo das práticas turísticas.....	41
2.5 Identificação e caracterização dos agentes sociais da pesquisa	46
2.6 Etapas de pesquisa	50
2.7 Procedimentos metodológicos	51
2.7.1 Métodos de coleta de dados	54
2.7.2 Categorias de análise e suas variáveis.....	59
2.7.3 Considerações éticas e limitações de pesquisa	65
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	66
3.1 O comunitário no turismo	69
3.2 Percursos históricos do Turismo de Base Comunitária	77
3.3 Conceitos de Turismo de Base Comunitária	82
3.3.1 Turismo de Base Comunitária: um modelo de gestão	82
3.3.2 Turismo de Base Comunitária: um modelo de desenvolvimento turístico	87
3.3.3 Turismo de Base Comunitária: uma estratégia social.....	88
3.4 Objetivos, premissas, princípios e diretrizes do Turismo de Base Comunitária	93
3.5 Políticas públicas e redes de Turismo de Base Comunitária na América Latina e no Brasil	102
4 O TURISMO NOS LENÇÓIS MARANHENSES: CONTEXTOS DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DO MERCADO TURÍSTICO.....	127
4.1 Breve resgate sobre o turismo no Maranhão	127
4.1.1 Políticas públicas de desenvolvimento turístico no Maranhão	131
4.1.2 Práticas turísticas comunitárias pelo Maranhão.....	140
4.2 Turismo nos Lençóis: entre o parque e o polo.....	143
4.2.1 O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	144
4.2.2 Turismo, manejo e uso público no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ...	154
4.3 O município de Barreirinhas	174

4.3.1 Caracterização física e geográfica	174
4.3.1 População.....	176
4.3.3 Acesso e infraestrutura.....	177
4.3.4 Caracterização ambiental, social e econômica.....	178
4.3.5 Turismo em Barreirinhas	180
4.4 O município de Santo Amaro do Maranhão	185
4.4.1 Caracterização física e geográfica	185
4.4.2 População.....	187
4.4.3 Acesso e infraestrutura.....	189
4.4.4 Caracterização econômica	190
4.5 Turismo em Santo Amaro do Maranhão.....	190
4.5.1 Comunidade Satuba	195
4.5.2 Comunidade Betânia.....	203
4.5.3 Comunidade Buritizal	213
5 GESTÃO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM COMUNIDADES DE SANTO AMARO DO MARANHÃO	217
5.1 As práticas turísticas comunitárias em Satuba	217
5.1.1 Caracterização e formas de gestão.....	218
5.1.2 Percepções e princípios sobre as práticas turísticas comunitárias em Satuba	227
5.2 As práticas turísticas comunitárias em Betânia	232
5.2.1 Caracterização e formas de gestão.....	233
5.2.2 Percepções e princípios sobre as práticas turísticas comunitárias em Betânia	251
5.3 As práticas turísticas comunitárias em Buritizal	254
5.3.1 Caracterização das práticas turísticas comunitárias de Buritizal	257
5.3.2 Percepções e princípios sobre as práticas turísticas comunitárias em Buritizal	262
6 PERCEPÇÕES E MECANISMOS DE INFLUÊNCIAS SOBRE A GESTÃO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS COMUNITÁRIAS EM BETÂNIA, BURITIZAL E SATUBA	265
6.1 Experiência de visitação nas comunidades de Satuba e Betânia: aplicação da metodologia viagem ou visita focal.....	265
6.1.1 Experiência de viagem ou visita focal na comunidade de Satuba	266
6.1.2 Experiência de viagem ou visita focal na comunidade de Betânia.....	270
6.2 Visão sobre as práticas turísticas comunitárias por agentes locais institucionais e associativos em Santo Amaro do Maranhão	276

6.2.1 Agente local institucional: Secretaria Municipal de Turismo.....	276
6.2.2 Agente local associativo: Conselho Municipal de Turismo	277
6.3 O mercado convencional e seus mecanismos de influências sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias	278
6.4 A conservação ambiental e seus mecanismos de influência sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses	283
7 ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE O CAMPO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS COMUNITÁRIAS EM BETÂNIA, BURITIZAL E SATUBA	292
CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
REFERÊNCIAS.....	307
APÊNDICES	336
Apêndice A	336
Apêndice B.....	337
Apêndice C	339
Apêndice D	340
Apêndice E.....	342
Apêndice F.....	344
Apêndice G.....	346
ANEXOS.....	349
Anexo A.....	349
Anexo B.....	350

1 INTRODUÇÃO

As práticas turísticas desenvolvidas na região dos Lençóis Maranhenses, no estado do Maranhão, voltam-se tanto para o consumo de produtos do mercado turístico, destacando a oferta de passeios e circuitos turísticos para as dunas e as lagoas, quanto para as experiências turísticas em comunidades tradicionais, dispostas em seus vários territórios, próximas ou distantes de tais atrativos visitados pelos turistas.

Por seus aspectos ambientais, unicidade de suas paisagens e importância ecossistêmica, foi criado o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), sob o Decreto Federal nº 86.060, de 2 de junho de 1981 (Brasil, 1981), com 155.000 hectares, abrangendo os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz, como forma de proteger a flora, a fauna e as paisagens naturais existentes no local. Nessa perspectiva, o parque é regido por seu plano de manejo, zoneamento ambiental e demais instrumentos de gestão, como o plano de uso público (PUP), tendo como órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com sede em Barreirinhas.

Ademais, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), promovido pelo Ministério do Turismo (MTur), tanto o governo federal quanto o estadual reconhecem a área que compreende o parque como parte integrante do Polo Turístico Lençóis e Delta. Tal delimitação abrange os municípios de Água Doce do Maranhão, Araisos, Barreirinhas, Humberto de Campos, Paulino Neves, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Tutóia, os quais, por sua proximidade geográfica, compartilham e complementam, entre si, atributos naturais e culturais de relevante interesse turístico.

Além das atividades possíveis de interesse turístico que constam no Plano de Uso Público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, existem práticas turísticas comunitárias que possibilitariam encontros e interações simbólicas, com os recursos naturais e com os saberes e fazeres locais no exercício da reciprocidade (Mauss, 1924; Polanyi, 2012) e solidariedade (Durkheim, 1893).

Tais práticas comunitárias envolvem a participação de agentes comunitários e turistas em diversas produções simbólicas para além de atividades de usufruto puramente recreativo nas dunas ou em lagoas, ampliando as possibilidades de experiências imersivas baseadas nas relações sociais com base em práticas sociais que podem envolver a reciprocidade e a solidariedade em processos plurais de comensalidade (Simmel, 1908; Maffesoli, 2002), sociabilidade (Bourdieu, 2007) e afetividade (Piaget, 1932) conduzidas pelas comunidades.

Essas características evocariam princípios que cada comunidade constrói, permeando as formas, as regras de ser, ter e fazer, adotadas por todos que partilham a vida no mesmo território (*habitus*) e aproximam-se dos fundamentos do Turismo de Base Comunitária (TBC), consistindo em uma prática turística desenvolvida por agentes-protagonistas locais para a promoção de benefícios coletivos conforme o encontro com o visitante no território (Figueiredo, 2022).

Em 2008, o Ministério do Turismo lançou o edital de chamada pública nº 001/2008, visando selecionar projetos de apoio ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária pelo país. Nessa oportunidade, a Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão submeteu o projeto “Central de Turismo do município de Santo Amaro do Maranhão”, obtendo aprovação e financiamento para o estímulo à criação de hospedarias familiares em sua sede e a comercialização cooperativada do destino.

Assim, decidiu-se, portanto, compreender as dinâmicas dessas práticas turísticas comunitárias nas populações de Santo Amaro do Maranhão em seus cotidianos, territórios e relações que estabelecem com outros agentes no campo da prática, sobretudo, com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, além dos percursos históricos voltados às iniciativas de TBC na região.

Como forma de compreender as várias realidades em níveis diferentes de organização das práticas turísticas comunitárias, definiram-se como *loci* de pesquisa as comunidades Betânia, Satuba e Buritizal por integrarem projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) mediante os projetos de extensão intitulados “o Turismo de Base Comunitária e a produção local: estratégias e desafios para o município de Santo Amaro do Maranhão” e “Consolidação da Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro” com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), além do projeto “Rota das Areias (Turismo de Base Comunitária)” desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), contemplando as comunidades Satuba e Buritizal.

Em um contexto geográfico, cumpre-se evidenciar que os povoados que contemplam as comunidades Betânia e Buritizal estão localizadas nas delimitações do Parque Nacional e a comunidade Satuba em sua zona de amortecimento, portanto, fora de sua jurisdição, mas com repercussões e influências da conservação ambiental em seu território.

Mediante tal cenário, a problemática de pesquisa parte de um raciocínio de que nem todas as práticas turísticas comunitárias podem ser definidas, à primeira vista, como iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Isso na medida em que, nos Lençóis Maranhenses, cada

comunidade enfrenta desafios específicos na conciliação do turismo conforme as necessidades e as demandas de agentes externos. Desse modo, o protagonismo dos moradores é tensionado pelo jogo de interesses que não são apenas do turista, como também dos agentes institucionais e agentes de mercado.

O estudo possui significância pela tentativa de contemplar uma análise relacionada às práticas turísticas em três povoados na região dos Lençóis Maranhenses, ajudando a interpretar princípios, mecanismos de influências nas relações dos agentes do campo e de que maneira o fenômeno turístico realmente acontece em uma região detentora de títulos de reconhecimento nacional e internacional, como Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2024, e produções cinematográficas como o longa-metragem “Betânia”, dirigido Marcelo Botta e estreado no Festival de Berlim 2024.

Esta pesquisa, portanto, desvela o que está por trás das relações sociais, além de desvendar os bastidores do turismo de uma das regiões mais procuradas do Maranhão por visitantes nacionais e internacionais (Graça, 2005; Carvalho, 2015).

Tal cenário suscitou alguns questionamentos, de tal modo que inspiram e norteiam este estudo: como as práticas turísticas comunitárias, em suas formas de gestão, desenvolvem-se e reagem ante as necessidades prementes de conservação ambiental do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e das exigências do mercado convencional? Como os agentes externos influenciam as comunidades e quais mecanismos são utilizados? É possível pensar no desenvolvimento do turismo de base comunitária na região diante dos cenários que se apresentam?

No tocante a tais questões, o objetivo geral da pesquisa centra-se em analisar a gestão das práticas turísticas comunitárias e suas interfaces com a conservação ambiental e o mercado convencional para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nos povoados Satuba, Betânia e Buritizal situados em Santo Amaro do Maranhão na região dos Lençóis Maranhenses. Para tanto, como objetivos específicos foram delineados:

- Identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas comunitárias com base na percepção de seus agentes;
- Conhecer as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias e os princípios que as norteiam;
- Compreender os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias; e

- Demonstrar os campos das práticas turísticas comunitárias existentes nos Lençóis Maranhenses com a posição, a disposição e as relações de seus agentes sociais.

Tais objetivos permitem defender a hipótese de que o mercado turístico tenta moldar as práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses às suas necessidades; em posição contrária, a conservação ambiental (legislação e instrumentos normativos) contribui para que as práticas turísticas caminhem em direção ao desenvolvimento sustentável, estando mais próxima ao TBC, favorecendo, assim, o entendimento de que o caminho para o TBC evoca uma gestão de práticas turísticas comunitárias muito mais orgânicas e permeadas pelo *habitus* em cada uma das realidades.

Para alicerçar este estudo, como base teórica recorreu-se a autores que tratam: da prática, campo social, *habitus* e suas relações, como Bourdieu (1994); da fenomenologia, como Molina (1991) e Moesch (2004); da prática turística, como Figueiredo (2022); das relações sociais, economia e mercado, como Polanyi (1990); do turismo de base comunitária, como Cañada (2015), Cabanilla (2018), Maldonado (2009), Figueiredo (2022) e Araújo (2024); turismo, trabalho e classe, como MacCannell (2003).

A tese está estruturada nas seguintes seções: esta Introdução; o capítulo 2 “A prática turística: aspectos conceituais e metodológicos”; o capítulo 3 “Fundamentos do Turismo de Base Comunitária”; capítulo 4 “Turismo nos Lençóis Maranhenses: contextos da conservação ambiental e do mercado turístico”; capítulo 5 “Gestão das práticas turísticas em comunidades de Santo Amaro do Maranhão”; capítulo 6 “Percepções e mecanismos de influências sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias em Betânia, Buritizal e Satuba”; capítulo 7 “Análises e discussões sobre o campo das práticas turísticas comunitárias em Betânia, Buritizal e Satuba; e, finalmente, as Considerações Finais.

Na Introdução, destacam-se os fatos geradores contextuais que subsidiaram a definição da problemática de pesquisa, bem como os objetivos, justificativas e hipótese. Em seguida, no capítulo, definem-se as categorias teóricas principais de abordagem e análises da pesquisa, contemplando, também, todo o arcabouço metodológico de tese. Como forma de aprofundar alguns aspectos, no terceiro capítulo, apresentam-se as múltiplas visões acerca das práticas turísticas comunitárias, permeando vários conceitos e definições.

O quarto capítulo, por sua vez, contempla os panoramas sobre a área de estudo, descrevendo o *lócus* da pesquisa, caracterizando o turismo na região, diferenciando e aprofundando conhecimentos acerca do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e do Polo

turístico Lençóis e Delta, perpassando pelas realidades de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, adentrando, posteriormente, os territórios das comunidades Betânia, Buritizal e Satuba. Na sequência, no capítulo cinco, reúnem-se a jornada de identificação das práticas existentes, suas formas de condução e seus princípios norteadores nas comunidades investigadas.

Mais adiante, contempla-se o capítulo seis destina-se a desvelar os mecanismos de influência da conservação ambiental e do mercado convencional no contexto dos Lençóis Maranhenses. No capítulo sete, volta-se a esmiuçar os resultados advindos das análises, interpretações e inferências no que concerne aos campos constituídos no âmago das relações sociais do turismo nos Lençóis Maranhenses. Por fim, nas Considerações Finais, detalham-se os principais pontos da pesquisa, as contribuições para o campo científico das práticas turísticas e a conferência dos objetivos elencados.

2 A PRÁTICA TURÍSTICA: ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

2.1 Práticas e os campos sociais

As estruturas sociais refletem as práticas do ser humano de modo coletivo ou individual. Tal percepção viabiliza a compreensão das realidades e da vida sem descartar uma abordagem objetivista ou positivista sobre o ambiente. Todavia, considera, também, os fenômenos e as interações duradouras que moldam as estruturas sociais, desde as interioridades individuais, construídas e alicerçadas em processos históricos, às exterioridades, resultantes das trocas coletivas e dos construtos que orientam os sentidos da humanidade, expressos em fatos sociais estruturantes e estruturados.

Diante disso, a construção de uma realidade social deve considerar a complexidade subjetiva das relações sociais, imersas em um meta-universo social que transcende fatos previsíveis ou probabilidades. Esse processo inclui as nuances implícitas nas interações mútuas e constantes entre agentes, contextos e situações diversas que, em sua dinâmica, produzem uma conjuntura específica.

Esse viés considera aspectos de evolução no pensamento científico da valorização dos estudos sociais conforme esboço da teoria da prática de Pierre Bourdieu (1972), demonstrando a composição de um método praxiológico, que analisa um conceito não excludente da visão fenomenológica nem estruturalista (sistêmica), mas que estimula a uma forma de leitura do mundo social por meio das observações constitutivas entre o *ethos* (disposições morais e éticas) e o *héxis* (princípios interiorizados pelo corpo adquiridos: posturas e expressões corporais), ou seja, as vivências e as disposições que consideram objetividades homogeneizantes de condução de práticas estabelecidas e enraizadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias conceituais que embasam a Teoria da Prática

Categoria	Conceito
<i>Ethos</i>	Conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos (Bourdieu, 2001).
<i>Héxis</i>	Princípios interiorizados pelo corpo: posturas e expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (Bourdieu, 2001).
<i>Eidos</i>	Um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade, constitui o princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível tanto nos instrumentos de construção quanto nos objetos construídos (Bourdieu, 2001).
<i>Doxa</i>	Trata daquilo sobre o que todos os agentes concordam. <i>Doxa</i> contempla tudo o que é admitido como “sendo assim mesmo”: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (Bourdieu, 1984).
<i>Nomos</i>	Congrega as leis gerais, invariantes, de funcionamento do campo (Bourdieu, 1984).

Fonte: Adaptado de Thiry-Cherques (2006).

A sociologia de Bourdieu se fundamenta na filosofia das formas simbólicas, na concepção relacional do conhecimento e na fenomenologia (interacionista) de Husserl e Merleau-Ponty, ao mesmo tempo que dialoga com o modelo estruturalista de Lévi-Strauss. Sua análise se estende ao marxismo e a teóricos contemporâneos como Habermas e Foucault (Thiry-Cherques, 2006). Para compreendê-la, é necessário assimilar alguns conceitos-chave que sustentam seu método praxiológico, como *habitus*, prática, campo, capital social e agentes sociais.

Nessa perspectiva, verifica-se, no mundo social, uma segunda natureza, resultante da intangibilidade das produções e reproduções da realidade conforme um pensamento que objetiva fatos e preceitos na materialização das estruturas. Tal natureza se manifesta na existência de uma estrutura subjacente ao social, derivada da gênese social da percepção, do pensamento e da ação dos agentes. Em vista disso, as estruturas, as representações e as práticas se constituem mutuamente, mas também estão em constante processo de transformação e recriação (Bourdieu, 1987).

Compreender a epistemologia das práticas sociais oferece, pois, novas abordagens de conhecimento no tocante à complexidade das dinâmicas sociais, produto das interações entre indivíduo e estruturas objetivas. Tais relações dão origem a contratos abstratos que, por sua vez, moldam o *habitus* de um grupo ou classe. Sob tais aspectos, o núcleo gerador das práticas é composto pelo conjunto estruturante e estruturado de disposições (*habitus*) de um plano abstrato alternativo e correlacionado a um campo postulante de definições de *modus operandi* (processos) e *opus operatum* (produto). Nesse sentido, resgata-se o conceito de *habitus* como categoria essencial para o entendimento da prática e de sua função no campo das relações de força e poder de domínio de estruturas.

Na concepção bourdieusiana, ele é interpretado como um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer e de pensar que nos levam a agir de determinada forma em dada circunstância. De tal modo que são as rotinas corporais e mentais inconscientes que nos permitem agir sem pensar, apresentando-se como um modo “natural” de agir em determinado meio (Thiry-Cherques, 2006). O *habitus* designa, portanto, um princípio de ação que conduz à prática, resultante de experiências individuais, coletivas e da interação entre essas experiências.

É pela construção do *habitus* que a história se insere no corpo e na mente, tanto no estado objetivado (monumentos, livros e teorias), quanto no estado incorporado, sob a forma de disposições. Mediante tal processo, o *habitus* funda condutas regulares que permitem prever práticas, as “coisas que se fazem” e as “coisas que não se fazem” em determinado campo (Bourdieu, 1987, p. 95).

Por seu turno, a gestão (sentido de condução) das práticas está embasada nas condutas e previsões condicionadas ao certo ou errado, inseridas nos contratos sociais estabelecidos ou anteriormente incorporados e dispostos, perante o *habitus* dos agentes em um campo. Tendo isso em vista, o conceito de *habitus* denota um termo médio entre as estruturas objetivas e as condutas individuais, na medida em que o coletivo, o grupo e a fração da sociedade estão depositados em cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais (Bourdieu, 1984).

Outra categoria de interesse é o campo social, formado por essas estruturas que se estabelecem em conformidade com a interação dos agentes por seus *habitus* e práticas estruturantes que dinamizam seu interior pelas posições, estratégias e lutas simbólicas em uma arena de interesses individuais e/ou coletivos. Tanto que a participação ou a atuação do agente em um campo depende do capital (social, cultural e simbólico)¹ envolvido como moeda de troca para a sua movimentação no jogo de interesses, conduzindo a um processo de dominação e poder. Para Thiry-Cherques (2006), o campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que o sustentem. Além disso:

O campo tem propriedades universais, isto é, presentes em todos os campos, e características próprias. As propriedades de um campo, além do *habitus* específico, são a estrutura, a *doxa*, ou a opinião consensual, as leis que o regem e que regulam a luta pela dominação do campo. Aos interesses postos em jogo, Bourdieu denomina “capital” — no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc. Como nos confrontos político ou econômico, os agentes necessitam de um montante de capital para ingressarem no campo e, inconscientemente, fazem uso de estratégias que lhes permitem conservar ou conquistar posições, em uma luta que é tanto explícita, material e política, como travada no plano simbólico e que coloca em jogo os interesses de conservação (a reprodução) contra os interesses de subversão da ordem dominante no campo (Thiry-Cherques, 2006, p. 37).

Dessa forma, define-se tanto como um “campo de forças” uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (Bourdieu, 1996). Por outro lado, os campos, por sua essência praxiológica, não são estruturas

¹ Na concepção bourdieusiana, define-se o capital enquanto: **capital social** – como, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreendem o relacionamento e a rede de contatos; **capital cultural** – correspondente ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares, sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado; e **capital simbólico** – correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O **capital simbólico** é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social) (Thiry-Cherques, 2006).

fixas (Bourdieu, 2001), mas microcosmos autônomos no interior do mundo social. Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo (Bourdieu, 1992), bem como o *habitus* é a internalização ou a incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou a objetivação do *habitus* (Vandenberghe, 1999).

Delimitando essa análise sob a perspectiva do campo social, torna-se imprescindível compreender os sentidos atribuídos às posições e às disposições dos agentes. As posições representam a dimensão objetiva do campo, ao passo que as disposições correspondem à sua face subjetiva. Em outras palavras, a posição é simultaneamente causa e resultado do *habitus* que estrutura o campo.

Em função disso, o campo pode ser definido como um espaço estruturado de posições (postos) (Thiry-Cherques, 2006), determinado pela tração de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que disputam a hegemonia no interior do campo. Em outras palavras, a luta pelo monopólio da autoridade outorga o poder de estabelecer as regras e distribuir o capital específico de cada campo. A maneira como esse capital é distribuído organiza as relações internas do campo, isto é, estrutura sua dinâmica e configuração (Bourdieu, 1984).

Diante dessas concepções é possível afirmar que o campo se caracteriza pelas relações de força resultantes das lutas internas e pelas estratégias adotadas por seus agentes (Thiry-Cherques, 2006). Afinal, são esses agentes sociais que constroem a realidade social em consonância com o princípio estrutural (Bourdieu, 2001). Isso ocorre visto que as estruturas mentais, por meio das quais os agentes sociais apreendem o social e que resultam da interiorização do social, produzem visões de mundo que, por sua vez, contribuem para a construção dessa mesma realidade (Bourdieu, 1987).

Na conjuntura do campo, os indivíduos são agentes à medida que atuam e reconhecem em si um senso prático, um sistema adquirido de preferências, classificações e percepção (Bourdieu, 1996). O direito de entrada no campo depende do reconhecimento de seus valores fundamentais e do domínio das regras do jogo, isto é, do conhecimento da história do campo e da posse do capital específico. Os agentes internalizam os pressupostos cognitivos e valorativos do campo ao qual pertencem, ao passo que cada campo adota um sistema de filtragem diferente: um agente dominante em um campo pode não ter a mesma posição em outro (Thiry-Cherques, 2006).

Nesse sentido, os agentes e as relações podem ser identificados como redes, sistemas, cadeias, arranjos e processos com características relacionais e reflexivas, caracterizado por disputas e forças opostas que buscam tanto a manutenção de suas estruturas quanto a sua

reprodução (Figueiredo, 2022). Para Bourdieu (1990), o sentido das ações dos agentes não pertence ao sujeito que as perfaz, mas ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam.

A produção das relações sociais demonstra como os processos no campo se dinamizam pelas práticas oriundas dos *habitus* dos agentes, que ocupam posições diversas ou semelhantes. Tais práticas moldam as estruturas e, ao mesmo tempo, são constantemente influenciadas por variáveis externas. Entre as posições relativas que os agentes podem assumir no campo social, destacam-se concorrência, autoridade, poder, legitimidade etc. (Thiry-Cherques, 2006).

No âmbito dessa discussão quanto aos aspectos teóricos-metodológicos de leitura e análise do mundo social, as contribuições de Bourdieu oferecem subsídios para esta pesquisa, ao propor novas concepções sobre as construções que diferenciam grupos e respondem a problemas, partindo da atuação de agentes no campo, tendo em vista suas posições e disposições. Além disso, ressalta-se, neste debate, a relevância do método praxiológico para o desenvolvimento da ciência da gestão, ao explorar as raízes profundas do agir e da condução das práticas.

Ante o exposto, torna-se conveniente asseverar que toda atividade humana, originada no âmbito das relações sociais e baseada nos princípios geradores de disposições objetivadas, configura-se como uma prática social. Essas práticas sociais reproduzem o universo cultural dos indivíduos, grupos e classes sociais, expressando ideologias, sensações, preconceitos e representando instituições e lugares sociais dos agentes, que se reconhecem mutuamente por meio de um código comum no jogo de interesses e dos tipos de capital (Freitas, 2012).

A prática não deve ser interpretada como simples execução no contexto mecânico, mas, sim, movida pelas disposições, socialmente constituídas, que orientam a ação conforme uma capacidade geradora (Bourdieu, 1987). Assim, as estruturas (campos) devem ser analisadas por meio das práticas desenvolvidas (Bourdieu, 1992), uma vez que a dinâmica social acontece no interior do campo. Isso porque:

No interior do campo dá-se uma dinâmica de concorrência e dominação, derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Em todo campo a distribuição de capital é desigual, o que implica que os campos vivam em permanente conflito, com os indivíduos e grupos dominantes procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos. As estratégias mais comuns são as centradas: na conservação das formas de capital; no investimento com vistas à sua reprodução; na sucessão, com vistas à manutenção das heranças e ao ingresso nas camadas dominantes; na educação, com os mesmos propósitos; na acumulação, econômica, mas, também, social (matrimônios), cultural (estilo, bens, títulos) e, principalmente, simbólica (*status*) (Thiry-Cherques, 2006, p. 39).

Na obra “*Questions de Sociologie*”, ao se definir um esboço da teoria da prática, o propósito é identificar os *habitus*, a *doxa*, as “leis sociais” que regem um campo, como a da reprodução do *habitus* pela educação formal. Tais leis são *nomos*, derivam do uso, do costume, têm validade espaço-temporal e são estabelecidas e sustentadas por quem delas se beneficia: os agentes e as instituições dominantes (Bourdieu, 1984). Assim, a teoria científica bourdieusiana evidencia que a dinâmica dos campos se define pelo espaço das condições, uma vez que cada agente social ocupa uma posição diferente nesse espaço. Desse modo, a configuração que o campo assume dependerá do capital cultural e simbólico ali incorporado, objetivado e institucionalizado.

Com base em Freitas (2012), as práticas são realizações humanas ocorridas na vivência e na experiência, abrangendo todas as instâncias e os segmentos da sociedade. Constituindo, dessa forma, um elemento objetivante, observável, mensurável e passível de críticas, capaz de configurar todas as categorias analisadas na sociologia construtivista fenomenológica de Bourdieu. Nessa direção, compreende-se a prática como um produto do *habitus*, resultante da relação dialética entre uma situação específica e um contexto estruturante de um campo social, em interação com e por intermédio dos agentes sociais.

As práticas sociais podem ser expressas por meio de substantivos concretos e abstratos e de verbos, indicando obras, produtos, ações, atividades, experiências, realizações, atos, rituais, festividades, comportamentos, atitudes, feitos, façanhas, reuniões, trabalhos, ofícios, lazeres, construções, comunicações, diálogos, discursos, rezas, orações, danças, comércios, políticas, negócios, roubos, crimes, viagens, diplomacias, educação, jornalismo, ciências, operações, cerimônias, condutas, religiões, execuções, artes, tecnologias, arquiteturas, linguagens, guerras, julgamentos etc. (Freitas, 2012).

Nesse entendimento, engendra-se a teoria da prática de Bourdieu como referencial epistemológico para conceituar, no campo dos fundamentos fenomenológicos sob a lógica praxiológica, a prática turística. Tal enquadramento permite assimilar novos sentidos e perspectivas aos construtos que direcionam as dinâmicas do turismo conforme as interfaces conduzidas por seus agentes sociais.

2.2 A prática turística

As pessoas participam de múltiplas práticas no decorrer de sua vida cotidiana, como falar uma língua, cozinhar, consumir, trabalhar e viajar (Bargeman; Richards, 2020). Tais práticas conduzem e são conduzidas por processos individuais ou coletivos, que produzem e

reproduzem disposições em perspectivas simbólicas objetivadas nas estruturas sociais. No contexto de uma viagem turística, por exemplo, isso se manifesta na escolha do destino e no deslocamento até ele, passando pelas interações com os residentes e o ambiente local, até mesmo em sentido inverso, nas preparações dos residentes para receber o turista.

Para compreender a epistemologia acerca da prática turística e de seu conceito, torna-se necessário considerar o campo de estudo do turismo em suas diversas abordagens. Inicialmente, entre as décadas de 1960 e 1970, o turismo foi analisado conforme perspectivas econômicas, antropológicas, sociológicas e geográficas, desenvolvidas por uma geração de acadêmicos. Nas décadas de 1980 e 1990, sua compreensão foi progressivamente orientada para uma abordagem filosófica e institucional, com foco em negócios e gestão (Ren; Pritchard; Morgan, 2010).

Mais recentemente, uma abordagem praxiológica tem ganhado espaço, considerando o turismo a partir de deslocamentos (Hannam; Sheller; Urry, 2006), performances (Edensor, 2007), interações (Jóhannesson, 2005) e encontros (Figueiredo, 2022), ampliando a compreensão sobre as dinâmicas que moldam a experiência turística.

Diante disso, a maioria das concepções na área continua restrita a um paradigma economicista, sem avançar para novas práticas turísticas que compreendam complexidade e dinamicidade desse fenômeno na sociedade contemporânea (Pinto; Moesch, 2005). Observa-se, portanto, que o conceito de turismo ultrapassa sua definição como atividade econômica, sobretudo, à medida que seu campo de estudo se consolidou ao longo do tempo, incorporando outras categorias importantes para a compreensão do turismo enquanto uma prática social multifacetada e profundamente interconectada.

A concepção de turismo fundamentada no paradigma da complexidade o interpreta como uma prática social, ou mais precisamente, como um campo de práticas histórico-sociais. Esse entendimento pressupõe o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços objetivamente produzidos, possibilitando afastamentos simbólicos do cotidiano. Revestidos de subjetividades, o turismo se torna, assim, uma expressão de novas estéticas associadas à busca pelo prazer (Moesch, 2004).

Tal pensamento corrobora a ideia de que a prática turística proporciona prazer, mas, sobretudo, viabiliza trocas simbólicas e experiências autênticas e significativas para quem vivencia e interage sob a perspectiva do destino. Nessa abordagem, Ederson (2001) concebe o turismo como um conjunto de práticas e significados compartilhados, incorporados e continuamente reproduzidos pelos turistas por meio de suas *performances*, em colaboração com gestores e trabalhadores do setor.

Todavia, a prática turística não constitui-se apenas da interação entre turistas e trabalhadores, mas também de moradores que, direta ou indiretamente, influenciam e são influenciados no campo dessa prática. Nessa linha de pensamento, Bispo (2012) considera o turismo como um conjunto de práticas de organização contínuas, tomando como exemplo a distinção não tão clara entre produtores de alimentos como práticas “não turísticas” e restaurantes turísticos como práticas “turísticas”, devido aos limites confusos de suas formas de organização.

Isso significa que o turismo, como prática, permite compreender que as práticas turísticas não existem de forma isolada das práticas “não turísticas”. Seus limites são fluidos e indefinidos, inserindo-se em um contexto mais amplo, em que a espacialidade e a temporalidade determinam o que é ou não identificado como turismo (Bispo, 2016). Tais reflexões aprofundam o conhecimento sobre o campo da prática turística, demonstrando suas nuances, interligações e, até mesmo, interdependências com outros campos, além de possíveis substratos importantes para assimilar o fenômeno turístico.

Dessa feita, o turismo como prática pressupõe que a interação humana e não humana cria atividades, ao passo que um conjunto de atividades forma uma prática e um conjunto de práticas molda uma organização (Bispo, 2015). Tal organização depreende que as práticas estão dispostas de forma orquestrada a atender a um nível mínimo de configuração para a complexidade de um fenômeno social em seu campo de atuação.

Para tanto, algumas problemáticas são importantes e permeiam o estado do conceito da prática turística, como: por que as pessoas aderem ou deixam uma prática turística específica? Por que as pessoas repetem certas formas de comportamento turístico? E por que podem abandonar uma prática em favor de outra?

Na perspectiva de Giddens (1984), atores e estruturas são imprescindíveis para entender práticas sociais, pois ambos condicionam a existência, o conteúdo, a duração e a frequência das práticas. Nesse contexto, subsidiam a participação e o contexto como categorias fundamentais ao fenômeno turístico, dado que produzem as interações necessárias para a prática turística acontecer, além da condução e direção da experiência como produto final.

Vale ressaltar que o conceito de atores (Giddens, 1984) difere-se do conceito de agente (Bourdieu, 1996), uma vez que nem todo ator é um agente, ou seja, não age necessariamente no campo da prática, embora esteja presente em uma conjuntura funcional que pode levar à ação. As práticas têm características relacionadas aos indivíduos (por exemplo, origens, motivos, experiências, preferências, redes sociais, estilos de vida), que desempenham um papel

inestimável na constituição da prática. Essas variáveis concedem aos atores a capacidade de executar certas práticas e tornam a execução de outras menos provável (Giddens, 1979).

Toda prática turística gera certas consequências para os atores e/ou o contexto, intencionais e/ou não intencionais (Giddens, 1979, 1984). Consequências intencionais são expectativas ou propósitos dos atores com relação às suas ações, como a felicidade estimulada por férias bem-sucedidas, o aprendizado de coisas novas ou a coesão do grupo. Por seu turno, consequências não intencionais também podem surgir, positivas e/ou negativas, como as emissões de carbono causadas por voar para um destino de férias, as saudades de casa ou os danos às culturas locais produzidos pelo turismo (Bargemanÿ; Richards, 2020).

Nesse processo, as situações ou as interações rituais ocupam o centro das práticas, assim como na teoria de Giddens, deslocando o foco do indivíduo para o contexto relacional. Como argumenta Figueiredo (2022), o encontro se torna o elemento central da prática turística. Nessa senda, a estrutura teórica de Collins (2004) agrega um valor inestimável para este estudo ao enfatizar as interações como construtoras de experiências, significados e emoções, que, por sua vez, são os produtos finais das práticas turísticas.

Segundo Collins (2004), existem ingredientes rituais que, caso estimulados, resultam em um estado de efervescência coletiva (excitação, alegria e entusiasmo), em que a energia emocional é a força motriz para criar e dar seguimento às práticas (Rihova *et al.*, 2018). Essa energia emocional gerada induz à ação, para a qual é preciso haver copresença física dos participantes, um humor compartilhado e um foco comum de atenção, requerendo, também, um espaço liminar (MacCannell, 1976), conforme ilustrado por Bargemanÿ e Richards (2020) na Figura 1.

Figura 1 – Mapa conceitual da prática turística em um cruzeiro



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Bargemanj e Richards (2020).

As pessoas investem recursos financeiros e de tempo em práticas turísticas, das quais esperam atingir altos níveis de energia emocional. Caso essa expectativa seja atendida, isso as estimulam a repetir o ritual ou a participar de uma atividade turística novamente, entrando em uma cadeia de novos rituais sucessivos. Enquanto rituais fracassados drenam energia emocional (diminuindo a solidariedade do grupo e o respeito pelos símbolos do grupo) e são descontinuados (Bargemanj; Richards, 2020).

No entanto, deve-se ir além da perspectiva do grupo que visita, considerando também a ótica do visitado que, de alguma forma, é impactado pela presença do outro. Esse impacto ocorre tanto em contextos coletivos quanto na interação com o turista solo, evidenciando as dinâmicas recíprocas que moldam a experiência turística. Desse modo, a prática turística configura-se como uma unidade mínima necessária para a existência do turismo. Seu núcleo-base é o encontro, condicionado por pressupostos como interação, sociabilidade entre turista e residentes, organização e narrativas, entre outras categorias que tanto influenciam como são influenciadas pela situação e pelo contexto das predisposições.

No campo de estudo da prática turística, apreende-se que as sociabilidades acontecem tanto em trocas sociais quanto econômicas. Em outras palavras, além da perspectiva socioantropológica, a atividade turística, em uma abordagem mercadológica, também se desdobra como uma prática turística (Figueiredo, 2021).

Em uma perspectiva voltada para o campo de práticas turísticas enquanto fenômeno social, Figueiredo e Nóbrega (2015) preferem conceber o turista não como mero consumidor,

mas, sim, como ator social em situação de encontro e convívio, orientado para trocas, ampliando, desse modo, o sentido do turismo para além do enquadramento mercadológico.

Essa abordagem teórica possibilita perceber a existência de categorias que determinam como a prática turística se desenvolve, ora se comportando como produto do mercado convencional, considerando, assim, categorias como tempo, espaço e volume (Pinto; Moesch, 2005), ora se estabelecendo como produto das relações sociais, tomando categorias como a qualidade do encontro, as trocas estabelecidas e a interculturalidade entre os agentes sociais como um campo simbólico (Figueiredo, 2022).

Isso viabiliza asseverar que ambas as abordagens da prática turística são relevantes para interpretar a complexidade dos cenários turísticos a partir de diversas realidades do global ao local e vice-versa. Compreendendo, pois, o modo como esse turismo se comporta, o foco desta pesquisa se volta para aprofundar, essencialmente, sua perspectiva como mudança em uma coletividade humana. Conforme essa linha de pensamento, a prática do turismo tem um sentido retórico e social, utilizando neles signos de diferenciação social (Appadurai, 1988). Na mesma direção, em que o turismo se origina na possibilidade de estabelecimento de trocas, comunicações e relações humanas diferenciadas daquelas que caracterizam a vida cotidiana (Silva *et al.*, 2020).

Canlini (1999) corrobora com essa discussão indicando que a prática turística se estabelece como um conjunto de processos de apropriação e usos de produtos, nos quais o valor simbólico predomina sobre os valores de uso e de troca ou, ainda, esses últimos se configuram subordinados à dimensão simbólica.

Como referência, este estudo também se fundamenta no conceito de Figueiredo (2022), que trata a prática turística como a sociabilidade (trocas econômicas e sociais) do encontro, da interação entre turistas e moradores, sendo esse concebido como o próprio núcleo da prática turística. Esse núcleo, por sua vez, é composto pelos principais agentes em campo, ou seja, os turistas e as comunidades receptoras, na medida em que o encontro é o principal fato social do turismo.

Com base nisso, o olhar se volta para uma especificidade da prática turística que busca compreender as transformações provocadas pelo turismo em uma coletividade humana local. Tais mudanças emergem das relações internas desse grupo, ou seja, no cerne do *habitus* compartilhado por pessoas em determinado território. A prática turística comunitária, nesse contexto, se define pela exteriorização das possibilidades de encontro com o outro, evidenciando a interdependência entre visitantes e residentes.

Exemplo disso, são iniciativas como o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), na região amazônica no estado do Pará, o qual abre suas portas para que os turistas conheçam seus cotidianos, aprendam a desenvolver biojoias, participem de plantio de mudas nativas, de modo a contribuir para a valorização das práticas culturais locais e melhorias na qualidade de vida das famílias contempladas.

2.3 A prática turística comunitária

Preliminarmente, entende-se que comunidades são grupos de pessoas que estabelecem relações de parceria e reciprocidade com o propósito de fortalecer-se coletivamente, fundamentando-se em laços territoriais comuns (Fernandes, 1973). Tais vínculos são produzidos no *habitus* e conferem sentido à identidade e coesão social de um grupo de pessoas.

Na perspectiva teórica de Weber (1987), a comunidade é uma relação social, na medida em que a orientação da ação social fundamenta-se em um sentido de solidariedade como resultado de ligações emocionais. Ela resulta de uma relação cujo fundamento é um sentimento de pertencimento experimentado pelos participantes e cuja motivação tem como fundamento qualquer espécie de ligação emocional ou afetiva. Para o autor, os grupos motivados estão, decerto, à parte dos enrijecimentos institucionais.

Sendo assim, as comunidades tradicionais evocam as variadas formas de uso do espaço físico em um processo coletivo de construção de sentidos, significâncias e *habitus*. Esse processo ocorre mediante a integração de recursos ambientais, valores simbólicos culturais de memória e produção de saberes e fazeres, marcado por um campo social de influências mútuas entre sujeitos-agentes, tanto presentes quanto ancestrais, conforme observado no pensamento bourdieusiano.

Essa construção do conhecimento empírico tradicional explicita a tomada de consciência do processo histórico de surgimento dos povos e comunidades tradicionais, influenciando uma mudança no contexto de indivíduo para sujeito-agente-protagonista, envolvido pelo desejo de luta por direitos legítimos. Para Bourdieu (1994, p. 67), “os sujeitos sociais se tornam agentes, isto é, indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade”. Esses agentes, por sua vez, tomados de consciência dos fatos sociais e históricos que permeiam suas heranças de vida, tornam-se cada vez mais senhoras e senhores do seu tempo-espaço, fruto de um protagonismo despertado por ensinamentos e aprendizados cotidianos.

Mas o que entendemos como protagonismo? Tal avaliação perpassa pelo sentido de que “há rachaduras no processo de hegemonia ou dominação de classe: lentamente, da massa, surgem lideranças carismáticas que organizam movimentos sociais com visão própria” (Boff, 2014). Esse protagonismo, dotado de discurso, ação e liderança comunitária, auxilia no processo de desenvolvimento endógeno, influenciado pelas práticas diárias de exercício do saber tradicional, valorizado, amplificado e compartilhado em teoria e prática de uma geração a outra.

Nesse sentido, direciona-se o olhar para a relação entre turismo e comunidades tradicionais, considerando que uma das formas de promover um turismo mais sustentável pode estar na abordagem do turismo de base comunitária. Enquanto prática turística comunitária, essa perspectiva busca garantir a eficácia social necessária para contribuir com a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Para tanto, verifica-se o turismo de base comunitária como prática promotora do desenvolvimento comunitário quando estimulado no território a partir da capacidade de gestão comunitária de práticas locais orientadas ao turismo. Evoca-se, nesse cenário, o conceito de desenvolvimento comunitário como uma forma particular de desenvolvimento local, delimitado pelo espaço da comunidade e vinculado a projetos locais. Ainda que esteja à margem de uma estrutura político-administrativa e institucional, como a municipalidade, o desenvolvimento comunitário tende a apresentar uma alta homogeneidade social e econômica, além de uma significativa capacidade de organização e participação coletiva (Buarque, 2006).

O processo participativo comunitário objetiva a autogestão, ou seja, “uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes” (Bordenave, 2007). Isso pode ser exemplificado no processo de formação das redes e políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos interesses e relações de poder para a transformação social nos territórios.

Em concordância com tal aspecto, a gestão comunitária pode ser compreendida como um regime de propriedade comum e de auto-organização de comunidades para a gestão sustentável de seus recursos ou bens comuns (Ostrom, 1990). No entanto, a gestão comunitária não se restringe apenas a uma governança sobre as objetivações de suas estruturas no território, amplia-se externamente às disputas e às lutas concernentes a decisões que beneficiam suas participações no campo social em termos políticos e econômicos.

Assim sendo, a prática turística comunitária se constitui com base na atuação de agentes-protagonistas com capacidade de gerir suas próprias práticas, orientadas para o encontro com o visitante, dentro das condições estabelecidas de organização e níveis de participação no campo.

Nesse sentido, o conjunto de práticas turísticas comunitárias pode se desdobrar de diferentes formas, seja na consolidação do TBC, seja na introdução da atividade turística mercadológica convencional em determinado território.

Isso pode estimular a entrada de agentes externos ou basear suas relações apenas no âmbito da prestação de serviço, visando ao lucro junto ao turista. Em decorrência disso, a depender das formas de planejamento e gestão, é possível que ocorra a massificação do turismo e um conjunto de impactos negativos contrários às práticas de um turismo responsável.

Vale salientar que, a expressão “Turismo Responsável”, diz respeito à tomada de responsabilidade, respondendo e tomando medidas para resolver os problemas de sustentabilidade que surgem nos destinos. Assim, as apreensões sobre a sustentabilidade, influenciaram o aparecimento das preocupações com a responsabilidade e de seus desdobramentos no planejamento e desenvolvimento do turismo (Goodwin, 2012).

Na perspectiva do Turismo de Base Comunitária, a prática turística comunitária é a culminância do encontro entre turistas e comunitários conforme um processo de interação e sociabilidade conduzido por agentes protagonistas locais, capazes de promover um contexto para a produção de experiências de capacidades autênticas ao visitante, a valorização de suas tradições no território e o impacto positivo na qualidade de vida da coletividade.

Essa reflexão destaca a importância de interpretar as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias tanto no âmbito das relações interiores quanto nas interações externas, tendo em vista objetivos que se pretende alcançar. Nessa direção, essas práticas turísticas comunitárias, voltadas à resistência ao capital globalizado, à luta pelo território e à afirmação dos povos pelas comunidades tradicionais, permitiram emergir uma vontade coletiva que buscasse a criação desse modelo de organização mais responsável, isto é, o Turismo de Base Comunitária (Urano; Siqueira, 2015).

Ante o exposto, busca-se um conceito que oriente a prática turística a um ideal de gestão e planejamento realizados pela população local, segundo os interesses e as necessidades dos moradores desses territórios, discutidos e acertados coletivamente. Campo em que o fundamento são a participação efetiva e a autonomia da comunidade receptora em todas as etapas do processo de desenvolvimento do turismo em sua localidade (Carvalho, 2016).

Para tanto, torna-se necessário conhecer as bases dessas práticas turísticas comunitárias e de que modo foram criadas ao longo do tempo, sob uma perspectiva do Sul Global, principalmente, em realidades da América Latina e em retratos que consideram seus construtos pelo Brasil.

2.4 Desenho metodológico sobre o campo das práticas turísticas

O campo social de Bourdieu favorece uma compreensão holística e praxiológica dos fenômenos sociais dadas as relações entre seus agentes, tomando como base suas posições e disposições para atender às necessidades e aos desejos individuais ou coletivos de poder. Em vista disso, é possível afirmar que os campos são mundos, assim como se fala em mundo literário, artístico, político, religioso ou científico. Eles representam microcosmos autônomos no interior do mundo social. Cada campo se caracteriza pela presença de agentes que compartilham um mesmo *habitus*. Ao mesmo tempo que o campo estrutura o *habitus*, o *habitus* constitui o campo (Bourdieu, 1992; Dortier, 2002).

Esses construtos ajudam o pesquisador a absorver a dinâmica dos campos sociais, evocando uma leitura da realidade social conforme as práticas conduzidas pelos agentes nas estruturas que fundamentam determinado campo. Nessa direção, Figueiredo e Nóbrega (2015) interpretam o campo social como o espaço estrutural de posições e suas relações com interconexões em rede, ativada pelos agentes que os configura e limita. Tais posições sociais imbricam uma trama de disputas a partir da qual se utilizam capitais (sociais, culturais e simbólicos) para corroborar o conflito, inerente ao campo, na luta e no consenso mesmo que ilusório.

Para Pimentel (2020), os campos sociais não são evidentes por si e precisam ser definidos como tal, o que requer a observação e a delimitação analítica do pesquisador no que concerne a um segmento particular do mundo social. Nessa vertente, a posição é a face objetiva do campo que se articula com a face subjetiva, que é a disposição. A posição é causa e resultado do *habitus* do campo, uma vez que conforma e indica o *habitus* da classe e da subclasse em que se posiciona o agente (Thiry-Cherques, 2006), podendo representar dominação, subordinação, homologia etc. (Figueiredo; Nóbrega, 2015).

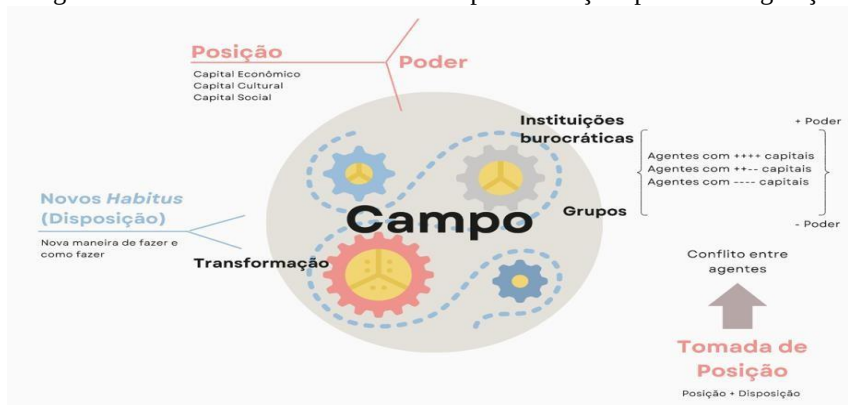
Além dessas prerrogativas, a teoria do campo social de Bourdieu delineia um caminho profundo que evidencia tanto propriedades, metodologicamente universais, quanto as que são próprias de cada campo, uma equação que dita as especificidades de cada mundo. Dessa forma:

As propriedades de um campo, além do *habitus* específico, são a estrutura, a *doxa*, ou a opinião consensual, as leis que o regem e que regulam a luta pela dominação do campo. Aos interesses postos em jogo, Bourdieu denomina “capital” – no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc. Como nos confrontos político ou econômico, os agentes necessitam de um montante de capital para ingressarem no campo e, inconscientemente, fazem uso de estratégias que lhes permitem conservar ou conquistar posições, em uma luta que é tanto explícita, material e política, como travada no plano simbólico, que coloca em jogo

os interesses de conservação (a reprodução) contra os interesses de subversão da ordem dominante no campo (Thiry-Cherques, 2006, p. 37).

Face ao exposto, essa teoria fornece um arcabouço para compreender como essas propriedades conduzem as práticas dos agentes em campo, concebendo sempre novas disposições possíveis, uma vez que o campo social não é inerte, enquanto sua dinâmica depende das interações nas constantes disputas (Figura 2).

Figura 2 – Elementos da estrutura de campo e condições para reconfiguração



Fonte: Adaptado de Oliveira e Pimentel (2016).

O direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento de seus valores fundamentais e pelo conhecimento das regras do jogo, isto é, da história do campo, e pela posse do capital específico. Os agentes aceitam os pressupostos cognitivos e valorativos do campo ao qual pertencem. Cada campo detém um sistema de filtragem diferente: um agente dominante em um campo pode não o ser em outro (Thiry-Cherques, 2006). Portanto, os campos produzem mecanismos de constante regulação de suas estruturas, alimentadas por forças e estratégias aplicadas em diferentes escalas para favorecer agentes em suas posições de poder e recursos.

No campo do turismo, o processo de desenvolvimento de um destino turístico não se explica apenas pela visão da “descoberta” de uma localidade e sua exploração por agentes externos. A maneira como os agentes internos do destino interagem com esses agentes externos – resultado da dinâmica interativa – influencia as formas de recepção ao turismo, podendo variar entre maior aceitação ou diferentes graus de resistência (Pimentel, 2020).

Isso significa que o turismo depende da interação entre os agentes e os impactos dessa interação, levando a um cenário de aceitação ou não da prática com base em sua condução e impactos sobre os interesses. Para construir, representativamente, um campo social à luz de Bourdieu, deve-se seguir as etapas metodológicas em consonância com o Quadro 2:

Etapas	Descrição
Etapa 1	Marcação de um segmento social com características sistêmicas (campo);
Etapa 2	Construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições objeto do estudo (posições);
Etapa 3	Decomposição de cada ocorrência significativa, características do sistema de posições do campo (<i>doxa</i>);
Etapa 4	Análise das relações objetivas entre as posições no campo (lógica);
Etapa 5	Análise das disposições subjetivas (<i>habitus</i>);
Etapa 6	Construção de uma matriz relacional corrigida da articulação entre as posições (estrutura);
Etapa 7	Síntese da problemática geral do campo.

Fonte: Adaptado de Thiry-Cherques (2006).

Com base nos estudos de Pimentel (2020), sob essa perspectiva bourdieusiana, possibilita-se construir, metodologicamente, o campo do turismo, estabelecendo e evidenciando as posições, a *doxa*, a lógica, o *habitus*, a estrutura e a problemática do campo a partir do esquema descrito no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Aplicação metodológica para a construção do campo do turismo

Etapas	Descrição
Etapa 1 Campo	Campo do turismo
Etapa 2 Posições	A viagem é o objeto institucionalizado no campo da prática turística, ou seja, esse é o valor básico do campo. Qual a posição dos agentes com base na viagem?
Etapa 3 Doxa	A ideologia do turismo é a viagem. A <i>doxa</i> no turismo pode ser vista sob a ótica de que viajar é uma necessidade humana, ao passo que o turismo é uma forma de conhecer e aprimorar o potencial humano (consenso coletivo).
Etapa 4 Lógica	Sua lógica interna (ou princípio operacional mais básico) é garantir a existência e o fluxo contínuo de viagens entre diferentes lugares e espaços no mundo. Viajar é uma forma de obter, acumular e expandir o capital simbólico. Assim, a viagem se torna uma forma de adquirir capital cultural.
Etapa 5 Habitus	Interesses especiais em um campo turístico: interesse econômico na produção, comércio e distribuição do turismo com investimentos feitos por agentes coletivos em hotel, aeronaves, agências, sistemas de informação, técnicas de execução de uma atividade no turismo; e investimentos psicológicos feitos por agentes individuais: adquirindo conhecimento de como realizar as coisas de forma apropriada com compromisso e adequação às regras do jogo.
Etapa 6 Estrutura	Os agentes principais são turistas (para quem todo o processo de produção turística é dirigido e que, ao legitimar o que é ou não é uma atração turística, exercem influência no setor) e força de trabalho dos residentes (responsável por viabilizar o funcionamento do sistema de turismo), ou seja, pessoas e organizações que produzem e operam o sistema turístico, além de instituições que representam e reúnem tais organizações produtivas e de classe. Em contrapartida, no campo do TBC, os agentes principais são as comunidades locais e os turistas que obedecem a uma organização protagonizada e estabelecida com base na reciprocidade e autogestão. No jogo, todos têm interesse em obter e acumular diferentes formas de capital. Os turistas tentam obter capital cultural; a força de trabalho e as organizações produtivas almejam capital econômico; e as organizações de classe (assim como os locais e os residentes) visam obter capital social.

	Entretanto, todas essas formas de capital precisam ser mediadas pelo capital turístico, que se configura como a principal forma de valor gerado dentro em um campo turístico.
Etapa 7 Problemática do campo	O capital turístico adquirido e utilizado no campo da prática turística é um subtipo de capital derivado do cultural. A operação da viagem produz uma incorporação da forma de ser, enquanto o capital do turismo significa o conhecimento acumulado pela prática do turismo. É a condição para ser um turista ou ter interesses turísticos. Isso implica a capacidade de influenciar e controlar o fluxo do turismo e da produção turística.

Fonte: Adaptado de Figueiredo (2010) e Pimentel (2015, 2020).

Ante o exposto, nota-se que Pimentel (2020) cria uma representatividade genérica do campo do turismo em um percurso metodológico, podendo se aplicar às mais diversas realidades dessa prática. No tocante à estrutura do campo (etapa 6), Pimentel (2020) oferece a representação gráfica da matriz relacional entre os agentes do campo (n agentes) como importante instrumento de correlação de informações a partir da coleta de dados, conforme descrito no modelo na Tabela 1.

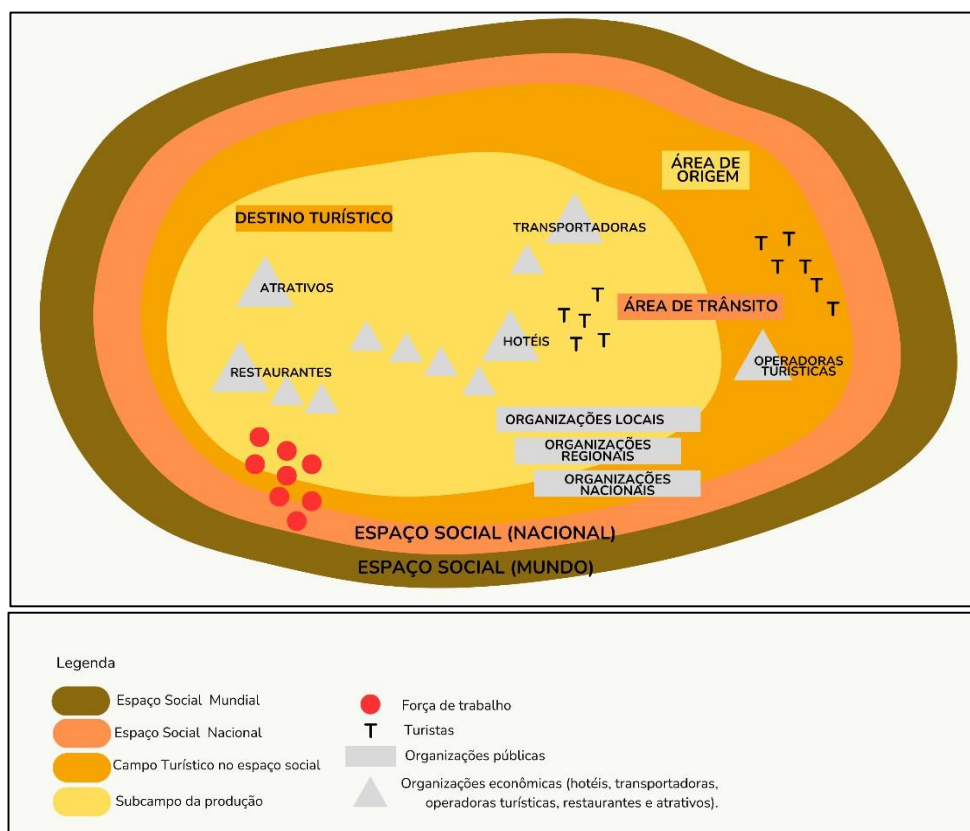
Tabela 1 – Matriz relacional de agentes para o campo do turismo

Agente/relação	Nenhuma relação	Setor privado	Setor público	3º setor	Convergência de todos os agentes
Setor privado	0	1	-	-	7
Setor público		2	4	-	
3º setor		3	5	6	

Fonte: Pimentel (2020).

A estratégia de aplicação da matriz relacional auxilia a interpretação praxiológica do fenômeno social, bem como facilita a construção visual do campo do turismo e, especificamente, o campo das práticas turísticas comunitárias, dando base para uma síntese representativa da realidade em análise (Figura 3).

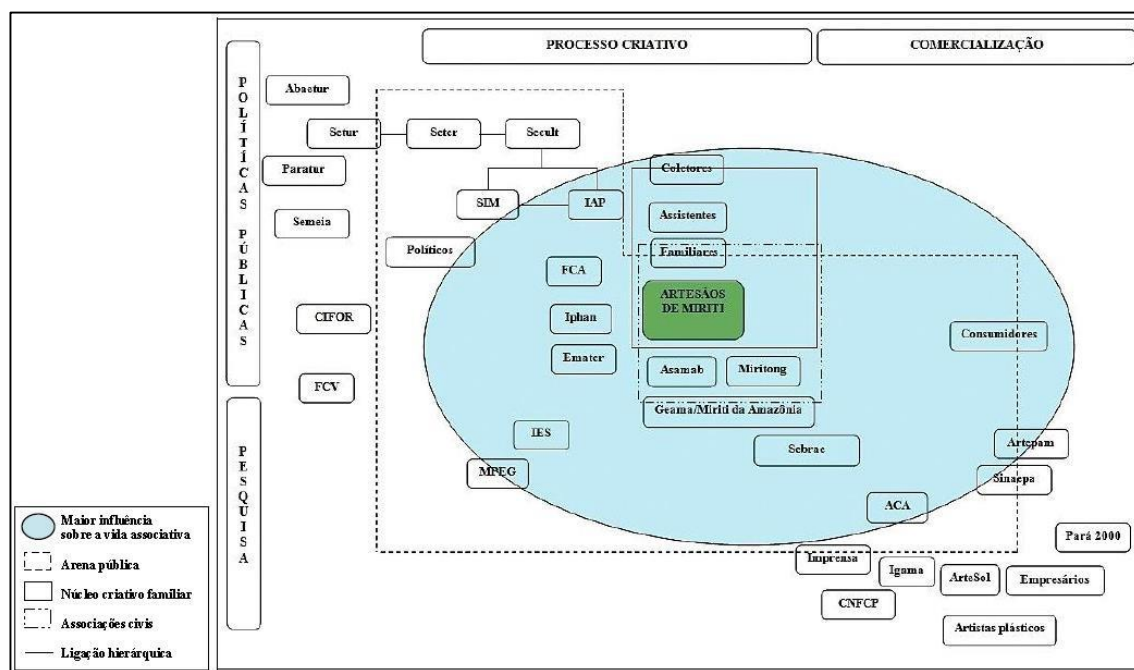
Figura 3 – Campo turístico no espaço social de Pimentel (2020)



Fonte: Adaptado de Pimentel (2020).

Vale ressaltar que o propósito metodológico desta pesquisa não é apresentar modelos, mas, sim, exemplos de representações visuais no campo social sob a visão de diversos autores. Além da experiência de investigação de Pimentel (2020), que analisa o campo do turismo sob a perspectiva de uma atividade econômica convencional, sem considerar a participação dos residentes do destino turístico, outros olhares contribuem para a construção do conceito de campo social, como o trabalho de Ferreira Júnior (2015), que representa os agentes e as influências sobre a vida associativa dos artesãos de miriti (Figura 4), e o estudo de Farias (2023), que demonstra os agentes da Região Turística do Alto Tapajós (Figura 5), ambos focados no estado do Pará.

Figura 4 – Representação gráfica do campo social de Ferreira Júnior (2015)



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Ferreira Júnior (2015).

Figura 5 – Representação gráfica do campo social de Farias (2023)



Fonte: Farias (2023).

A partir dos exemplos mencionados, esta pesquisa busca compreender o conjunto de relações entre os agentes sociais e suas posições e disposições, considerando os variados níveis de influência e participação. O objetivo é construir, metodologicamente, uma representação visual própria das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses, a ser apresentada em um capítulo adiante.

2.5 Identificação e caracterização dos agentes sociais da pesquisa

Com base no aporte metodológico descrito há pouco, tornou-se necessário esmiuçar os detalhes no que concerne aos agentes sociais que influenciam a dinâmica do campo, conhecendo suas peculiaridades e as ações que desenvolvem. Para tanto, elaborou-se o Quadro 4 para facilitar a compreensão das relações sobre as práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses, especificamente em Santo Amaro do Maranhão.

Quadro 4 – Caracterização dos agentes sociais envolvidos na pesquisa

continua

Grupo de Agentes	Agente social	Caracterização do agente	Ações de desenvolvem no campo
Agentes institucionais	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Órgão federal gestor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.	- Credencia prestadores de serviços para atuarem nas dependências do Parna Lençóis Maranhenses; - Fiscaliza atos de infração das regras de uso público, conservação e preservação; - Aplica ações previstas no plano de manejo; e - Envolve a comunidade nas ações de educação, conservação e preservação;.
	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Desenvolve ações relacionadas aos empreendedores locais ligados, principalmente, à Rota das Emoções.	- Oferta cursos de qualificação na sede do município; - Oferece serviços de consultorias empresariais em gestão para empresas locais.
	Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro (SEMTUR)	Órgão municipal de turismo para a criação e a aplicação da política municipal de turismo e plano de turismo.	- Fiscaliza o acesso de turistas para controle de capacidade de carga turística; - Apoio no processo de sinalização turística; - Auxilia no suporte para adesão e renovação do Cadastur; - Gerencia a taxa de turismo sustentável para acesso aos atrativos.
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Instituição de Ensino Superior Federal com projetos de ensino, pesquisa e extensão nas comunidades de Santo Amaro do Maranhão, como o Projeto da Rede de Turismo de Base Comunitária do Departamento de Turismo e Hotelaria.	- Oferta de palestras e oficinas aos comunitários; - Estímulo ao intercâmbio de saberes entre comunidades; e - Apoio e direcionamento para entender os princípios do Turismo de Base Comunitária.
	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Instituição de Ensino Superior Estadual com projetos de pesquisa e extensão subsidiados por agências de fomento. Desenvolveu o Projeto Rota das Areias em Satuba.	- Oferta de capacitações; - Estímulo ao processo de comercialização da rota turística.

continuação

	Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão (SETUR-MA)	Órgão estadual de Turismo responsável pelo planejamento e execução da política pública de Turismo.	- Oferta de cursos de qualificação profissional; - Sensibilização contra a prática do abuso e exploração sexual na comunidade; - Planejamento de programas e projetos de incentivo ao protagonismo comunitário no turismo de Santo Amaro do Maranhão.
	Hospital Municipal de Santo Amaro	Instituição pública municipal para atendimento de urgência e emergência à população local e turistas.	- Recebe pacientes da comunidade e turistas para tratar a saúde sob qualquer eventualidade dentro da comunidade ou no trajeto de realização dos passeios.
	Polícia Militar do Maranhão (PMMA)	Órgão estadual de Segurança Pública com extensão ao Batalhão de Polícia Turística.	- Recebe as ocorrências e aplica as ações de segurança na comunidade quando demandado.
	Corpo de Bombeiros do Maranhão (CBMMA)	Órgão estadual de Segurança Pública em Barreirinhas, que atua em Santo Amaro conforme as demandas de ocorrências.	- Recebe as ocorrências relacionadas aos sinistros e aos acidentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, atuando na busca e no salvamento.
	Ministério do Turismo	Órgão nacional de Turismo responsável pelo planejamento, execução e monitoramento do Plano Nacional de Turismo, Programas e Projetos.	- Incentivo à criação de hospedarias familiares por meio de edital específico de incentivo ao Turismo de Base Comunitária (2008); - Aplicação de ações ligadas à política nacional de turismo; e - Disponibilidade de recursos financeiros para desenvolvimento turístico sustentável no município de Santo Amaro;
	Câmara de Vereadores de Santo Amaro	Vereadores e outros profissionais que ocupam cargos políticos no município.	- Elaboração de propostas que atendam às demandas básicas da comunidade; e - Aplicação do discurso político no processo de poder e interesses dentro e fora das comunidades.
Agentes de mercado	Guia de Turismo	Profissional técnico e habilitado para desenvolver atividade de guiamento turístico nos Lençóis Maranhenses.	- Tem parcerias fechadas com restaurantes específicos para ganho de benefícios ao levar o turista para consumir; - Segue uma rotina de atendimento ao turista; - Estímulo à convivencialidade do turista e da comunidade; - Desenvolvimento de interpretação ambiental; e - Informar ao turista as principais regras de convivência na comunidade.
	Condutor de Turismo	Profissional habilitado pelo ICMBio a desenvolver atividade de condução de visitantes nas dependências do Parna Lençóis Maranhenses.	- Habitualmente, contratado, sobretudo, por deter conhecimentos empíricos sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, rotas etc. - Desenvolvimento de processos de interpretação ambiental; e - Informar ao turista as principais regras de convivência na comunidade.

	Agências de turismo receptivo	Equipamentos turísticos que comercializam e operacionalizam os passeios tradicionais.	- Encaminham demanda turística para as comunidades, principalmente, para o almoço; e - Recebe o turista convencional na sede do município e prepara o deslocamento até as comunidades.
	Operadoras turísticas nacionais e internacionais	Empresas turísticas que comercializam o destino Lençóis Maranhenses no mercado nacional e internacional.	- Captação de demanda nacional e internacional para turismo de experiência nas comunidades; - Comercialização de produtos turísticos; - Intermediação entre cliente e agências de turismo.
	Toyoteiro	Profissional habilitado e contratado prestador de serviço de transporte turístico para condução de veículo 4X4.	- Transporta turistas em veículo 4x4 até as principais lagoas e para a oferta de alimentação na comunidade.
Agentes comunitários	Comunitários que não atuam no turismo	Residentes da zona rural do município de Santo Amaro do Maranhão organizados em núcleos familiares. Não existe uma instituição representativa ativa, como uma associação.	- Convivem, direta ou indiretamente, com turistas com ou sem interação; e - Desenvolvem atividades diversas para subsistência, como atividades tradicionais de pesca ou agricultura.
	Comunitários empreendedores do turismo local	Moradores da comunidade de Betânia e Satuba, proprietários(os) de empreendimentos que recebem visitantes. Grupo representado, majoritariamente, por mulheres. Vendedores autônomos de produtos ligados às cadeias produtivas associadas.	- Participam ativamente do turismo; - Possuem contato direto e indireto com o turista; - Criaram as primeiras estruturas de apoio ao turista na comunidade; - Prestam serviços de alimentação e hospedagem ao turista; - São responsáveis pelas principais demandas turísticas; - Participam de ações de fomento ao desenvolvimento do turismo; - Movimentam renda e contribuem na geração de empregos na comunidade;
	Pescadores barqueiros	Comunitários que desenvolvem a atividade da pesca na comunidade de Betânia e atuam também no turismo com travessia de turistas.	- Prestação de serviço de travessia pelo rio Alegre; e - Possibilitam acesso do turista até a comunidade.
Agentes associativos	Cooperativa de Transportes Turísticos de Santo Amaro do Maranhão (Santo Amaro COOP)	Organização que reúne os principais prestadores de serviços de transporte turístico de Santo Amaro do Maranhão.	- Transportam turistas até as comunidades; - Organizam coletivamente a participação de transportes turísticos no município.
	Instância de Governança Regional Polo Lençóis e Delta (IGR)	Instituição de representatividade e governança turística do Polo Turístico Lençóis e Delta.	- Diálogo para fortalecimento do protagonismo comunitário para municípios do polo turístico; e - Apoio à participação comunitária na governança turística.

	Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro (COMTUR)	Organização consultiva e deliberativa de entidades de classe pública e privada responsáveis por conduzir ações ligadas à política municipal de turismo.	- Desempenha poucas ações que contemplem as comunidades; e - Deveria estimular a participação comunitária no processo de decisão.
	Conselho Consultivo do PNLM	Organização de caráter consultivo conduzida pelo órgão gestor do PNLM.	- Debate conflitos e interesses, direcionando, essencialmente, as formas de uso da unidade de conservação.
Agentes Turistas	Turista convencional	Pessoa na condição de cliente que contrata serviços turísticos/consumidor.	- Consome alimentação e, em alguns casos, hospedagem nos empreendimentos turísticos de Betânia e Satuba; - Ocupa a posição de cliente e consumidor de serviços; - Gera receitas para os comunitários-empresendedores; e - Usuário dos atrativos naturais presentes nas comunidades.
	Turista <i>trekking</i>	Pessoa na condição de cliente que contrata serviço específico de <i>trekking</i> para travessia por caminhada pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.	- Consome alimentação e hospedagem; - Utiliza os empreendimentos muito mais para descanso do que lazer; - Usuário dos atrativos naturais e culturais; - Busca conhecer além dos atrativos usuais do turista de massa.
	Estudantes	Estudantes de escola de outra unidade federativa que desenvolvem imersão comunitária em Santo Amaro do Maranhão.	- Vivenciam experiências cotidianas de interação com os comunitários; - Prestam serviço voluntário de saúde básica e social aos comunitários; e - Geram renda aos comunitários adquirindo produtos locais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A caracterização dos agentes sociais e as ações que desempenham no campo da prática turística comunitária nos Lençóis Maranhenses permitiram desenvolver as etapas consecutivas da pesquisa, criando instrumentos de coleta de dados, aplicando e ampliando, metodologicamente, o entendimento no tocante à dinamicidade do campo das práticas turísticas comunitárias.

2.6 Etapas de pesquisa

A partir do enquadramento teórico-metodológico, foi possível sistematizar as etapas da pesquisa, delineando o passo a passo para a execução dos procedimentos metodológicos. Tais etapas podem ser descritas no Quadro 5 a seguir.

Etapa	Abordagem	Descrição	Produção
1	Exploratória	Pesquisa bibliográfica e documental: leituras, fichamentos e sínteses.	Primeiros capítulos de tese
2	Exploratória e descritiva	Coleta de dados em pesquisa de campo por meio de observação direta sistemática, entrevistas semiestruturadas, aplicação de formulários e registros fotográficos.	Banco de dados coletados
3	Analítica	Tratamento, análise e interpretação dos dados por intermédio de técnicas de análise de conteúdo e correlação de dados (Bardin, 2011, 2016).	Análise dos dados da pesquisa
4	Descritiva	Construção dos campos sociais (Bourdieu, 1983, 1996).	Representação gráfica do campo social de pesquisa
5	Analítica	Apresentação dos resultados e elaboração final da tese.	Tese final

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

2.7 Procedimentos metodológicos

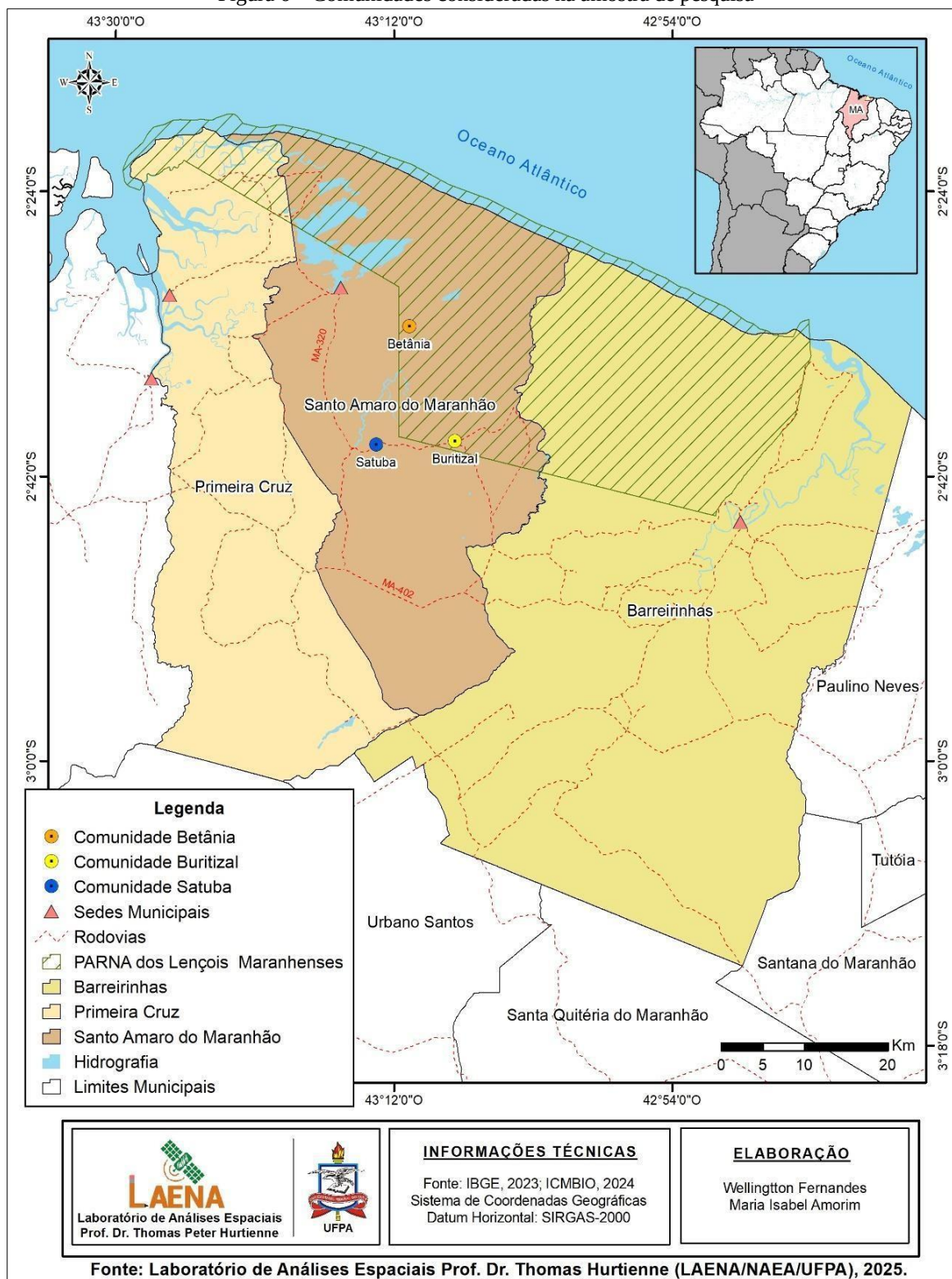
Esta pesquisa foi realizada sob um enquadramento teórico-metodológico da fenomenologia e dialética, tomando como norte a visão praxiológica imersa na teoria da prática abordada por Bourdieu (1994) em sua obra “Esboço de uma Teoria da Prática”. A fenomenologia é exposta como um método filosófico que desvela a cotidianidade do mundo do ser, cuja experiência atravessa e transparece na descrição de suas vivências (Silva; Lopes; Diniz, 2008).

No campo científico do turismo, a descrição fenomenológica baseia-se na observação e em sua percepção como um fenômeno altamente dinâmico, desenvolvido no tempo e no espaço por um indivíduo ou um grupo. Por sua vez, a dialética une-se a esse encadeamento metodológico, representando o modo pelo qual pensamos as contradições da realidade para extrair dos contrários um terceiro estrato: a síntese (Konder, 2008).

Desse modo, é possível observar o sentido da praxiologia como ação prática subsidiada por um *habitus* sob a perspectiva de uma estrutura estruturante que orienta, mas não determina por si só a prática. Logo, a pesquisa centrou-se em uma análise do modo pelo qual o campo da conservação ambiental do PNLM e do mercado turístico convencional do Polo Lençóis e Delta influenciam a gestão das práticas turísticas comunitárias em Santo Amaro (MA), mais especificamente em comunidades como Satuba, Buritizal e Betânia, definindo, assim, possíveis mecanismos que impactam, positiva e/ou negativamente, a construção do campo do TBC.

Nesse contexto, considera-se como universo de pesquisa o conjunto de comunidades tradicionais localizadas no PNLM e no entorno imediato. Desse espaço, delimitam-se, enquanto amostra, as comunidades de Satuba, Buritizal e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, conforme Figura 6.

Figura 6 – Comunidades consideradas na amostra de pesquisa



De acordo com Gil (2008, p. 90), “o universo ou população é o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características e a amostra é um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse

universo ou população”. Isto posto, a metodologia empregada consistiu na elaboração de uma pesquisa descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa, conforme estudo bibliográfico-documental por meio da coleta de dados oficiais, com posterior pesquisa de campo para a aplicação de entrevistas, formulários, boletins de escuta, observação direta e registros em cadernos de campo e fotográficos.

Com base nesses procedimentos, a metodologia adotou, preliminarmente, um nível descritivo, com o foco na identificação e na descrição das práticas turísticas comunitárias, suas formas de gestão, os princípios que as norteiam suas práticas e os mecanismos de influência dos agentes internos e externos no que tange à dinâmica do campo. Em um segundo momento, a pesquisa avançou para um nível analítico, adotando uma abordagem exploratória para examinar percepções, relações e influências entre os agentes sociais. Nesse estágio, os dados e as informações coletadas foram analisados de modo a assegurar a congruência dos fatos e a validação do estudo. Para Zikmund (2000, n.p.):

[...] os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

Mediante o exposto, a primeira fase exploratória consistiu em um levantamento bibliográfico e documental concernente às teorias e às linhas de pensamento relacionadas ao conceito de desenvolvimento. Em seguida, aprofundaram-se os fundamentos teóricos do Turismo de Base Comunitária, no intuito de compreender a evolução dessa prática no mundo, com ênfase na América Latina e no Brasil.

Tal levantamento bibliográfico foi realizado nas principais bases de pesquisa acadêmica: Google Scholar, SciELO, portal de periódicos da CAPES e Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc), além de *sites* oficiais de órgãos relacionados à área de estudo, desenvolvendo uma programação de leituras e fichamentos para construção dos capítulos iniciais da tese.

No âmbito da pesquisa descritiva, partiu-se para a caracterização das áreas de estudo, com determinação dos aspectos geográficos, sociais, econômicos, culturais e turísticos das comunidades de Satuba, Buritizal e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, região dos Lençóis Maranhenses. No que diz respeito à pesquisa qualitativa, seu objeto é o universo da produção humana por meio de relações, representações e intencionalidades (Minayo, 2008). Isso

demonstra a abordagem empregada na coleta de dados, reiterando sua importância para a obtenção dos resultados almejados.

Em vista disso, cumprindo as primeiras fases exploratórias e descritivas, verificou-se a necessidade de definir os métodos aplicados que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 36), “determinará (ão) os procedimentos a serem utilizados, tanto na coleta de dados e informações quanto na análise”.

2.7.1 Métodos de coleta de dados

A pesquisa se fundamentou em uma abordagem multimétodos, integrando observação, pesquisa de campo com entrevistas, *survey* e viagem focal. O propósito foi identificar as práticas turísticas comunitárias e suas formas de gestão, além de investigar os mecanismos de influência dos campos e as percepções dos agentes externos, tendo em vista suas performances na condição de visitantes. Na perspectiva de Gil (2008), a observação refere-se à aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade, auxiliando na análise de cenários e comportamentos. Sendo assim, por meio do uso de métodos e técnicas próprios, são produzidos resultados peculiares acerca da realidade estudada (Rudio, 2014).

Nessa vertente, as técnicas observacionais se destacam em comparação às entrevistas, em vista da possibilidade de um pesquisador testemunhar atividades e situações bastante comuns ou tidas como certas na vida cotidiana. Além disso, as entrevistas sempre criam certo contexto de formalidade que pode inibir os relatos das pessoas. Além disso, os relatos se baseiam em memórias, o que pode possibilitar alguma distorção da realidade (Bispo, 2015).

Para acessar as práticas turísticas, é relevante notar que as técnicas de observação são mais adequadas para identificar aspectos de performatividade, isso porque nem todas as ações humanas são intencionais e reflexivas (Garfinkel, 1967; Gherardi, 2006), além disso, não estão todas disponíveis para serem divulgadas pelos praticantes. Costumeiramente, as pessoas executam várias ações sem perceber que as estão realizando e, com frequência, sem compreender plenamente a maneira como as desempenham. Esse fenômeno é evidente, sobretudo, em atividades cotidianas, como dormir (Bispo, 2015).

Com esse intuito, a observação direta foi empreendida para obter informações sobre o cotidiano das comunidades, das práticas turísticas realizadas e das interações entre os agentes do campo. Enquanto a pesquisa de campo apoia a busca pela informação com a população pesquisada, exigindo do pesquisador um encontro mais próximo e direto. Nesse caso, o

pesquisador precisa ir ao espaço no qual o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (Gonsalves, 2001).

Para esta investigação, a pesquisa de campo foi compartimentada, adotando-se a seguinte classificação oficial: pré-campo I, pré-campo II, campo I, campo II, campo III e campo complementar. No pré-campo I, realizou-se um contato prévio com as comunidades Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, desenvolvendo principalmente um *survey* em julho de 2022. Em seguida, no pré-campo II (maio de 2023), visitaram-se as comunidades Atins e Ponta do Mangue em Barreirinhas, como forma de conhecer essas realidades no campo da prática turística comunitária.

Posteriormente, o campo I demarcou a coleta de dados na comunidade Satuba entre fevereiro e março de 2024. Por conseguinte, o campo II foi um importante momento para coletar dados nas comunidades Satuba e Betânia em junho de 2024. Por fim, realizou-se o campo III na comunidade Buritizal em Santo Amaro do Maranhão e um campo complementar na comunidade Bar da Hora em Barreirinhas em julho de 2024 (Quadro 6).

Quadro 6 – Organização das pesquisas de campo nos Lençóis Maranhenses

Etapas de campo	Período	Local
Pré-campo I	Julho de 2022	Comunidades Satuba e Betânia (Santo Amaro do Maranhão)
Pré-campo II	Maio de 2023	Comunidades Atins e Ponta do Mangue (Barreirinhas)
Campo I	Fevereiro e março de 2024	Comunidade Satuba (Santo Amaro do Maranhão)
Campo II	Maio de 2024	Comunidades Satuba e Betânia (Santo Amaro do Maranhão)
Campo III	Junho de 2024	Comunidade Buritizal (Santo Amaro do Maranhão)
Campo complementar	Julho de 2024	Comunidade Bar da Hora (Barreirinhas)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Nessa etapa de coleta, a pesquisa *survey* se caracteriza pela obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, representando uma população-alvo. Essa coleta é realizada mediante um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (Fonseca, 2002).

Por seu turno, a viagem focal ou visita focal (Figura 7) constitui-se como um método adaptado para esta pesquisa de acordo com as concepções do método grupo focal, em que se selecionam agentes sociais relacionados ao campo do turismo para a visita imersiva em comunidades ou destinos turísticos de modo a vivenciar experiências turísticas e, assim, relatar,

por meio de questionário e de forma individual, suas percepções vividas seguido de momento coletivo de relato oral da experiência compartilhada.

Figura 7 – Etapas de aplicação da viagem focal



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Esse método adequa-se à realidade do campo científico do turismo, evoluindo do conceito de grupo focal que, segundo Dias (2000), visa identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto, produto ou atividade. Em pesquisas de abordagem fenomenológica, para o autor, o grupo focal favorece a oportunidade de aprender como os participantes interpretam a realidade, seus conhecimentos e experiências.

Direcionada ao campo da prática turística comunitária, a visita focal pode ser descrita como uma metodologia inovadora, caracterizada por aliar visita com experimento de interpretação e análises dos (com e pelos) comunitários e outros agentes importantes do campo (Figueiredo, 2024).

Como forma de acessar os agentes da pesquisa para coleta de dados no decorrer da pesquisa de campo, adotou-se a amostragem não probabilística, em decorrência de sua acessibilidade ou conveniência, e o uso do método bola de neve. Assim sendo, a técnica bola de neve (ou *snowball*) é um método de amostragem de rede útil que viabiliza estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas, ou que não há precisão a respeito de sua quantidade (Bernard, 2005).

2.7.1.1 Abordagem descritiva

Quanto aos aspectos descritivos necessários para atender aos objetivos de pesquisa, adotou-se uma sistemática conduzida pela observação direta, pelos registros em caderno de campo, entrevistas e pela viagem focal para conduzir as seguintes produções sobre as práticas turísticas comunitárias em Satuba, Buritizal e Betânia:

- (i) identificação do conjunto de práticas dado o encontro, a participação e a interação entre os agentes;
- (ii) caracterização das práticas;
- (iii) mapeamento das práticas conforme sua produção e reprodução no espaço e território;
- (iv) descrever princípios que regem as práticas;
- (v) descrever as formas de gestão das práticas; e
- (vi) descrever os mecanismos de influências sobre as práticas (Quadro 7).

Quadro 7 – Sistematização da pesquisa descritiva sobre as práticas estudadas

Etapas descritivas	Instrumento de coleta
Identificação do conjunto de práticas	Observação direta, registros e caderno de campo, formulário de identificação de práticas.
Caracterização das práticas	Observação direta, registros e caderno de campo, formulário de identificação de práticas e entrevistas.
Mapeamento das práticas	Observação direta, registros e caderno de campo, formulário de identificação de práticas, entrevistas, registros fotográficos e coleta de coordenadas geográficas.
Descrever os princípios	Observação direta e entrevistas.
Descrever as formas de gestão das práticas	
Descrever os mecanismos de influências sobre as práticas	

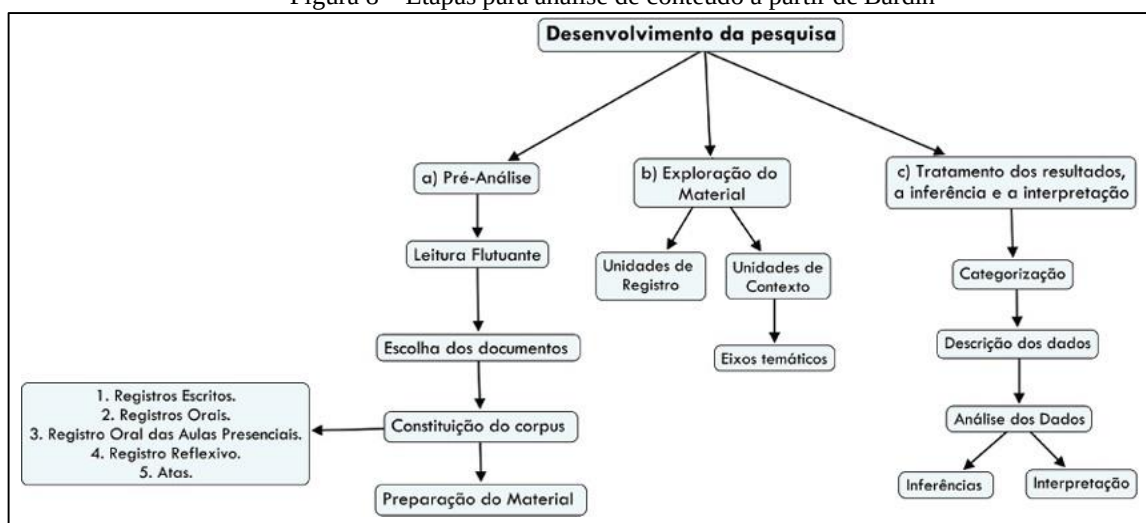
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

2.7.1.2 Abordagem analítica

Em uma segunda fase exploratória, empreendeu-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), foca em mensagens (comunicação), categorial-temática (apenas uma das possibilidades de análises) e objetiva a manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mensagem. De forma mais detalhada, a análise de conteúdo dividiu-se em três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados e interpretações (Bardin, 2016).

Para as entrevistas e registros de observação direta, mediante aplicação de formulários, sistematizaram-se os dados extraídos nas seguintes etapas: (a) análise temática – dividindo o texto em temas principais; (b) características associadas ao tema central; e (c) análise das oposições – confronto de ideias e percepções dos respondentes. Em função disso, a abordagem analítica desta tese adequou-se ao arcabouço metodológico proposto por Bardin (2011, 2016), tomando por base representativa a proposta desenvolvida por Mendes e Miskulin (2017) (Figura 8).

Figura 8 – Etapas para análise de conteúdo a partir de Bardin



Fonte: Mendes e Miskulin (2017).

Em adição à abordagem analítica da tese, adotou-se a matriz relacional de agentes de Pimentel (2020), descrita anteriormente, conduzindo as correlações dos agentes sociais com definição clara de suas posições no campo. Na sequência, empreendeu-se a construção do campo social das práticas turísticas comunitárias nos povoados pesquisados em consonância com as contribuições de Bourdieu (1983). Por fim, responderam-se às questões acerca da problemática do campo com base na sequência descrita por Thiry-Cherques (2006) no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Ciclo investigatório de síntese da problemática geral do campo

Pergunta 1	Como são adquiridas as estruturas cognitivas, isto é, quais são os capitais, principalmente, qual é o capital simbólico em jogo?
Pergunta 2	Como o mundo é percebido, dividido e registrado pelos agentes? Como as estruturas cognitivas se ajustam às estruturas objetivas? E quais são as coerções e as relações de dominação que elas exercem?
Pergunta 3	Quais são os interesses de perpetuação da riqueza, do <i>status</i> e da dominação envolvidos?
Pergunta 4	Quais são os grupos de interesse? Quais são os conflitos que acontecem no interior do campo?

Fonte: Adaptado de Thiry-Cherques (2006).

Para compreender a convergência e os percursos metodológicos para a coleta de dados, levando em consideração as etapas de pesquisa, elencaram-se os objetivos específicos da pesquisa, os instrumentos de coleta, os agentes envolvidos, o período e o *loci* de aplicação (Quadro 9).

Quadro 9 – Sistematização de coleta de dados para a pesquisa

Objetivos específicos	Instrumentos de coleta	Agentes envolvidos	Data de aplicação	Lócus de aplicação
Identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas comunitárias com base na percepção de seus agentes.	Observação direta, formulários de identificação, entrevistas e aplicativos de coleta de coordenadas geográficas.	Agentes comunitários, agentes de mercado e agentes turistas	Fevereiro, março e maio de 2024	Comunidade Satuba
Conhecer as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias e os princípios que as norteiam.	Observação direta, formulários de identificação, entrevistas e viagem focal.	Agentes comunitários, agentes associativos, agentes de mercado e agentes institucionais	Junho e julho de 2024	Comunidades Satuba e Betânia
Compreender os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias.	Observação direta, entrevistas, matriz relacional e viagem focal.	Agentes comunitários, agentes associativos, agentes de mercado e agentes institucionais e agentes turistas		Comunidades Satuba, Betânia e Buritizal
Demonstrar o campo das práticas turísticas comunitárias dos Lençóis Maranhenses com a posição, a disposição e as relações de seus agentes sociais.	Observação direta, entrevistas e construção gráfica do campo social.	Agentes comunitários, agentes associativos, agentes de mercado, agentes institucionais e agentes turistas	Junho a setembro de 2024	Comunidades Satuba, Betânia e Buritizal

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

2.7.2 Categorias de análise e suas variáveis

No contexto da pesquisa, as categorias de análise e suas possíveis subcategorias ajudam a conectar os aspectos teóricos aos práticos e ampliar o entendimento sobre os fatos abordados para atender aos objetivos propostos. Nesse cenário, cada categoria corresponde a um conjunto de unidades de análise que se organizam tendo alguma semelhança que as aproxima. As categorias são construtos linguísticos, não tendo, por isso, limites precisos. Daí decorre a importância de sua descrição cuidadosa, viabilizando aos leitores e a outros interlocutores as opções e as interpretações assumidas pelo pesquisador (Galiazzi; Moraes, 2005).

Nesse sentido, um conceito não se resume a uma palavra ou ao significado que lhe atribuem, posto que “uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido” (Koselleck, 2006, p. 109). O que justifica a necessidade de definir abordagens e pontos de vista sobre enquadramentos conceituais e aportes teóricos que sustentam o desenvolvimento da tese.

Dentre as principais categorias de análises desta pesquisa, destacam-se: comunidade tradicional (Brandão, 2010), protagonismo (Bourdieu, 1994; Boff, 2014), organização comunitária (Ostrom, 1990, 2005; Bartholo, 2003; Matos, 2012; Rodrigues; Ferreira; Scaglia, 2014), gestão de empreendimentos comunitários (Andrade, 2001; Miranda *et al.* 2019), prática turística (Pinto; Moesch, 2005; Figueiredo, 2022), atividade turística (Brasil, 1998), Turismo de Base Comunitária (Bartholo *et al.*, 2009; Figueiredo, 2022; Araújo, 2021), mercado turístico (Beni, 1990; Beni e Moesch, 2017), campo social (Bourdieu, 1983), campo turístico (Figueiredo, 2022), parque nacional (Brasil, 1934, 2000), o desenvolvimento (Polanyi, 1990; Rodrigues, 1997; Silva, 2021) e conservação ambiental (Callicott, 1990; Brasil, 2000; Diegues, 2001; Worster, 2012).

Conforme descrito, a categoria **comunidade tradicional** constitui-se como um grupo social local que desenvolve:

- a. dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo ante a transformação da natureza por meio do trabalho dos fundadores que nele se instalaram;
- b. saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;
- c. relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;
- d. reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
- e. atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;
- f. experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; e

- g. estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental (Diegues, 2001; Brandão, 2010).

Por sua vez, o **protagonismo** se destaca enquanto categoria de análise, como base conceitual, em que os agentes (comunitários), uma vez tomados de consciência dos fatos sociais e históricos que permeiam suas heranças de vida, tornam-se donos de seu tempo-espço, despertados por ensinamentos e aprendizados cotidianos (Bourdieu, 1994).

Nessa oportunidade, evoca-se, também, a relevância da **organização comunitária** enquanto categoria-chave que se define como uma iniciativa de mobilização e organização de um conjunto de moradores/as de determinada comunidade (território ou região) para obter, por si, melhorias para a população (comunidade) junto ao Estado/Poder Público e a outros atores sociais (Rodrigues; Ferreira; Scaglia, 2014).

A categoria **gestão de empreendimentos comunitários**, em sua episteme original, deriva do latim *gestio*, que expressa a ação de dirigir, administrar e gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou de que fazem uso (Andrade, 2001). Além disso, refere-se a toda forma de organização, como associações, cooperativas ou empresas familiares, composta por indivíduos da própria comunidade, responsáveis pela gestão e implementação de serviços e produtos, com base no manejo sustentável dos recursos naturais em seu território (Miranda *et al.*, 2019).

No âmbito conceitual, a **prática turística** é uma categoria abordada sob a perspectiva socioantropológica como expressão de sociabilidade, isto é, trocas econômicas e sociais, geradas pelo encontro e pela interação entre o turista e a comunidade residente. Esse encontro é concebido como o núcleo da prática turística. Nessa dinâmica, os principais agentes em campo são os turistas e as comunidades receptoras, cujo encontro entre eles é o principal fato social do turismo (Figueiredo, 2022). Nessas práticas turísticas, podem-se elencar subcategorias como a atividade turística e o Turismo de Base Comunitária.

A **atividade turística**, por sua vez, refere-se ao aspecto econômico do turismo, representado pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos, efetuadas entre os agentes econômicos do setor. Essa atividade é desencadeada mediante o deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora da área ou região em que mantêm residência fixa, por qualquer motivo, exceto o de exercer alguma atividade remunerada no local visitado (Brasil, 1998).

Em contrapartida, o **Turismo de Base Comunitária** é uma expressão do mundo contemporâneo, dado que as pessoas não se contentam mais em comprar ou vender. Vive-se

um período em que produzir simulacros de relações, da espetacularização da natureza e da cultura com intuito de mercantilização começa a ser questionado. O que o ser humano tem de mais rico é sua possibilidade de relação direta com o outro e com o diverso (Bartholo *et al.*, 2009).

Em outra perspectiva, o TBC surge consoante com três aspectos importantes: as ideias ambientalistas promovidas a partir da década de 1980, em consonância com o surgimento de novas expressões como desenvolvimento sustentável; a expansão do turismo no mundo, com viagens realizadas não somente nos destinos tradicionais, como nas cidades europeias, mas também em áreas naturais e em países do capitalismo periférico a partir do ecoturismo; e a oportunidade de as comunidades assumirem a gestão de visitas turísticas vinculada à diversificação de suas atividades econômicas e à criação de alternativas de reprodução social e cultural (Figueiredo, 2022).

No que se refere ao **mercado turístico**, é factível considerar como um sistema necessário para o desenvolvimento da atividade turística. Ideia que pode ser fortalecida pelo modelo do SISTUR, formulado por Beni (1990), que estabelece componentes e suas inter-relações vinculados à produção, à distribuição e ao consumo de mercado de causa e efeito entre oferta e demanda. De forma sintética, o mercado turístico define-se como o mecanismo por meio do qual compradores e vendedores de bens e serviços se defrontam para determinar preços e quantidades (Cunha, 1997).

O **campo social**, como categoria de análise, refere-se a um espaço estruturado de posições (ou de postos), cujas propriedades são determinadas pelas relações entre agentes sociais que o ocupam, podendo ser analisado independentemente das características desses agentes (Bourdieu, 1983). Dentro desse escopo, destaca-se o **campo turístico** como uma subcategoria do campo social, representado pelos agentes e relações que tornam a prática turística possível. Esse campo é influenciado pelo campo científico do turismo, que, ao elaborar conceitos e categorias, contribui para a criação de novas práticas (ou “boas práticas”) (Figueiredo; Nóbrega, 2015; Figueiredo, 2022).

A categoria **Parque Nacional** diz respeito a monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, merecem-no (Brasil, 1934). Diante disso, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000).

Por sua vez, a categoria **desenvolvimento** também se destaca nesta pesquisa como um fenômeno de natureza social, marcado por controvérsias no que concerne às suas formas de concepção e aferição (Silva, 2021). Dessa forma, não deve ser entendido como sinônimo de crescimento, tampouco como simples regulador da distribuição de riquezas. Rodrigues (1997) reforça essa premissa ao lembrar que a economia, por si só, não garante eficácia social, e que o crescimento do PIB não pode ser adotado como referencial único para definir o que é “desenvolvimento” (Rodrigues, 1997).

Por fim, a categoria **conservação ambiental**, enquanto conceito, incorporou vários elementos ao longo do tempo. Para Pinchot (1865-1946), a conservação tratava-se de um manejo racional dos recursos naturais, proporcionado pelo melhor uso da tecnologia e garantindo sua disponibilidade para as gerações presentes e futuras (Callicott, 1990).

Em 1956, com a criação da *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), a conservação adquiriu um sentido abrangente (McCormick, 1992; Holdgate, 1999; Worster, 2012; Franco *et al.*, 2015), demarcado pelo campo teórico da Biologia da Conservação, ampliando-se à medida que, ao acumular experiências, acumula, também, conteúdos diversos (preservação, economia, políticas públicas, genética, sustentabilidade, recursos naturais, ecossistemas, entre outros) sincrônica e diacronicamente (Nora; Franco, 2018).

Nesse entendimento, a essência da conservação não está apenas no uso adequado e criterioso dos recursos naturais, mas também na consciência no que concerne às populações ou às comunidades tradicionais existentes, seus territórios e suas relações com a natureza (Diegues, 2001), ou seja, evoluções necessárias para um pensamento relacionado a uma conservação socioambiental.

Para avançar na compreensão das categorias de análise e de suas variáveis, no cumprimento dos objetivos específicos de pesquisa, desenvolveu-se um processo de correlação entre esses elementos, apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Correlação objetivos-categoria-variáveis na pesquisa

Objetivo Específico	Categorias	Variáveis
Identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas comunitárias com base na percepção de seus agentes.	Prática; prática turística; prática turística comunitária; comunidade tradicional; organização comunitária.	Percepção; participação; frequência; benefícios; níveis de satisfação; envolvimento; coordenadas geográficas; dimensões de sustentabilidade; resultados; e interação.
Conhecer as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias e os princípios que as norteiam.	Prática turística; gestão de empreendimentos comunitários; Turismo de Base Comunitária.	Atividades; organização; cadeia de suprimentos; regras de convivência; confiança; integração; comercialização; pessoas; e experiência.
Compreender os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias.	Atividade turística; mercado turístico; parque nacional; campo social; desenvolvimento; campo turístico.	Manejo; zoneamento ambiental; visitação; carga; normas; capacidade; oferta; demanda; comunicação; consumo; e parcerias.
Demonstrar o campo das práticas turísticas comunitárias dos Lençóis Maranhenses com a posição, disposição e relações de seus agentes sociais.	Campo social; campo turístico; prática turística comunitária.	Concorrência; autoridade; poder; legitimidade; autonomia; confiança; conflito; codependência; solidariedade; submissão; dominante; neutralidade; consumidor; mediador; defensor; mobilizador; pioneiro; resistência; estratégica; orientadora; e interacionista.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na sequência, apresenta-se a estruturação metodológica da pesquisa reunida em um quadro síntese (Quadro 11), relacionando os objetivos específicos, os fundamentos teóricos, o enfoque interdisciplinar, os instrumentos de coleta e os resultados esperados.

Quadro 11 – Síntese metodológica da pesquisa

continua

Objetivos	Fundamentação teórica	Enfoque interdisciplinar	Procedimentos metodológicos	Resultados esperados
Identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas comunitárias com base na percepção de seus agentes.	Pinto e Giddens (1979), Bourdieu (1983; 1994), Moesch (2005), Thiry-Cherques (2006), Brandão (2010), Freitas (2012), Bispo (2015, 2016), Pimentel (2020) e Figueiredo (2022).	Comunidades tradicionais, desenvolvimento e turismo.	Pesquisa descritiva e exploratória cujos procedimentos metodológicos observação direta, pesquisa de campo com aplicação de formulários, entrevistas, viagem focal e registro fotográfico.	Evidências sobre as práticas turísticas que ocorrem nas comunidades dos Lençóis Maranhenses.
Conhecer as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias, bem como os princípios as norteiam	Ostrom (1990), Maldonado (2005), França e Almeida (2010), Matos (2012), Boff (2014), ICMBio (2018), Miranda <i>et al.</i> (2019) Araújo (2021), ASL (2022) e MTur (2023).	Gestão de práticas turísticas comunitárias, sustentabilidade e desenvolvimento.	Pesquisa descritiva e exploratória com uso do método de observação direta, pesquisa de campo com aplicação de formulários, entrevistas, viagem focal e registro fotográfico.	Panorama sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias e identificação de princípios próprios que as norteiam.

conclusão

Compreender os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias.	Butler (1980), Bourdieu (1983, 1994, 1996), Beni (1990, 2001), Brasil (2000), Beni e Moesch (2017), ICMBio (2020, 2022) e Melo e Crema (2022).	Conservação ambiental, capitalismo e turismo.	Pesquisa exploratória com estudo bibliográfico, documental, pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas e viagem focal.	Inferência acerca dos principais mecanismos que atuam sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses.
Demonstrar o campo das práticas turísticas comunitárias dos Lençóis Maranhenses com a posição, a disposição e as relações de seus agentes sociais.	Bourdieu (1983, 1994, 1996), Thiry-Cherques (2006), Bardin (2011, 2016), Pimentel (2020) e Figueiredo (2022).	Campo social, Lençóis Maranhenses e Turismo.	Análise de conteúdo, análise relacional e campo social.	Representação visual do campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses e matriz relacional dos seus agentes sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

2.7.3 Considerações éticas e limitações de pesquisa

Esta pesquisa segue os preceitos estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Brasil, 2018). Na elaboração dos instrumentos de coleta de dados, foi assegurada a ausência de solicitação de dados sensíveis aos agentes investigados durante as entrevistas. Ao final dos formulários, incluiu-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando os objetivos do estudo e garantindo o sigilo quanto à identificação de pessoas físicas e jurídicas, assegurado mediante codificação e categorização dos agentes.

A pesquisa foi realizada sob autorização para atividades de finalidade científica nº 94.343-1, emitida pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO/ICMBio), não havendo a coleta de material biológico, apenas observações e entrevistas de caráter socioambiental.

Para conduzi-la a uma validação apropriada dos dados e resultados da pesquisa, foram elencadas como limitações ao método: (i) logística de acesso e mobilidade nas comunidades para a aplicação dos instrumentos de coleta – um desafio para atingir uma amostra expressiva de entrevistados; (ii) sazonalidade turística que, em períodos de alta estação, demanda mais tempo dos comunitários para a prestação de serviços junto aos clientes – gerando indisponibilidade de alguns agentes para participar das entrevistas.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A origem do Turismo de Base Comunitária, também denominado Turismo Comunitário ou Turismo de Base Local, enquanto prática e conceito está alicerçada no contexto histórico das necessidades globais de transformação diante das relações insustentáveis entre sociedade e natureza. Esse movimento ganhou força, essencialmente, a partir da “grande transformação” descrita por Polanyi (1990), instaurada com os primórdios do capitalismo e da Revolução Industrial na Europa dos séculos XVIII e XIX, cujos efeitos reverberaram, posteriormente, em escala global.

A partir do desenvolvimento industrial e urbano, associados à concepção de crescimento e progresso, marcados por avanços técnicos e tecnológicos, ampliação da mobilidade e integração entre cidades, intensificação da exploração e do consumo de recursos naturais, consolidou-se uma cultura pautada na degradação ambiental. Diante desse cenário e da crise ambiental emergente, tornou-se necessária adoção de uma postura distinta, capaz de repensar os modelos de relação entre sociedade, natureza e desenvolvimento.

Em paralelo a esse marco histórico, enquanto atividade de mercado, o turismo constituiu-se com base nesse progresso aliado ao crescimento das cidades europeias, das viagens individuais ou em grupos, motivadas por estudos, negócios, saúde e, mais tarde, pelo ócio e lazer da classe dominante e operária fabril, intermediadas por pacotes de serviços, agregando transporte, hospedagem e alimentação, formatados de forma pioneira pelo então empresário e missionário Thomas Cook na Inglaterra em 1841.

Com o advento da aviação civil, o aquecimento do setor de viagens e turismo foi intensificado, possibilitando um incremento dos fluxos continentais e intercontinentais, que não dependiam apenas de navios, favorecendo uma atividade escalável, de padrões fordistas, a caminho da massificação dos principais destinos, veiculados nas mídias de comunicação como produtos de uma “indústria sem chaminé” (Boullón, 2002).

O fato é que o turismo convencional, instituído pelo mercado de viagens, contribuiu, sobremaneira, para a sobrecarga de espaços urbanos e rurais. Embora tenha gerado impactos positivos de ordem econômica, também provocou efeitos ambientais e sociais negativos, muitos dos quais irreparáveis (Leiper, 1995; Ruschmann, 2000; Krippendorff, 2000). Mediante tais aspectos, com o perceptível cenário de aquecimento global, aumento dos níveis de poluição, efeito estufa, proliferação de vetores e doenças, extinção de biodiversidade e derretimento das calotas polares a elevar o nível dos oceanos, evidenciou-se uma obrigação global de alternativas ante a situação crítica de manutenção do planeta.

Esse resgate é necessário para compreender o papel do turismo de massa nas discussões ambientais inseridas nas principais agendas globais, iniciadas na década de 1960 com o Clube de Roma intensificadas com a publicação do relatório *Limits to Grow* (Limites do Crescimento) em 1972, mesmo ano da Conferência de Estocolmo, que ampliou o engajamento de diversos países em torno da temática ambiental (Silva, 2008).

O debate ganhou ainda mais relevância com a publicação do Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum) em 1987, que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse avanço culminou na realização da Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, cujas principais contribuições foram a elaboração da Carta da Terra e o lançamento da Agenda 21, instrumento norteador de ações que deveriam ser implementadas até o início do século XXI.

Segundo o CMMAD (1991), o conceito de desenvolvimento sustentável é expresso como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades”. Para ser alcançado, segundo Matos e Rovella (2010), o desenvolvimento sustentável depende de planejamento a longo prazo e do reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são finitos e de todos. Não se trata, portanto, de interromper o crescimento, mas de eleger um caminho que garanta o desenvolvimento integrado e participativo e considere a valorização e o uso racional dos recursos naturais.

Esses encontros, tratados e cúpulas foram imprescindíveis para a constância no debate e no fortalecimento dos discursos e práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável com responsabilidade para uma mudança urgente por países em desenvolvimento, mas, principalmente, por países desenvolvidos geradores de impactos e externalidades negativas socioambientais no planeta.

Com base nos debates acerca do desenvolvimento sustentável, no campo do turismo, amplia-se o enfoque para os anseios de uma prática turística sustentável ambientalmente, que levasse em consideração a qualidade de vida das populações, gerando oportunidades econômicas sob uma perspectiva de eficácia social em um contexto cada vez mais local.

Ainda no cenário da Eco-92, surgiram as primeiras diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (Brasil, 1994), evidenciando os caminhos do turismo para uma configuração diferente dos moldes do turismo de massa, fortalecendo, dessa forma, o conceito do turismo sustentável no Brasil e no mundo. Para a Organização Mundial de Turismo (OMT) (2003, p. 24), o turismo sustentável se trata daquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e

das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”.

Nessa perspectiva, o turismo sustentável não se anuncia como um segmento turístico, mas, sim, como uma nova abordagem de estruturação da prática turística em conformidade com os preceitos e as dimensões do desenvolvimento sustentável, favorecendo uma consciência e um novo olhar de todos os agentes sociais frente aos desafios de repensar processos, relações e impactos a curto, médio e longo prazos entre pessoas e recursos.

Ao examinar o turismo sob um viés mercadológico convencional, observa-se que, no transcurso de todo seu processo evolutivo nos dois últimos séculos, sua lógica sistêmica alimentou e fortaleceu grandes cadeias produtivas econômicas em escala global. Essas cadeias foram estruturadas por uma oferta competitiva robusta, constituída por redes hoteleiras internacionais, restaurantes com diversidade gastronômica, atrativos e atrações turísticas. Na contemporaneidade, tais elementos estão conectados de forma inteligente por meio da tecnologia e da mobilidade. Essa estrutura, por vezes, acaba por confundir a própria história do turismo e dos destinos com o conceito e a expansão das chamadas cidades globais.

No entanto, mesmo com esse aparato estruturante, tais destinos turísticos globais também precisaram repensar seu fazer turístico, adequando práticas e investindo em mecanismos voltados para uma experiência de turismo sustentável, como o próprio conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) ou *Smart Destination*, entendendo que crescimento nem sempre pode ser associado a desenvolvimento (Sachs, 2004; Bresser-Pereira, 2008).

À medida que os decisores se tornaram mais conscientes das desvantagens do turismo de massa, procuraram opções alternativas de planejamento, gestão e desenvolvimento do turismo. Como resultado, a noção de desenvolvimento sustentável surgiu como alternativa ao tradicional modelo neoclássico de desenvolvimento econômico (Choi; Sirakaya, 2006). Em outro cenário, a aplicação do conceito do turismo sustentável se dedica a conceber novas perspectivas e propostas de desenvolvimento local para destinos turísticos de pequeno fluxo de visitação ou com o apelo para o turismo de natureza, uma alternativa para comunidades tradicionais e para a conservação de áreas naturais, sobretudo, para países em desenvolvimento.

Ante o exposto, é necessário ressaltar que o conceito de desenvolvimento local refere-se a um processo endógeno de mudança, que direciona para o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (Vázquez-Barquero, 2000; Buarque, 2006). Dentre essas propostas, iniciativas designadas como Turismo de Base Comunitária (turismo comunitário ou turismo rural comunitário) têm ganhado mais visibilidade como forma de resistência delineada a partir de

estratégias culturais e políticas enraizadas localmente, diante dos padrões convencionais do turismo massificado (Moraes; Irving; Mendonça, 2018).

Assim sendo, o turismo deixa de ser compreendido como uma atividade econômica orientada pelos moldes do capitalismo “selvagem”, passando a incorporar princípios de cooperação na gestão dos empreendimentos locais. Nesse contexto, as territorialidades tornam-se elementos fundamentais na criação de valor turístico, ao mesmo tempo que se fortalece o protagonismo das populações locais na busca por um desenvolvimento endógeno (Conti; Rocha; Viteze, 2018).

Esse desenvolvimento é compreendido como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que se direciona para a melhoria do nível de vida da população (Vázquez-Barquero, 2001). Todavia, para dimensionar as conexões entre o turismo sustentável abordado e as áreas naturais ou rurais de desenvolvimento de comunidades tradicionais, torna-se imprescindível retomar ao conceito e ao lugar de comunidades no turismo.

3.1 O comunitário no turismo

Para compreender a relação entre populações ou comunidades tradicionais e o turismo, evoca-se a necessidade de envolver, nessa construção, aspectos históricos e teóricos de relevante interesse para uma perspectiva mais crítica sobre o lugar do comunitário nessa prática, ou mesmo, o lugar do turismo dentro das comunidades.

Este breve histórico trata, particularmente, das grandes transformações sociais ocorridas entre os séculos XIV e XVIII na Europa, que estabeleceram um processo longo e multifacetado de transição entre sociedade medieval e moderna, marcada por transformações significativas nas relações sociais e econômicas que alimentaram uma conjuntura que possibilitou o fim do feudalismo e os primórdios do capitalismo como novo sistema estabelecido.

Nesse contexto, assistiu-se a um processo de mercantilização da sociedade, baseado em uma dinâmica socioeconômica diferente, quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores, cujos condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento, uma vez que o rendimento da terra se elevou, principalmente, onde eram alugadas. Segundo Polanyi (1990), o tecido social estava sendo destruído, aldeias abandonadas e moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, originando um êxodo rural para as cidades industriais daquela época.

Logo, observou-se que a sociedade campesina atravessou uma desestruturação e desarticulação jamais vista, em que terra e força de trabalho foram transformadas em mercadorias, moldadas conforme os preceitos do capitalismo e dos modos de produção. Nessa senda, a Revolução Industrial, símbolo do progresso, demonstrou ser um verdadeiro abismo de degradação humana dadas as condições sociais estabelecidas, em que a motivação do lucro substituiu a subsistência e a economia de mercado passou a dirigir a sociedade (Polanyi, 1990).

Diante disso, volta-se o olhar para a dinâmica das cidades e as condições de vida dos campesinos, outrora transportados para uma posição de trabalhadores e submetidos a intensas jornadas de trabalho, moradias insalubres, além de estarem suscetíveis às doenças transmitidas pela falta de saneamento básico e proliferação por vetores.

Em contraponto a essas influências da economia de mercado na organização social das cidades, o sociólogo húngaro Karl Polanyi (1990), em sua teoria, comparou as dinâmicas dos sistemas econômicos dessa grande transformação, defendendo a visão de que a economia humana deve estar submersa em suas relações sociais baseadas nos princípios da reciprocidade e da redistribuição.

Em função disso, os pensamentos estabelecidos pelo teórico tentam resgatar os elementos reguladores das estruturas sociais que antecedem o capitalismo, demonstrando que podem coexistir economias diversificadas para as sociedades conforme as realidades e as escalas possíveis de organização. Nesse entendimento, a reciprocidade atua na organização da sociedade em uma estrutura familiar e de parentesco, salvaguardando a produção e o modo de subsistência familiar, enquanto a redistribuição apresenta um caráter territorial, essencialmente, em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum (Polanyi, 1990).

Em colaboração com essas ideias sobre reciprocidade, recorre-se também aos ensaios e às análises de teóricos fundadores desse princípio, como as obras de Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss. Na ótica de Mauss (1968-1969), a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro e mostra sua essência a partir do caráter universal da tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”, a fim de produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua. Por sua vez, Lévi-Strauss reconhece a reciprocidade como estrutura elementar, pelo menos do parentesco, mas para submetê-la a uma estrutura generalizada da troca, inclusive, sob suas formas simbólicas (Sabourin, 2006, 2011).

Tais princípios tornam-se mais evidentes quando, em determinada comunidade, a busca pelo lucro é vedada; as disputas e os regateios são desacreditados; o ato de dar graciosamente é considerado como virtude; o sistema econômico é compreendido como uma função da organização social, e não a centralidade estruturante de uma sociedade (Polanyi, 1990).

Diante disto, antes de compreender os sentidos envolvidos na categoria comunidade, é necessário um resgate do próprio conceito de sociedade, à luz dos postulados teóricos que problematizam sua definição. Neste estudo, adota-se como referência a concepção elaborada por Émile Durkheim, cuja abordagem oferece subsídios inestimáveis para interpretar as dinâmicas sociais aqui discutidas. Com base nesse aporte, a sociedade pode ser definida como um organismo e o indivíduo como produto do social, evidenciando a interdependência da consciência coletiva em relação às “condições particulares em que os indivíduos se encontram” (Durkheim, 1999, n.p.).

Além disso, o pensamento durkheimiano colabora com o entendimento de que a reciprocidade, presente nas interações sociais, é uma das bases de produção da ordem social, subsidiada pela solidariedade (Martins, 2013). Tal visão funcionalista apurada enfatiza que a sociedade funciona na perspectiva da solidariedade orgânica, resultante da divisão social do trabalho que caracteriza as sociedades civilizadas (Durkheim, 1999), e na perspectiva da solidariedade mecânica, baseada nas relações sociais de grupos, cujos integrantes possuem autossuficiência, sendo mais comum em localidades interioranas, rurais, de aldeias indígenas e de comunidades tradicionais (Araújo; Bridi; Motin, 2009).

Nessa direção, que não esgota nem limita as análises acerca do conceito, retomam-se as ideias de Bourdieu que contribui para uma compreensão da sociedade sob o prisma das relações sociais, do *habitus* (individual e coletivo) e das redes entre os indivíduos. Para ele, o indivíduo é agente e resultado do processo social (Vieira, 2021). Essas bases teóricas dão conta dos elementos principais para a composição que apresentam os conceitos de comunidade, uma vez que o termo “comunitário” é aplicado, nos últimos tempos, de forma desordenada, o que contribui para uma confusão conceitual que esvazia seu significado (Peruzzo; Volpato, 2009).

Para dialogar com essas questões, é necessário perceber que as relações sociais, baseadas no território, ditaram, por muito tempo, a formação de grupamentos humanos ao longo da história. No entanto, esse viés não consegue dar conta das várias interfaces a que se remete o conceito de comunidade. Na visão de Weber (1973), comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. Assim, define que:

Comunidade é uma relação social quando a atitude na ação social inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo. [...] só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo (Weber, 1973, p. 142).

Em uma ótica complementar, Tönnies (1973) suscita que a existência de processos comunitários estaria ligada, em primeiro lugar, aos laços de sangue, em segundo, à aproximação espacial e, em terceiro lugar, à aproximação espiritual. Para o autor:

[...] aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade. Em virtude disso, considera que as características da comunidade podem estar relacionadas a três gêneros de comunidades: parentesco; vizinhança e amizade (Tönnies, 1995, p. 239).

Tanto Weber quanto Tönnies dão sentido a vários entendimentos para a aplicação do conceito de comunidade, não restringindo ao campo rural, mas também ao urbano, sendo física e virtual, na medida em que sua centralidade de existência presta-se a fatores biológicos, geográficos, culturais, concretos e abstratos. Em um contexto contemporâneo, Palácios (2001) defende alguns elementos que caracterizam uma comunidade, entre elas: sentimento de pertencimento; sentimento de comunidade; permanência (em contraposição à efemeridade); territorialidade (real ou simbólica); e a forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos.

Diante desse aporte teórico, compreende-se que tais vieses e construtos são pilares para avanços relacionados às discussões que permeiam os sentidos sobre comunidades. Entretanto, volta-se o olhar para uma perspectiva desse entendimento conforme as realidades de países de capitalismo periférico, maiormente, na América Latina, em que esses contextos contemporâneos são bastante influenciados pela exploração, dominação, monopólios e pressões sobre os territórios rurais em vias a interesses do mercado e do capital neoliberal.

Dessa forma, observa-se que a cultura capitalista, ao longo do tempo e em diferentes espaços, absorveu elementos das culturas regionais com as quais entrou em contato. Trata-se, portanto, de uma temática contínua que atravessa, de maneira quase onipresente, os debates sobre a relação entre as culturas capitalistas dos países desenvolvidos e as influências que exercem sobre as demais. É o que Peet (1986) denomina como o poder penetrante da cultura capitalista e as transformações provocadas por ela nas culturas subordinadas.

A amplitude regional em que as culturas tradicionais estão estabelecidas, somada às influências do capitalismo por meio da globalização dos mercados, evidencia as nuances entre as resistências e as lutas pela tradicionalidade. Essas resistências se manifestam nas formas de solidariedade e reciprocidade presentes nas relações sociais, tanto entre os membros de uma comunidade quanto nas interações com terceiros.

Isso inspira a pensar que as culturas tradicionais de comunidades podem ser englobadas e inseridas dentro de uma sociedade mais ampla, na qual as cidades exercem papel indispensável (Foster, 1971). No entanto, defende-se que esse papel é referencial, e não uma condição *sine qua non* para a sua existência e de seus territórios. Nesse sentido, Diegues (2001), pondera que culturas tradicionais são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, os símbolos e os significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil.

Sendo assim, para fins desta investigação, delimita-se a busca pelo conceito de populações ou comunidades tradicionais no Brasil sob a ótica de estudiosos como Fichter (1973), Diegues (1999, 2001), Simonian (2007) e Brandão (2010) para aproximar-se das dinâmicas que envolvem as práticas turísticas comunitárias ou o lugar do turismo nesses territórios. Sob um ponto de vista conservacionista, Diegues (1992) trata o conceito de comunidades tradicionais relacionando-as à natureza tanto pelo modo de vida baseado na subsistência quanto pelas produções simbólicas e culturais estabelecidas. Nesse campo, aduz:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Uma característica importante desse modo de produção é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares etc. Esse “*know-how*” tradicional, passado de geração em geração é, inclusive, um instrumento importante para a conservação da natureza (Diegues, 1992).

Para Simonian (2007), a definição de populações tradicionais está longe de ser uníssona e, inclusive, há os que a abominam ou, mesmo, estão a propor a noção de destradicionalização (Heelas, 1996), que, por sua vez, enfatiza as contradições e as transformações que permeiam seus modos de ser e culturas. Mediante tais fatos, a autora retrata que:

As populações tradicionais podem ser definidas como os de uma ancestralidade em um determinado *locus* – com todo o simbolismo que essa relação implica, como a exploração dos recursos naturais com base em conhecimentos sobre a biodiversidade e tecnologias tradicionais (Conceição, 2002; Furtado, 1994; Hiraoka, 1993; Simonian, 2000). Nestes termos, populações tradicionais englobam as indígenas, as caboclas, as quilombolas etc. (Simonian, 2007, p. 25).

Em ambos os conceitos, verifica-se uma convergência de sentidos naquilo que dispõem os autores sobre a intrínseca ligação dos modos de vida com os recursos naturais. No entanto, Simonian (2007), avança em uma compreensão mais crítica e fornece uma perspectiva sobre a

produção do conhecimento a partir das tecnologias tradicionais, ou mesmo, sociais. Outros autores como Fichter (1973) expõem que a comunidade não é exclusivamente um fenômeno urbano ou suburbano. Para o autor, a comunidade tende a ser um sistema social mais forte e efetivo quando existem em pequenas vilas, distantes das complexidades e da especialização urbana.

Esse pensamento pode ser contra-argumentado, visto que mesmo as comunidades tradicionais possuem níveis de complexidades formatadas em suas estruturas estruturantes, não sendo, necessariamente, vistas em um campo simplificado e sem especialização. Além dessas definições, Brandão (2010) observa algumas variáveis importantes a serem consideradas na caracterização das comunidades tradicionais, revelando que elas:

[...] constituem-se como um grupo social local que desenvolve: dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental (Brandão, 2010, p. 354).

Portanto, verifica-se que comunidades tradicionais evocam diversas formas de uso do território em um processo coletivo de construção de sentidos, significâncias e relações simbólicas que podem ser compreendidos como *habitus*. Esse processo se fundamenta na integração entre recursos naturais, valores culturais e simbólicos de memória, produção de saberes e fazeres, configurando-se em um campo social marcado por influências mútuas de seus sujeitos-agentes tanto presentes quanto antepassados.

No Brasil, a articulação política dos povos e comunidades tradicionais teve início em 2004, com a criação, em 27 de dezembro, da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Anos depois, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais foi instituída por meio do Decreto nº 6.040, em 7 de fevereiro de 2007 (Thum, 2017).

No referido instrumento, buscou-se conferir mais congruência às discussões referentes aos povos e comunidades tradicionais, definindo-os como grupos culturalmente diversos, que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social. São grupos que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

O fato gerador mais comum a todas as discussões, sem dúvida, é a relação das comunidades ou populações tradicionais com a natureza, símbolo do fortalecimento de seus territórios e promotor de conservação ambiental. Dessa feita, a existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais, sobretudo, nos países do Sul Global, exige uma análise das relações dessas diversas sociedades (pré-capitalista e capitalista) com a natureza (Diegues, 2001).

Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, ao passo que o uso dos recursos naturais só pode ser entendido sob uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista (Diegues, 2001).

Desse modo, desenha-se um papel de proteção em que as comunidades ou populações tradicionais apropriam-se da íntima ligação com a terra e seus fenômenos de valores intrínsecos ao seu *habitus*, tomando consciência das necessidades de conservação do território diante de outros indivíduos não comunitários.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a própria noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984).

Tais relações simbólicas entre comunidades ou populações tradicionais e a natureza, desenvolvidas ao longo do tempo em suas múltiplas formas, possibilitaram o que Lévi-Strauss (1989) denomina ciência do concreto. A partir do chamado “pensamento selvagem”, estabelece-se uma conexão profunda com o ambiente, por meio da qual são produzidos conhecimentos empíricos sobre plantas, animais e seus ciclos, fortalecendo as tradições locais e suas formas próprias de leitura do mundo.

Essa concepção reposiciona o conhecimento local como fundamento epistemológico e estratégico para a constituição de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Implica, portanto, deslocar o olhar para além das abordagens tecnocráticas e lineares, reconhecendo que os modos de vida tradicionais constituem racionalidades próprias, enraizadas em cosmologias, práticas e formas de relação com a natureza que escapam às lógicas hegemônicas de produção e consumo. Nesse panorama, é imprescindível a adoção de uma antropologia do

desenvolvimento que compreenda o desenvolvimento como fenômeno sociocultural, situado historicamente, e não como narrativa universalizante. Conforme Viola (2000), trata-se de um convite à superação do discurso desenvolvimentista tradicional, direcionado a uma crítica mais incisiva tanto em suas formulações quanto em suas práticas.

Em se tratando de comunidades ou populações tradicionais e seus territórios, a ideia de desenvolvimento não significa pensar em um modelo padrão, mas em estilos de desenvolvimento construídos com soluções específicas para cada território, tendo em vista os aspectos ecológicos e culturais, bem como as necessidades imediatas e aquelas de longo prazo (Sachs, 1986).

Não obstante o olhar do capitalismo e à parte dos discursos entusiastas sobre os avanços da globalização, os territórios ocupados por comunidades tradicionais, principalmente, em áreas rurais, passaram, ao longo do tempo, a ser disputados por seus atributos naturais. Com frequência, qualificados como lugares paradisíacos ou selvagens, esses espaços passaram a ser idealizados como refúgios nos quais o sujeito urbano poderia recompor as energias desgastadas pela vida acelerada das cidades e pela lógica repetitiva e desumanizante do trabalho moderno (Diegues, 2001).

Tais dinâmicas marcam a própria ideia do turismo enquanto um fenômeno social moderno, atendendo aos anseios do capitalismo ancorado em uma visão de mercantilização da natureza. Isso pode ser observado em países de capitalismo periférico, em que esses fluxos são motivados pelo consumo das paisagens e pelo reencontro com o natural, mesmo que, para uma experiência temporária, suscite vários cenários. Por um lado, acarretou a apropriação de territórios por agentes externos com processos de exploração e massificação; por outro, foi encarado por muitas comunidades tradicionais como oportunidade para a geração de renda, provendo, dessa forma, alternativas de desenvolvimento humano.

Logo, pode-se compreender que a prática turística pode se estabelecer e diferenciar-se tanto pela presença de agentes externos ao território, determinando processos de desenvolvimento do turismo no local, quanto pela iniciativa de comunidades ou populações tradicionais de desenvolvimento do TBC.

O TBC corrobora com as premissas do Bem Viver, que, segundo Acosta (2016), consiste em uma filosofia de vida pautada em um projeto emancipador com raízes comunitárias. Essa concepção preza a vida em comunidade, em harmonia com a natureza, defendendo práticas sustentáveis, de pequena escala, que priorizam o bem-estar coletivo, a reciprocidade e o respeito aos ciclos naturais, opondo-se à lógica extrativista e cumulativa do modelo capitalista hegemônico.

Na perspectiva do turismo de base comunitária, o protagonismo dos agentes fortalece a ideia de uma alternativa local de melhoria da qualidade de vida das populações nutrida, em especial, pelo aumento de seu capital social. Nessa direção, Putnam (2000), assevera que o capital social diz respeito à confiança, às normas e aos sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência social, facilitando as ações coordenadas conforme regras de reciprocidade.

Em diversos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina, o turismo rural apresentou-se, por muito tempo, como uma alternativa para comunidades rurais, complementando cadeias produtivas existentes, gerando receitas e aliviando a pobreza, de modo a evocar as primeiras iniciativas de protagonismo local em conformidade com a oferta de experiências rurais agroecológicas aos visitantes. Sendo assim, pode-se inferir que tais iniciativas já apontavam para uma direção de desenvolvimento comunitário confluyente com as premissas do turismo sustentável com práticas voltadas ao turismo rural e ecoturismo com base em uma gestão comunitária.

Para tanto, evoca-se o conceito de desenvolvimento comunitário como uma forma particular de desenvolvimento local, delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais, o qual, normalmente, não detém uma estrutura político-administrativa e institucional (como a municipalidade), mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização e participação comunitária (Buarque, 2006). Por sua vez, a gestão comunitária pode ser compreendida como um regime de propriedade comum e de auto-organização de comunidades para a gestão sustentável de seus recursos ou bens comuns (Ostrom, 1990).

Diante disso, torna-se necessário delimitar o uso dos conceitos envolvidos, a fim de promover uma compreensão mais precisa de suas aplicações. O turismo sustentável refere-se a uma forma de desenvolvimento turístico orientada por princípios de equilíbrio socioambiental e responsabilidade intergeracional. O Turismo de Base Comunitária, por sua vez, configura-se como um modelo de gestão participativa, centrado na autonomia das comunidades locais. Já o turismo rural e o ecoturismo são compreendidos como segmentos específicos do setor, concernentes à valorização de experiências associadas à natureza e à vida no campo, articulando as motivações dos turistas à oferta especializada em recursos naturais e culturais.

3.2 Percursos históricos do Turismo de Base Comunitária

As práticas turísticas de iniciativa e protagonismo comunitário, por meio do turismo rural ou do ecoturismo, demarcam a gênese e o desenvolvimento histórico do Turismo de Base

Comunitária (ou Turismo Comunitário), enquanto modelo de gestão a partir de várias realidades, como no inglês *Community-Based Tourism* (Murphy, 1985; Giampiccoli; Saayman; Jogmohan, 2014), TBC (Brasil, 2008, 2023; Tucum, 2008; Irving, 2009; ICMBio, 2018; Lee; Jan, 2019; Araújo, 2021; Figueiredo, 2022), ou como descrito em países da América Latina “Turismo Comunitário” (Cruz, 2009; Cañada, 2015; Rodriguez, 2018), “Turismo Rural Comunitário” (Maldonado, 2009; Grim; Sampaio; Garcia, 2017), “Ecoturismo de Base Comunitária” (WWF, 2001) ou, mesmo, “Ecoturismo Comunitário” (Cabanilla, 2016).

Apesar dos vários tratamentos, todos os termos confluem para o mesmo objetivo: evidenciar a estrutura endógena da prática turística por comunidades como forma de desenvolvimento para a geração de renda, a valorização cultural e melhorias da qualidade de vida de residentes. Embora não haja uma definição única e amplamente aceita, a literatura específica considera como elemento comum a participação da comunidade local como protagonista na gestão da atividade turística e no desenvolvimento de seu território (Grim; Sampaio; Garcia, 2017).

Antes mesmo da própria formação conceitual do Turismo de Base Comunitária, o turismo na América Latina já era visto como uma possível estratégia de desenvolvimento e redução da pobreza crônica, sobretudo, em países em desenvolvimento (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). De forma contrária ao que ocorreu no processo de formação das cidades europeias, mediante a grande transformação industrial entre os séculos XIV e XVIII, em países do Hemisfério Sul, os cenários de colonização com exploração de recursos e de populações indígenas e camponesas influenciaram os cenários rurais e urbanos, formados por lutas e resistências mediante um modelo capitalista neoliberal disseminado pelo mundo, refletindo, inclusive, na capacidade e nos modos de subsistência dessas sociedades.

Desse modo, a necessidade de superar a pobreza inspirou milhares de comunidades a buscar fontes alternativas de renda em vista da limitação dos resultados da economia de sobrevivência (Maldonado, 2009). Ainda assim, Cañada (2015) evidencia e critica esse viés baseado em um modelo *Pro-Poor Tourism*, visto que, do ponto de vista teórico, tem sido sugerido que esse tipo de intervenção, devido à situação de desigualdade em que se encontram as populações mais empobrecidas em relação às grandes capitais turísticas, amplia a lacuna em termos da capacidade política das comunidades rurais para tomar decisões concernentes a aspectos que afetam esses territórios e os seus recursos, o que contribui para aumentar a sua pobreza relativa.

Em virtude disso, a espetacularização da pobreza no turismo deve ser tratada com responsabilidade, uma vez que contribui, sobremaneira, para a geração de cenários que alargam

abismos sociais e a marginalização, expondo populações vulneráveis à condição de objetos de vitrine da experiência de turistas e demais categorias de viajantes.

As diferentes origens e formas como as comunidades latino-americanas foram organizadas histórica e culturalmente, bem como os variados níveis de pobreza existentes nas áreas rurais, conferem ao turismo comunitário uma grande diversidade e, por sua vez, complexidade até mesmo em termos de reconhecimento do âmbito do modelo pelos próprios protagonistas (Cañada, 2015). Nessa senda, ao abrir novos caminhos de pluralidade de vozes e práticas em um pensamento decolonial, é inegável como essa vertente ecoa novas visões da prática turística a partir da América Latina, forjado em consonância com as necessidades de melhorias na qualidade de vida das populações, pulverizando benefícios entre todos por um desenvolvimento com mais eficácia social.

No íterim dessa nova visão da prática turística, as origens do Turismo de Base Comunitária, ou Turismo Comunitário, remontam a meados dos anos 1970 pelo mundo (Giampiccoli; Saayman; Jugmohan, 2014; Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Porém, tão somente a partir dos anos 1980, foi possível observar na literatura interpretações de dinâmicas que envolviam comunidades da Columbia Britânica, Victoria, região do Lago Shuswap, Kamloops e do Vale Comox no Canadá, com a indústria do turismo a partir da obra de Murphy (1985), introduzindo o conceito em inglês *Community-Based Tourism* e as oportunidades de geração de renda familiar e qualidade de vida.

Maldonado (2009), que trata o Turismo de Base Comunitária sob uma perspectiva do Turismo Rural Comunitário (TRC), reitera que esse é um fenômeno recente na América Latina, em que as primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas de meados dos anos 1980, em um contexto de buscas de alternativas de desenvolvimento sustentável no turismo incentivado por organismos como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) (Grim; Sampaio; Garcia, 2017).

Nessa mesma direção, Cabanilla e Garrido (2018) indicam que o turismo comunitário, enquanto modelo de gestão, iniciou-se no Equador com populações indígenas e campesinas, espalhando-se, na sequência, pela América Latina. Posteriormente, no final da década de 1980, surgiram comunidades de povos originários e camponeses em diversas partes do mundo diretamente envolvidas no planejamento, na operação e nos benefícios dos empreendimentos turísticos.

Sendo assim, é factível afirmar que o TBC teve como epicentro de suas origens a região dos Andes, com práticas turísticas comunitárias em pequenos agrupamentos territoriais, de

baixa escala de visitação, como alternativa para a geração de renda em busca de melhorias da qualidade de vida das famílias campesinas.

Dessa forma, o Equador tem sido apontado por diversas instituições como o país que detém o título de pioneiro no nascimento e no desenvolvimento do Turismo Comunitário (TC). Já no início dos anos 1990, foi listado pela *The Ecotourism Society* como “líder mundial em ecoturismo comunitário”. *A posteriori*, países com características semelhantes de populações indígenas passaram a ofertar esse modelo, como Peru, Bolívia, Argentina, Nicarágua, Guatemala, entre outros, que, atualmente, configuram-se como referência na América Latina para a implementação desse modelo de gestão (Cabanilla; Garrido, 2018).

Ainda na década de 1980, alguns documentos internacionais serviram como arcabouços inestimáveis para a própria institucionalização do conceito do Turismo de Base Comunitária, como a Declaração de Manila nas Filipinas (OMT, 1980). Essa declaração registrou aspectos fundamentais para esclarecer a própria natureza do turismo nas sociedades modernas e a responsabilidade dos países-estados em transmitir sua funcionalidade econômica, mas também seu papel para a união de povos e nações.

Na sequência histórica dos fatos, na década de 1990, foi lançado o Código Mundial do Turismo, composto por 10 artigos que destacam a importância da responsabilidade do turismo em minimizar impactos no meio ambiente, no patrimônio cultural e nas sociedades, ampliando benefícios às populações das localidades turísticas. Nesse documento, destaca-se, fundamentalmente, seu art. 5º que trata do turismo enquanto atividade benéfica para os países e as comunidades do destino (OMT, 1999).

Além disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece a Declaração de Otavalo em 2001, que oferece incentivos para a criação de redes de turismo comunitário. Segundo Cabanilla e Garrido (2018), desse estímulo nasceu a primeira Associação de Turismo Comunitário da América Latina, denominada Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do Equador (FEPTCE). Tais declarações e instrumentos influenciaram determinantemente as práticas turísticas comunitárias em seus contextos de reafirmação, baseando modelos de gestão sustentável e fomentando a coletividade em busca do protagonismo de suas próprias políticas de organização socioeconômica.

No Brasil, o Turismo Comunitário, ou turismo de base comunitária, em um primeiro momento, surgiu como um desdobramento do diálogo científico a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo em 1997 (Sampaio, 2008). Na prática, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, é possível conhecer vários exemplos de

referência de desenvolvimento do turismo comunitário, como a Prainha do Canto Verde (CE) (Fortunato; Silva, 2013) e a Pousada Uacari Mamirauá (AM) (Nassar *et al.*, 2017).

Nesse cenário, o Turismo de Base Comunitária passa a ser visto como parte das estratégias de empoderamento das populações rurais organizadas no âmbito da economia solidária e, em alguns casos, é concebido como parte das opções de transformação social e garantia dos direitos dos camponeses (Cañada; Gascón, 2006). Apesar de muitos lugares essa ser a dinâmica majoritária, as comunidades rurais da América Latina recorreram ao turismo comunitário de múltiplas formas:

- i. cooperativas e famílias camponesas que procuram expandir, diversificar e complementar os rendimentos;
- ii. comunidades indígenas que realizam atividades complementares para melhorar sua economia e bem-estar;
- iii. organizações ambientais comunitárias que tentam gerar renda para conferir sustentabilidade aos seus esforços de conservação dos recursos naturais;
- iv. comunidades pós-conflito que tentam se reintegrar à vida civil e manter memória;
- v. grupos de mulheres que aumentam os recursos e conseguem atender às necessidades familiares e, em alguns casos, favorecem a sua autonomia;
- vi. pequenos negócios privados articulados associativamente que procuram reforçar e complementar a sua oferta (Cañada, 2015).

As formas de organização e gestão comunitária dessas práticas turísticas tornam-se multivariadas, a depender da realidade em questão, visto que não existe um modelo único para alcançar resultados do Turismo de Base Comunitária em consonância com seus objetivos. Nesse cenário, cada contexto comunitário revela anseios, capacidades e mecanismos próprios de desenvolvimento endógeno conforme o envolvimento de seus agentes sociais. Para fins desta pesquisa, definiu-se a utilização do termo Turismo de Base Comunitária ao longo do trabalho, pois seu entendimento conceitual aproxima-se da realidade da área de estudo, cuja organização e gestão da prática turística se estabelece sobre a concepção de núcleos familiares e seus empreendimentos.

3.3 Conceitos de Turismo de Base Comunitária

Para interpretar a complexidade conceitual do TBC, empreendeu-se uma investigação bibliográfica rigorosa em plataformas de pesquisa como Google Scholar, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, nas quais se verificou diversas interfaces, eixos ou perspectivas para dar conta de seu entendimento. Primeiro, entende-se aqui que o TBC está associado ao conceito macro de turismo de base local, que se institui como uma prática turística desenvolvida por agentes-protagonistas locais para a promoção de benefícios endógenos a partir do encontro com o visitante no território.

Essa prática coloca o agente comunitário como o principal centro de protagonismo, assumindo a iniciativa, individual ou coletiva, na condução de práticas turísticas. Essa atuação pode ser dar tanto por meio da oferta de serviços formatados em empreendimentos, como pousadas e restaurantes, quanto pela oferta de experiências de visita a atrativos naturais, ainda que não formalmente configuradas como serviços. Neste estudo, destacam-se três categorias associadas a essa concepção: modelo de gestão, modelo de desenvolvimento e estratégia social.

3.3.1 Turismo de Base Comunitária: um modelo de gestão

Pela vertente de entendimento do TBC enquanto modelo de gestão, a literatura aponta três direções: a primeira como um modelo de gestão de empreendimentos; a segunda como um modelo de gestão da atividade turística em sua totalidade; e a terceira como um modelo de gestão da visita, focado na mediação das experiências entre visitantes e comunidade.

3.3.1.1 Turismo de Base Comunitária: modelo de gestão de empreendimentos ou negócios

Em sua primeira vertente, o modelo de gestão de empreendimentos pode ser classificado como comunitários (único ou vários empreendimentos de gestão coletiva), em que as responsabilidades são compartilhadas e os benefícios distribuídos de forma comum em nível comunitário, ou familiar, ou seja, empreendimento(s) gerido(s) por núcleos familiares com responsabilidades direcionadas ao grupo parental e benefícios divididos familiarmente.

Araújo (2024) justifica essa importante diferenciação sob um contexto boliviano, em que Alex Villca, cofundador do *Madidi Jungle Ecolodge*, no município de Rurrenabaque, em entrevista, distinguiu as concepções desses modelos do seguinte modo: no TBC, uma ou mais

famílias decidem criar um projeto(s), fazem um investimento, desenham o produto, distinguem os serviços, contratam pessoas e traçam circuitos, organizando toda a operação e a gestão do(s) empreendimento(s). No Turismo Comunitário, todos os comunitários se envolvem nas etapas desse processo de concepção e operação turística de um empreendimento.

Independentemente da forma de organização ou participação, esse conceito dentro da prática turística atende a uma necessidade de os próprios comunitários assumirem-se como protagonistas da gestão de empreendimentos turísticos, contrapondo ao cenário de comando do turismo local por agentes externos que estabelecem negócios e grandes investimentos de capital, pondo a comunidade na condição de coadjuvante ou, até mesmo, de figurante do fenômeno turístico.

Na organização do pensamento de alguns autores, nota-se tal estrutura conceitual que reforça a abordagem do fazer turístico sob a gestão comunitária de equipamentos como meios de hospedagem, restaurantes, agências de receptivo, operadoras de passeios, transportadoras turísticas, lojas de artesanato entre outras.

Dentre esses conceitos, compreende-se o turismo comunitário como toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, conforme as práticas de cooperação e a equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural e antropológica, uma vez que objetiva incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2005; 2009). De modo semelhante, a rede TURISOL (2008) conceitua o TC como:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes.

Nessa perspectiva, Cabanilla (2018) reitera esse viés do Turismo Comunitário como um modelo de gestão de uma empresa social, cuja finalidade principal não é o rendimento econômico de seus acionistas, mas a geração de impactos positivos distribuídos entre os membros da comunidade.

Nos conceitos supracitados, uma determinante qualitativa comum ao modelo de gestão de empreendimentos do turismo comunitário é a valorização do encontro e da interculturalidade entre comunidade-visitante, além da determinante quantitativa de distribuição de benefícios a

todos que participam da comunidade. Isso possibilita avançar na compreensão dos pontos que o diferenciam do turismo convencional, denotando seu caráter humanizado e igualitário no território, requerendo muito mais confiança e cooperação entre os envolvidos.

Já a Rede Tucum (2008) adota como conceito o Turismo de Base Comunitária, que se traduz em um modelo de gestão de empreendimentos, cujas populações locais detêm o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, baseando-se na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária. Por sua vez, Araújo (2021) analisa que o Turismo de Base Comunitária, ou Turismo Comunitário, é um modelo de gestão de negócios empreendedores comunitários direcionados como alternativa de sobrevivência, desenvolvimento local, empoderamento comunitário a partir da economia solidária e compartilhada no turismo.

Logo, avalia-se que essa visão consegue dar conta das duas terminologias, na medida em que se baseiam no mesmo modelo estrutural de gestão de empresas, pautado no protagonismo de comunitários envolvidos em uma estrutura organizacional, capaz de operacionalizar serviços turísticos com propostas de valores consoantes aos princípios de desenvolvimento do turismo sustentável e de uma economia local incentivada pelas relações sociais de seus agentes.

3.3.1.2 Turismo de Base Comunitária: modelo de gestão da atividade turística

O Turismo de Base Comunitária, compreendido como um modelo de gestão da atividade turística, expande-se para além da condução de empreendimentos isolados, alcançando a gestão de toda a cadeia produtiva local do turismo. Nesse viés, a comunidade assume uma posição de governança, articulando e influenciando o conjunto das relações ambientais, culturais, econômicas e políticas de seu território.

Como um dos precursores dessas reflexões pelo mundo, Murphy (1985) propôs o conceito de TBC ao defender a relevância do envolvimento de comunidades residentes nos destinos turísticos, visando assumir a responsabilidade ou, pelo menos, envolver-se ativamente no planejamento e na manutenção das atividades turísticas.

Dessa forma, o turismo comunitário abarca um modelo de gestão da atividade turística em que a população local de determinado território rural (particularmente, famílias camponesas e povos indígenas), mediante suas diferentes estruturas organizacionais de natureza coletiva, como cooperativas, assembleias comunitárias, associações ou grupos de famílias associadas de

alguma forma, desempenha um papel de liderança no controle de seu desenho, execução, gestão e distribuição de benefícios (Cañada; Fandiño, 2009; Cañada, 2013, 2015).

Entretanto, é válido ressaltar que o desenvolvimento dessa prática turística não se restringe apenas ao território rural, mas também ao urbano, a exemplo de experiências do Turismo de Base Comunitária em favelas do Rio de Janeiro (Mano; Mayer; Fratucci, 2017). Decerto, em algumas realidades, traduz-se como um modelo alternativo de gestão turística, endógeno e autônomo gerido por organizações comunitárias rurais-indígenas e urbanas, no âmbito da diversificação econômica de seus sistemas produtivos e da administração para o desenvolvimento integral de seus territórios de origem (Bolívia, 2006).

Em uma iniciativa promovida pelo Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), liderado pelo Banco Mundial e financiado pelo Global Environment Facility (GEF), foi desenvolvida, em 2021, uma jornada de aprendizado com empreendedores locais, líderes comunitários e autoridades governamentais do Brasil, Colômbia e Peru, cujo relatório final registrou como conceito do termo “Turismo Sustentável de Base Comunitária” a seguinte abordagem:

O Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC) é um modelo de turismo que tem como protagonistas as comunidades locais, que gerenciam e empreendem para obter renda e, ao mesmo tempo, alcançar objetivos comuns em termos de sustentabilidade ambiental, social e econômica (ASL, 2022, p. 7).

Por conseguinte, uma publicação lançada pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2023) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada “Turismo Responsável no Brasil: tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança e segurança turística”, destaca uma das definições mais recentes, compreendendo que:

O Turismo de Base Comunitária corresponde a formas de gestão do turismo que prezam pelo protagonismo das comunidades anfitriãs e em sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, com o compromisso de gerar benefícios coletivos, promover a solidariedade e a cooperação entre os envolvidos, valorizar a cultura local, proteger a natureza e proporcionar a troca de saberes, vivências e experiências interculturais entre visitantes e comunidades (Brasil, 2023, p. 85).

Nessa interface, é exequível analisar que o TBC tem potencial para ampliar os níveis de capacidade de gestão para além dos empreendimentos por meio de seus agentes sociais. Isso permite a formação de um ecossistema comunitário turístico com maior proporção e abrangência, capaz de atender a exigências de governança – ainda que em escala local – da

atividade turística (Bursztyn; Bartholo, 2012). Tal estrutura fortalece os cenários de organização, manutenção, monitoramento e controle frente ao mercado tradicional, sobretudo no que tange à comercialização.

3.3.1.3 Turismo de Base Comunitária: modelo de gestão da visitação

No Brasil, a prática turística em Unidades de Conservação e demais áreas protegidas obedecem às diretrizes de legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000). Dentro desse dispositivo, essa prática pode ocorrer sob restrições e controles estabelecidos a partir de instrumentos de gestão, como o plano de manejo, o plano de uso público e visitação. Consoante às necessidades de preservação e conservação dos recursos naturais dessas UC, de acordo com sua categoria de gestão – proteção integral ou uso sustentável, a presença de comunidades tradicionais e de seus territórios é um fato anterior à jurisdição de muitas dessas unidades, necessitando de condições favoráveis e de um olhar justo para prover melhorias de qualidade de vida.

Imerso nesses cenários de gestão de Unidades de Conservação no Brasil, o Turismo de Base Comunitária surge como uma oportunidade de aliar a proteção de áreas naturais às necessidades de manutenção de vida dessas populações em âmbito cultural, social, ambiental e econômico. Em parques nacionais (proteção integral), o turismo, enquanto prática de visitação, é estimulado a desenvolver a educação ambiental por meio de atividades de interpretação, contemplação e observação da natureza (biodiversidade e geodiversidade).

Por sua vez, em Reservas Extrativistas (RESEX), ressalta-se o uso sustentável dos recursos naturais, formando cadeias produtivas de visão consciente para a subsistência das populações e o desenvolvimento de uma bioeconomia capaz de gerar oportunidades de valorização e renda conciliada com a própria prática turística como experiência autêntica e integradora nas comunidades.

Em ambas as realidades, o Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão de visitação sob regime de monitoramento e controle que parte da fiscalização do órgão gestor das UC, como nas UC Federais geridas pelo ICMBio, e das próprias comunidades tradicionais envolvidas no processo de acolhimento. Sob esse viés, o TBC passa a ser conceituado como um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos e promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história

e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos dos recursos da UC (ICMBio, 2018).

Muito se tem avançado na tentativa de transformar cenários e concepções do desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação, posto que o valor da experiência e da prática turística não se resume apenas aos recursos naturais, um dos motivos de visitação nessas áreas, mas também à própria vivência de saberes e fazeres junto às comunidades tradicionais que culturalmente também se desenvolvem, constroem e reproduzem seus cotidianos intrinsecamente ao ambiente.

Nesse sentido, o protagonismo comunitário na gestão da visitação se estabelece mediante a participação na operacionalização e na condução de passeios aos atrativos naturais e na integração da interculturalidade entre visitante-comunidade, favorecendo a experiência do encontro.

Apesar destas contribuições na perspectiva da visitação, analisa-se que a mesma pode trazer uma visão institucionalizada e funcional do TBC, acoplando-o como estratégia e mecanismo de gestão a partir de sua instrumentalização de manejo, o que necessita de novas e constantes discussões sobre a centralidade dos objetivos desta prática.

3.3.2 Turismo de Base Comunitária: um modelo de desenvolvimento turístico

A partir das diversas abordagens conceituais que buscam delinear o Turismo de Base Comunitária, identifica-se uma perspectiva que o compreende como um modelo de desenvolvimento turístico, capaz de atuar como vetor de transformação de realidades locais. Nessa concepção, o TBC orienta um fazer turístico protagonizado pelas próprias comunidades, gerando efeitos positivos na melhoria de condições de vida e contribuindo para a construção de um desenvolvimento local endógeno sustentável. Nessa direção, a comunidade assume uma posição de promotora de seu desenvolvimento, com base em uma economia solidária e inclusiva para gerar, além de qualidade de vida, um sentido coletivo de objetivos comuns em sociedade (Irving, 2009).

No Brasil, essa interface conceitual instrumentalista pode ser observada, sobretudo, no planejamento das políticas públicas nacionais de turismo em que o TBC é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico orientado pelos princípios da economia solidária, do associativismo, da valorização da cultura local e, em especial, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação dos benefícios advindos da atividade turística (Brasil, 2008). Corroborando com essa construção, Cruz (2009) assinala que o Turismo

Comunitário é uma forma de turismo, em que comunidades locais assumem o comando de seu desenvolvimento em seus territórios.

Vale salientar que essa visão conceitual permite compreender que o Turismo de Base Comunitária, enquanto modelo de desenvolvimento, representa um dos diversos modelos de desenvolvimento turístico já teorizados, porém com o caráter diferencial: a comunidade como centro da prática do desenvolvimento.

Em pesquisas no Taiwan, Lee e Jan (2019) inserem o Turismo de Base Comunitária sob uma perspectiva do ciclo de vida da área turística, em que se deve adotar estratégias apropriadas em diferentes fases de desenvolvimento. Outros modelos de desenvolvimento turístico encontrados na literatura centram-se, particularmente, em concepções mercadológicas como o modelo baseado no ciclo de vida dos destinos turísticos defendido por Butler (1980), que preconiza a ideia de fases ou estágios de desenvolvimento, considerando cenários de consumo e escalas locais, de comando e transformação.

Para tanto, o desafio atual está na ressignificação e em um novo pensar sobre o desenvolvimento, o lugar e o turismo. De tal forma que novos modelos de desenvolvimento serão adotados, enquanto os aspectos culturais, como forma de ser, sentir e de viver de um povo no mundo, serão um dos eixos do desenvolvimento, pensado para o ser humano (Brasileiro, 2012).

Por fim, em consonância com a análise dos conceitos, verifica-se que o Turismo de Base Comunitária pode atingir níveis e forças distintas de desenvolvimento turístico, no entanto, para que isso aconteça em um nível constante de resultados, torna-se necessária uma governança consolidada com aspectos anteriores bem mais estruturados, a depender da gestão comunitária do turismo, que, por sua vez, depende de um alicerce baseado no capital social e na gestão de empreendimentos comunitários ou familiares fortalecidos.

3.3.3 Turismo de Base Comunitária: uma estratégia social

Para compreender a estrutura conceitual do Turismo de Base Comunitária como uma estratégia social, faz-se necessário entender a própria noção de estratégia enquanto prática social. Nessa corrente de pensamento da estratégia, teóricos da prática, como Bourdieu, especialmente em sua obra “Esboço de uma teoria da prática”, oferecem contribuições relevantes ao enfatizar o papel das ações dos agentes, suas interações e improvisações.

Essa abordagem está centrada na maneira como os agentes sociais produzem/reproduzem as estruturas sociais, desenvolvendo uma visão de estratégia segundo a

qual as práticas cotidianas são a base do agir estratégico nas organizações, e não apenas elementos secundários em um processo incremental (Zwick; Silva; Brito, 2014). Segundo Whittington (1996), a estratégia é uma importante prática social que exige uma séria análise sociológica e filosófica. E pode ainda ser compreendida como algo que as pessoas fazem, ou seja, como uma prática social como qualquer outra, uma vez que se trata de um conceito multidimensional e situacional, orientado para a ação e moldado pelas interações e contextos em que os agentes estão inseridos.

Consoante a essas análises, Sampaio (2005) e Rodriguez (2018) conceituam o Turismo de Base Comunitária como uma estratégia social capaz de mitigar cenários de pobreza em comunidades e oferecer eficácia social para territórios periféricos do capitalismo. No racional de Rodriguez (2018), o Turismo Comunitário é uma estratégia para retirar as comunidades marginalizadas da pobreza e alcançar uma visão holística do mesmo fenômeno, em que há oportunidade de fortalecer os laços de coesão social e, ao mesmo tempo, a autoconstrução.

Alia-se a esse conceito a própria estratégia do turismo como agente responsável por contribuir com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em destaque ao objetivo 1 (erradicação da pobreza). Ademais, na ótica de Sampaio (2005), o Turismo Comunitário refere-se a uma estratégia de comunicação social que possibilita experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, cuja população autóctone se torna protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhes são próprios, de modo que sejam vivenciados pela atividade turística.

Mediante tal abordagem, para se pensar a evolução do conceito do TBC sob uma perspectiva de estratégia social, é relevante atentar-se aos efeitos e aos resultados de sua gestão e operação em todos os níveis de planejamento e desenvolvimento como condição *sine qua non*. Partindo dos estudos sobre as categorias estruturantes do conceito do Turismo de Base Comunitária, é possível inferir que, ante a complexidade e heterogeneidade das experiências ao redor do mundo, as diversas vertentes conceituais, presentes na literatura, não anulam. Pelo contrário, cada uma oferece respostas específicas às particularidades de cada comunidade ou conjunto de comunidades em seus respectivos territórios.

Como resultado desta exaurida pesquisa e análise, de forma sintetizada, criou-se um quadro em que se destacam as categorias estruturantes, subcategorias encontradas e autores referência nos conceitos elencados de TBC (Quadro 12).

Quadro 12 – Sistematização dos conceitos do Turismo de Base Comunitária existentes na literatura

Conceitos do Turismo de Base Comunitária		
Categoria Estruturante	Subcategoria	Autores
Modelo de gestão	Gestão de empreendimentos	Maldonado (2005; 2009), TURISOL (2008), Cabanilla (2018), Tucum (2008) e Araújo (2024).
	Gestão da atividade turística	Murphy (1985), Bolívia (2006), Cañada e Fandiño (2009), Bursztyn e Bartholo (2012), Cañada (2013; 2015), Brasil (2023) e ASL (2022).
	Gestão da visitação	ICMBio (2018)
Modelo de desenvolvimento turístico		Brasil (2008), Cruz (2009) e Irving (2009).
Estratégia social		Sampaio (2005) e Rodriguez (2018).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Mediante tais interfaces de entendimento conceitual, o que diferencia o Turismo de Base Comunitária do Turismo Comunitário, para fins deste estudo, é a configuração organizacional do modelo de gestão gerado nas diversas realidades de experiências (Cabanilla, 2018; Araújo, 2024). Compreende-se, ainda, que ambos compartilham uma base conceitual complementar: além de representarem modelos de gestão interna e externa (do empreendimento à atividade), operam como estratégias voltadas à eficácia social, orientando modelos de desenvolvimento turístico diferenciados.

Dessa forma, o Turismo de Base Comunitária pode assumir proporções distintas de evolução, a depender da consolidação das práticas dentro da comunidade ou, ainda, em todo o território, conforme as categorias estruturantes identificadas (Figura 9).

Figura 9 – Proporções de evolução dos níveis que o Turismo de Base Comunitária pode alcançar em uma comunidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na perspectiva da realidade local comunitária, o território revela sua vocação a partir da diversidade de recursos naturais e culturais, os quais demandam conservação e valorização, aspectos que podem ser potencializados por meio do turismo. Nesse contexto, a comunidade passa a direcionar oportunidades de experiências incorporadas e formatadas sob a ótica de diferentes segmentos, como o ecoturismo e o turismo rural, ofertados dentro dos modelos de gestão turística comunitária, a exemplo do Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário”.

Essa articulação dá origem a expressões como “Ecoturismo de Base Comunitária” e “Turismo Rural Comunitário”, amplamente utilizados no contexto latino-americano, para designar práticas que aliam conservação ambiental, valorização cultural e protagonismo local. Como forma de facilitar a compreensão dos conceitos discutidos, bem como suas inter-relações e distinções, elaborou-se um esquema representado na Figura 10 a seguir.

Figura 10 – Inter-relações e diferenciações de conceitos da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com base nestes níveis de categorias estruturantes, formula-se a classificação das formas de gestão das práticas turísticas comunitárias a partir da sua abrangência sobre o território, formato de organização e participação comunitária com base nas concepções teóricas econômicas e sociais abordadas por Polanyi (1990), Bourdieu (1987), Durkheim (1893), Mauss (1923-1924). Nesse sentido, sugere-se a seguinte proposta no Quadro 13.

Quadro 13 – Classificação das formas de gestão das práticas turísticas comunitárias

continua

Nível de abrangência	Categoria estruturante de gestão territorial	Estrutura organizacional e participação comunitária	Aportes teóricos	Classificação da forma de gestão
1	Visitação turística em Unidades de Conservação (UC)	Individual	ICMBio (2018)	Gestão de base individual com foco na visitação em UC.
		Núcleo(s) familiar(es)		
		Comunitária (Coletiva) como associações ou cooperativas		
2	Empreendimentos turísticos	Individual	Araújo (2024), Figueiredo (2022), Maldonado (2005, 2009), TURISOL (2008), Cabanilla (2018) e Tucum (2008).	Gestão de base individual com foco em empreendimentos turísticos.
		Núcleo(s) familiar(es)		
		Comunitário (coletivo)		

				conclusão
3	Atividade turística	Cadeia produtiva local formada por núcleo(s) familiar(es) e/ou individuais e/ou comunitário (coletivo)	Murphy (1985), Cañada e Fandiño (2009), Cañada (2013, 2015) e Bursztyn e Bartholo (2012).	Gestão de base individual e/ou familiar e/ou comunitária com foco em atividade turística.
4	Transformação social e desenvolvimento turístico	Núcleos Familiares em Rede ou Empreendimentos comunitários coletivos	Cruz (2009); Irving (2009); Sampaio (2005); Rodriguez (2018).	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ante o exposto, é factível asseverar que os fundamentos teóricos do Turismo de Base Comunitária oferecem subsídios para interpretar a diversidade de conceitos estabelecidos em diferentes partes do mundo desde a década de 1980. Embora existam múltiplas vertentes que apresentam categorias estruturantes capazes de determinar os distintos graus de alcance e consolidação dessa prática em comunidades territórios específicos, a complexidade e a heterogeneidade de cada experiência indicam que sua aplicação é sempre relativa ao contexto local.

Apesar de avanços seguirem a passos lentos, na lógica de mercado, os agentes do campo turístico atuam para que a viagem seja realizada com dividendos para todos os agentes do processo, ou seja, todos deveriam ganhar benefícios econômicos, sociais, ambientais e políticos. Entretanto, o campo, normalmente, é organizado e estruturado a partir da dominância da instância governamental, que, a depender das forças em disputa e da feição da política, define as posições dominantes. De tal forma que esse movimento é alimentado pelo ideário do desenvolvimento (Figueiredo, 2010).

Em conformidade com as práticas turísticas comunitárias em seu real papel para o desenvolvimento local, para fins desta pesquisa, adotou-se o conceito do Turismo de Base Comunitária como modelo de gestão de empreendimentos turísticos comunitários no município de Santo Amaro do Maranhão, localizado na região dos Lençóis Maranhenses no Brasil.

3.4 Objetivos, premissas, princípios e diretrizes do Turismo de Base Comunitária

Com base nas diferentes realidades de iniciativas de Turismo de Base Comunitária ao redor do mundo e nas múltiplas definições associadas a essa prática turística, buscou-se realizar uma compilação de dados capaz de delinear, efetivamente, um arcabouço que reúna objetivos, premissas, princípios e diretrizes básicas, com o intuito de facilitar sua aplicação e contribuir para a sistematização da literatura existente.

Para tanto, torna-se necessário compreender e diferenciar tais definições, reconhecendo seu caráter complementar no planejamento e na gestão do turismo em comunidades. Para efeitos deste estudo, consideram-se as definições reunidas no Quadro 14 a seguir.

Quadro 14 – Definições básicas para planejamento e gestão no TBC

Objetivos	Técnica motivacional prática e eficaz determinada por meio de mecanismos como: direção da atenção; esforço; persistência; e desenvolvimento de estratégias, a depender do tipo e da complexidade da tarefa (D'Oliveira, 1992).
Premissas	Fatores que, para fins de planejamento, são considerados verdadeiros, reais ou certos, sem prova ou demonstração (Project Management Institute, 2008).
Princípios	Princípios são, pois, verdades ou juízos fundamentais que servem de alicerce ou de garantia de certeza de um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade (Reale, 1986).
Diretrizes	Maneira apropriada de se proceder, visando alcançar um objetivo (ICMBio, 2018).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A partir dos cenários de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, seus objetivos fundamentam-se consoante com as necessidades e/ou as oportunidades de cada território, dos recortes dessas realidades em questão e da complexidade das relações de seus agentes. Conforme estudos e análises de diversas obras e autores que tratam sobre a temática TBC pelo mundo, foi factível compreender que seus principais objetivos perpassam pela necessidade de prover transformações socioeconômicas na qualidade de vida das populações e seus territórios, ou seja, centra-se na busca por alternativas de desenvolvimento humano com justa qualidade de vida.

Nesse contexto, o objetivo do turismo passa a ser o fomento de sistemas produtivos ao integrar setores da economia tradicional como forma de garantir a autonomia das comunidades mediante as oscilações do mercado mundial (Araújo; Gelbcke, 2008). Assim sendo, constitui formas de empoderamento das comunidades para que tenham força de diálogo com o mercado turístico tradicional (Barros-Freire; Neiman, 2019).

Muito além disso, em consonância com Maldonado (2009), a finalidade é assegurar o bem-estar comum e a sobrevivência dos membros de uma comunidade, preservando sua própria identidade cultural. Todavia, é possível identificar, na literatura, alguns objetivos norteadores que aglutinam as possibilidades das várias interfaces conceituais dessa prática turística, como aqueles apresentados e acolhidos pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2023), evidenciados na Figura 11 a seguir.

Figura 11 – Objetivos do Turismo de Base Comunitária

Aumentar a coesão social e o empoderamento das comunidades para serem protagonistas do planejamento e do desenvolvimento da atividade turística.	Ampliar a capacidade empreendedora das comunidades na área do turismo, proporcionando o fomento de empresas comunitárias prestadoras de serviços turísticos e de apoio.	Direcionar os benefícios da atividade para a comunidade receptora, visando promover melhorias na qualidade de vida, no bem-estar social e no mercado de trabalho local.
Fortalecer os laços identitários e culturais, a autoestima e o sentimento de pertencimento das comunidades, valorizando seus modos de vida e cultura.	Proporcionar experiências memoráveis e transformadoras, a partir do diálogo intercultural, com base no respeito mútuo entre visitantes e comunidades.	Promover consciência ambiental e social e a responsabilização pela proteção da natureza de todos os atores envolvidos na atividade turística.

Fonte: Adaptado de MTur (Brasil, 2023, p. 86).

Diante desses objetivos, destacam-se propósitos voltados a fatores preponderantes para a geração de resultados e benefícios concretos, com potencial de desencadear soluções articuladas ao desenvolvimento local endógeno das comunidades. Nesse contexto, esta pesquisa volta seu olhar para o TBC como modelo de gestão que amplia a capacidade empreendedora das comunidades no âmbito do turismo, estimulando a criação de negócios comunitários e fortalecendo os prestadores locais de serviços turísticos e de apoio.

Contudo, observa-se que, sob a ótica da perspectiva institucionalista, embora o termo “comunidades” seja mencionado, sua utilização parece atender, prioritariamente, aos interesses do turista enquanto sujeito central da experiência. Tal direcionamento revela uma abordagem orientada para a qualidade da vivência ofertada e para a adequação às exigências do mercado, descolando-se das demandas comunitárias. Essa lógica corrobora as críticas de Abrams, Gupta e Mitchell (2015), ao evidenciar que o Estado tende a se alinhar aos anseios do mercado capitalista do que às necessidades efetivas das populações locais.

Dessa maneira, sob a aceitação crítica de pesquisadores e docentes da área e a partir das análises e observações de experiências desenvolvidas na América Latina, sobretudo no Brasil, observa-se que os objetivos do TBC voltados à transformação social das populações residentes se condicionam às premissas apresentadas na Figura 12. Tais diretrizes são compreendidas como inestimáveis para o desenvolvimento e a gestão do TBC em suas diversas realidades socioterritoriais.

Figura 12 – Premissas do Turismo de Base Comunitária



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Irving (2009).

Tais premissas formulam a estrutura orgânica necessária para a sustentabilidade das práticas turísticas comunitárias, concatenando condicionantes que, caso incorporadas do planejamento à gestão de iniciativas comunitárias, podem maximizar benefícios em um formato de desenvolvimento turístico bastante próximo aos ideais de valorização do capital humano e das relações sociais como base do processo. Isso posto que a base endógena da iniciativa e o desenvolvimento local atendem à premissa de que o Turismo de Base Comunitária deve ser originado pela própria comunidade, em um processo interno de aprendizagem e fortalecimento dos alicerces de sua gestão.

A participação e o protagonismo social no planejamento referem-se ao grau de envolvimento dos membros da comunidade, enquanto agentes de mudança, atuando na construção de processos coletivos com base na convivência, no pertencimento e no fortalecimento do senso de coletividade ao longo do tempo. Na implementação e avaliação de projetos turísticos, esse protagonismo se manifesta na geração e na retenção de conhecimentos, com ou sem suporte de agentes externos, visando à operacionalização das atividades e à avaliação posterior de seus resultados. Trata-se de um processo contínuo de aprendizado coletivo, que fortalece a autonomia e a capacidade de gestão da própria comunidade.

No que concerne à escala limitada e aos impactos sociais e ambientais controlados, pode-se apreender, quantitativamente, a necessidade de baixa amplitude de fluxos de visitação e políticas de controle de impactos advindos das atividades de turismo realizadas. Como fator inerente ao modelo de gestão do TBC, a geração de benefícios diretos à população local direciona-se perante a capacidade de as propostas distribuir resultados econômicos, sociais,

ambientais e culturais, atingindo a construção de novos cenários para o desenvolvimento humano.

Nesse cenário, a afirmação cultural e a interculturalidade também devem favorecer a atenção aos valores dos saberes e fazeres locais como patrimônios comunitários e propiciar um ambiente de troca de experiências comunidade-visitante. Por seu turno, o encontro, como condição essencial, define-se como uma das premissas principais que qualifica a prática turística comunitária dentro do contexto de experiências do turismo de base comunitária.

Para a concretização dos aspectos que fomentam o desenvolvimento ideal das práticas turísticas nas comunidades e seus territórios, foram estabelecidos princípios que conferem representatividade aos modelos de gestão das práticas turísticas locais em suas múltiplas realidades, provendo meios de avaliação de cenários e possibilidades norteadoras para elaborar políticas públicas fortalecedoras e participativas. Tais princípios correspondem às estruturas formadoras de modelos de gestão comunitária do turismo sob uma perspectiva institucionalizada pelos órgãos de interesse, como se evidencia no Quadro 15.

Quadro 15 – Princípios do Turismo de Base Comunitária

continua

Princípio	Descrição
Autogestão para o fortalecimento da governança comunitária	A autogestão torna-se um dos princípios para o TBC ou TC, sendo definida como o exercício coletivo do poder e da corresponsabilidade, uma vez que cabe aos membros da comunidade a determinação de objetivos e política orgânica de desenvolvimento turístico de seus territórios para fortalecer a governança por meio da participação e voz ativa de seus agentes-protagonistas, ampliando os debates necessários em todas as dimensões da sustentabilidade.
Solidariedade	O TBC fortalece a ideia da economia solidária no território a partir das relações de confiança e solidariedade entre os agentes sociais, gerando mais coesão social nas comunidades, contribuindo para a defesa dos interesses coletivos e despertando novos sentidos de convivência.
Cooperação	A cooperação enquanto princípio norteador do TBC pressupõe o fomento às práticas comunitárias cooperadas com base na confiança e no sentimento de coletividade, contribuindo para o empoderamento e a ampliação do capital social, formando um fazer turístico a “quatro mãos” produtivo e de caráter distributivo aos envolvidos.
Responsabilidade socioambiental e conservação da sociobiodiversidade	Esse princípio corresponde ao comprometimento individual e coletivo com os deveres e as atribuições que nem sempre estão escritos, mas incorporados no entendimento de vida cotidiana para a proteção da natureza, a preservação dos ecossistemas locais, da biodiversidade e a qualidade dos espaços de reprodução social comunitária.
Interculturalidade, partilha cultural e dinamismo cultural	Princípio que atende à premissa do encontro como condição essencial para o TBC, representado com base no respeito, na troca, na diversidade, na experiência e nas vivências, destacando as possibilidades de interação cultural entre comunitários e visitantes, valorizando momentos de promoção de seus modos de vida e favorecendo o aprendizado dos envolvidos com novos contatos psicossensoriais. Tais contatos equivalem aos aspectos da história, da gastronomia/cultura alimentar, das celebrações e rituais, do artesanato, dos modelos e técnicas da arquitetura típica e dos saberes e fazeres culturais da comunidade.

conclusão

Geração de trabalho, renda e compatibilização com outras atividades tradicionais das comunidades locais	Princípio que estabelece o estímulo à criação de negócios turísticos comunitários, novos postos de trabalhos, o desenvolvimento de cadeias produtivas locais de fornecimento com ocupação de tempo integral ou parcial que contribuam para aumentar, diversificar e qualificar a renda das famílias envolvidas, preservando também ofícios e atividades tradicionais já praticadas pela comunidade.
Protagonismo comunitário	O protagonismo comunitário torna-se também uma condição fundamental para a sobrevivência de iniciativas de TBC, visto que são necessários agentes de transformação com perfil de liderança para assumir a missão de contribuir para o desenvolvimento comunitário em todas as suas dimensões.
Sentimento de pertencimento, reconhecimento, valorização da cultura e história local	Princípio voltado para a tradicionalidade cultural da comunidade com todos os seus aspectos ancestrais e de construção histórica, material e imaterial, como necessidade de resgate intergeracional dos costumes para valorização e pertencimento.
Repartição justa de benefícios e transparência	Implica o acesso facilitado às informações e aos benefícios ambientais, sociais e financeiros advindos das atividades do TBC. Esses ativos devem ser compartilhados com quem está envolvido diretamente com a oferta turística comunitária, com os fornecedores de insumos e serviços indiretos, com a comunidade em geral que partilha seu espaço e sua cultura, colaborando também com a manutenção da conservação ambiental.
Hospitalidade comunitária	Corresponde às práticas do bem receber pelos comunitários, advindos da cultura da dádiva e do acolhimento ao outro, favorecendo um ambiente de cordialidade humanizado e reciprocidade de experiências.
Equidade e promoção do bem-estar social comum	Esse princípio origina-se do compromisso das práticas turísticas com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, com a redução de barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que resultam em exclusão e desigualdade social. Portanto, deve acompanhar a redução das vulnerabilidades e riscos sociais existentes nas comunidades, atentando-se aos múltiplos desafios que elas enfrentam rotineiramente.
Educação	O TBC deve estimular o processo de interpretação e educação para todos os envolvidos, com atividades que proporcionem aos comunitários e visitantes experiências autênticas e transformadoras de consciência com conhecimentos tradicionais sobre o patrimônio natural e cultural existentes no território, como as Unidades de Conservação.
Continuidade	Esse princípio efetiva-se como sinônimo de sustentabilidade das experiências de TBC, ressaltando a importância da manutenção constante de todos os princípios que permeiam as práticas turísticas comunitárias e seus modelos de gestão.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de ICMBio (2018), ASL (2022) e Brasil (2023).

No entanto, o processo de concepção dos princípios para o TBC está embutido no *habitus* de cada comunidade na realidade dos territórios e em suas iniciativas de maneira orgânica. Em vista disso, as pluralidades dão vazão às dinâmicas locais com respostas subjetivas produzidas no campo social sem padrões de replicação previamente estabelecidos.

Nesse embate de perspectivas, observa-se que os agentes institucionais procuram traçar diretrizes para o TBC como um mecanismo de ordenamento da atividade em Unidades de Conservação e como uma resposta às demandas do mercado turístico. A ambivalência entre essas finalidades se reflete em documentos oficiais que, ora se voltam à promoção de boas práticas, ora à estruturação da atividade sob a lógica institucional.

Entre os materiais de referência, destacam-se os *e-books* “Turismo Responsável”, elaborado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), publicado em 2023, e “Princípios e Diretrizes do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais”, produzido pelo ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, em 2018.

Em uma análise preliminar, percebem-se diferentes formas de concepção dessas diretrizes, o que evidencia a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre suas metodologias de construção e finalidades. As diretrizes estabelecidas pelo ICMBio (2018) concentram-se em direcionamentos voltados à participação social, à organização comunitária, à qualificação da experiência e à gestão em Unidades de Conservação, atendendo às competências exigidas para a proteção dos recursos naturais como condição para o desenvolvimento do TBC.

Em vista disso, identificam-se limitações, dependências e mecanismos de tutelas nas diretrizes analisadas, que põem as comunidades em uma posição de participantes condicionados a um conjunto de regras para o desenvolvimento de práticas turísticas, sob mediação e monitoramento externos ao modelo de gestão comunitária. Essa constatação evidencia que, para a compatibilização do Turismo de Base Comunitária em áreas protegidas, o processo decisório é compartilhado, obedecendo à legislação vigente sobre uso público e visitação, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Dessa forma, a comunidade não detém centralidade na gestão do turismo em sua totalidade, sendo necessário adequar seus modelos às diretrizes formuladas pelo órgão gestor da UC, conforme destacado no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais

continua

Diretrizes para a participação social e a organização comunitária
Considerar a manifestação de interesse da comunidade como fator precedente para a construção dos projetos de TBC.
Avaliar o nível de organização social, formal ou informal da comunidade para definir a estratégia para estabelecer projetos de TBC.
Considerar como será a gestão comunitária do processo, a repartição dos benefícios, o tipo e a intensidade de interação que se deseja com os turistas e os possíveis impactos positivos e negativos da atividade aos seus modos de vida.
Garantir espaços e condições adequadas para a participação do conselho gestor da UC durante o processo de concepção, implantação, gestão e monitoramento do TBC.
Integrar as ações propostas para o TBC com as demais atividades econômicas, modos de vida, saberes e cultura dos povos e comunidades envolvidos e com a realidade socioeconômica do entorno.
Incentivar o serviço voluntário nas UC, visando à contribuição e à participação da sociedade nas atividades do TBC.
Buscar parcerias com instituições públicas e privadas da sociedade civil organizada e de ensino e pesquisa para promover a implementação e a manutenção das iniciativas de TBC.

conclusão

Garantir condições apropriadas para que a comunidade seja protagonista na gestão do TBC, participando, efetivamente, da concepção, implantação e monitoramento da atividade.
Incentivar programas de formação e educação continuada voltados para os povos e as comunidades, servidores do ICMBio, parceiros e demais atores envolvidos com o TBC.
Integrar as ações educativas e de formação previstas no TBC com os conteúdos dos programas de educação ambiental e pesquisa da UC.
Privilegiar a aprendizagem vivencial na construção do TBC, valorizando o aprender-fazendo.
Diretrizes para a qualificação da experiência
Garantir condições apropriadas para que a comunidade seja protagonista na gestão do TBC, participando, efetivamente, da concepção, implantação e monitoramento da atividade.
Incentivar programas de formação e educação continuada voltados para os povos e as comunidades, servidores do ICMBio, parceiros e demais atores envolvidos com o TBC.
Integrar as ações educativas e de formação previstas no TBC com os conteúdos dos programas de educação ambiental e pesquisa da UC.
Privilegiar a aprendizagem vivencial na construção do TBC, valorizando o aprender-fazendo.
Diretrizes para a gestão da UC
Planejar e gerir o TBC visando à criação e aos instrumentos de gestão previstos para cada categoria de UC com as demais normatizações vigentes e programas de manejo.
Respeitar o zoneamento da UC e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades do TBC e a definição de normas para a visitação.
Adotar mecanismos para o monitoramento de impactos da visitação, incluindo ferramentas que permitam avaliar a gestão socioambiental, a satisfação do visitante e das comunidades receptoras, buscando o compartilhamento dos resultados com os atores envolvidos.
Buscar metodologias que objetivem a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.
Os projetos de TBC nas áreas em sobreposição com territórios indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais deverão reconhecer e considerar os instrumentos de gestão territorial próprios dessas áreas protegidas, garantindo a consulta prévia, livre e informada a esses povos.
Deve haver um compromisso com a conservação e a proteção da Unidade de Conservação na totalidade e não apenas das áreas diretamente visitadas.
Comunidades envolvidas com TBC devem, sempre que possível, colaborar com a gestão da UC. Esse apoio pode ser feito diretamente com métodos de intervenção, recursos financeiros ou humanos e indiretamente por meio da educação ambiental de visitantes e comunidades.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de ICMBio (2018).

Nota-se que as diretrizes para o TBC em UC federais não se orientam prioritariamente para o fortalecimento de uma política própria de desenvolvimento turístico endógeno pelas comunidades locais. Em vez disso, concentram-se, em grande medida, na intervenção por parte de agentes exógenos, tanto na implantação quanto na gestão de projetos turísticos, o que pode limitar a autonomia das comunidades envolvidas.

Em outra vertente, a publicação “Turismo Responsável” (UFRN; Brasil, 2023) apresenta diretrizes alinhadas a uma visão mais ampla e genérica de construção participativa e desenvolvimento de iniciativas de TBC, propondo um modelo que buscava atender também as macrodiretrizes da Política Nacional de Turismo, trazendo novamente um olhar institucionalista sobre as práticas turísticas comunitárias, como evidenciado no Quadro 17 a seguir.

Quadro 17 – Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária propostas pelo MTur

Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária
Respeitar a manifestação de interesse das comunidades como fator preponderante para o desenvolvimento do TBC em seus territórios, garantindo, de forma democrática e inclusiva, o acesso aos espaços de debate e de tomada de decisões às múltiplas vozes das comunidades.
Proporcionar mecanismos para a autogestão, empoderando a comunidade no processo de tomada de decisão referente ao desenvolvimento do TBC, de forma democrática, transparente e inclusiva, induzindo o protagonismo das comunidades na gestão do turismo em seus territórios.
Proteger a dignidade, os direitos fundamentais e elevar as condições de vida das comunidades tradicionais, dos povos indígenas, dos povos afrodescendentes, dos assentamentos rurais, das comunidades locais e dos grupos sociais em condições de vulnerabilidade, urbanos e rurais, envolvidos no TBC.
Criar e desenvolver ações de Turismo de Base Comunitária transversais ao desenvolvimento das comunidades, integradas às questões de saúde, segurança, educação, inclusão social, entre outras, reconhecendo a singularidade e as necessidades de cada comunidade.
Valorizar e promover as manifestações culturais, as expressões da identidade cultural, as tradições e os modos de vida das comunidades como forma de diferenciação e de competitividade turística, mas também como forma de elevar a autoestima, a relação de pertencimento, os vínculos afetivos e solidários e a coesão social das comunidades.
Possibilitar a relação e o diálogo intercultural entre turistas e comunidades receptoras, baseadas na ética, no respeito e na reciprocidade, proporcionando aos envolvidos uma experiência culturalmente enriquecedora e memorável.
Integrar as ações propostas para o desenvolvimento do TBC com as demais atividades econômicas, modos de vida, saberes e cultura dos povos e comunidades envolvidos e com a realidade socioeconômica do entorno para complementar a geração de trabalho e renda, estimulando a economia solidária e criativa.
Incentivar as micro e pequenas empresas, as cooperativas e outras unidades de produção em escala local, no âmbito do TBC.
Promover a cooperação e a solidariedade entre os diferentes atores envolvidos no Turismo de Base Comunitária, tais como comunidades, empresas, organizações não governamentais (ONG), instituições de ensino e pesquisa, poder público e turistas, em prol de um turismo responsável, nos diferentes âmbitos, social, cultural, econômico e ambiental.
Garantir o uso, o manejo e o aproveitamento dos recursos naturais de forma eficiente e sustentável, promovendo, no âmbito do TBC, atividades de educação ambiental, ações e comportamentos dentro dos preceitos da responsabilidade socioambiental.
Incentivar e promover a criação de redes de TBC e fortalecer as existentes como importantes canais e espaços de diálogo, articulação e troca de experiências, saberes e conhecimento, propiciando representatividade dessas redes nas arenas políticas do turismo.
Instituir políticas públicas federais, estaduais e municipais, que fortaleçam o TBC no país, de forma articulada e contínua, visando atender às necessidades das iniciativas no que se refere ao fomento, à promoção, à infraestrutura, à qualificação e à comercialização dos serviços e produtos turísticos comunitários.
Estimular e propiciar a representação das iniciativas de TBC nas instâncias de governança do turismo, das diferentes escalas, ampliando os espaços de atuação e representatividade das comunidades nas arenas políticas do setor de turismo.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Brasil (2023).

Tais concepções, que perpassam pela formulação de diretrizes para o TBC no Brasil, representam as visões dos agentes institucionais sobre o campo da prática turística comunitária, demonstrando que esses construtos subsidiam e estruturam um conjunto de mecanismos de influência, agindo conforme os interesses parecendo tipificar, ordenar, moldar, padronizar e controlar os fenômenos sociais que se produzem e reproduzem nas e pelas comunidades.

Nessa conjuntura, torna-se necessário compreender os contextos que aproximam e/ou distanciam a prática turística comunitária das políticas públicas e as redes de Turismo de Base Comunitária a fim de problematizar os direcionamentos postos sobre as estruturas e os arranjos

institucionais mediante os direitos e as necessidades básicas das populações, da conservação ambiental e dos interesses de mercado.

3.5 Políticas públicas e redes de Turismo de Base Comunitária na América Latina e no Brasil

Um ponto de partida para compreender as políticas públicas de TBC e o papel das redes na América Latina e Brasil remonta ao resgate dos conceitos de política, estado e mercado nas estruturas do capitalismo. A lógica estabelecida pelos pensamentos e teorias sobre a economia política de Karl Marx, no século XIX, em sua obra “O Capital” (1866-1867), demonstra uma estreita ligação entre política e Estado sob forte influência do capitalismo nas estruturas da sociedade.

Na perspectiva de Marx, o Estado é definido como a instituição cuja tarefa é perpetuar o poder de dominação do capital sobre o trabalho (Silva; Bertoldo, 2011). Desse modo, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal propiciou à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado (Netto, 1998). Portanto, pode-se observar o Estado como a falsa representação coletiva, característica das sociedades capitalistas (Abramns; Gupta; Mitchell, 2015).

Diante disso, o papel do Estado na sociedade moderna foi muito mais do que o de regular o mercado, implicando na consolidação de suas bases e no fortalecimento da divisão de classes sociais com fortes implicações para o desenvolvimento político. No arcabouço dessas ideias, cumpre-se conceituar política como as relações entre agentes sociais que envolvem poder, sendo o poder autoridade material e/ou ideacional que implica a dominação-submissão (Bugiato, 2018). Dessa forma, a política é estabelecida sob a conjuntura do capitalismo como arena de disputas e mecanismo de produção e reprodução das lógicas do capital sobre as relações sociais.

Tais dinâmicas acarretaram grandes abismos sociais e, concomitantemente, reações necessárias por meio de movimentos e lutas da classe proletária para garantir melhores condições de vida, participação ativa na arena política e acesso a um Estado mais democrático. Assim, o Estado pode ser definido como a instituição fundamental de cada sociedade, sendo a matriz das demais instituições, o princípio coordenador ou regulador com poder sobre toda a sociedade e o aparelho político que permanentemente o executa e reforma (Bresser-Pereira, 2009).

Ao longo do tempo, esse aparelho político foi orientado para as necessidades do crescimento econômico com agendas de desenvolvimento, contemplando o mercado em seus mais diversos setores com forte apelo à industrialização e à expansão de seus domínios coloniais, essencialmente, pelo Sul Global. Nessa senda, a economia de mercado, dominada pelos preceitos da acumulação de riquezas, lucros, progresso e crescimento, cumpre um papel substancial nas configurações inerentes a uma política em que o mercado utiliza o próprio Estado para garantir sua longevidade sob várias faces ideológicas.

Em sua obra “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações”, Adam Smith (1759, p. 438) utiliza a expressão “a mão invisível do mercado” para introduzir o liberalismo econômico e defender a autorregulação do mercado sem a intervenção do Estado, demonstrando que, mesmo dentro das individualidades do trabalho, contribui coletivamente para a manutenção do sistema e da acumulação da classe dominante.

Em outra visão, a teoria econômica é a ciência do mercado, ou melhor, é a ciência do mercado regulado pelo Estado; por isso, trata-se de uma economia política. Como não faz sentido um mercado sem um Estado que o garanta e regule, não faz sentido uma teoria econômica sem Estado regulando e garantindo o mercado (Bresser-Pereira, 2009). Nessa interface, o autor assevera que o mercado (capitalista) pode ser compreendido como o mecanismo de competição econômica regulado pelo Estado que logra uma coordenação relativamente automática das ações econômicas, é, pois, a instituição que complementa a coordenação mais ampla realizada pelo Estado (Bresser-Pereira, 2009).

Uma das formas de dinamização econômica encontra-se nas práticas turísticas estruturadas em atividades de mercado, fundadas sob regulações necessárias do aparelho público a fim de estabelecer sua organização produtiva, legislações específicas e contributos efetivos em números e cifras para uma localidade ou país.

Dentro dessas ideias, o turismo enquanto fenômeno moderno ofereceu a lógica de mercado desde a sua origem com os primeiros pacotes turísticos, organizados e ofertados por Thomas Cook na Inglaterra em 1841 (Barreto, 2003; Figueiredo; Ruschmann, 2004), um cenário nítido para a consolidação de um mercado de consumo de massa, que prontamente se dinamizou em todo o mundo, criando destinos turísticos globais de alta demanda e em larga escala. Muitas publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT) dão conta do crescimento do turismo desde a Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, em 1950, 25,3 milhões de turistas geraram US\$ 2.100 milhões, por sua vez, no final do século XX, em 1998, o número de turistas internacionais já custavam US\$ 625 milhões (Jafari, 2005).

Logo, vislumbrou-se o turismo como atividade econômica de caráter estratégico para o desenvolvimento de cidades e países, estabelecendo uma ampla rede de serviços, contribuindo com avanços de mercados sobre os espaços e os insumos disponíveis, sem levar em conta os impactos negativos desse processo para os territórios e as populações residentes.

Essa ideia de desenvolvimento sob o viés do crescimento econômico está embutida no pensamento neoliberal que avança sobre o Estado, uma realidade presente em vários países, uma vez que a construção da ideia de progresso, ao mesmo tempo, confunde-se com a de fronteira entre o conhecido e o desconhecido (Castro, 2010).

Para além das fronteiras dos países desenvolvidos, o turismo perpetuou o modelo de consumo capitalista, estabelecendo dinâmicas de apropriação e dominação de mercados, mão de obra local para o trabalho, recursos naturais e culturais, replicando, assim, a sua lógica. Sendo assim, a influência desse neoliberalismo no Estado se configura como “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 157).

Na América Latina, países como o Brasil e o México lograram determinar uma ampla infraestrutura econômica por meio da ação direta do Estado e de suas empresas estatais, mas logo trataram de abrir suas economias para a iniciativa privada e a coordenação pelo mercado, porque essa era a única opção eficiente (Bresser-Pereira, 2009).

Entretanto, há outras formas e concepções de economias políticas que podem dar conta de processos de desenvolvimento com bases em mercados estabelecidos nas relações sociais, favorecendo novos panoramas e abordagens decorrentes de iniciativas locais, coletivas que valorizem os territórios, a exemplo da economia solidária e criativa em que o TBC aparece como uma das possibilidades de contraponto ao turismo de massa.

Com o passar do tempo, algumas observações pontuais e conclusões de investigações sérias acerca dos diversos aspectos e influências do turismo começaram a ser postas em questionamento. Essas novas vozes, apenas audíveis antes e durante os anos 1960, converteram-se durante os anos 1970 em uma escala de precaução, de modo que alguns membros da comunidade científica, sobretudo de instituições públicas e privadas preocupadas com a proteção das culturas e da natureza, contribuíram para a difusão desse pensamento (Jafari, 2005).

Essas inquietações possibilitaram repensar as práticas turísticas do século passado diante dos incoerentes usos dos recursos naturais advindos do processo de industrialização, além da crescente demanda de vários territórios que se sentiam deslocados do modelo de planejamento turístico em larga escala, o que remonta aos primórdios do TBC com a Declaração

de Manila (1980) e, posteriormente, a Carta do Turismo (1985). Na década de 1990, surgiram outras declarações e eventos em nível global que influenciaram o desenvolvimento do TBC, como a Eco-92.

Algumas dessas declarações, como a de Lanzarote (1995), Montreal (1996) e Berlim (1997), reforçaram o conceito de sustentabilidade, dado que todas abordaram a relação entre o turismo e o meio ambiente. Da mesma forma, publicou-se o Código de Ética para o Turismo (1999), estabelecendo que:

[...] as populações e comunidades locais serão associadas às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais que trazem, especialmente na criação direta e indireta de emprego a que dão origem a políticas de turismo, organizadas de modo a contribuir para melhorar o nível de vida da população das regiões visitadas e responder às suas necessidades (Cabanilla; Garrido, 2018, p. 27).

Diante disso, deve-se ter um olhar crítico ante os cenários que colocam o turismo ora como veneno – pelos impactos negativos que pode causar às populações locais e a seus territórios como degradação ambiental, exploração sexual e gentrificação –, ora como remédio – estabelecido como alternativa socioeconômica para mitigação de cenários de pobreza a partir da geração de renda, valorização cultural e conservação ambiental –, ora como cosmético – pela turistificação do trabalho ou espetacularização da pobreza e violência em territórios periféricos.

Mediante tais interfaces, “passa-se a exigir não só políticas públicas que visem a preparar os destinos turísticos para receber visitantes, mas também políticas públicas que venham a garantir, mesmo a grupos economicamente excluídos, o exercício e o usufruto do lazer e, por extensão, do turismo” (Gastal; Moesch, 2007, p. 73). Tal exercício é fundamental para os agentes sociais que estruturam a prática turística, posto que repensar o turismo pressupõe compreender seus reais objetivos diante das propostas de desenvolvimento, atendendo a uma visão do fenômeno como vetor de mudança e transformação para as coletividades humanas nos destinos receptores.

Dessa forma, o turismo deve recuperar sua própria voz pública, atuar com decisão, prever os acontecimentos (tanto positivos como negativos), ter alternativas à sua disposição e mais para poder influenciar e até canalizar os acontecimentos antes que se produzam. O mercado, por si só, não pode tomar conta dessas tarefas. Para avançar nessa direção, segundo Jafari (2005), é preciso animar e impulsionar outras vozes, forças e atitudes públicas com raízes sólidas.

O paradigma em que o turismo é posto rege disputas de poder em arenas de forças entre os interesses do mercado turístico convencional sobre os territórios em destinos receptivos, as populações residentes e o Estado com suas instituições que formulam, ou deveriam formular, políticas públicas que contemplassem as partes envolvidas para o desenvolvimento turístico local diante de seus objetivos.

Diferente da segunda perspectiva, torna-se fundamental compreender o olhar do Estado para o desenvolvimento das políticas públicas de Turismo de Base Comunitária desde o Sul Global². Isso uma vez que essa prática turística comunitária apresenta considerável desenvolvimento nos países africanos e na América do Sul, particularmente no Peru e no Equador (Rodriguez, 2018).

Para melhor compreensão essa assertiva, deve-se ter em vista que, desde 1970, o turismo na América Latina é interpretado como uma possível estratégia de desenvolvimento e de redução da pobreza (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Cabanilla e Garrido (2018) relembram que, no final da década de 1980, comunidades de povos indígenas e agricultores surgiram em vários lugares do mundo e envolveram-se diretamente no planejamento, na operação e nos benefícios dos empreendimentos turísticos.

Tais práticas turísticas comunitárias vão ao encontro de uma perspectiva decolonial, fomentando o protagonismo das populações na estruturação de seus próprios mecanismos de transformação social mediante esforços coletivos gerados no *habitus* e nas capacidades de organização comunitária. Na primeira década do século XXI, os fundamentos conceituais dessas estratégias foram incorporados aos projetos turísticos de agências internacionais de desenvolvimento em diferentes formas: turismo comunitário, turismo rural comunitário, turismo local, turismo solidário, turismo voluntário, etc. (Ontiveros; Espinosa, 2019).

No entanto, essas iniciativas se desenvolvem sob um retrato social comum a muitos territórios em condições de pobreza, desigualdades e exclusão. Vale, pois, refletir criticamente sobre esse princípio que adota o turismo *pro-poor* ou turismo pró-pobre como alternativa de desenvolvimento.

Cañada e Fandiño (2009) apresentam casos bem-sucedidos ocorridos em cooperativas de café na América Central, que, graças ao turismo comunitário, ampliaram suas fontes de

² Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério sul, bem como a outros localizados no hemisfério norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos (Pino, 2014).

renda, gerando receita monetária, bem-estar e melhores condições de vida, nutrição familiar e educação dos filhos. Mesmo lidando com casos de destaque a partir de experiências exitosas, algumas considerações são necessárias para uma reflexão profunda acerca de processos de influência e efetividade que contemplam a prática turística comunitária em países periféricos. Um dos grandes dilemas se estabelece em situações nas quais as comunidades são incentivadas a iniciar projetos turísticos e, depois de investir dinheiro, mão de obra e propriedades, os turistas não chegam (Ashley; Goodwin, 2007).

Outro dilema observado em bastantes iniciativas de TBC compreende o resultado da redistribuição de renda que é altamente questionável (Ontiveros; Espinosa, 2019). Além disso, as áreas rurais com elevada pobreza participam do turismo com claras desvantagens, dada a dificuldade de investir recursos financeiros no desenvolvimento de uma oferta competitiva de serviços do ponto de vista do mercado turístico, além das limitações sociais, de infraestrutura pública disponível e adequada, como as encontradas nas áreas rurais de atraso social dos países pobres (Cruz; Ulate, n.d.).

Mediante tais aspectos, deve-se observar a sutil condição criada nos projetos ou políticas públicas de turismo de base comunitária, quando estimulados por agentes externos e não gerados por iniciativas protagonizadas pelas próprias populações, o que pode gerar uma falsa configuração de base local, em cujos bastidores a gestão ainda é comandada pela mão invisível do mercado. Desse modo, atenta-se que:

Empregar os pobres em negócios de turismo; fornecer bens e serviços a empresas de turismo que empregam pessoas pobres; venda de bens e serviços diretamente aos visitantes pelos pobres; criar negócios turísticos para os pobres – microempresas, pequenas e médias empresas ou empresas comunitárias; cobrar impostos sobre as receitas ou lucros do turismo, cujos lucros beneficiarão os pobres; incentivar doações e apoio voluntário de empresas de turismo e turistas; investir em infraestrutura, estimulado pelo turismo, que também beneficia os pobres locais, seja diretamente ou apoiando outros setores, etc. Não muda a situação estrutural; pelo contrário, mantém sua inscrição na trajetória histórica das desigualdades sociais (Ontiveros; Espinosa, 2019, p. 39).

Diante disso, o TBC foi interpretado ora como parte das estratégias de empoderamento das populações rurais, organizadas no âmbito da economia solidária, ora como parte das opções de transformação social e garantia dos direitos dos camponeses (Cañada; Gascón, 2006).

Em outra visão, foi imaginado como um modo de concretizar dinâmicas favoráveis ao desenvolvimento de novas ruralidades (Kay, 2009; Berdegú *et al.*, 2012). No entanto, o exame mais amplo da literatura revela que o entendimento no que concerne ao enfoque de Turismo Comunitário ainda é polissêmico. Nesse prisma, é comum que projetos de turismo ligados às

comunidades sejam automaticamente qualificados como comunitários (Araújo; Gelbcke, 2008). A partir disso, nota-se a diversidade de grupos que buscaram no turismo comunitário formas de conduzir processos endógenos sob diversos níveis de organização. Isso porque:

[...] as comunidades rurais da América Latina alcançaram o turismo comunitário por meio de múltiplos meios, incluindo: cooperativas e **famílias agricultoras** que buscam ampliar, diversificar e complementar a renda; **comunidades indígenas** que realizam atividades complementares para melhorar a sua economia e bem-estar; organizações **ambientais comunitárias** que tentam gerar rendimentos para conferir sustentabilidade ao seu trabalho de conservação dos recursos naturais; comunidades **pós-conflito** que tentam reintegrar-se na vida civil e mantê-las na memória; **grupos de mulheres** que aumentam os recursos com os quais atendem às necessidades familiares e que, em alguns casos, favorecem a sua autonomia; **pequenos negócios privados articulados associativamente**, que procuram valorizar e complementar a sua oferta (Cañada, 2015).

Mediante o exposto, é notável a existência de diversas formas de organização comunitária manifestadas como estratégias a partir de várias realidades, mas com um propósito comum: obter melhoria na qualidade de vida em prol do desenvolvimento socioambiental do território e subsídios para a complementação de renda como alternativa para a pobreza dinamizada nesse cenário.

Consoante a esses aspectos, o turismo comunitário na América Latina constitui um setor plural, com bastante diversidade, além de apresentar contradições em sua dinâmica e influências externas. Ao discorrer acerca desse campo, Cañada (2015) afirma existir um segmento orientado para as classes média e baixa no mercado local e nacional, que apresenta um nível de sucesso considerável. Isso tem sido praticamente invisível, além de não ser dispensada a devida atenção pelas políticas públicas, tampouco pelas agências de cooperação ou pela mídia acadêmica.

A falta de prioridade acompanha o rol de problemas sociais crônicos em destinos turísticos de países periféricos que refletem os cenários de desigualdade social, exclusão, violência, subnutrição, dentre outros, produto da inércia pública ante os anseios das populações residentes e seus territórios.

Elencam-se, aqui, alguns desses exemplos de países latino-americanos, em especial, os que comungam de realidades próximas ao cenário brasileiro, demonstrando as conjunturas que circundam as práticas turísticas comunitárias nos processos de participação ativa para a criação de políticas públicas ou na inclusão desses agentes nos planos construídos.

No Equador, em 2002, a oferta de turismo comunitário foi incluída na Lei Nacional do Turismo, o que proporcionou um espaço especial no Conselho Consultivo de Turismo, órgão de assessoramento direto do ministro da área. A primeira ação realizou uma investigação histórica da evolução do conceito de turismo comunitário no Equador desde a sua concepção ligada à

conservação (ecoturismo comunitário) a contar de meados dos anos 1980 até o modelo atual, relacionado ao bem viver e à sustentabilidade (Cabanilla; Garrido, 2018).

Em se tratando do México, a partir da revisão dos planos setoriais de turismo de 2000 a 2024, observaram-se objetivos de impulso, assumindo o turismo como atividade econômica estratégica para o desenvolvimento (Vázquez; Sánchez; Govea, 2020). Entretanto, o instrumento que descreve a visão México 2030 incorpora a relevância da integração das comunidades no desenvolvimento sustentável do setor.

Na Guatemala, constatou-se a iniciativa de projeto legislativo desde 2022 que se dispõe a aprovar a lei de fomento ao turismo comunitário no congresso da república (Guatemala, 2022) com fins de fortalecer as estruturas da Federação Nacional de Turismo Comunitário criada em 2005. Isso demonstra o nível de importância dessa prática em mais de 30 projetos pelo país, os quais tratam da valorização cultural e incrementam a renda de famílias que vivem em condições de pobreza (Morales, 2007).

No contexto de El Salvador, a gestão do governo 2004-2009 utilizou a estratégia turística que fomenta um turismo de encontros, entendido em seu sentido amplo: desde reuniões e congressos até encontros com a população local e natureza (Rosales; Chanta; Ruíz, 2015). Por sua vez, em Honduras, verifica-se que a participação efetiva das comunidades e grupos étnicos minoritários, na tomada de decisão e na elaboração das políticas públicas que lhe dizem respeito, ainda era incipiente há 19 anos (Silva, 2006). Todavia, nos dias atuais, muito se avançou na criação de redes comunitárias e novas perspectivas de autonomia para além dos comandos públicos.

Não tão diferente de outros países da América Latina, o turismo rural comunitário, assim como as práticas turísticas comunitárias em Costa Rica, iniciou-se por iniciativa da população campesina, a partir de 1992, com o desenvolvimento de cooperativas, que, mais tarde, originaram, em 1994, o *Consortio Cooperativo Red Ecoturística Nacional* (COOPRENA), integrando, nacionalmente, várias redes com o mesmo objetivo (Pedrosa; Lopéz, 2007).

Na Nicarágua, os avanços nas discussões sobre uma política de promoção do turismo comunitário surgiram após diálogos entre a Rede Nicaraguense de Turismo Rural (RENITURAL) e o setor público, reforçando o legado endógeno de estímulo a essa prática turística de resistência e luta (Maldonado, 2009). No Peru, a partir do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR), verificam-se iniciativas públicas para inserir o turismo comunitário e setores marginalizados no desenvolvimento da atividade, fortalecendo as instituições públicas (Maldonado, 2009).

Na Bolívia, o Plano Nacional de Turismo direciona o olhar para o Turismo Comunitário, no âmbito da democratização de benefícios e estratégicas, para mitigar a pobreza, fortalecendo destinos comunitários e a oferta turística indígena no processo de desenvolvimento (Maldonado, 2009). Na Venezuela, observa-se o Turismo Comunitário como política de Estado, com a criação da Lei de Fomento do Turismo Sustentável como atividade comunitária e social em 2013. Além disso, adotou-se o estímulo à criação de empresas turísticas comunais com financiamento misto para a ampliação da oferta (Maldonado, 2009).

Na Colômbia, o Fundo Nacional de Turismo apoia a execução das políticas públicas voltadas para o turismo comunitário, além do reconhecimento dos grupos étnicos e pluralidade cultural do país (Maldonado, 2009). Na Argentina, como parte do Plano Federal de Turismo Sustentável (2006), o governo criou, por meio do Ministério do Turismo, a Rede Argentina de Turismo Rural Comunitário (RATURC), reunindo mais de sete iniciativas pelo país (Maldonado, 2009).

Por fim, no Brasil, as políticas públicas de turismo, concretizadas em seus planos e programas, compreendem a criação do Ministério do Turismo em 2003 e da Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), um instrumento inestimável dada a sua importância econômica para a geração de emprego e renda, prevalecendo, desse modo, como na maioria dos países latino-americanos, o enfoque mercadológico.

Entre os Planos Nacionais de Turismo (PNT) 2003-2007, 2007-2010, 2013-2016, 2018-2022 e 2024-2027, analisaram-se, progressivamente, aproximações e/ou distanciamentos no que tange à participação comunitária no processo de desenvolvimento do turismo brasileiro e do Turismo de Base Comunitária nas agendas de políticas públicas (Quadro 18).

Quadro 18 – Análise de políticas públicas e o TBC no Brasil

continua

Plano Nacional de Turismo (2003-2007)
No primeiro Plano Nacional de Turismo, não existe qualquer menção direta ao Turismo de Base Comunitária. Entretanto, reconhece a importância da participação social no processo, sem destacar a imprescindibilidade do ator local.
Plano Nacional de Turismo (2007-2010)
Nesse plano, adota-se um olhar para o protagonismo local a partir de promessas de ações dirigidas à participação de atores locais para o desenvolvimento sustentável do turismo, porém não existe qualquer menção ao Turismo de Base Comunitária, tratando de processos de roteirização sob iniciativa privada.
Plano Nacional de Turismo (2013-2016)
A partir de então, é possível observar, pela primeira vez, nas políticas públicas brasileiras, discussões sobre o Turismo de Base Comunitária, expondo, com clareza, a relevância do protagonismo local, a valorização cultural e de proteção da natureza, fundamentais para o seu desenvolvimento. Exalta o bem receber com relação aos turistas estrangeiros atraídos pelos megaeventos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

conclusão

Plano Nacional de Turismo (2003-2007)
No primeiro Plano Nacional de Turismo, não existe qualquer menção direta ao Turismo de Base Comunitária. Entretanto, reconhece a importância da participação social no processo, sem destacar a imprescindibilidade do ator local.
Plano Nacional de Turismo (2007-2010)
Nesse plano, adota-se um olhar para o protagonismo local a partir de promessas de ações dirigidas à participação de atores locais para o desenvolvimento sustentável do turismo, porém não existe qualquer menção ao Turismo de Base Comunitária, tratando de processos de roteirização sob iniciativa privada.
Plano Nacional de Turismo (2013-2016)
A partir de então, é possível observar, pela primeira vez, nas políticas públicas brasileiras, discussões sobre o Turismo de Base Comunitária, expondo, com clareza, a relevância do protagonismo local, a valorização cultural e de proteção da natureza, fundamentais para o seu desenvolvimento. Exalta o bem receber com relação aos turistas estrangeiros atraídos pelos megaeventos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.
Plano Nacional de Turismo (2018-2022)
Nesse plano, o TBC é tratado como Turismo de Base Local (TBL), compreendido como uma via alternativa para a “organização para algumas localidades e regiões, onde os produtos e serviços ofertados têm como protagonistas a própria comunidade receptora” (Brasil, 2018, p. 125). Ou seja, aborda um viés econômico associando essa prática aos arranjos produtivos locais. Além disso, contempla incluir o TBC nas perspectivas do Turismo Responsável, uma das linhas de atuação formatadas em seu planejamento (Sudré <i>et al.</i> , 2022).
Plano Nacional de Turismo (2024-2027)
Em mais uma edição, o instrumento que direciona políticas públicas insere o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo, baseado na Agenda 2030 da ONU. Dentre as linhas de atuação, contempla o Turismo de Base Comunitária no eixo ordenamento e desenvolvimento, voltado para a criação de um programa de apoio ao desenvolvimento de produtos e experiências turísticas, aproximando esses aspectos às oportunidades de interação turista-comunidade.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Lima, Irving e Oliveira (2022) e Brasil (2024).

Com base nessas análises dos planos, verifica-se que, progressivamente, o tema Turismo de Base Comunitária vem ganhando espaço nos instrumentos de planejamento que subsidiam as políticas públicas de turismo no país. Contudo, em nível local, a participação comunitária ainda se torna um desafio no processo de criação de políticas estaduais ou municipais ou, até mesmo, nas instâncias de governança, como os conselhos de turismo.

Nos governos estaduais, verificou-se, a partir de 2018, um movimento importante na produção de leis específicas para orientar e promover o TBC. Os primeiros estados brasileiros a instituírem suas respectivas Políticas Estaduais de TBC foram: Rio de Janeiro (2018); Bahia (2019); Minas Gerais (2021); Goiás (2021); Espírito Santo (2022); e Pará (2022) (Quadro 19). Entre 2018 e 2022, constata-se, também, a existência de Projetos de Lei para instituir uma Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, em tramitação nas Assembleias Legislativas dos estados de São Paulo e Paraná (Mendonça *et al.*, 2024).

Quadro 19 – Legislações específicas para o Turismo de Base Comunitária pelo Brasil

Legislação para o TBC	Ano	Unidade Federativa (UF)/Brasil
Lei nº 7.884/2018 institui a Política Estadual de Turismo Comunitário	2018	Rio de Janeiro
Lei nº 14.126/2019 institui a Política Estadual de Turismo Comunitário	2019	Bahia
Lei nº 23.763/2021 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2021	Minas Gerais
Lei nº 25.052/2021 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2021	Goiás
Lei nº 11.731/2022 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2022	Espírito Santo
Lei nº 9.773/2022 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado do Pará	2022	Pará
Lei nº 4.134/2023 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2023	Tocantins
Lei nº 12.066/2023 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado do Mato Grosso	2023	Mato Grosso
Lei nº 3.011/2024 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2024	Amapá
Lei nº 12.206/2024 institui a Política Estadual de Turismo Rural de Base Comunitária na Agricultura Familiar	2024	Maranhão
Lei nº 12.318/2024 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2024	Maranhão
Lei nº 5.977/2025 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	2025	Rondônia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Mendonça *et al.* (2024) e Google (2025).

Com base nessa coleta, verifica-se que as regiões Norte e Sudeste contemplam os maiores quantitativos de Estados com leis instituídas para o desenvolvimento de Políticas de Turismo de Base Comunitária, seguidas posteriormente pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste, um percentual que representa 42% do total dos estados brasileiros. Esses dados demonstram avanços nos últimos oito anos no que tange à formulação de políticas para o TBC no Brasil, provocadas, possivelmente, pelo fortalecimento das redes nos territórios com constantes diálogos, problematizações e mobilizações próprias da pauta e dos grupos de interesse em âmbito local, regional e nacional.

No Maranhão, a Lei nº 12.206, de 20 de fevereiro de 2024, estabeleceu as diretrizes para a instituição da Política Estadual de Turismo Rural de Base Comunitária na Agricultura Familiar, demonstrando um considerável avanço para a concepção de uma política pública empenhada em fortalecer direitos e regulações no contexto rural.

Em consonância com esse avanço, foi sancionada a Lei nº 12.318, de 20 de junho de 2024, que instituiu a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Maranhão, contemplando, para além de comunidades rurais, as comunidades urbanas, definindo objetivos, princípios e vinculação do TBC a quaisquer políticas públicas de organização e promoção do turismo no território maranhense.

Com vistas a esse cenário, a criação de políticas públicas estaduais, orientadas para o Turismo de Base Comunitária, fortaleceria o campo dessa prática, contudo, sem as devidas mobilizações municipais, torna-se ineficiente, sem efeito e elasticidade para chegar como benefício para as mais diversas comunidades vocacionadas existentes nos polos turísticos maranhenses, como aquelas localizadas no polo turístico Lençóis e Delta.

Diante da existência desse aparato legislativo, nota-se a ausência de um efetivo diálogo e debate entre os próprios agentes institucionais sob a perspectiva da convergência acerca de um conhecimento mais aprofundado e consolidado sobre o campo da prática turística comunitária no território maranhense e os vários caminhos seguidos. Ante o exposto, surgem inquietações relacionadas ao processo de concepção das regulações públicas que permeiam interesses, relações de poder, narrativas e discursos fortalecidos, ou não, por grupos de agentes a serem favorecidos.

Além dos instrumentos jurídicos, outros materiais de relevante interesse, pedagógicos, científicos e (in)formativos cumpririam a função de sensibilizar a sociedade diante das reflexões acerca das práticas turísticas comunitárias, como artigos, livros, eventos e cursos, uma importante estratégia para disseminação das várias experiências no território nacional. No entanto, seriam necessárias ações mais concretas que contemplassem os agentes sociais deste campo, adequando-se às várias realidades sociais.

Recentemente, algumas publicações do Ministério do Turismo enfocaram nas práticas turísticas comunitárias, como o guia de implementação “Experiências do Brasil Original: construindo experiências transformativas com comunidades indígenas e quilombolas” (2023) em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF); “Turismo de Base Comunitária: construção de indicadores para o alcance da agenda 2030 no Brasil” (2023) e “Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas” (2023) em parceria com a UFRN pelo projeto Brasil Turismo Responsável; e “Turismo Responsável: resultados que inspiram” (2024) em parceria com o Instituto Vivejar e apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No contexto maranhense, destacam-se materiais didáticos como a “Cartilha de Turismo de Base Comunitária” (2024), elaborada no âmbito do Grupo de Pesquisa em Turismo e Desenvolvimento Comunitário da Universidade Federal do Maranhão, além de eventos realizados para debates acerca do tema, como as duas edições do Seminário “De grão em grão: a construção do Turismo de Base Comunitária no Maranhão” em 2024 e 2025.

Esses movimentos são importantes para a força e a representatividade da temática no campo político das práticas turísticas no Brasil, uma vez que existem necessidades reais de

inclusões mais densas do Turismo de Base Comunitária nas políticas públicas, concretizando programas e projetos possíveis a todos os âmbitos governamentais com a devida eficiência.

Isso indica que, não obstante os avanços percebidos e os resultados alcançados no arcabouço de diretrizes para o desenvolvimento de tais políticas, ainda existem persistem gargalos e limitações significativos. Um dos principais entraves é a baixa assiduidade e atuação efetiva dos entes públicos no território comunitário, sobretudo, nas atividades necessárias *in loco* de diálogos participativos e inclusivos.

Em termos práticos, pode-se argumentar a existência de uma falta de clareza quanto à natureza do Estado (Abramns *et al.*, 2015), o que contribui para um afastamento progressivo entre o Estado e as comunidades, tal como do reconhecimento, por parte dessas, de sua função real. Esse distanciamento é agravado pelo descrédito gerado pelo descompromisso das agendas governamentais, que frequentemente se mostram ausentes ou pouco efetivas nas ações e políticas voltadas ao território.

No entendimento de Giampiccoli *et al.* (2014, p. 1143), “há uma falta de capacidade dentro do governo (especialmente a nível de governo local), particularmente no que diz respeito ao Turismo de Base Comunitária (TBC)”. Isso se torna ainda mais presente quando não se observa nenhuma participação de agentes locais na concepção das políticas públicas, nem ações palpáveis no decorrer dos planos de desenvolvimento.

Nesse sentido, Zapata *et al.* (2011), ao investigarem esse universo em Nicarágua, nomeiam o formato de concepção das propostas de desenvolvimento político, como modelo *top-down* (de cima para baixo) ou modelo *bottom-up* (de baixo para cima). No modelo *top-down*, verificam-se, majoritariamente, iniciativas criadas como resultado de financiamento externo, assistência técnica de organizações não governamentais, um claro espírito empreendedor e uma orientação prioritária para mercados internacionais.

Em contraponto, no modelo *bottom-up*, observam-se, em caráter minoritário, iniciativas locais, com um grau significativo de autofinanciamento e uma orientação muito clara para o mercado nacional (Zapata *et al.*, 2018). Todavia, existe, frequentemente, uma “lacuna de implementação” (Sofield, 2003) entre as políticas, a implementação real e o papel de liderança que as entidades governamentais devem assumir na prospecção de soluções, facilitando, assim, o desenvolvimento do TBC (Giampiccoli *et al.*, 2014).

No Brasil, a primeira ação expressiva do Governo Federal relacionada às iniciativas de TBC data de 2008, ocasião em que o Ministério do Turismo abriu edital para o financiamento de projetos específicos. Para analisar os resultados dessa ação, duas obras publicadas detalham os projetos beneficiados, os limites, os desafios e as possibilidades de desenvolvimento do TBC

no país. Dentre elas, a obra “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” (2009), organizada por Roberto Bartholo, Davis Sansolo e Ivan Bursztyn, representam o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e em parceria com o Ministério do Turismo (Brasil, 2023).

Uma dessas iniciativas, contempladas no edital de 2008 e de importante valor para esta tese, foi a “Central de Turismo de Santo Amaro do Maranhão”, projeto submetido pela gestão pública do referido município maranhense e selecionado visando potencializar e agregar valor aos serviços e produtos turísticos existentes, como também possibilitar o surgimento de outros, tendo como base uma estrutura física e logística proposta (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Em uma análise preliminar, corroborando com as ideias de Giampiccoli *et al.* (2014), sobre as “lacunas de implementação” e a realidade encontrada no município de Santo Amaro do Maranhão, a partir das pesquisas de campo deste trabalho, verificou-se que a “Central de Turismo” é um exemplo possível de estímulo às práticas turísticas comunitárias ao longo dos anos, embora não tenha adquirido a sustentabilidade devida para se tornar um modelo referencial aplicado.

Isso pode ser comprovado no estudo de Silva e Araújo (2022) no que tange ao *status* de funcionamento das iniciativas contempladas no edital de 2008 pelo Ministério do Turismo, em que o caso da Central de Turismo de Santo Amaro do Maranhão encontra-se “ativa parcialmente”, ou seja, alguns aspectos da experiência apoiada estão em funcionamento, porém o acesso a canais de vendas é precário. De toda forma, salienta-se que as discussões em torno do TBC (entre erros e acertos) acarretaram uma nova perspectiva de combate à invisibilidade e à marginalização de povos e territórios, demonstrando que esse olhar e sensibilidade ultrapassam as lentes do turismo.

Apesar de o turismo na América Latina representar, em primeira instância, um movimento de implementação de políticas públicas com foco no setor econômico, há também um importante papel de reconhecimento das comunidades tradicionais e indígenas (Bianchin; Marcelino, 2017). Diante disso, apreende-se que, em seu histórico, o TBC tem se sustentado, majoritariamente, pelo esforço de organização e articulação de iniciativas locais, do que diretamente com a criação de políticas públicas geradas em uma linha do tempo mais recente e estimulada por todo este contexto que as antecede como afirmam Farias e Figueiredo (2015).

Algumas dessas iniciativas brasileiras (Quadro 18) foram pioneiras no estabelecimento de modelos de gestão para as práticas turísticas comunitárias, demonstrando a pluralidade e as interfaces do desenvolvimento em cada território, de modo geral, por meio de projetos em

parceria com universidades e outras organizações de fomento, como a Pousada Uacari desde 1998 na Reserva de Mamirauá (AM).

Quadro 20 – Iniciativas brasileiras pioneiras de Turismo de Base Comunitária

Iniciativas	Ano	Localidade	Quem faz (gestão)
Prainha do Canto Verde	1993	Beberibe (CE)	Associação de moradores
Acolhida na Colônia	1996	Região Sudeste de Santa Catarina (SC)	Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO)
Pousada Aldeia dos Lagos	1996	Silves (AM)	Associação de Silves e WWF-Brasil
Reservas Extrativistas Estaduais de Curralinho e Pedras Negras	1997	Vale do Guaporé (RO)	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé (AGUAPÉ)
Pousada Uacari	1998	Tefé (AM)	Instituto Mamirauá

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Walkowski, Damo e Loch (2017).

A partir das iniciativas desenvolvidas na década de 1990, marco temporal reconhecido para o surgimento e a consolidação das práticas de Turismo de Base Comunitária no território brasileiro, bem como referência para diversos estudos e pesquisas, observa-se um crescimento expressivo no número de experiências implementadas em todas as regiões do país.

Com base em pesquisas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES e na Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Portugal e Espanha (Redalyc), foi possível estabelecer, no Quadro 21, um panorama preliminar de alguns dos projetos de Turismo de Base Comunitária identificados em desenvolvimento nas diversas regiões do país. Contudo, ressalta-se que esse levantamento não considera os diferentes níveis de maturidade na gestão dessas iniciativas.

Quadro 21 – Panorama preliminar de projetos de TBC pelo Brasil

continua

Projetos/Iniciativas	Localidade	Descrição	Quem faz
Turismo de Base Comunitária no Parque Estadual Restinga de Bertiooga	Bertiooga (SP)	Oferece observação de aves e rodas de conversas com moradores mais antigos.	Comunidade Vila da Mata
Turismo de Base Comunitária na Fazenda de Mexilhão da Cocanha	Caraguatatuba (SP)	Visita ao processo de reprodução do mexilhão e demais técnicas de cultivo e venda.	
Projeto Turismo de Base Comunitária na Baía dos Castelhanos	Ilha Bela (SP) – seis comunidades caiçaras	Roteiro que inclui trilhas, passeio de barco, rodas de conversas etc.	Associação Castelhanos Vive
Rota Caiçara	São Sebastião (SP)	Promove passeios de barco, roda de conversa com a comunidade, interpretação ambiental.	Associação de Pescadores de Boiçucanga e Companhia Docas de São Sebastião
Quilombo da Fazenda	Ubatuba (SP)	Produção de farinha, roda de conversa com a comunidade e degustação de comidas típicas.	Famílias que vivem no sertão da Praia da Fazenda

continuação

Comunidade Vila de Trindade	Paraty (RJ)	Imersão na cultura quilombola e visitas em ambientes naturais.	Comunidades caiçaras
Aldeia Indígena Guarani Araponga	Paraty (RJ)	Imersão na cultura indígena e visitas em ambientes naturais.	Comunidade indígena
Turismo de Base Comunitária no Quilombo do Campinho	Paraty (RJ)	Resgate da cultura tradicional e preservar a história da comunidade.	Comunidade quilombola do Campinho
Turismo de Base Comunitária na Aldeia Shanenawa	Feijó (AC)	Intercâmbio cultural pelo etnoturismo.	Comunidade Indígena Shanenawa
Projeto Saúde e Alegria	Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti (PA)	Possibilitar às populações da floresta a apropriação da atividade turística na Amazônia.	Projeto Saúde e Alegria
Fazenda Modelo Quilombo D'oiti	Itacaré (BA)	Imersão cultural no antigo Quilombo Cabula.	Comunidade Quilombola
Turismo de Base Comunitária Fundação Casa Grande	Nova Olinda (CE)	Desenvolve o programa memória, comunicação, artes e turismo.	Fundação Casa Grande
Turismo de Base Comunitária na Comunidade Campo Buriti	Turmalina e Vale do Jequitinhonha (MG)	Hospedagem na comunidade Campo Buriti.	Associação de Artesãos de Coqueiro do Campo
Projeto de Turismo Rural e de Base Comunitária de Brumadinho	Brumadinho (MG)	Movimento cultural Céu de Montanhas em 39 empreendimentos, comunidades que ofertam vivências locais.	Comunidades de Brumadinho
Comunidade Indígena Beija-Flor	Rio Preto da Eva (AM)	Imersão cultural indígena.	Associação Etnoambiental Beija-Flor
Turismo de Base Comunitária na Aldeia Sagrada do Povo Yawanawá	Tarauacá (AC)	Vivência em terra indígena do Rio Gregório.	Associação Sociocultural Yawanawá
Turismo de Base Comunitária Mulheres do Pesqueiro	Vila do Pesqueiro, Soure, Ilha do Marajó (PA)	Vivência e imersão cultural caiçara.	Associação de Mulheres do Pesqueiro
Turismo de Base Comunitária em Curaçá	Curaçá (PA)	Promover o ecoturismo de base comunitária.	Instituto Tapiaim e comunidade
Turismo de Base Comunitária no Quilombo Kalunga	Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, (GO)	Imersão cultural na Chapada dos Veadeiros.	Associação Quilombo Kalunga
Turismo de Base Comunitária na Ilha de Cotijuba	Belém (PA)	Turismo responsável com história, praia e comunidade.	Movimento das Mulheres da Ilha de Cotijuba
Programa Turismo de Base Comunitária do Parque Nacional da Fumaça	Baraúna e Mossoró (RN)	Imersão comunitária e estímulo à bioeconomia.	11 comunidades (Baraúna e Mossoró) e o ICMBio
Turismo de Base Comunitária na Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba	Araioses (MA) e Ilha Grande (PI)	Imersão com a natureza entre as ilhas, gastronomia e conservação ambiental.	Comunidades Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio
Turismo de Base Comunitária Quilombo do Prata e Mumbuca	São Félix do Tocantins e Mateiros, Jalapão (TO)	Vivências culturais, rodas de conversa, oficinas de costura com o Capim Dourado.	Comunidades Mumbuca, Rio Novo, Quintais do Prata e Rio da Prata

continuação

Turismo de Base Comunitária na Aldeia Indígena Raposa I	Normandia (RR)	Vivência cultural indígena em tradições milenares.	Comunidade indígena
Turismo de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu	Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia (MG) e Cocos (BA)	Imersão cultural, literária, visitas à unidade de conservação.	Cooperativa Sertão Veredas
Turismo Comunitário Belezas de Pirajubaé	Florianópolis (SC)	Conservação e imersão com a pesca tradicional.	Comunidade de pescadores
Turismo de Base Comunitária na Favela Santa Marta	Rio de Janeiro (RJ)	Valorização cultural, imersão nas práticas urbanas de comunidades.	Comunidade local
Turismo de Base Comunitária no Bar da Hora	Barreirinhas (MA)	Promoção do ecoturismo, gastronomia e encontro com a comunidade.	Associação de Moradores e Pescadores
Turismo de Base Comunitária em Buritizal	Santo Amaro do Maranhão (MA)	Imersão pedagógica de estudantes com a comunidade.	Comunitários
Praia do Pesqueiro, Ilha do Marajó	Soure (PA)	Integração ao dia a dia dos ribeirinhos.	Associação das Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ). Apoio do ICMBio e parceria com a agência Turismo Consciente de São Paulo
Quilombos África e Laranjinha	Moju (PA)	Participação comunitária e geração de renda.	Associação de moradores
Gurupá Terra das Águas	Gurupá (PA)	Projeto de manejo florestal do açaí e educação no campo.	Instituto Gurupá e Casa Familiar Rural de Gurupá
TBC Curuçá	Curuçá (PA)	Atividades de ecoturismo de base comunitária e valorização cultural.	Instituto Peabiru, Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá, Instituto Tapiaim
Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns (Comunidade de Aña) e Assentamento Extrativista Gleba Lago Grande (Comunidades de Vila Amazonas, Atodi e Arimum)	Santarém (PA)	Roteiros turísticos de 5 dias com hospedagem em barcos ou casas dos comunitários com imersão na cultura ribeirinha.	Projeto Saúde e Alegria, Amazônia Ribeirinha (Projeto Bagagem), Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta e parceria com agência de viagem Ambiental Expedições
Floresta Nacional do Tapajós (Comunidades de Maguari, Jamaraquá, Pedreira, Piquiatuba e Tauari)	Santarém e Belterra (PA)	Passeios pelo Igarapé de Jamaraquá, visita à samaúma milenar e ponta do Maguari.	Amazônia Ribeirinha (Projeto Bagagem e Saúde e Alegria)
TBC no Rio Negro RDS Purunga Conquista, APA Rio Negro e RDS do Tupé (margem esquerda), Colônia Central, São João do Tupé, Bela Vista do Jaraqui, Nova Esperança, etc.	Manaus e Novo Airão (AM)	Atividades diversas como banho de rio, praias, trilhas, farinhada, artesanato, imersão comunitária.	Roteiro Tucorin (Turismo Comunitário do Rio Negro), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) 3 ONG Nymuendaju, Fundo Vale, USAid

conclusão

TBC Rio Negro, RDS Rio Negro (margem direita), comunidades de Tumbira, Santa Helena do Inglês, Saracá, São Tomé, Santo Antônio, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Irاندوبا (AM)	Atividades diversas como banho de rio, praias, trilhas, farinha, artesanato, imersão comunitária.	Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Pousada do Garrido e Pousada Vista do Rio Negro
Povoado Três Unidos (aldeia Kambeba), APA do Rio Negro	Novo Airão (AM)	Arquearia, banho de rio e imersão comunitária.	Restaurante Comunitário Sumimi, Projeto Empreendedorismo Ribeirinho
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã	São Sebastião Uatumã e Itapiranga (AM)	Trilhas na serra, praias fluviais, festas comunitárias, pesca esportiva etc.	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)
Resex do Rio Unini	Barcelos (AM)	Pesca esportiva manejada, passeios de barco, artesanato etc.	Fundação Vitória Amazônica (FVA)
Artesanato em Taquaruçu, Palmas	Palmas (TO)	Passeios em cachoeiras, artesanato e turismo de aventura.	Prefeitura de Palmas

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Rede Artesol (n.d.); Céu de Montanhas (n.d.), Sansolo *et al.* (2002, 2008), Mattos (2009), Novo, Cruz e Costa Filho (2010), Hallack, Burgos e Carneiro (2011), Queiroz (2011), Mano, Mayer e Fratucci (2017), Moraes, Mendonça e Pinheiro (2017), Vianna, César e Souza (2017), Sampaio *et al.* (2018), Boulhosa e Vasconcelos (2019), Figueiredo (2022), Santos; Rocha (2022), ICMBio (2023), Moreira (2024), Moura (2024), Oliveira, Valduga e Marques (2024), Rabinovici (2024) e Vivalá (2024).

Com base nas informações compiladas e apresentadas no Quadro 19, nota-se que as iniciativas de TBC podem apresentar diferentes níveis de organização e gestão, grande parte contando com parcerias de outros agentes, como ONGs, poder público, agências de turismo e instituições de ensino. Além disso, o olhar de cada agente social relacionado ao TBC é fundamental para os contributos e os papéis desempenhados no campo das práticas turísticas comunitárias em cada iniciativa.

Na constituição dessas dinâmicas de múltiplos olhares, em muitas iniciativas, existe a forte ligação das comunidades e seus territórios com a conservação da natureza em áreas legalmente protegidas. Tanto que muitas dessas iniciativas consolidadas ou projetos iniciais no Brasil estão em UC ou em seu entorno imediato, sobretudo, na categoria de Uso Sustentável, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as RESEX.

Além disso, destacam-se as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), categoria criada na Amazônia, onde as populações mantêm o direito de uso da terra, um legado de importância histórica para o socioambientalismo (Coelho, 2013). Em virtude disso, em 2011, foi criado o Grupo de Trabalho do Turismo de Base Comunitária, no âmbito do ICMBio, que empreendeu esforços para o fortalecimento dessa prática em UC. Com o aumento do interesse interno sobre o tema, o ICMBio organizou o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, em novembro do mesmo ano, no Maranhão (Moraes *et al.*, 2024).

Com o avanço dessas práticas turísticas comunitárias em diversas UC pelo Brasil, em 2019, o ICMBio publicou a obra “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências”, que detalhou um panorama desse grupo de iniciativas e projetos em áreas protegidas. A partir da compilação de tais experiências e outras encontradas em publicações científicas pelas plataformas como SciELO e Redalyc, foi possível dimensionar o trabalho desenvolvido em algumas Unidades de Conservação pelo Brasil (Quadro 22).

Quadro 22 – Unidades de Conservação com Iniciativas de TBC pelo Brasil

Unidade de Conservação	Categoria	Unidade Federativa (UF)
Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	Uso sustentável	Rio de Janeiro
Área de Proteção Ambiental de Guapa-Mirim		
Área de Proteção Ambiental de Cairuçu		
Parque Nacional da Chapada Diamantina	Proteção integral	Bahia
Parque Nacional do Pico da Neblina		Amazonas
Floresta Nacional do Tapajós	Uso sustentável	Pará
Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins		
Reserva Extrativista Marinha de Soure		Maranhão e Piauí
Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba		
Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape		
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Proteção integral	Bahia
Reserva Extrativista do Cassurubá	Uso sustentável	Santa Catarina
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé		
Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde		
Reserva Extrativista de Cururupu		
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá		
Área de Proteção Ambiental de Guaratuba		Paraná
Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica	Proteção integral	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amaña	Uso sustentável	Amazonas
Reserva Extrativista do Rio Unini		Rondônia
Reserva Extrativista do Cuniã		
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto		
Parque Nacional da Serra do Divisor	Proteção integral	Acre
Parque Nacional de Pacaás Novos		Rondônia
Floresta Nacional do Purus	Uso sustentável	Amazonas
Reserva Extrativista Maracanã		Pará
Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande		Amazonas
Parque Nacional da Amazônia	Proteção integral	Pará
Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá	Uso sustentável	Alagoas
Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal	Proteção integral	Bahia
Parque Nacional da Fuma Feia		Rio Grande do Norte
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses		Maranhão

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de ICMBio (2019) e Moraes *et al.* (2024).

Nesse cenário, o Turismo de Base Comunitária integra o conjunto de possibilidades das práticas turísticas comunitárias, as quais se definem e dinamizam-se por meio de diversas vertentes, considerando o contexto local e os mecanismos de participação dos envolvidos. Em torno das iniciativas de TBC, destaca-se o papel das redes, entendidas como arranjos organizacionais capazes de catalisar processos de desenvolvimento ao conectar múltiplas

realidades e experiências que compartilham cenários de transformação socioambiental em seus territórios.

O TBC, portanto, caminha para o reconhecimento de seu potencial transformador em muitos países na América Latina, onde se consolida como um modelo de gestão e uma estratégia de desenvolvimento. Para se fortalecer, identifica-se o surgimento dessas redes, isto é, o agrupamento de atores com um objetivo comum (Bianchin; Marcelino, 2017). Nesse aspecto, as redes representam uma forma de organização e uma resposta comunicacional de manutenção aos anseios dos territórios, ao compartilhamento de experiências e ao fortalecimento de disputas de interesses para o desenvolvimento.

As ideias de universalidade, centralidade, integração e intervenção, que permearam a formulação de políticas públicas ao longo do tempo, são, paulatinamente, substituídas pelas de pluralidade social, multiplicidade de pontos de referência, coordenação múltipla de atores e participação em redes e em parcerias (Castro, 2001). Em correspondência a esse cenário, existem várias redes de TBC em todo o mundo, tais como: a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS, 2007), o Instituto de Turismo de Base Comunitária na Tailândia, a Associação de Turismo Comunitário do Quirguistão, a Associação de Turismo Comunitário do Uganda e a Associação de Turismo Comunitário de Bali (Giampiccoli *et al.*, 2014).

Dentre esses agrupamentos, a REDTURS, criada em 2001, surgiu para articular iniciativas construídas em diferentes escalas locais e nacionais, tendo o vínculo de mais de 16 redes latino-americanas, que influenciam o desenvolvimento de diferentes práticas em abrangência intercontinental (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Para compreender esse recorte que contempla a REDTURS, sistematizaram-se as mais diversas experiências em redes existentes na América Latina (Quadro 23). Essa é uma forma de detalhar esse universo e os impactos de sua representatividade e influência no campo das políticas públicas de turismo do Sul Global.

Quadro 23 – Redes de Turismo de Base Comunitária pela América Latina

continua

País	Ano	Rede	Descrição
Equador	1993	Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para Convivencia Intercultural y Ecoturismo (RICANCIE)	Envolve oito Comunidades Quichua (Rio Blanco, Runa Wasi, Chuva Urku, Wasila Talag, Machakuyaku, Sinchipura, Alukus e Limoncocha).
Costa Rica	1994	Consórcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional (COOPRENA)	Envolve 23 organizações de economia social, com inserção em todo o país, sendo a maioria cooperativas e a minoria associações.
Equador	2001	Red Provincial de Imbabura (RUNATUPARI)	Fundada pela União de Organizações Campesinas e Indígenas de Cotacachi e quatro comunidades indígenas de Cantón Cotacachi.

continuação

Honduras	2001	Red de Turismo Comunitario Garífuna (MUTU)	Formado por Mulheres Garífunas.
Chile	2001	Red de Parques Indígenas del Mapu Lahual	Envolve as Comunidades Caleta Condora, Comunidad Loy Cumilef e Comunidad Maicolpue Rio Sur.
México	2002	Red Indígena de Turismo de México (RITA)	Envolve 120 empresas associadas, com 12 redes estatais de turismo.
Equador	2002	Federación Plurinacional de Turismo Comunitario de Ecuador (FEPTCE)	Promove e fortalece as iniciativas de turismo comunitário no Equador, respeitando a sua racionalidade e favorecendo o seu posicionamento e identidade no setor turístico nacional, via mecanismos transparentes de gestão técnica e financeira.
Brasil	2003	Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário (TURISOL)	Envolve 12 projetos que beneficiam 100 comunidades, de 61 municípios em oito estados brasileiros.
Argentina	2004	Red de Turismo Rural de Base Comunitária (HUELLA GAUCHA)	Abrange os destinos Barro Blanco, Cañadas San Basilio, Ecoturs y Hostel Ocloyas (Província de Jujuy) e oito iniciativas familiares locais.
Equador	2004	Red de Turismo Comunitário Saraguro Rikuy	Organização comunitária sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento comunitário mediante conservação ambiental, costumes ancestrais e novas alternativas para o desenvolvimento sustentável e equitativo.
Nicarágua	2004	Red Nicaragüense de Turismo Rural Comunitário (Renitural)	A RENITURAL foi criada em 2004 por 22 organizações fundadoras. Atualmente, reúne 55 iniciativas em nível nacional, compostas por diferentes estruturas, como cooperativas de agricultores, uniões de cooperativas, associações comunitárias, comunidades indígenas, associações locais, associações de mulheres e associações de artesãos.
Equador	2005	Red de Turismo Comunitário Pakariñan	Organização comunitária fundada no sul do Equador que trabalha em conjunto com organizações comunitárias, associações de turismo rural comunitário e cooperativas de artesãos de comércio justo.
Argentina	2006	Red Argentina de Turismo Rural Comunitário (RATURC)	Abrange 40 comunidades nas regiões norte, do litoral, da Patagônia e de Cuyo.
Bolívia	2006	Red Tusoco – Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário	Envolve mais de 70 iniciativas diretamente geridas pelas comunidades e povos bolivianos.
México	2006	Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias (SENDASUR)	Envolve 16 Centros Ecoturísticos Comunitários do Estado de Chiapas, da região Selva Lacandona e Selva el Ocote.
Uruguai	2006	Asociación Retos al Sur en Uruguay	Tem o propósito de influenciar a reflexão e a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, baseado em valores como justiça social, participação democrática, cuidado com o meio ambiente e satisfação das necessidades humanas conforme paradigma comunitário orientado para o bem comum.
Peru	2007	TURURAL Peru	Programa apoiado pelo Ministério de Comércio Exterior y Turismo (MINCETUR) com mais de 120 empreendimentos de turismo rural comunitário.
Equador	2008	Red de Turismo Comunitario Huataraco Suno (RETHUS)	Abrange 20 comunidades indígenas kichwas del Cantón Loreto.

conclusão

Argentina	2008	Red de Turismo Campesino Valles Calchaquíes de Salta Argentina	50 famílias de pequenos agricultores e artesãos residentes em 12 comunidades da região do Valles Calchaquíes no sul da Província de Salta.
Bolívia	2009	Red de Turismo Comunitario del Lago Titicaca (APTHAPI)	Abrange 50 empreendimentos turísticos familiares de origem Aymara, vinculados às Associações de Turismo Comunitário de Challapampa – Isla del Sol, Coati – Isla de la Luna, Sampaya e Santa Ana – Península de Copacabana, e Sahuíña em Copacabana.
Colômbia	2018	Red Nacional de Turismo Comunitário de Colômbia	Mais de 53 iniciativas em âmbito nacional.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Moraes, Irving e Mendonça (2018).

O Quadro 24 permite vislumbrar uma ampla estrutura desenvolvida por vários países nas últimas três décadas, evidenciando a dimensão e a força de atuação das práticas turísticas comunitárias pela América Latina. Nota-se, ainda, que as redes se constituem em número de comunidades e pela expressividade de empreendimentos, localizados a uma curta distância ou espalhados por várias regiões do território nacional.

No Brasil, as redes de Turismo de Base Comunitária (Quadro 22), além da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário, estão presentes em quase todas as regiões, elucidando o crescimento das iniciativas em todo o território nacional, com experiências desde o início dos anos 1990. Na atualidade, tais redes registram vários casos em estágio de articulação e desenvolvimento, como a Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro na região dos Lençóis Maranhenses (MA).

Quadro 24 – Redes de Turismo de Base Comunitária pelo Brasil

Unidade Federativa	Ano	Rede	Descrição
Santa Catarina	1999	Rede Acolhida da Colônia	25 municípios de Santa Catarina.
Ceará	2003	Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)	Composta por 11 comunidades situadas no litoral do estado do Ceará.
Bahia	2005	Rede – Turismo Comunitário da Bahia em Movimento (BATUC)	Trabalha com 34 empreendimentos no Estado da Bahia, pautados pelos princípios da sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais.
Rio de Janeiro e São Paulo	2006	Rede de Turismo Comunitário Nhandereko	14 comunidades em Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).
Minas Gerais	2011	Rede de Apoio Integrado ao Turismo Quilombola de Base Comunitária (REDETUR)	12 comunidades no Vale do Jequitinhonha.
Paraná	2013	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Cinco comunidades situadas no litoral do Paraná.
Brasil	2020	Rede de Turismo Rural Consciente	Mais de 140 empreendimentos pelo Brasil.
Paraíba	2021	Rede de Turismo de Base Comunitária da Paraíba	10 comunidades situadas na região do Brejo e no litoral da Paraíba.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Ministério do Turismo (Brasil, 2023).

A realidade brasileira possibilita uma análise de cenário favorável, porém com muitos desafios, no que concerne aos percursos e às dinâmicas entre a criação de novas redes e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o Turismo de Base Comunitária em todos os âmbitos governamentais. Como resultado, nota-se um saldo considerável: leis estaduais instituídas, política nacional criada e cadeias locais protagonizando suas próprias práticas turísticas, estimuladas pelo apoio de universidades e ONGs, institutos e empresas sociais.

Em vista disso, o sentido das redes está na representatividade e no fortalecimento das lutas dos agentes nos territórios pelo reconhecimento de suas práticas e reivindicação de direitos legítimos por políticas públicas efetivas, além da ampliação de parcerias para o exercício da reciprocidade e da redistribuição de benefícios comuns.

Diante disso, a formação das redes de políticas públicas pode ser compreendida como uma reação às políticas fracassadas do Estado. A mobilização coletiva em torno da eficácia em sua implementação viabilizou a criação de canais institucionalizados, legítimos do processo de articulação e cooperação dos atores sociais (Farias; Figueiredo, 2015). Além disso, é importante destacar o papel de empresas ou negócios sociais³, institutos e ONGs que, em algumas realidades, proporcionam suporte em gestão para os processos de qualificação e comercialização das experiências junto aos comunitários nas mais diversas logísticas de organização, sendo um dos principais gargalos enfrentados pelas populações.

Algumas delas funcionam como operadoras especializadas, em parceria com as comunidades ou as redes, colaborando na formulação de pacotes de experiência. Esse processo levanta debates constantes sobre o protagonismo das práticas em todas as suas etapas e as nuances nos processos de comercialização, com ou sem a intermediação de terceiros. Nesse panorama:

Algumas redes de turismo comunitário assumiram o desafio de comercializar diretamente os serviços de seus parceiros, como a Rede TUCUM no Ceará, Brasil. Ou criaram estruturas empresariais profissionais de operação turística integradas em suas próprias organizações, como a ACTUAR na Costa Rica ou da Rede TUSOCO na Bolívia (Cañada, 2015, p. 174).

³ Os negócios sociais trabalham com a lógica sistemática de empresa, mas possuem como base a transformação social e a autossustentabilidade. A depender do país, a denominação é variável, a saber: empresas sociais (*social enterprise*), negócios inclusivos (*inclusive business*) ou negócios com impacto social. Na perspectiva latino-americana, são organizações que têm por finalidade melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda, reinvestindo os dividendos em sua missão social (Dusek *et al.*, 2023).

Sendo assim, agrega-se valor às práticas turísticas desenvolvidas por auxílio de operadoras especializadas e ONGs conduzindo a um processo de comercialização racional com filtros necessários a desenvolver um mercado intermediador responsável, baseado na confiança, em valores éticos praticados e na sustentabilidade dos territórios. Entretanto, não se deve confundir agentes que adotam filosofias empresariais consoantes às necessidades das comunidades e organizações empresariais reduzidas à geração de lucro e ao cumprimento de interesses do mercado tradicional.

Para reunir alguns desses casos, desenvolveu-se uma lista de organizações entre operadoras especializadas (empresas privadas) e empresas sociais ou ONGs (terceiro setor), que desempenham um papel relacional com as práticas turísticas comunitárias pela América Latina (Quadro 25).

Quadro 25 – Comercialização de experiências de TBC pela América Latina

País	Organização	Operadora especializada	Empresa social ou ONG
Argentina	Origins	✓	
Colômbia, Chile e Argentina	Travolution		✓
Costa Rica	Auténtico Adventures	✓	
Equador	Runa Tupari	✓	
	Puruha Razurku	✓	
	Maquita Turismo	✓	
Guatemala	Vivas Atitlán	✓	
México	Totonal	✓	
Nicarágua	Matagalpa Tours	✓	
Panamá	Panamá al natural	✓	
Peru	Pachamama Turismo Alternativo	✓	
	Cocla Tours	✓	
Uruguai	Retos al Sur		✓
Brasil	Braziliando	✓	
Tailândia	Andaman Discoveries	✓	
Brasil	Vivejar	✓	
	Projeto Bagagem		✓
	Mova Experiências	✓	
	Dharma Turismo	✓	
	Gondwana Brasil	✓	
	Ubuntu Ecoturismo	✓	
	Central de Turismo Comunitário da Amazônia	✓	
Colômbia	More Local	✓	
Colômbia	Manbe Travel		✓
El Salvador	TouRuralES	✓	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Cañada (2015).

Em sentido amplo, verifica-se que, na realidade do campo das práticas turísticas comunitárias, esses agentes sociais, classificados como especializados, criaram um mercado disruptivo paralelo ao mercado convencional, atendendo a um nicho com perfil aparentemente consciente e decidido às experiências que querem passar, em consonância com as práticas direcionadas pelas comunidades. Mediante esse enfoque, os estudos de casos brasileiros, a título de ilustração, defendem que a gestão turística comunitária é o ponto central para o êxito de projetos de TBC (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Característica que corrobora com as ideias defendidas e evidenciadas mediante a (in)sustentabilidade das propostas descritas nesta pesquisa.

A resposta para o desenvolvimento local de um turismo mais comunitário é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia, mas que conduz a um processo de gestão comunitária: a reciprocidade e a redistribuição (Polanyi, 1990). Apesar de idealísticos no campo de mercado, tais princípios percorrem as veias estruturantes das relações sociais, a despeito das distâncias ideológicas nas concepções de mercado. Entretanto, são encontrados em muitas redes, iniciativas e projetos descritos ao longo desta investigação de pesquisa.

Perante o crescimento das redes e iniciativas locais de TBC pelo Brasil, nota-se um tímido olhar do aparelho público para a pauta, pressionado e sensibilizado pela necessidade e obrigação em acompanhar os passos coletivos e a velocidade dos movimentos gerados pelas organizações comunitárias. Não obstante as leis sancionadas que instituem as políticas estaduais, muito se tem a trabalhar para a formulação de programas e projetos que contemplem as transformações sociais necessárias, inclusive, a ausência de preceitos básicos como educação, saúde e saneamento básico para a dignidade e a melhoria na qualidade de vida das comunidades.

Com base nesse entendimento concernente às políticas públicas e às redes de Turismo de Base Comunitária, direciona-se o foco para a gestão de práticas turísticas comunitárias na região dos Lençóis Maranhenses como *lócus* de investigação, avançando-se para as análises possíveis dessa realidade nos capítulos subsequentes.

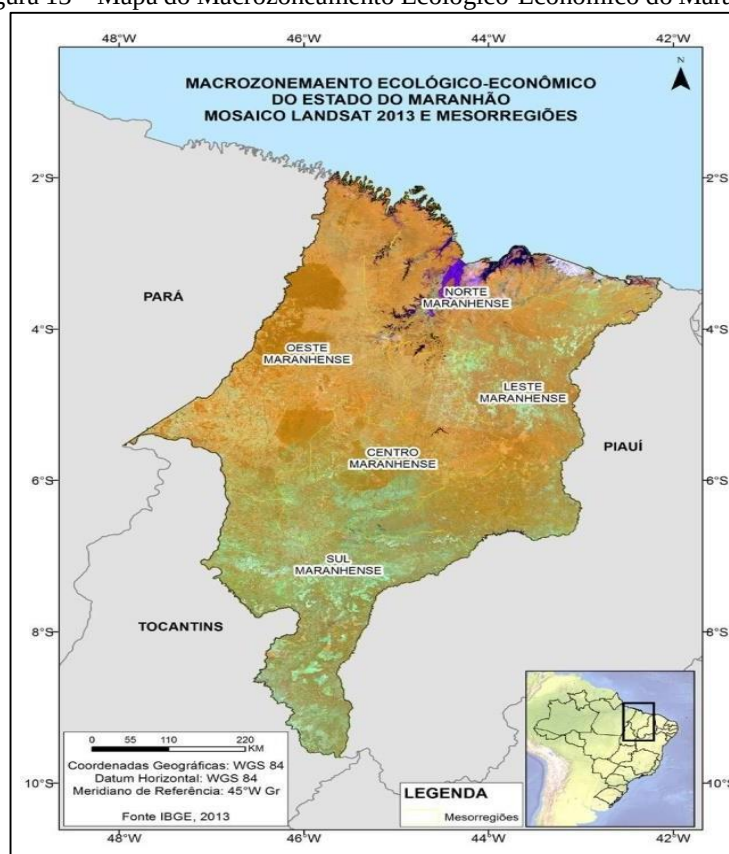
4 O TURISMO NOS LENÇÓIS MARANHENSES: CONTEXTOS DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DO MERCADO TURÍSTICO

4.1 Breve resgate sobre o turismo no Maranhão

Segundo dados do IBGE (2022), o Maranhão apresenta área territorial total de 329.651,496 km² distribuídos em 217 municípios. Diante disso, é considerado o segundo maior estado do Nordeste brasileiro em extensão, atributo que ajuda a justificar a sua rica diversidade socioespacial e ambiental, perpassando por um conjunto de biomas – marinho costeiro, cerrado, caatinga e amazônico – que acompanha um relevo bastante diferenciado, do litoral, ao norte, com planícies de baixas altitudes, até o sul com suas serras, mesas e mesetas de altitudes mais elevadas (Feitosa, 2006).

Conforme seu Macrozoneamento Ecológico-Econômico (Figura 13), distribui-se em cinco mesorregiões geográficas: norte, leste, oeste, centro e sul Maranhenses (Embrapa, 2016). Divisão essa que influencia a formulação de políticas públicas, programas e projetos de desenvolvimento.

Figura 13 – Mapa do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão



Fonte: Embrapa (2016).

Além de seu perfil longitudinal, observam-se dinâmicas socioambientais que conferem a essa unidade federativa, disposta nas latitudes do trópico úmido do planeta, o caráter de zona de transição pré-amazônica com áreas ecossistêmicas sensíveis, entre elas, os Sítios Ramsar⁴ – área de proteção ambiental da Baixada Maranhense e a área de proteção ambiental das Reentrâncias Maranhenses, localizadas em sua porção ocidental (Mochel, 2011).

Apesar de abrigar parcialmente o bioma amazônico, o Maranhão integra a Amazônia Legal (Figura 15), abrangendo 181 municípios, o que equivale a 79,3% do seu território, incluindo a capital, São Luís (IBGE, 2020). Essa composição territorial confere ao estado um conjunto relevante de características de fauna, flora e paisagens, fundamentais para a manutenção e a conservação desse bioma e de sua diversidade sociocultural.

A busca por coesão e representatividade da Amazônia Legal e de aproximação política entre os governos dos nove estados que a compõem (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) culminou, por muito tempo, nas reuniões anuais do Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que, em 2017, deu origem ao Consórcio Amazônia Legal (CAL).

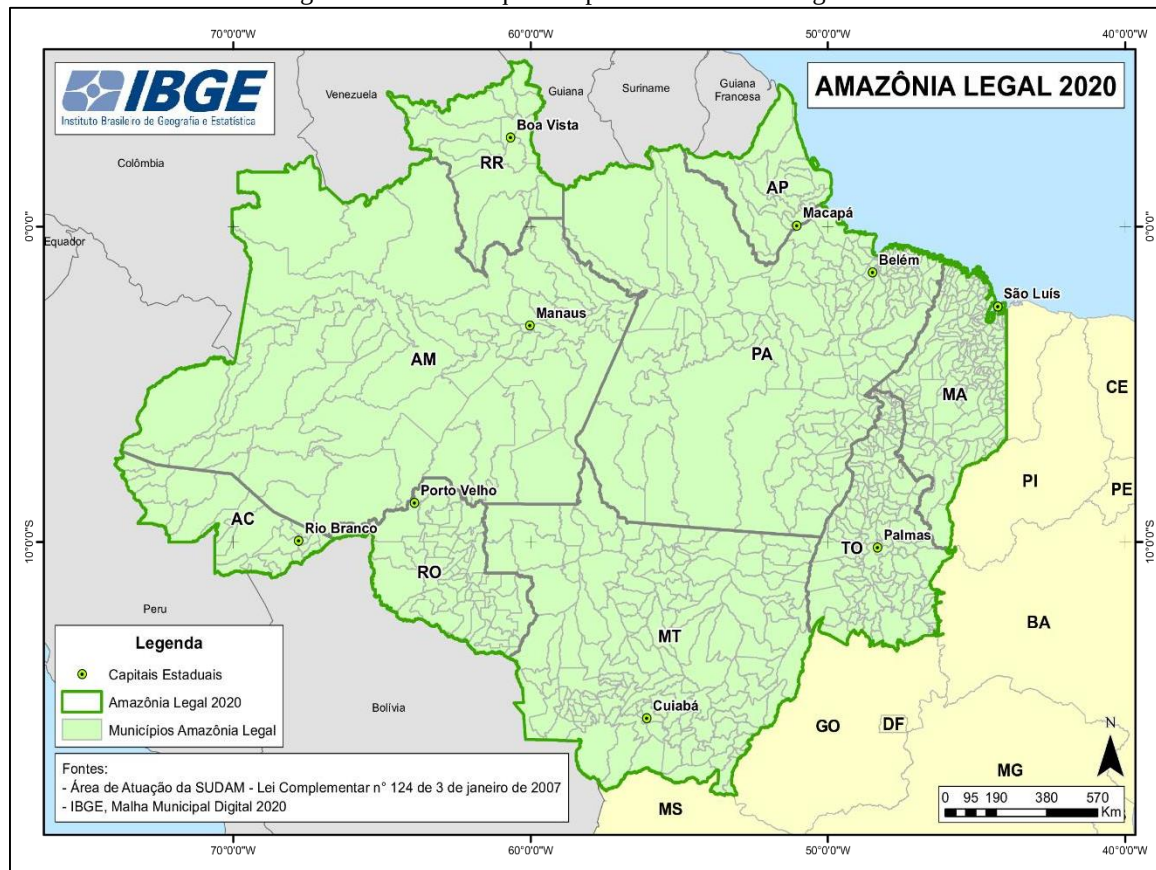
Desde seu período de criação até o momento desta pesquisa, registraram-se quatro mandatos no âmbito do consórcio, cujo segundo foi exercido pelo governo do Maranhão, no período de 1º de janeiro de 2021 a 30 de março de 2022. Essa participação fortaleceu o papel do Estado nas discussões sobre o desenvolvimento socioambiental e na articulação política regional, ampliando sua presença nas agendas estratégicas da Amazônia Legal.

Por sua vez, o bioma Cerrado é predominante, ocupando 64% do Estado, e sobrepondo-se, em determinadas áreas, ao bioma amazônico (35%). Essa zona de transição configura um verdadeiro ecótono (Embrapa, 2016), caracterizado por uma rica biodiversidade, com espécies endêmicas de fauna, flora, além de comunidades tradicionais extrativistas que dependem desses ecossistemas para sua subsistência e manutenção cultural. Entretanto, essa região enfrenta

⁴ Sítios Ramsar se estabelecem como áreas úmidas com importância ecológica internacional enquanto áreas protegidas, conferindo prioridade na implementação de políticas governamentais e estimulando sua valorização com a manutenção de suas características e funções ambientais, a exemplo da compatibilização da conservação nas zonas úmidas com a atividade turística (Brasil, n.d.).

vulnerabilidades crescentes diante do avanço das atividades de cultivo da soja e da pecuária, impulsionadas pela frente de expansão agrícola do MATOPIBA⁵.

Figura 14 – Estados que compõem a Amazônia Legal 2020



Fonte: IBGE (2020).

Com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Maranhão – Bioma Cerrado e Sistema Costeiro (IMESC, 2021), evidenciou-se o tratamento adotado pelo Estado para as políticas de ordenamento ecológico e econômico entre macrorregiões, que envolvem os referidos biomas, como base para as políticas públicas de desenvolvimento, além de atualizações sobre as Unidades de Conservação em níveis Federal e Estadual para fins de monitoramento e fiscalização.

No que tange aos aspectos econômicos, o Estado tem localização estratégica, aliada à existência do Porto do Itaqui, em São Luís, e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), entre o Pará e o Maranhão, utilizados para o transporte de grãos e minério, tornando-o um elo importante de

⁵ MATOPIBA é uma região criada em 6 de maio de 2015 pelo Decreto nº 8.447, considerada área de expansão agrícola do cultivo de grãos voltados para o mercado nacional e internacional, formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Sodré, 2017).

integração de políticas econômicas de exportação do Brasil (FIEMA, 2003). No contexto da região Nordeste, o Maranhão é o segundo estado exportador, com uma participação de 21% nas exportações regionais, perdendo apenas para a Bahia (48,3%); no *ranking* nacional, ocupa a 13ª posição (FIEMA, 2021).

Consoante a esse cenário de participação econômica, o turismo é uma das atividades destaques do Estado. De acordo com dados do Observatório do Turismo do Maranhão (Maranhão, 2022), a partir da pesquisa de emprego e renda das atividades características do turismo, subsidiado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2020 e 2021, registrou-se um aumento de 3,25% na quantidade de empresas do setor turístico e um total de 5.367 estabelecimentos (Figura 15), representando 11,21% em relação às suas outras atividades econômicas.

Figura 15 – Número de Empreendimentos Turísticos no Maranhão (2020-2021)

COMPARATIVO	2020	2021	VARIAÇÃO ANUAL%
Total de estab. no MA	45.447	47.868	5,33%
Total de estab. ligados ao turismo	5.198	5.367	3,25%
Agências e Operadoras	141	134	-4,96%
Alimentação	1.777	1.850	4,11%
Comércio e Serviços	1.783	1.845	3,48%
Entretenimento	661	657	-0,61%
Hospedagem	469	499	6,40%
Transportes	367	382	4,09%

Fonte: Maranhão (2022).

Nessa direção, o turismo gerou, entre 2020 e 2021, no Maranhão, um aumento de 8,49% de empregos e receitas de R\$ 58.218.549,00 (Maranhão, 2022), contribuindo para o ecossistema econômico estadual e movimentando fluxos anuais de visitação para os seus principais destinos turísticos.

De caráter mais recente, os dados da PNAD Contínua Anual apontam que o Maranhão foi destino de 409 mil viagens nacionais em 2023, exibindo crescimento de 44,2% em comparação com 2021. Em 2023, o estado figurou como o 4º maior destino de viagens

realizadas para o Nordeste. Além disso, o número de pessoas ocupadas em atividades características do turismo, no quarto trimestre de 2023, chegou a 221,4 mil, colocando-o entre os estados com os maiores índices de ocupação na região Nordeste (IMESC, 2024).

Nesse panorama, destacam-se os Lençóis Maranhenses, área de estudo desta pesquisa e um dos principais responsáveis pela indução desses fluxos que influenciam, consideravelmente, a geração de receitas, provenientes desse mercado. No que tange à espacialização dos gastos da viagem com pernoite, os municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão receberam do volume de consumo do turismo nacional respectivamente R\$ 44,4 milhões e R\$ 7,2 milhões (IMESC, 2024).

Tais dados embutem variáveis de caráter qualitativo, importantes para compreender as contribuições reais do turismo aos municípios da região dos Lençóis Maranhenses, provocando questionamentos latentes: há consumos economicamente expressivos para o mercado local, mas quem se beneficia dessas divisas? Quais transformações sociais acompanham essas estatísticas? Houve mudanças significativas na realidade dos povoados e comunidades dos municípios? Em virtude disso, investigam-se as práticas turísticas sob a ótica de polo turístico e do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para compreender as principais relações entre a gestão do turismo e as comunidades.

4.1.1 Políticas públicas de desenvolvimento turístico no Maranhão

A jornada das políticas públicas de desenvolvimento turístico no Maranhão acompanhou a evolução dos arranjos institucionais do Estado diante das principais necessidades e oportunidades emergentes advindas dos cenários econômicos e políticos apresentados em cada marco temporal. Para corroborar com essa realidade, as políticas de turismo estão, intimamente, relacionadas aos valores culturais e ideológicos, ao ambiente político e às estruturas institucionais, além de refletir as tendências e as preocupações do momento em sua elaboração (Solha, 2004).

Diante disso, a organização pública do turismo no Maranhão foi marcada pelo processo de criação de várias estruturas político-administrativas ao longo do tempo (Quadro 26), tomando como ponto de partida o Departamento de Turismo e Promoções, instituído pela Lei nº 2.239, de 28 de dezembro de 1962, no Governo de Newton de Barros Belo. Posteriormente, em 1966, redefiniu-se a estrutura e nomeou-se Departamento Estadual de Turismo vinculado à Secretaria de Segurança Pública, com o suporte da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), pela qual se obteve uma visão da realidade estrutural do Estado,

constatando que faltavam condições mínimas para promover o turismo (MARATUR, 1982; Lobato, 2001).

Quadro 26 – Memória das estruturas político-administrativas de turismo no Maranhão

Estruturas públicas	Ano	Legislação
Departamento de Turismo e Promoções do Estado do Maranhão	1962	Lei nº 2.239 de 28 de dezembro de 1962
Departamento Estadual de Turismo	1966	-
Coordenadoria de Turismo e Cultura Popular	1973	-
Departamento de Turismo (DETUR) da Secretaria de Indústria e Comércio	1973	Lei nº 3.347 de 14 de maio de 1973
Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR)	1976	Lei Delegada nº 98 de 21 de junho de 1976
Subgerência de Turismo (SUBTUR) vinculada à Gerência de Planejamento (GEPLAN)	1999	Decreto nº 16.683 de 4 de janeiro de 1999
Secretaria de Estado Extraordinária de Turismo (ADETUR)	2003	Decreto nº 19.483 de 7 de abril de 2003
Fórum Estadual de Turismo do Estado do Maranhão (FORETUR)	2003	Decreto 19.701 de 8 de julho de 2003
Superintendência para o Turismo (SUPERTUR) vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo	2004	Decreto nº 20.629 de 19 de julho de 2004
Secretaria de Estado do Turismo	2006	Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006
Secretaria de Estado da Cultura e Turismo	2016	Lei nº 10.416 de 10 de março de 2016
Secretaria de Estado do Turismo	2019	Medida Provisória nº 291 de 22 de fevereiro de 2019

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MARATUR (1982), Lobato (2001), e Maranhão (2015).

Dessa maneira, nota-se que, desde as primeiras estruturas públicas de turismo no Maranhão, a perspectiva governamental para os arranjos institucionais estava voltada para a criação de políticas públicas de desenvolvimento com foco na promoção e nas respostas às demandas de mercado, mergulhadas em equívocos ante as necessidades de estruturação e preparação dos destinos.

Em 1973, a Coordenadoria de Turismo e Cultura Popular, estrutura consecutiva, contratou um consórcio para a elaboração de um plano de turismo, sendo a primeira iniciativa do Estado do Maranhão a formular uma política para o desenvolvimento do turismo. Nesse mesmo ano, modificou-se novamente o arranjo institucional, de modo que, com a Lei nº 3.347/1973, criou-se a Secretaria de Indústria e Comércio, fazendo parte da sua estrutura um Departamento de Turismo (DETUR), ao qual competia propor diretrizes básicas para a política de desenvolvimento do turismo (MARATUR, 1982).

Portanto, entre 1962 e 1973, situam-se as primeiras iniciativas de estabelecer políticas públicas de turismo efetivas no Estado do Maranhão. A despeito das boas intenções, quase nada foi feito no sentido de incrementar o turismo local. As próprias tentativas de determinar o

espaço do turismo na estrutura administrativa pública mostraram-se infrutíferas. Não havia planejamento para o setor, sendo contempladas ações pontuais e isoladas, concentradas principalmente em atividades promocionais e de incentivo à produção cultural (Lobato, 2001).

Para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento turístico, além de incluir todos os agentes importantes no processo, é necessário reconhecer as suas dimensões elementares e interdisciplinares que engendram as bases do planejamento.

Em 1976, institui-se o Conselho Estadual do Turismo, apresentando-se como um órgão normativo com atribuições de formular e coordenar a Política Estadual de Turismo, além de aprovar os Planos Anuais e Plurianuais de Turismo, elaborados pela Embratur. Nesse mesmo ano, criou-se a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), que, entre 1996 e 1999, foi extinta, dando lugar à Subgerência de Turismo (SUBTUR) integrada à Gerência de Planejamento (Lobato, 2001).

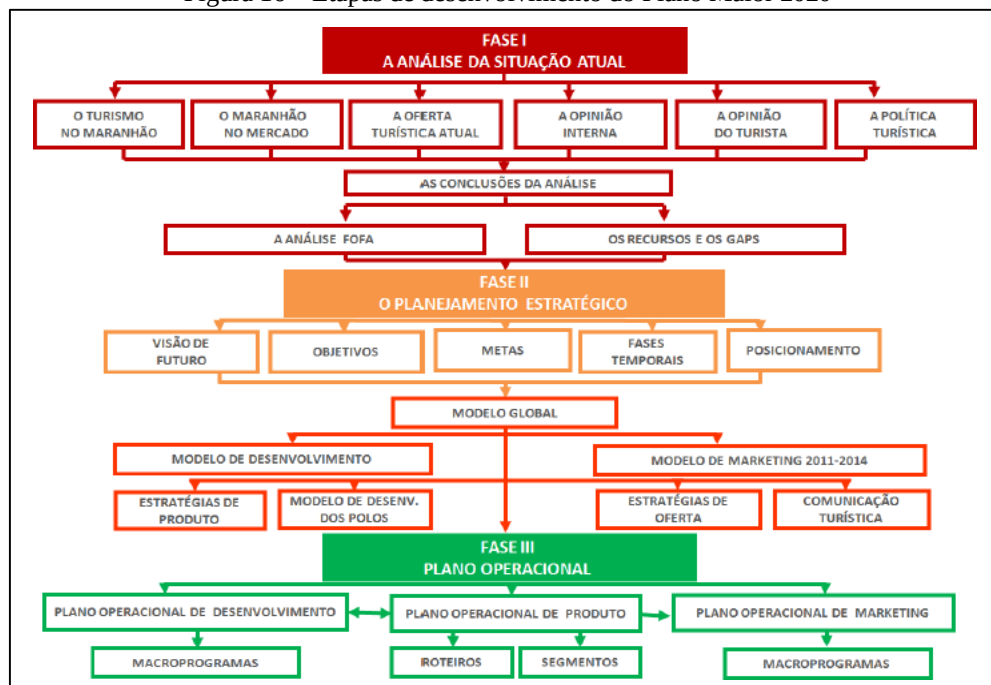
Nessa conjuntura, em 1999, a consultoria Marketing SYSTEMS foi contratada pelo Governo do Estado para elaborar a nova Política de Turismo do Maranhão, denominada “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão – Plano Maior” (Santos; Carvalho, 2009). Ainda em 1999, destacou-se a atuação da Subgerência de Turismo no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) lançado pela Embratur em 1994. Nele, foram envolvidos 25 municípios maranhenses, em que foram desenvolvidas oficinas de sensibilização para a formação de monitores multiplicadores, a criação de Conselhos e do Fundo Municipal de Turismo, além de execução de projetos diversos, porém não obtiveram êxito (Castro, 2004).

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, impulsionaram-se novas mudanças e, no ano seguinte, criou-se a Superintendência para o Turismo no Maranhão sob Decreto nº 20.628, que, em seu art. 1º, afirma ser “um órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo”. Após esse período, instituiu-se a Secretaria Estadual do Turismo em 2006 (Maranhão, 2015), seguindo a missão de implementar o Plano Maior como direcionamento para o desenvolvimento.

Ante o exposto, o Plano Maior se estabeleceu como um dos principais instrumentos para a implementação de uma política pública de desenvolvimento do turismo no Estado, consistindo em um plano estratégico de turismo, integrando em um documento o plano de desenvolvimento e o plano de *marketing* do destino, com a missão de impulsionar o turismo no Maranhão (Maranhão, 2012). Ele foi dividido em três grandes fases de execução (Figura 16): (1) análise da situação atual (diagnóstico); (2) planejamento estratégico (objetivos, metas, visão e posicionamento) e (3) plano operacional (macroprogramas de desenvolvimento, criação de

roteiros e definição de segmentos do produto, macroprogramas de *marketing*) (Maranhão, 2012).

Figura 16 – Etapas de desenvolvimento do Plano Maior 2020



Fonte: Elaborado por Chias Marketing (Maranhão, 2012).

Como um dos primeiros instrumentos de planejamento do turismo do Estado, o Plano Maior 2020 ocorreu em duas etapas: a primeira em 2000-2010, apresentando, inicialmente, cinco polos turísticos (20 municípios); e a segunda, lançada em 2012, com um total de 10 polos (68 municípios), definindo o planejamento do turismo no estado do Maranhão em três grandes categorias, classificadas em polos indutores (prioritários), polos em desenvolvimento e polos estratégicos (Santos, 2019).

Durante a sua primeira versão, influenciado pelas políticas nacionais de desenvolvimento turístico, o Plano Maior 2020 estabeleceu a regionalização do Estado em cinco polos turísticos, considerando semelhanças e atratividade dos recursos e produtos, tal como o recém-outorgado título de Patrimônio Mundial à cidade de São Luís, concedido pela Unesco em 1997 (Maranhão, 2012).

Desses cinco polos, destacam-se em sua composição: Polo Floresta dos Guarás (Cururupu, Guimarães, Cedral e Porto Rico – litoral ocidental do Maranhão); Polo dos Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Morros – litoral oriental do Maranhão); Polo Delta das Américas (Tutóia, Paulino Neves e Araióses – divisa com o Estado do Piauí); Polo São Luís (São Luís, Alcântara, São José de

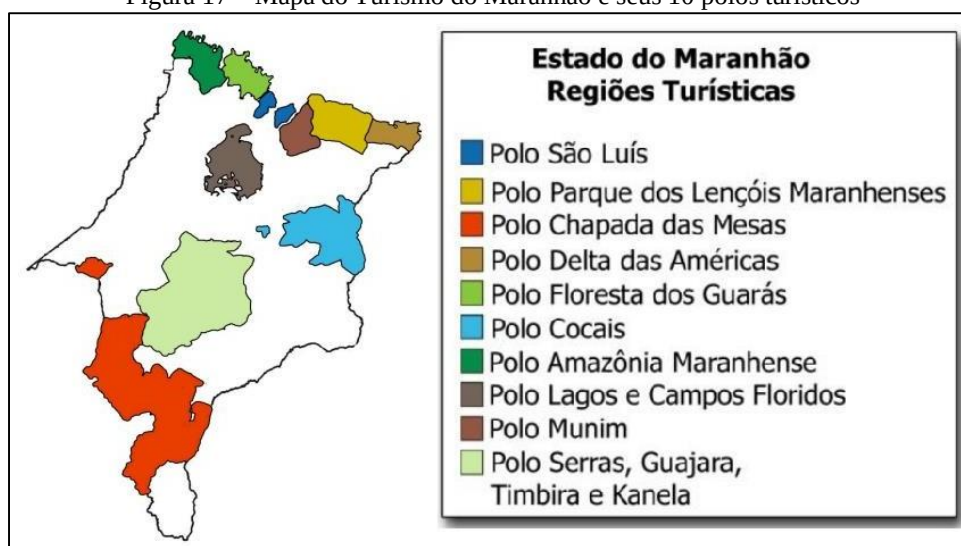
Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar); Polo Chapada das Mesas (Carolina, Imperatriz e Riachão – região sul do Estado) (Pereira, 2009).

Na segunda versão do plano, intitulado Plano Estratégico do Estado do Maranhão ou Plano Maior 2020, lançado em junho de 2012, desenvolvido por uma empresa de consultoria com sede em Barcelona, a *Chias Marketing*, traçaram-se metas de desenvolvimento para o turismo no Estado que seriam atingidas até 2020 (Santos, 2019).

Por essa razão, o Maranhão apresenta-se sob a ótica da política pública de desenvolvimento do turismo em polos turísticos, diferente de alguns outros estados brasileiros que utilizam a terminologia regiões turísticas. Tal configuração seguiu os preceitos da Política Nacional de Turismo pelo Programa de Regionalização, estabelecendo critérios de descentralização da gestão turística para o âmbito regional e local como estratégia de integração de municípios geograficamente próximos e com características semelhantes ou complementares a seus aspectos naturais e culturais.

O ano de 2012 demarcou a criação do Mapa do Turismo do Maranhão (Figura 17), com a congregação de 10 polos turísticos: Polo São Luís; Polo Parque dos Lençóis Maranhenses; Polo Chapada das Mesas; Polo Delta das Américas; Polo Munim; Polo Floresta dos Guarás; Polo Amazônia Maranhense; Polo Cocaís; Polo Lagos; e Campos Floridos e Polo Serras, Guajajara, Timbira e Kanelas.

Figura 17 – Mapa do Turismo do Maranhão e seus 10 polos turísticos



Fonte: Maranhão (2012).

Esses polos podem ser classificados como indutores, aqueles que se apresentam em um nível de desenvolvimento turístico mais avançado, considerando a existência de infraestrutura e superestrutura turística, prestação de serviços turísticos contínuos e com oferta disponível

para a experiência positiva do turista, como os polos São Luís, Parque dos Lençóis Maranhenses, Chapada das Mesas e Delta das Américas.

Como estratégicos, pode-se definir aqueles que estão, geograficamente, em posições estratégicas, próximas aos polos indutores ou que têm condições mínimas de atendimento a uma demanda turística, com a existência de equipamentos e serviços para atendimento ao turista ou, ainda, que estão em estágio avançado no desenvolvimento turístico como os polos Munim, Floresta dos Guarás, Lagos e Campos Floridos. Além disso, são categorizados como polos em desenvolvimento aqueles que necessitam de melhorias na oferta turística de serviços e equipamentos para atendimento efetivo ao turista, como os polos Amazônia Maranhense, Cocaís e Serras, Guajajara, Timbira e Kanela.

Apesar de o Plano Maior ter sido pensado só até o ano de 2020, ainda é considerado o planejamento mais atual adotado pela Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão como instrumento para a política pública de turismo. Em observância a tal aspecto, mesmo sem uma atualização do Plano Maior ou a criação de um novo plano estadual, verificou-se um avanço no Estado no que diz respeito à legislação de turismo, com a criação da Lei Estadual de Turismo nº 11.333/2020, que institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Maranhão e dispõe sobre a prestação de serviços turísticos no Estado.

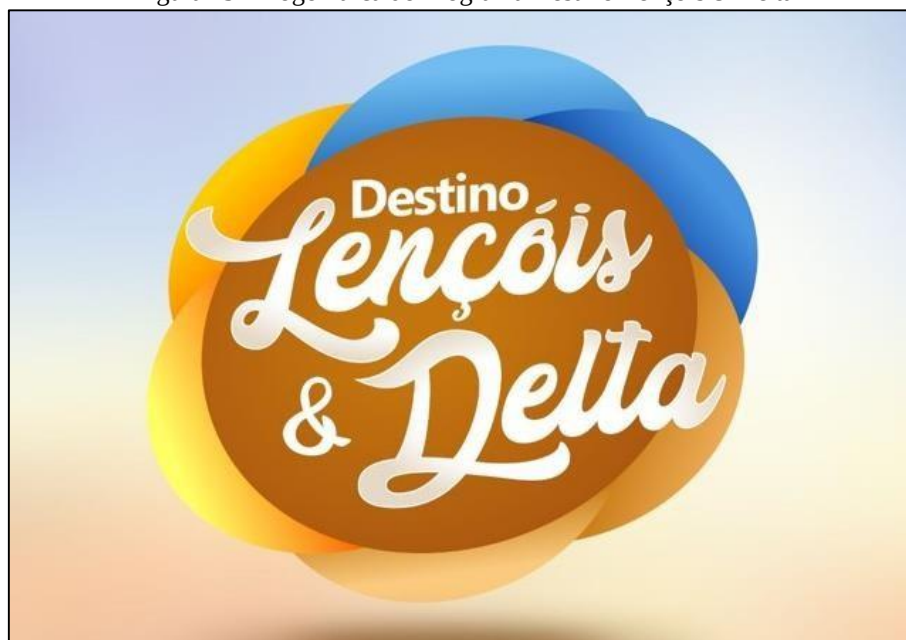
Mesmo com o estabelecimento de um arcabouço legislativo que cobra a aplicação de seu conteúdo, há um “estado de coisas”, como anuiu Rua (1998), em se tratando da inércia do Estado diante das necessidades e reivindicações levantadas pela sociedade. Há uma lacuna em situar uma direção para as políticas de desenvolvimento turístico do Maranhão, em que se observa um cenário de ausências e anseios por objetivos mais claros, possibilitando revisitar o Plano Maior, identificar as demandas presentes e apontar para um futuro de políticas públicas mais assertivas de colaboração efetiva e reais transformações socioeconômicas em todos os polos turísticos maranhenses.

Com a dinâmica de atualização do Mapa do Turismo Brasileiro pelo Ministério do Turismo, desde 2022, o Maranhão é formado por 10 polos turísticos e 63 municípios (Figura 18), que, em 2021, contava com um total de 54 adesões ao Programa de Regionalização do Turismo.

Artesanato Brasileiro (PAB); Programa Mais Infância Mais Turismo no arcabouço do Turismo Sustentável e Infância (TSI) (2019); Programa Mais Qualificação e Turismo em consonância à Política Nacional de Qualificação no Turismo (2016).

Somam-se a eles, o Programa Destino Lençóis e Delta (Figura 19) criado em 2020 pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR-MA) com o objetivo de “transformar os referidos destinos em produtos turísticos consolidados nacional e internacionalmente, possibilitando o desenvolvimento sustentável da região” (Jornal Pequeno, 2020).

Figura 19 – Logomarca do Programa Destino Lençóis & Delta



Fonte: Maranhão (2020).

Com esse cenário, em 2022, houve uma fusão entre os polos supracitados, originando o Polo Turístico Lençóis e Delta, mudando, novamente, a configuração do Mapa do Turismo do Maranhão no estabelecimento de apenas nove polos turísticos e, em 2023, houve uma redução para 57 municípios, configuração vigente até o momento desta pesquisa.

Na perspectiva da governança, a integração dos referidos polos turísticos pelos arranjos institucionais direcionou-se ao fortalecimento dos destinos que contemplam a Rota das Emoções no território maranhense, concentrando esforços para a promoção e a estruturação da oferta nos municípios Água Doce do Maranhão, Tutoia, Araiões, Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Humberto de Campos, Paulino Neves e Primeira Cruz (Brasil, 2025).

Vale ressaltar que, desde 2016, houve uma estratégia de descentralização da estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR), criando a Superintendência Lençóis e Delta, com sede em Barreirinhas, e a Superintendência da Chapada das Mesas, com sede em

Imperatriz. Apesar do processo de descentralização, o olhar da gestão pública estadual para a região dos Lençóis Maranhenses fundou-se na ampliação dos programas existentes nas áreas de qualificação profissional, artesanato e cadastro dos prestadores de serviços junto ao Cadastur, principalmente, nas sedes municipais.

Segundo dados do IMESC (2024), alguns dos investimentos feitos pelo Governo do Estado do Maranhão na região dos Lençóis Maranhenses, entre 2018 e 2024, podem ser evidenciados pelas seguintes ações: pavimentação de 47 km entre a BR-401 e a MA-320, levando à sede de Santo Amaro do Maranhão; construção da MA-315 interligando os municípios do polos turísticos Lençóis e Delta; investimento de R\$ 2,1 milhões para melhorias em infraestrutura, qualificação na prestação de serviços e promoção turística; inauguração da ponte sobre o rio Alegre em Santo Amaro do Maranhão; e inauguração do aeroporto de Barreirinhas.

Apesar de todos os investimentos na região dos Lençóis Maranhenses advindos das políticas de desenvolvimento do turismo, desde a concepção do Plano Maior, nota-se um foco preponderante em ações voltadas à infraestrutura das sedes municipais, às vias de acesso e a outros benefícios favoráveis, em muitos casos, a atender às necessidades do mercado.

Mediante o exposto, a seguinte reflexão se apresenta: em que grau de intervenção e participação as comunidades tradicionais, localizadas nos povoados e assentamentos na região dos Lençóis Maranhenses, são atendidas ou contempladas conforme suas necessidades nas políticas públicas de turismo ora descritas?

Segundo os programas existentes na estrutura da gestão pública estadual de turismo, o Mais Infância Mais Turismo (palestras de sensibilização e combate ao abuso e à exploração sexual), o Mais Qualificação e Turismo (aplicação de cursos rápidos) e o Programa do Artesanato Brasileiro (cadastramento de artesãos) são os que ainda tentam contemplar algumas necessidades advindas das comunidades tradicionais. No arcabouço do projeto de qualificação profissional, há cursos na modalidade presencial cujos públicos-alvo são as comunidades tradicionais: “Hospedagem Familiar: como montar um negócio cama e café”, “Turismo de Base Comunitária e suas estratégias” e “Condutor de Visitantes em Ambientes Naturais” e “Marketing e Vendas para Artesãos” (Maranhão, 2020).

Ainda que o objetivo desta subseção seja identificar e não analisar profundamente as políticas públicas de desenvolvimento turístico no Maranhão, em especial nos Lençóis Maranhenses, como limitação existe a ausência de documentos oficiais evidenciando os desfechos e os resultados das ações aplicadas como alternativa de consulta e prestação de contas à sociedade.

É perceptível, ainda, a falta de uma visão clara e holística sobre os componentes gerais do Plano Maior na prática, além de um processo de avaliação eficiente das políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Maranhão. Uma das oportunidades para a cobrança e a efetividade de tais programas e projetos, junto às comunidades e seus territórios, é a participação ativa nos conselhos municipais de turismo e na Instância de Governança Regional Lençóis e Delta (IGR), institucionalizada enquanto associação.

Salienta-se ainda que o dilema da participação comunitária em instâncias de governança está, de um lado, na desarticulação de alguns territórios provocando ausência de representatividade e, do outro, os interesses de agentes de mercado, inviabilizando possíveis acessos e canais claros para uma governança democrática.

4.1.2 Práticas turísticas comunitárias pelo Maranhão

No Maranhão, as práticas turísticas comunitárias estão dispostas na literatura a partir de artigos científicos, experiências de projetos de extensão universitária e eventos. Desses materiais investigados, apreende-se que grande parte dessas iniciativas e experiências voltadas às comunidades ou às populações tradicionais está localizada em municípios costeiros entre o litoral ocidental e oriental do Estado.

As comunidades quilombolas de Itamatatiua, Mamuna e Cajueiro no município de Alcântara (MA) são exemplos reconhecidos de práticas comunitárias que agregaram a possibilidade do turismo por meio do artesanato em cerâmica, pesca, agricultura e fabricação de farinha em seus territórios (Kiyotani; Magalhães; Ferreira, 2022). Tais iniciativas foram estimuladas com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) (2022) que, desde, 2021 desenvolve o Projeto de Extensão “Turismo de Base Comunitária: tecendo caminhos para um turismo inclusivo” sob coordenação da professora Luciana Castro.

Nesse mesmo cenário, ressalta-se a importante obra “Dos quintais às prateleiras: as imagens quilombolas e a produção da louça de Itamatatiua–Alcântara–Maranhão”, da pesquisadora Raquel Gomes Noronha, que retrata, de forma crítica, as narrativas sobre turismo, artesanato e *design* na perspectiva da produção de louça em barro e a imagem quilombola (Noronha, 2020). Ainda no litoral ocidental, destacam-se as populações tradicionais de pescadores da Ilha dos Lençóis no município de Cururupu que já recebem turistas por meio de agências de turismo para experiências culturais que envolvem o modo de vida, as paisagens e as atividades imersivas na natureza.

Considerando que os territórios das comunidades fazem parte da Resex de Cururupu, em 2011, o Centro Nacional de Pesquisa da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio) criou o Projeto “Turismo de Base Comunitária na Ilha dos Lençóis” amparado, financeiramente, pelo PNUD como forma de compreender as dinâmicas locais (Pinheiro; Souza, 2024).

A comunidade Ilha Grande dos Paulinos, localizada no município de Tutóia (MA) e inserida na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, desenvolve atividades tradicionais como a pesca, o artesanato e a captura do caranguejo. De acordo com Moraes e Carvalho (2022, p. 10), “o protagonismo feminino na produção de artesanato detém potencial para viabilizar iniciativas de TBC neste território”. Apesar dos estudos, verifica-se que ainda não se desenvolvem práticas turísticas agregadas às demais existentes, apresentando apenas uma proposta em estágio inicial, porém de alto potencial.

Na região dos Lençóis Maranhenses, Pinho (202) estudou as comunidades de Atins e Mandacaru, evidenciando que ambas apresentam potencialidades para o desenvolvimento turístico, mas suas práticas atuais não se adequam aos preceitos do TBC. Isso retoma a discussão de que nem toda prática turística comunitária pode ser considerada como Turismo de Base Comunitária, havendo outras configurações possíveis em que os comunitários são protagonistas, contudo operacionais, e o processo de gestão fica a cargo de agentes externos ao território, reforçando a teoria da mão invisível do mercado de Adam Smith.

Além dessas comunidades, o povoado Marcelino destaca-se no município Barreirinhas pela produção de artesanato em fibra de buriti (*Mauritia flexuosa*) pela Casa das Artesãs, organização coletiva que demonstra ao visitante a relação entre a terra e o que ela oferece, conectando-se aos saberes e fazeres locais (Kiyotani; Magalhães; Ferreira, 2022).

Em estudos iniciais de Araújo *et al.* (2018) sobre o TBC em Santo Amaro do Maranhão, as comunidades de Betânia, Travosa e Espigão foram destacadas por suas práticas turísticas comunitárias, integrando as atividades do Projeto de Extensão com Interface na Pesquisa “Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro do Maranhão” (Figura 20), desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sob coordenação da Professora Mônica Araújo e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Figura 20 – Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro do Maranhão



Fonte: UFMA (2018).

Com o projeto de extensão intitulado “Consolidação da Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro: fortalecimento aos comunitários-empREENhedores da região dos Lençóis Maranhenses”, contemplado no edital FAPEMA, nº 19/2018 – Iniciativas Mais IDH e desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), observou-se a inclusão das comunidades rurais Barra, Satuba, Buritizal, Lavado do Maneco, Sucuruju, Rancharia e Patacas, localizadas em Santo Amaro do Maranhão, na proposta de estímulo à formação de uma rede de Turismo de Base Comunitária.

A partir dessas iniciativas, Vieira *et al.* (2022) evidenciam o protagonismo feminino nas práticas turísticas comunitárias em Betânia, povoado de Santo Amaro do Maranhão, desde a concepção dos empreendimentos até a consolidação, ampliando as oportunidades de emprego e renda para outros comunitários. Sendo, portanto, responsáveis pelas dinâmicas no território e referência na gastronomia regional.

Em pesquisas complementares, Santos e Rocha (2022) apresentam a experiência do Projeto de Turismo Comunitário “Rota das Areias”, criado em 2018 pelo Laboratório de Extensão (Labex) da Universidade Estadual do Maranhão, contemplando atividades em 12 comunidades de Santo Amaro do Maranhão: Barra, Satuba, Buritizal, Espigão, Lavado do Sérvulo, Rancharia, Buriti Grosso, Sucuruju, Lavado do Maneco, Queimada Grande, Boca da Lagoa e Lagoa da Esperança.

Além dessa experiência, verifica-se a formulação da Rota Guaxenduba no município de Icatu em 2015, tendo em vista a comunidade rural de Santa Maria de Guaxenduba que já recebe

turistas. Por estar situada no litoral, oportuniza a troca de experiências culturais e práticas de contato com a natureza através do cotidiano das populações tradicionais (Santos; Rocha, 2022).

Nesse universo de práticas turísticas comunitárias, encontra-se também a “Rota dos Quilombos” como resultado do projeto “Turismo de Base Comunitária nas comunidades quilombolas atendidas pelas Ações Transitórias do Plano Básico Ambiental Componente Quilombola (PBACQ)”. O projeto foi implementado pelo Instituto de Políticas Sustentáveis do Maranhão (INSPOSUMA) e executado pela empresa Vale a partir do Programa de Fortalecimento e Socialização da Cultura Quilombola nos territórios Vila Fé em Deus e Cariongo no município Santa Rita, além das comunidades Santa Galo, Cariongo, Outeiro dos Nogueiras e Pedrinhas Clube de Mães em Itapecuru Mirim (Rota dos Quilombos, 2025).

Em uma análise preliminar, nota-se que a Rota dos Quilombos volta-se muito mais para um processo de compensação, causado pelos impactos de grandes indústrias nos territórios, sob a intervenção de agentes externos ao estímulo do TBC, perante o olhar dos próprios quilombolas no que tange à gestão das práticas comunitárias “turistificadas”, sejam elas culturais, laborais ou religiosas.

Verifica-se, ainda, a iniciativa de TBC na comunidade Bar da Hora em Barreirinhas (Lençóis Maranhenses), formada por mais de 100 famílias que protagonizam práticas turísticas sob um modelo de gestão compartilhada. A condução das atividades obedece ao princípio da redistribuição de benefícios que, por intermédio da associação de moradores e pescadores, coleta uma taxa para o fundo do turismo, convertida em melhorias para a infraestrutura do povoado (Bar da Hora, 2025).

Diante de todas as experiências mapeadas, as práticas turísticas comunitárias nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro, na região dos Lençóis Maranhenses, mostram-se referências nas dinâmicas territoriais no litoral oriental do Maranhão, evidenciadas por seus modelos próprios de gestão na condução das práticas, aproximando-se dos fundamentos do TBC discutidos nesta pesquisa.

4.2 Turismo nos Lençóis: entre o parque e o polo

A diversidade de ambientes naturais existentes no Maranhão, como a região dos Lençóis Maranhenses, destaca-se pela unicidade de suas paisagens, formadas por um fenômeno geológico raro: a deposição de sedimentos e areia por influência do mar e dos ventos que forma um conjunto de dunas por uma extensa área litorânea, que adentra o continente e interliga-se por lagoas de água doce, cuja ocorrência acontece no período de chuvas, conferindo a esse

território uma experiência singular de turismo em nível global. Os Lençóis Maranhenses, esse cenário de belezas e encantarias, podem ser descritos como:

[...] um campo de dunas da ordem de aproximadamente 1.500 quilômetros quadrados, completados a leste por dois pequenos 'lençóis'. As dunas regionais se estendem ao longo da costa em um eixo Leste-Oeste, por 75 a 80 quilômetros, adentrando de 25 a 30 quilômetros na mancha central. Em seu corpo total, os Lençóis Maranhenses têm um formato de um pastel alongado com terminações bem marcadas para outros setores e ecossistemas da planície costeira do nordeste maranhense (Ab'Saber, 2001, p. 94).

Tais características reforçam desejos e motivações que impulsionam fluxos turísticos provenientes de diversos estados e regiões brasileiras e de outros países, atraídos pela possibilidade de vivenciar práticas de turismo de natureza e cultura. Essas experiências são marcadas por uma imersão que valoriza encontros autênticos e conexões significativas com o território, seus modos de vida e suas paisagens. Apesar dessa vocação indiscutível para o turismo, suas características biológicas e geomorfológicas representam valor ecossistêmico de grande necessidade de proteção, dada sua ocorrência geológica e suas espécies animais e vegetais endêmicas de alta sensibilidade.

4.2.1 O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma Unidade de Conservação Federal, classificada na categoria proteção integral, segundo diretrizes da Lei nº 9.985, de julho de 2000 (Brasil, 2000) que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Apesar de seguir tal legislação, sua criação antecede o SNUC, sendo instituído pelo Decreto Federal nº 86.060 de 2 de junho de 1981 (Brasil, 1981), visando preservar o ecossistema, promover a educação ambiental e a sua visitação pública, estando subordinado, inicialmente, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura (Carvalho, 2007; Silva, 2008).

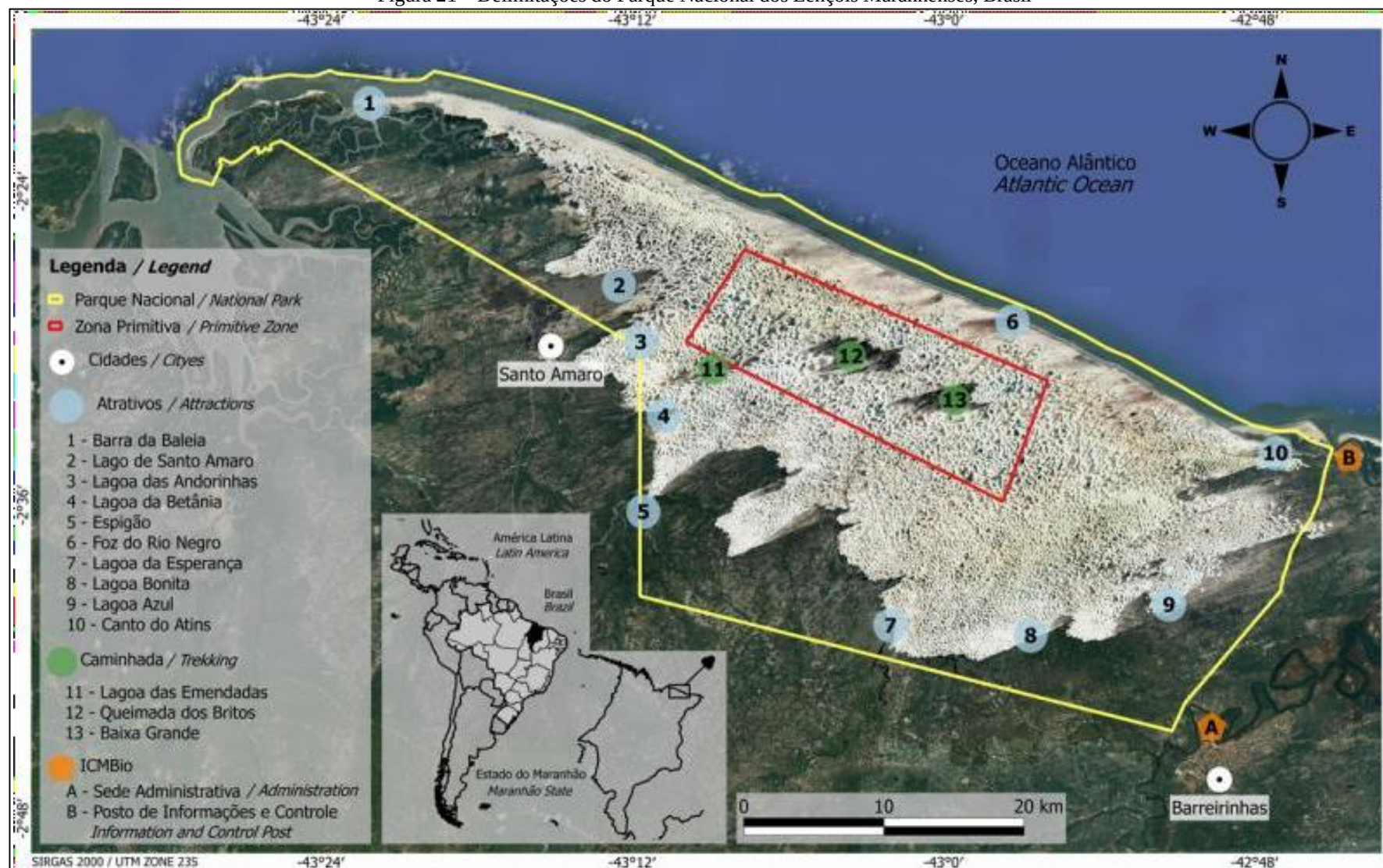
A criação da Unidade de Conservação representou um marco para a gestão e o ordenamento ambiental, em virtude das necessidades de monitoramento e controle sobre as pressões de atividades antrópicas nesse território. Atualmente, a gestão do PNLM é conduzida pelo ICMBio, com sede no município de Barreirinhas (MA). Dentre suas atividades e competências, incluem planejamento, ordenamento das atividades, educação ambiental e fiscalização (ICMBio, 2020).

Dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, existem diversas comunidades de populações tradicionais que produzem e reproduzem suas práticas sociais em dinâmicas de usos simbólicos intimamente ligadas aos recursos naturais existentes. Além das populações e suas práticas de produção do território, outros agentes estabelecem práticas de uso e visitação ao PNLN, como turistas e agências de turismo submetidos às normas estabelecidas em instrumentos de ordenamento, conservação e manutenção da sociobiodiversidade, como o plano de manejo, zoneamento ambiental e o plano de visitação e uso público.

Quanto à sua estrutura, o Parque se estende por uma área de 156.608,16 hectares, inseridos na região do litoral oriental maranhense, apresentando uma linha de costa regular com 2/3 de sua extensão coberta por dunas e lagoas interdunares. Abrange três municípios do estado do Maranhão: Barreirinhas (44,79%), Santo Amaro (44,20%) e Primeira Cruz (7,14%) (ICMBio, 2020). O Parque é acessível por duas cidades: Barreirinhas, ao leste, e Santo Amaro do Maranhão, a oeste. O acesso ao Parque por via terrestre, a partir de São Luís, dá-se pelas rodovias BR-135 e BR-402, em 272 km de estrada asfaltada até Barreirinhas ou pela MA-320 até a sede de Santo Amaro, percorrendo 227 km (IMESC, 2020).

Vale destacar que os Lençóis Maranhenses são o maior campo de dunas da América do Sul, com uma área de 1.500 km², quase a mesma extensão da cidade de São Paulo (Luna *et al.*, 2012). Tal característica demonstra a imensidão do campo de dunas de paisagens únicas e os desafios diários para sua gestão (Figura 21).

Figura 21 – Delimitações do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Brasil



Fonte: ICMBio (2020).

4.2.1.1 Caracterização do bioma

O bioma no qual o Parna Lençóis Maranhenses está inserido é o Marinho-Costeiro, com influência da zona de transição dos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia (IMESC, 2020; ICMBio, 2022). Além de pertencer ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão, situando-se em áreas de confluência e transição entre esses biomas, zonas estratégicas para a criação de indicadores ambientais e socioambientais e formulação de políticas públicas que atendam às dinâmicas locais (IMESC, 2021). A zona costeira constitui, a rigor, uma região de transição ecológica, desempenhando importante papel no desenvolvimento e na reprodução de várias espécies e nas trocas genéticas que ocorrem entre os ecossistemas terrestres e marinhos (Prates *et al.*, 2012).

Os principais ecossistemas que compõem o PNLM são áreas de restinga, campos de dunas livres, manguezais e costa oceânica (ICMBio, 2020). Ecossistemas associados a ventos fortes e chuvas regulares, cumprindo ciclos físicos e bioquímicos essenciais para a manutenção da biota existente (IMESC, 2020).

A partir de observações diretas em pesquisas de campo entre 2021 e 2024, constatou-se que, mesmo diante dos instrumentos de gestão e conservação do bioma Marinho-Costeiro, externalidades negativas acometem áreas de faixa de praia de toda a extensão do Parque e entorno imediato, com a presença de lixo e outros resíduos sólidos advindos das dinâmicas oceânicas, correntes marítimas e fluxos das marés, evidenciando acúmulo considerável desses materiais na areia, como recipientes plásticos de rótulos de vários países, vidros e outros componentes, comprometendo e ameaçando a biodiversidade local.

4.2.1.2 Formação geológica e geomorfológica

A atual paisagem no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses originou-se de dinâmicas geoambientais, representadas por depósitos litorâneos marinhos e eólicos, muito extensos na região entre Barreirinhas – Humberto de Campos. Tais dinâmicas ocorrem desde o período Quaternário do Holoceno (IMESC, 2020), um intervalo de tempo na história da Terra mais recente, se comparado com a formação geológica do Parque Nacional da Chapada das Mesas ao sul do Maranhão, ocorrido entre o Permiano e o Eotriássico do Paleozoico (Pãozinho, 2019). O processo de formação das dunas ocorreu ao longo desse tempo, a partir de duas etapas:

A primeira deu-se logo após a transgressão Flandriana, quando as grandes oscilações das marés permitiam, durante a baixa-mar, a exposição de larga faixa arenosa. O vento constante, transportando o farto material arenoso para o continente, originou dunas que recobriram grandes extensões, podendo ser assinaladas algumas localizadas a mais de 100 km do litoral. Seguiu-se uma fase climática mais úmida, responsável pela fixação dessas, que foram parcialmente edafizadas. E a segunda surgiu com a formação de novas dunas que recobrem uma franja de terra ao longo do litoral (IBGE, 1984, p. 18).

Antes de se formar o campo de dunas dos Lençóis Maranhenses, havia manguezais na costa que foram soterrados pela areia. Esses mangues antigos, chamados de paleomangues, podem ser observados ao longo da costa, como na Foz do Rio Negro e na região do Bonzinho. Quando a água das lagoas escoar para o mar, leva consigo a areia, deixando à mostra os paleomangues e as formações rochosas de arenito. São essas formações que permitem a existência de pequenas cachoeiras durante o período chuvoso (ICMBio, 2020).

A primeira fase de formação do campo de dunas permite compreender como as transgressões marinhas e as dinâmicas climáticas foram importantes nesse processo de modelagem da geomorfologia do PNLm. Exposto a isso, as dunas livres de vegetação dos Lençóis Maranhenses, ou dunas ativas, tiveram origem há cerca de 10 mil anos. Entretanto, num passado mais distante, há mais de 18 mil anos, existiu um campo de dunas muito maior, com 1 milhão de hectares que se estendia até Urbano Santos e Morros (ICMBio, 2020).

Outros importantes agentes na formação do parque foram os rios da região, em especial, o Rio Parnaíba que, em virtude da geografia do Delta do Parnaíba, concentra grande quantidade de sedimentos arenosos e, com a ação dos fluxos marinhos e eólica no sentido leste-oeste, torna-se um vetor para a formação de dunas com o substrato da vegetação de restinga local.

Nesse cenário de belezas:

Os rios da região, principalmente o Parnaíba, trazem muitos sedimentos (areia, argila, matéria orgânica) do continente. Ao chegar no mar, a areia vai sendo depositada no fundo. As correntes de deriva litorânea, que nesta região têm o sentido de leste para oeste, vão carregando os grãos. Juntamente a isso, todos os dias a maré sobe e desce duas vezes, e nessa região do país as marés são bem altas, chegando a 6 metros de altura. Por causa dessas marés se formam praias muito largas. Quando a maré sobe, deposita areia na praia e quando a maré desce os grãos de areia logo se secam devido ao calor e dos ventos fortes, principalmente no período de estiagem. As areias das praias são transportadas para o continente pelo vento, vão se acumulando e formando as dunas (ICMBio, 2020).

Em confluência, os cordões de depósitos marinhos e fluviomarinhos tendem a se processar no sentido leste-oeste, direção predominante dos ventos alísios. Nesse contexto, os depósitos eólicos continentais revelam-se através dos extensos campos de dunas. Nos Lençóis Maranhenses, essas apresentam formato crescente (barcanas), paralelas à direção do vento, e

onduladas (IMESC, 2020). Para ilustrar o processo de formação de uma duna (Figura 22), Luna *et al.* (2012) descrevem compassadamente que:

As dunas se movem graças a um fenômeno chamado de saltação. Tudo começa quando o vento sopra com força suficiente para levantar do chão alguns grãos de areia. Ao caírem de volta, esses grãos colidem com outros, que respingam para cima. O número de grãos saltando aumenta cada vez mais, até formar uma nuvem de areia rente ao chão, com até 15 centímetros de altura. Se o vento sopra sempre numa mesma direção, as dunas assumem uma forma de meia-lua conhecida como *barcana*, um monte com dois braços orientados na direção do vento. A saltação acumula areia sobre as costas das *barcanas* e faz os grãos subirem até seu topo, antes de deslizarem sobre avalanches para o outro lado. Assim as *barcanas* crescem e se movimentam empurradas pelo vento (Luna *et al.*, 2012, p. 169).

Figura 22 – Processo de formação de dunas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses



Fonte: Luna *et al.* (2012).

Luna *et al.* (2012) explicam, ainda, que, ao longo dos 50 km de linha costeira do Parque, há uma praia plana com largura entre 600 m e 2 km, além dela aparecem dunas entre 10 m e 20 m de altura, interligadas umas às outras, formando longas cadeias sinuosas com até 75 km de

extensão, que adentram mais de 20 km em direção ao interior. A aparência de lençóis amarrotados dessas cadeias deu origem ao nome do parque.

4.2.1.3 Clima

A região em que se localiza o Parna Lençóis Maranhenses apresenta um clima subúmido, com temperaturas mensais sempre superiores a 18°C e umidade relativa do ar anual entre 76% e 82% (IMESC, 2020).

Em outros estudos, destaca-se que, diferentemente de outros desertos, os Lençóis recebem relativamente muita água: até 2 mil milímetros de precipitação anual. Mais de 90% dessa chuva, porém, cai concentrada entre janeiro e julho, quando é absorvida rapidamente pela areia, elevando o lençol freático acima do chão e enchendo as lagoas temporárias entre as cadeias de dunas, que quase não se mexem nessa época do ano devido à umidade e à falta de vento. Chegando, mais ou menos, a um metro de profundidade na estação chuvosa, as lagoas secam ao longo do segundo semestre, época em que os ventos predominam, soprando costumeiramente do leste, alcançando a velocidade de 70 km/h (Luna *et al.*, 2012).

4.2.1.4 Flora

Na região dos Lençóis Maranhenses, predomina vegetação de mangues e restinga que se misturam à vegetação de várzeas e cerrado (IMESC, 2020). No PNLM, em específico, são encontrados extensos manguezais e vegetação típica de restinga. O Plano de Manejo do Parque identifica a região da Queimada dos Britos (zona primitiva⁶) como o sítio com maior riqueza botânica (ICMBio, 2020).

Nos estudos de Rodrigues *et al.* (2019), realizados no PNLM entre 2015 e 2017 e publicado na revista *Acta Botânica Brasileira*, há 289 espécies registradas e distribuídas em 189 gêneros e 73 famílias, cujas famílias mais representativas foram *Poaceae* com 37 espécies (12%), *Cyperaceae* 35 spp. (12%), *Fabaceae* 31 spp. (10%), *Rubiaceae* (5%), *Eriocaulaceae* dez spp. (3%), *Myrtaceae* nove spp. (3%), *Apocynaceae* e *Polygalaceae* oito spp. (2%), *Xyridaceae* sete spp. (2%) e *Euphorbiaceae* seis spp. (2%).

⁶ Trata-se de zona delimitada na qual o ecossistema contém espécies da flora e da fauna e fenômenos naturais de alto valor ligado à biodiversidade e de grande valor científico, por esse motivo, as normas para a visitação são mais rígidas (ICMBio, 2020).

Em concordância com esses estudos, o ICMBio (2020, p. 8) descreve que dessas, “56 espécies foram novas ocorrências para o estado do Maranhão e duas são de espécies ainda não descritas pela ciência”. Tal constatação evidencia a relevância de estudos e pesquisas para a catalogação de espécies ligadas a essa Unidade de Conservação com dinâmicas ecossistêmicas únicas e diferenciadas. Por sua vez, as restingas constituem um ambiente natural, de grande importância para a região. Ao se fixarem nas dunas, fornecem proteção contra os ventos advindos do mar, retendo salinidade, e protegem o solo e os animais dos fortes raios de sol. É na restinga que são encontradas as frutas, como o cajuí, jatobá, mirim e murici (ICMBio, 2020).

Os manguezais também respondem a uma importante função ecossistêmica no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, isso porque:

Na constituição de ambientes de procriação e desenvolvimento de diversas espécies, por ser um ambiente calmo e rico em nutrientes. Além disso, fornecem e reciclam nutrientes, previnem erosão marinha e fluvial, minimizam a poluição das águas e ainda regulam a vazão nos períodos de enchentes. Uma das principais características dos manguezais são as raízes aéreas, que ficam à mostra na maré seca. Como a lama do manguezal é pobre em oxigênio, as raízes aéreas retiram o oxigênio do ar e enviam as demais partes da planta, mantendo a respiração mesmo debaixo d’água (ICMBio, 2020, p. 8).

As principais espécies de manguezais existentes no PNLM são: mangue-vermelho; mangue-branco; mangue-siriúba; mangue-manso; e mangue-de-botão, nos quais vivem muitos tipos de peixes, camarões, ostras e caranguejos. Outra composição da flora do Parna Lençóis Maranhenses e região é o buriti (*Mauritia flexuosa*), responsável por subsidiar cadeias produtivas que envolvem o artesanato regional e a bioeconomia ligada às produções de doces e polpas, entre outros derivados.

O buriti tem grande importância, pois quase todas as suas partes podem ser aproveitadas, sem a necessidade de ter que derrubar a árvore: a palha serve de cobertura as casas; o talo para a confecção de portas e janelas; o fruto serve para o preparo de doce; e o linho, extraído do “olho” (a folha ainda não aberta), é empregado na produção de artesanato (ICMBio, 2020).

As plantas carnívoras também fazem parte do conjunto florístico do Parque, destacando-se por suprir a carência de nutrientes do solo, capturando e digerindo pequenos animais, geralmente insetos e pequenos crustáceos, como as Utricularias e Droseras. As Droseras possuem folhas cobertas por pelos, produtoras de uma substância pegajosa, em que, ao pousar na folha da planta, o animal fica grudado a essas gotículas (ICMBio, 2020).

No que se refere às plantas de uso medicinal, existentes no PNLM, segundo os estudos de Aguiar e Ribeiro-Novaes (2021), foram identificadas 54 etnoespécies junto aos moradores

do parque, como: açoita-cavalo (*Luehea sp*) – anti-inflamatório; ameixa (*Ximenia caffra*) – anti-inflamatório; Embaúba (*Cecropia sp*) – gastrite; janaúba (*Himathantus articulatus*) – anti-inflamatório, entre outras. Das plantas alimentícias do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, além do buriti (*Mauritia flexuosa*), destacam-se o murici (*Byrsonima crassifolia*), o pequi (*Caryocar brasiliense Camb*) e o mirim (*Humiria balsamifera*) (Rocha; Ribeiro-Novaes, 2021).

4.2.1.5 Fauna

O incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e estudos em Unidades de Conservação de Proteção Integral fazem parte do conjunto de atividades permitidas sob autorização do órgão gestor para fins de reconhecimento, catalogação e conservação das espécies animais e vegetais existentes em sua delimitação, bem como influências e impactos gerados em suas áreas de amortecimento.

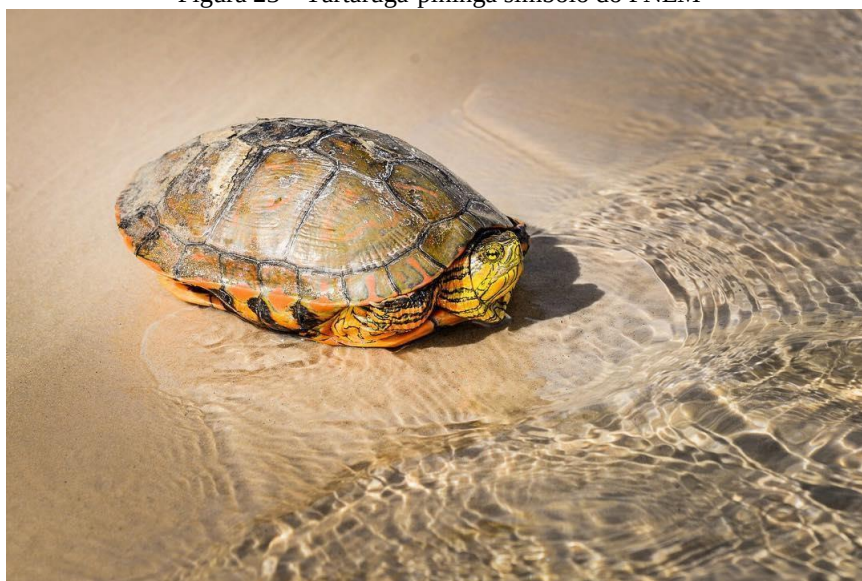
O Parque abriga cerca de 112 espécies de aves, 17,6% da biodiversidade de espécies registradas no estado do Maranhão. A maioria são aves marinhas, como tetéu (*Vanellus chilensis*), garça (*Ardeidae alba*), paturi (*Anas bahamensis*) e gaivota (*Larus dominicanus*). A região se destaca, também, por estar na rota migratória de aves do Hemisfério Norte, como o trinca-réis-boreal (*Sterna hirundo*), o maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*) e a marreca-de-asas-azuis (*Anas dicors*), que buscam a região para fugir do frio.

Uma espécie que se destaca na paisagem é o guará (*Eudocimus ruber*), cujas penas são de um vermelho brilhante – e ficam cada vez mais vermelhas enquanto o pássaro envelhece – em ambos os sexos. A coloração advém do pigmento (*carotenoide cantaxantina*) dos crustáceos dos quais ele se alimenta. Sendo bastante peculiares, constroem seus ninhos no alto das árvores à beira dos mangues e lamaçais litorâneos (ICMBio, 2020).

Outro símbolo da vida animal no PNLN são os répteis, encontrados em suas delimitações, em especial, a tartaruga-pininga (*Trachemys adiutrix*) (Figura 23), endêmica da UC, a qual foi escolhida como mascote e símbolo, em alusão aos 40 anos de existência e conservação do parque. A tartaruga-pininga é mais ativa nos períodos chuvosos.

Durante a seca, esconde-se embaixo de arbustos ou enterra-se na areia. O propósito é manter uma reserva de energia, chegando a perder 8,4% de massa no período de hibernação. É considerada uma espécie endêmica, ou seja, que se desenvolve numa região restrita. Seus registros se restringem à região litorânea entre o Maranhão e Piauí, o que demanda esforços contínuos para a sua conservação (ICMBio, 2020).

Figura 23 – Tartaruga-pininga símbolo do PNLM



Fonte: Mario Barila extraído de ICMBio (2020).

Além da tartaruga-pininga, uma espécie de água doce, ocorrem, no Parque, tartarugas-marinhas; das cinco espécies existentes no Brasil, aqui aparecem quatro: tartaruga-verde, tartaruga-oliva, tartaruga-de-pente e tartaruga-de-couro, lamentavelmente, todas ameaçadas de extinção (ICMBio, 2020).

A fauna do PNLM também é formada por animais mamíferos que se distribuem pelo campo de dunas e por suas áreas estuarinas e águas jurisdicionais. Entre eles, há ocorrência de três espécies, classificadas em diferentes níveis de ameaça de extinção: a lontra (*Lontra longicaudis*), quase ameaçada; o gato-do-mato/pintadinho (*Leopardus tigrinus*), em perigo; e o peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus Linnaeus*), também em perigo (ICMBio, 2020).

Nessa paisagem, é notável a rica biodiversidade de peixes habitantes de lagoas e rios ao longo do parque. Essa ictiofauna representa um componente ambiental relevante, mas também uma importante fonte de subsistência para comunidades tradicionais de pescadores que vivem dentro dos limites do PNLM. O Parque abriga grande variedade de espécies de peixes de água doce e salgada, incluindo algumas endêmicas e muito apreciadas no aquarismo: o pulador (*Anablepsoides vieirai*); o barrigudinho (*Poecilia sarrafae*); o carazinho (*Apistogramma piauensis*); e o tetra (*Hyphessobrycon porskii*), esse último descrito recentemente como parte dos espécimes coletados no parque.

Um destaque especial é o cascudo-negro (*Callichthys callichthys*), que apresenta uma habilidade notável: quando as lagoas secam, ele é capaz de sair da água e se locomover em terra firme, usando suas nadadeiras peitorais. Seu corpo é protegido por placas ósseas e revestido por uma espessa camada de muco, o que o auxilia a tolerar condições extremas. Além disso, possui

respiração aérea e intestinal, o que lhe permite sobreviver fora d'água até encontrar um novo ambiente aquático. Outro espécie com característica semelhante é o jejú (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), também adaptado a ambientes com variações hídricas significativas (ICMBio, 2020).

4.2.2 Turismo, manejo e uso público no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

A gestão do PNLM, na perspectiva institucional sob a premissa da conservação ambiental, assim como as diversas categorias de UC, deve obedecer aos objetivos e às diretrizes de seu plano de manejo, um instrumento norteador criado em 2002 (primeira versão), homologado em 2003 pela Portaria nº 48, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), alterado e atualizado após 19 anos com base na Portaria nº 99/2022 do ICMBio (Ferreira, 2013; Brasil, 2022).

Nesse intervalo, muitas dinâmicas territoriais foram, constantemente, modeladas a partir das várias práticas, interesses e conflitos sobre os usos possíveis dos recursos naturais, espaços e paisagens do PNLM. Tal cenário apresentou uma arena de agentes sociais internos (moradores) e externos (agências de turismo, guias de turismo, condutores de visitantes, turistas etc.) em posições ora convergentes ora divergentes aos fundamentos que estruturam os arcabouços de proteção e conservação ambiental.

Dentre as práticas possíveis estabelecidas pelo plano de manejo do PNLM e em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, elencam-se pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (Brasil, 2000). O turismo enquanto prática permitida no PNLM se reconfigurou ao longo do tempo, permeado de muitos desafios e contradições antes mesmo da criação da UC, atraindo, inicialmente, visitantes motivados sobretudo pelo lazer, pela contemplação e pela recreação nas dunas e lagoas. Além dessas atividades, acredita-se que a travessia por caminhada (*trekking*) pelo Parque iniciou-se por volta de 2005, quando as famílias da Baixa Grande e Queimada dos Britos começaram a receber turistas (Melo, 2020).

Com a intensificação dos fluxos turísticos, mesmo depois da instituição do Parque, vários circuitos (Circuito Lagoa Bonita, Circuito Lagoa do Peixe etc.) foram desenvolvidos com referência às lagoas ou aos povoados existentes dentro e fora de sua jurisdição. Tais circuitos estruturaram os processos de mercadorização dos recursos naturais (Polanyi, 1990), ampliando as atenções pela oportunidade de lucro a partir da prática econômica do turismo com a atração de demandas nacionais e internacionais pelas características específicas do território.

Essa oportunidade acarretou um movimento acentuado de abertura de trilhas, antes utilizadas apenas pelos moradores locais, passando a ser utilizadas com frequência pelos toyoteiros como vias de acesso aos atrativos naturais, com intensificação dos fluxos turísticos em períodos de alta estação entre janeiro e julho (Ferreira, 2013).

Acompanhado por esse processo, a ausência de efetividade e as evidências aos cumprimentos do princípio de capacidade de carga demonstraram um consumo turístico voltado à massificação da prática, aumentando as probabilidades de impactos diretos ao ecossistema local como níveis de deposição de urina nas lagoas e supressão de dunas pela quantidade de pessoas acessando os atrativos ao mesmo tempo (Figura 24).

Figura 24 – Consumo turístico de dunas e lagoas do PNLM em alta estação



Fonte: TripAdvisor (2017).

Diante disso, há contradições acerca do propósito da prática turística estabelecida no plano de manejo e da capacidade de carga necessária como parâmetro de impacto para a conservação ambiental do PNLM. Em decorrência disso, o turismo engendra-se na produção do espaço, visto que é entendido como prática social permitindo a atribuição de novas funções em espaços que antes possuíam características distintas, ao atribuir-lhes novos padrões de consumo (Muniz, 2017).

Diferentemente disso, a travessia enquanto prática turística mostrou-se, no decorrer do tempo, como caminho alternativo ao aproximar o turista das comunidades tradicionais do PNLM, fundamentalmente em sua área primitiva, revelando novas relações e usos que ultrapassaram as noções de consumo pelo lazer e recreação em dunas e lagoas, projetando trocas mútuas em hospitalidade, culturalidade e sociabilidade durante as vivências em pontos de apoio,

favorecendo experiências de estímulo à conservação por escala de pequenos grupos de visitação.

Tais dinâmicas turísticas e outras intervenções antrópicas influenciaram as discussões sobre a necessidade de se pensar o ordenamento territorial frente aos impactos negativos ocasionados pelas práticas insustentáveis divergentes dos ideais estabelecidos em plano de manejo. De tal forma que houve a necessidade de alterar o Plano de Manejo, instituir o Plano de Uso Público e atualizar o Zoneamento Ambiental do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A partir da Portaria nº 1.163/2018, o Parque recebeu a possibilidade de incorporar ao seu portfólio, o Plano de Uso Público (PUP), criado e aprovado em 31 de março de 2022. Vale destacar que um dos frutos desse processo de elaboração do PUP para o PNLM foi a atualização do zoneamento da UC (Quadro 27), determinando as seguintes zonas: (i) primitiva; (ii) uso extensivo; (iii) uso intensivo; e (iv) especial.

Quadro 27 – Zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

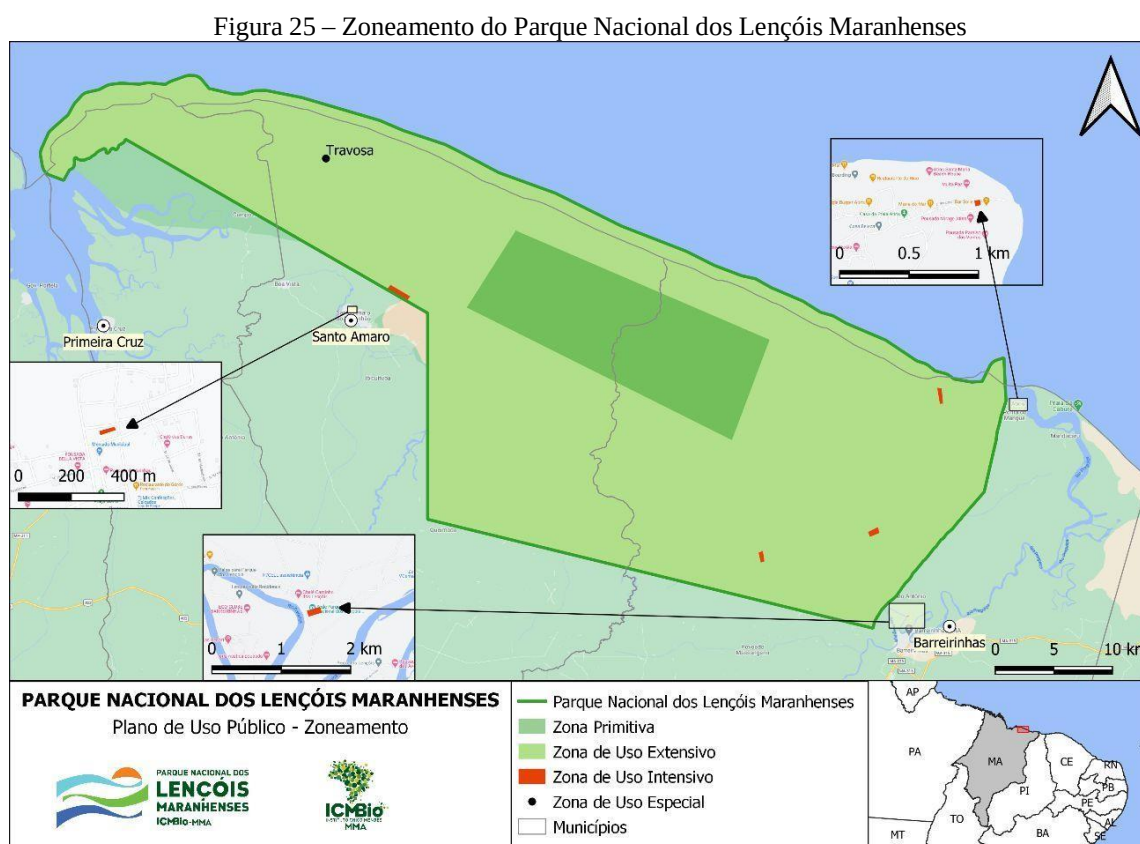
Zona	Descrição	Característica da Zona
Primitiva	Essa zona compreende as áreas naturais que apresentam pequena intervenção humana. Esse ecossistema contém espécies da flora e da fauna e fenômenos naturais de alto valor ligado à biodiversidade e de grande valor científico. Suas características ambientais e de localização indicam um alto potencial e importância à conservação, à contemplação, à observação, à exploração dos sentidos humanos e à pesquisa científica e educacional. O objetivo geral de manejo é preservar o ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.	Baixo grau de intervenção
Uso extensivo	É constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações antropogênicas. Caracteriza-se como uma área de transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer facilidade e acesso público para fins educativos e recreativos.	Médio grau de intervenção
Uso intensivo	É constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente precisa ser mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter áreas destinadas para o uso público. O objetivo geral do manejo é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio e oferecer infraestrutura e equipamentos para as atividades de administração e fiscalização.	Alto grau de intervenção
Uso especial	Contém áreas necessárias à administração, à manutenção e aos serviços do Parque Nacional. Essas áreas são escolhidas e controladas para não conflitarem com seu caráter natural. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou dos efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.	Alto grau de intervenção

Fonte: ICMBio (2022).

No plano, as zonas delimitadas consideram os graus de intervenções possíveis, de modo a facilitar as operações de monitoramento e fiscalização, estabelecendo um espectro que

identifica a zona primitiva do parque, área na qual se encontram comunidades tradicionais, como Baixa Grande e Queimada dos Britos, obedecendo à regra de poucos fluxos e circulação humana, e a zona de uso intensivo, destinada à recreação, ao lazer e ao turismo, com fluxos e circulação mais acentuados.

No processo de zoneamento (Figura 25), verifica-se, também, que a zona de uso extensivo ocupa considerável porção do território do PNLM, perfazendo uma área de transição, necessária para a mediação de níveis de impacto antrópico ao ecossistema.



Fonte: ICMBio (2022).

O zoneamento ambiental do PNLM oferece uma leitura com possibilidades de delimitar áreas de usos públicos a facilitar os processos de gestão territorial no âmbito do monitoramento e controle. No entanto, mesmo com o estabelecimento de áreas específicas de interesse, a capacidade estatal de conduzir tais práticas de gestão se restringe às estruturas de pessoal e equipamentos existentes e disponíveis ao órgão gestor, um desafio constante para o cumprimento dos objetivos a que se propõem tais planos.

O grande dilema de que forma compatibilizar as práticas turísticas às necessidades de conservação do PNLM perpassa pelos formatos em que o turismo se desenvolve e pelo cumprimento dos mecanismos estabelecidos para a conservação ambiental. Pãozinho e

Figueiredo (2022) mencionam que, no desenvolvimento do turismo em parques nacionais, como uma das atividades de uso público, previstas pelo SNUC e estabelecidas no plano de manejo, deve-se ter observância ao formato de planejamento da visitação e de suas condições de sustentabilidade para que sua qualidade se direcione para o mínimo impacto possível.

Para além das práticas de conservação ambiental, é necessário problematizar que os moradores do PNLM sofrem diversas influências protetivas e restritivas diante dos planos e mecanismos normativos estabelecidos pelo órgão gestor. Em virtude disso, há a necessidade de uma mudança de percepção relacionada aos objetivos e aos paradigmas de proteção, considerando a existência de uma sociobiodiversidade inerente ao espaço que produz e reproduz relações com os recursos e as paisagens dos Lençóis Maranhenses.

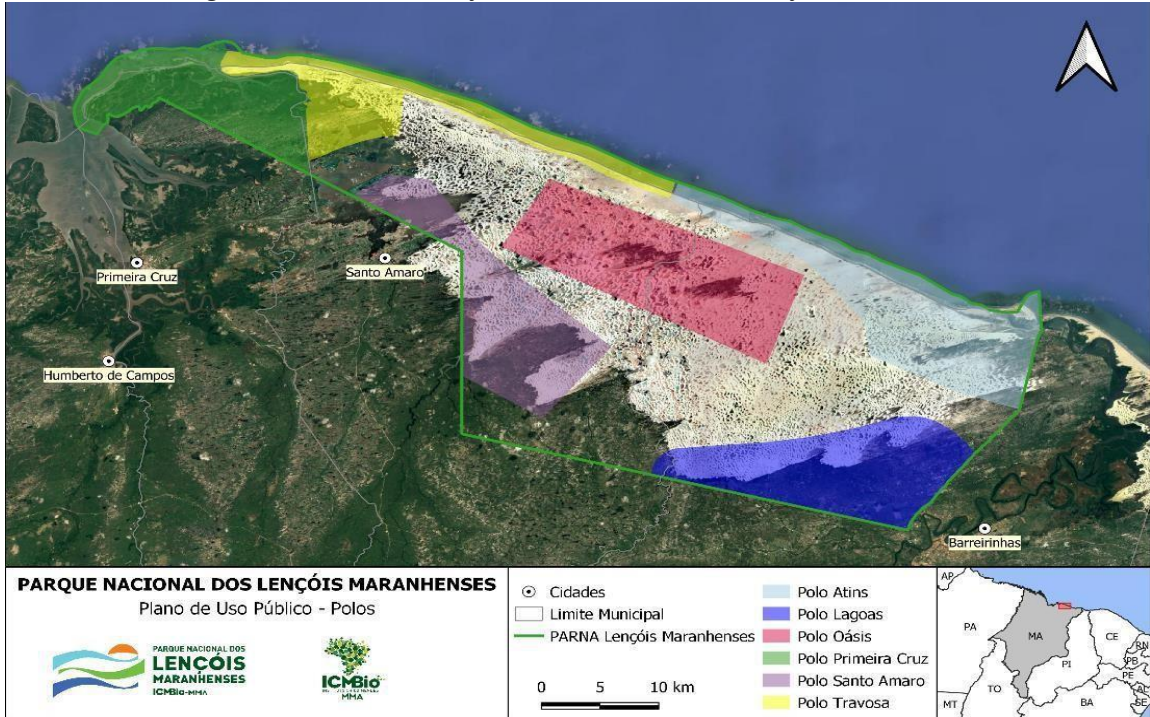
Nessa perspectiva, a construção dos planos requer a contemplação dos objetivos de conservação perante as práticas e os usos permitidos, com efetiva participação das comunidades que vivem dentro do PNLM, a fim de possibilitar um espaço de amplo debate relacionado aos interesses de todos os agentes sociais do campo de gestão da UC.

De acordo com Melo e Crema (2022), nas prerrogativas de elaboração do plano de uso público, adotou-se a realização de oficinas de planejamento com a presença de representantes de setores ligados ao turismo, comunidades tradicionais e servidores do ICMBio, cuja metodologia aplicada foi Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC⁷), baseada no modelo americano *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS), criado pelo Serviço Florestal Americano, além do Índice de Atratividade Turística (IAT)⁸, para determinar o ordenamento das atividades, agrupando áreas de visitação e atrativos de valor turístico (Figura 26) em seis polos (Oásis, Lagoas, Atins, Santo Amaro, Travosa e Primeira Cruz) (Melo; Crema, 2022).

⁷ A metodologia ROVUC classifica as experiências das áreas de visitação e atrativos da UC e apresenta um rol de classes de oportunidades recreativas que variam entre prístinas, naturais, seminaturais, ruralizadas e urbanizadas, definidas com base nas características biofísicas, sociais e de manejo dos ambientes (Melo; Crema, 2022, p. 96).

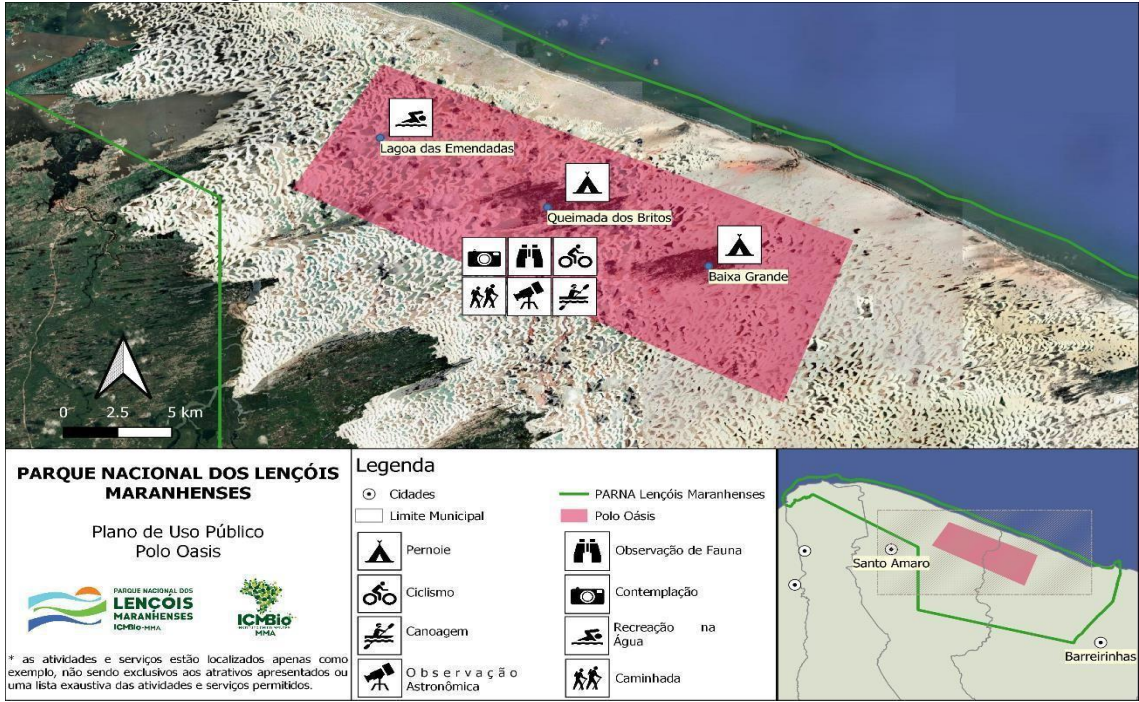
⁸ O Índice de Atratividade Turística avalia a classe de experiência geral para o destino turístico na totalidade, que varia de 1,0 a 5,0 (Melo; Crema, 2022, p. 97).

Figura 26 – Polos de visitação turística do Parna dos Lençóis Maranhenses



O **Polo Oásis** (Figura 27) compreende as comunidades de Queimada dos Britos e Baixa Grande, além de dunas e lagoas interdunares adjacentes (ICMBio, 2021). A caminhada representa a atividade bastante ligada à vocação turística da região, e os oásis são o ponto de pernoite para os visitantes que realizam as travessias (Melo; Crema, 2022).

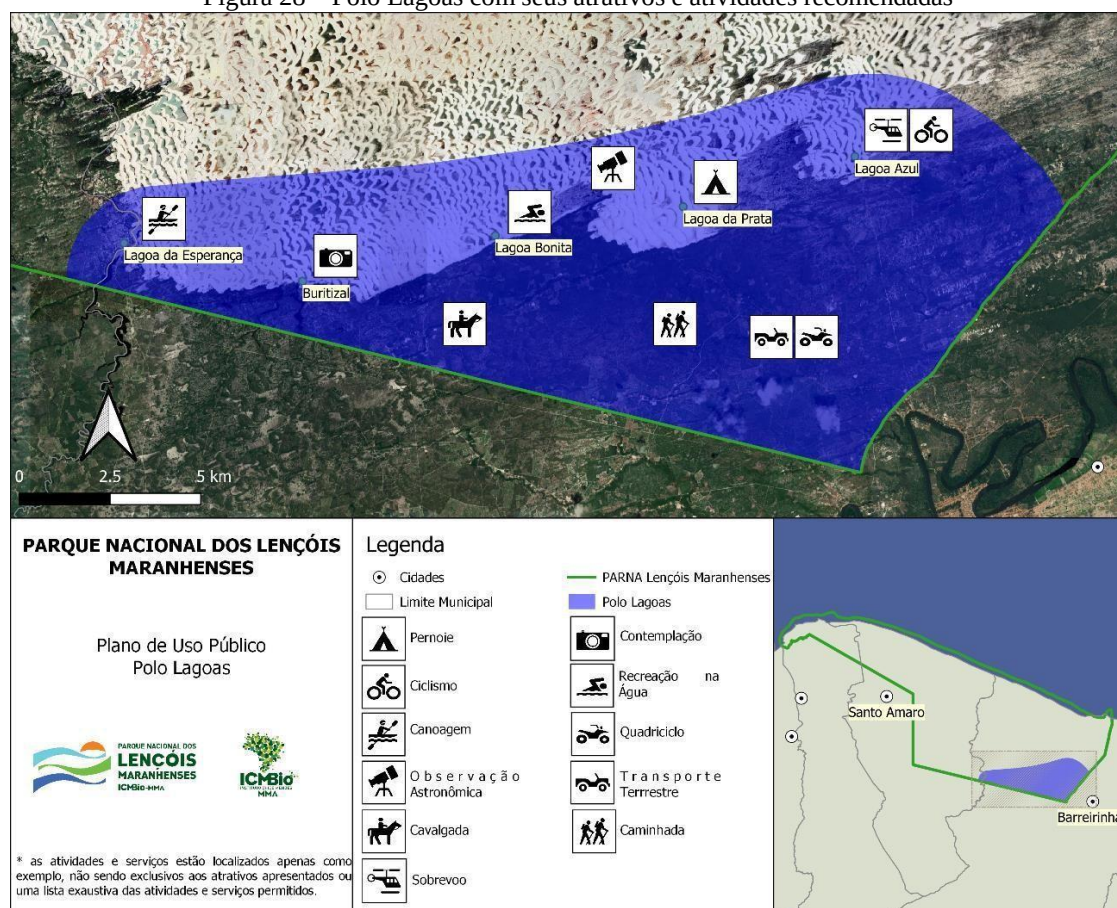
Figura 27 – Polo Oásis com seus atrativos e atividades recomendadas



O **Polo Lagoas** (Figura 28) concentra os mais tradicionais atrativos do Parque, isso porque a área abriga campos de dunas livres, lagoas interdunares, vegetação de restinga, áreas úmidas, como a de Buriti Amarelo, e metade do rio Negro em seu curso no interior do Parque, onde se forma a Lagoa da Esperança.

Os passeios partem de Barreirinhas e são realizados em veículos 4×4 credenciados até o estacionamento de cada circuito; desse ponto, os visitantes caminham pelas dunas e acessam uma sequência de lagoas interdunares. Entre os atrativos: Lagoa Azul, Lagoa Bonita, Lagoa da Prata e Lagoa da Esperança, como é formada pelo Rio Negro, essa lagoa é perene, ou seja, mantém-se cheia mesmo nos períodos de seca (ICMBio, 2020).

Figura 28 – Polo Lagoas com seus atrativos e atividades recomendadas

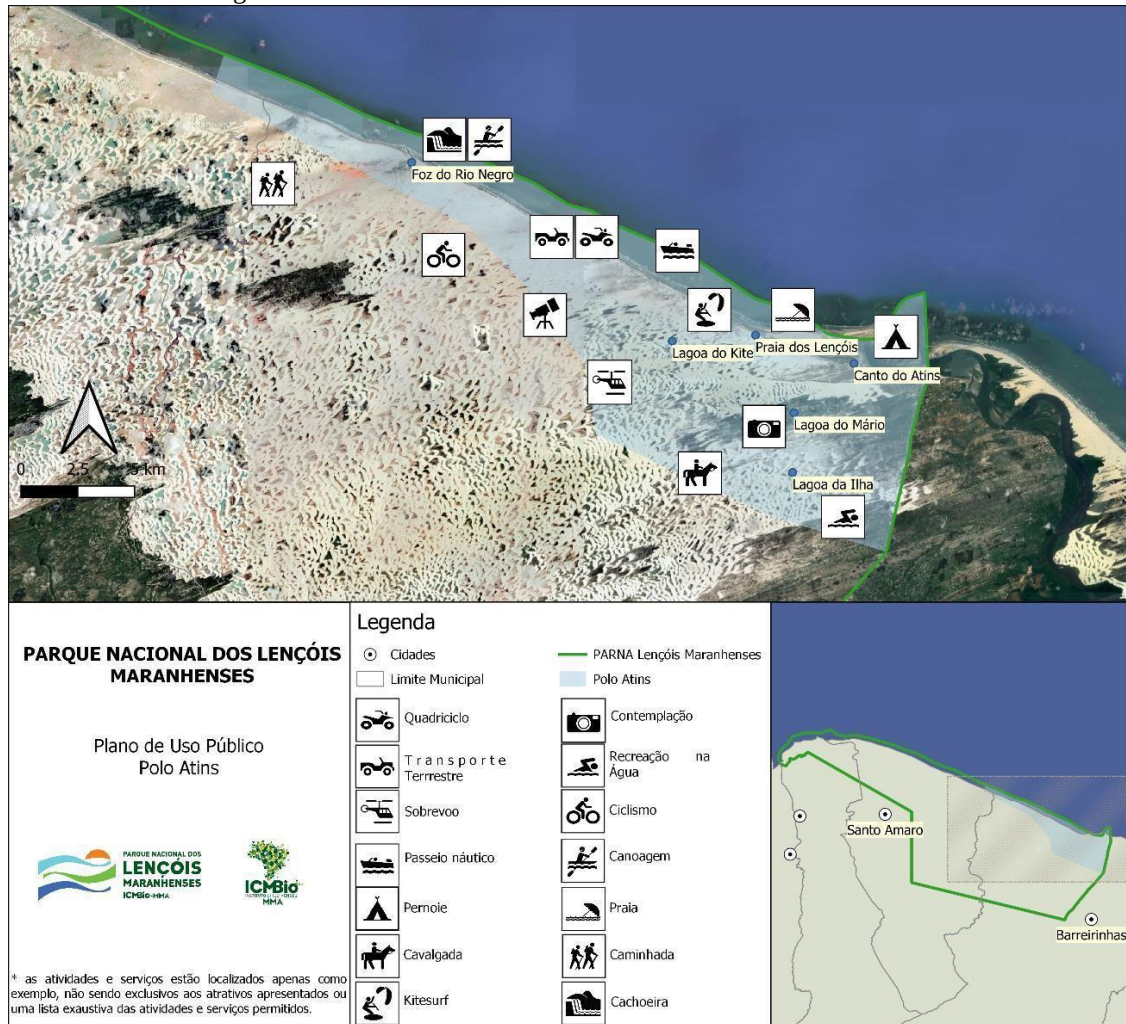


Fonte: ICMBio (2022).

O **Polo Atins** (Figura 29) pertence ao município de Barreirinhas, região que tem se tornado um importante destino para praticantes de *kitesurf*. Possui extensa praia, campo de dunas livres com lagoas interdunares, campos de restingas, pequenos cursos fluviais e afloramentos de paleomangue na Foz do Rio Negro, os quais, durante estação chuvosa, formam

pequenas cachoeiras. Entre os atrativos: Foz do Rio Negro, Praia dos Lençóis, Lagoa do Kite, Lagoa da Ilha e Lagoa do Mário, cercada de vegetação, essa lagoa não pode ser acessada em veículos motorizados (ICMBio, 2020).

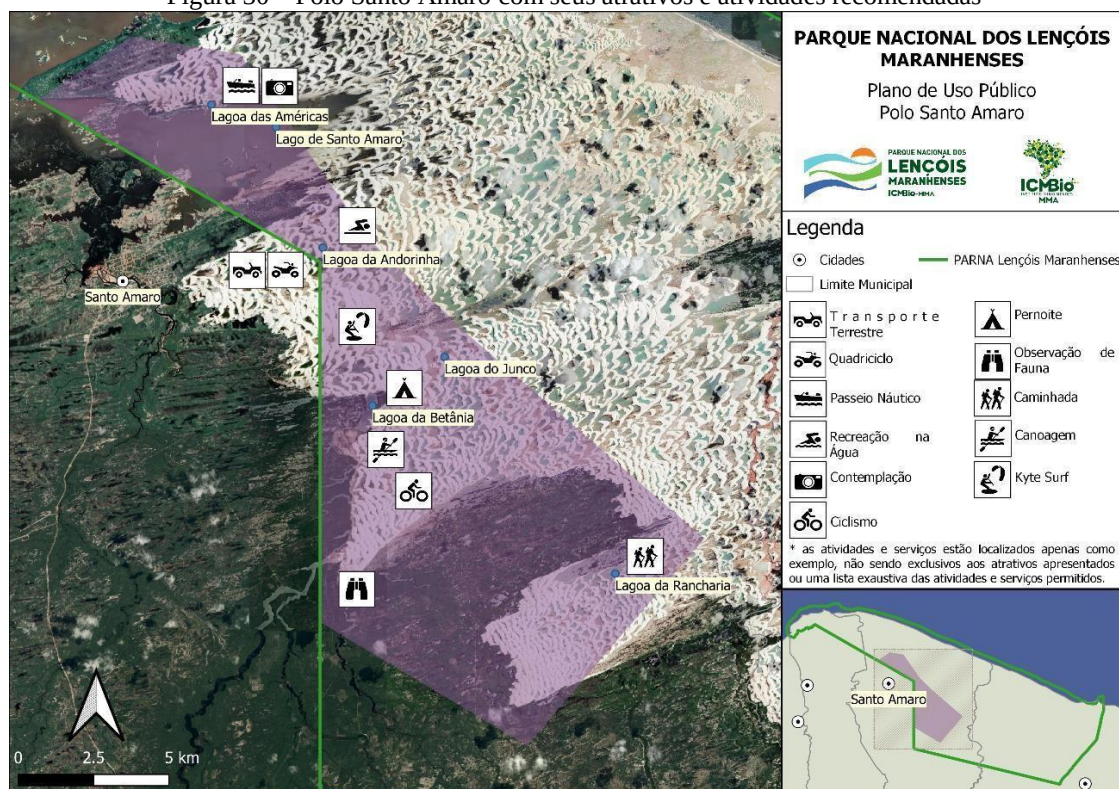
Figura 29 – Polo Atins com seus atrativos e atividades recomendadas



Fonte: ICMBio (2022).

O **Polo Santo Amaro** (Figura 30) abriga campos de dunas livres, lagoas interdunares, vegetação de restinga e corpos hídricos como o Rio Alegre e Lago de Santo Amaro. Os atrativos estão próximos à cidade e podem ser acessados a pé, com veículo 4x4 credenciado ou em pequenas embarcações. Entre os atrativos: Lagoa da Andorinha, Betânia, Lago de Santo Amaro, Lagoa das Américas, Espigão e Lagoas Emendadas, por estar localizada na zona primitiva, não é permitido o acesso em veículo motorizado, por isso, parte do caminho deve ser realizado a pé. Com o asfaltamento do acesso ao município, Santo Amaro passou a ser a localidade limítrofe ao Parque, sendo a de mais fácil acesso a partir de São Luís (ICMBio, 2020).

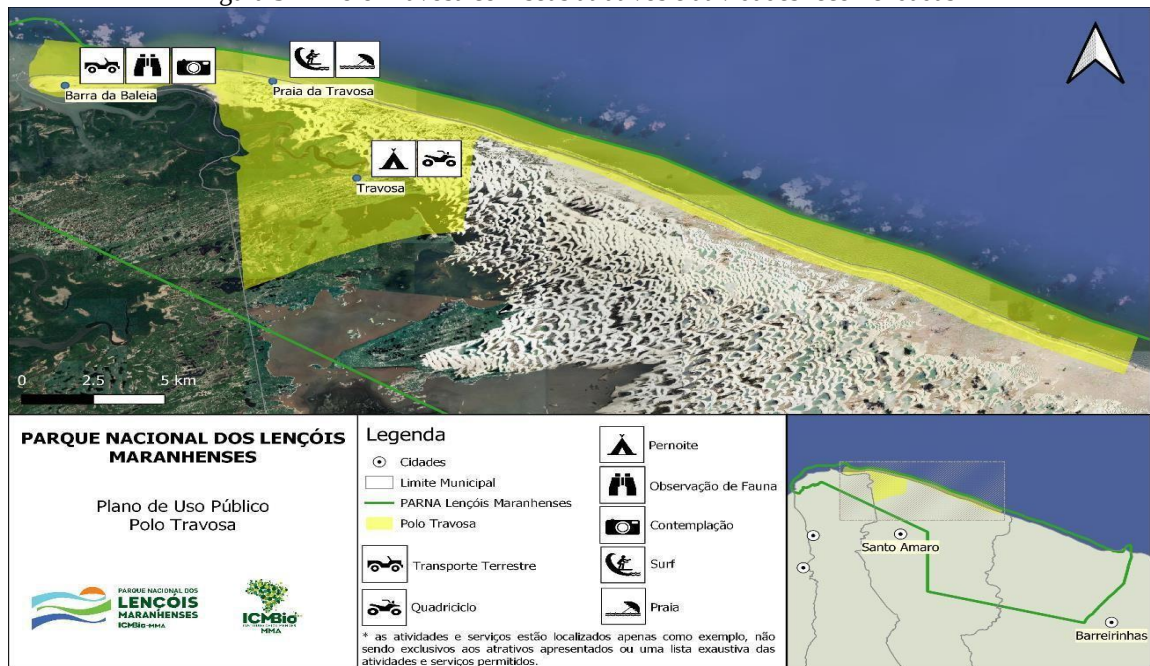
Figura 30 – Polo Santo Amaro com seus atrativos e atividades recomendadas



Fonte: ICMBio (2022).

O **Polo Travosa** (Figura 31), zona de uso especial, segundo o zoneamento, é uma região historicamente ocupada por pescadores tradicionais. Está desenvolvendo o Turismo de Base Comunitária para atender à demanda de visitantes, cujo ambiente é propício para surfe em alguns períodos do ano, além de ser um destino para praticantes de *kitesurf*, funcionando como ponto de apoio para o *downwind* que parte de Atins. Esse Polo diferencia-se dos demais pela grande diversidade de ambientes: manguezais, restinga, lago, praias e campos de dunas livres com lagoas interdunares. Entre os atrativos: Praia da Travosa e Barra da Baleia (ICMBio, 2020).

Figura 31 – Polo Travosa com seus atrativos e atividades recomendadas



Fonte: ICMBio (2022).

O **Polo Primeira Cruz** (Figura 32) é uma das regiões mais conservadas e de grande apelo paisagístico, em função da diversificação dos ambientes, associando praias com manguezais, estuário, planícies, manguezais, restinga, lagos, buritizais e carnaubais. O acesso limitado dessa área do Parque se deve aos seus ambientes rústicos e muito conservados. Entre os atrativos: Lagoa da Areia, Praia dos Veados e Manguezais (ICMBio, 2020)

Figura 32 – Polo Primeira Cruz com seus atrativos e atividades recomendadas

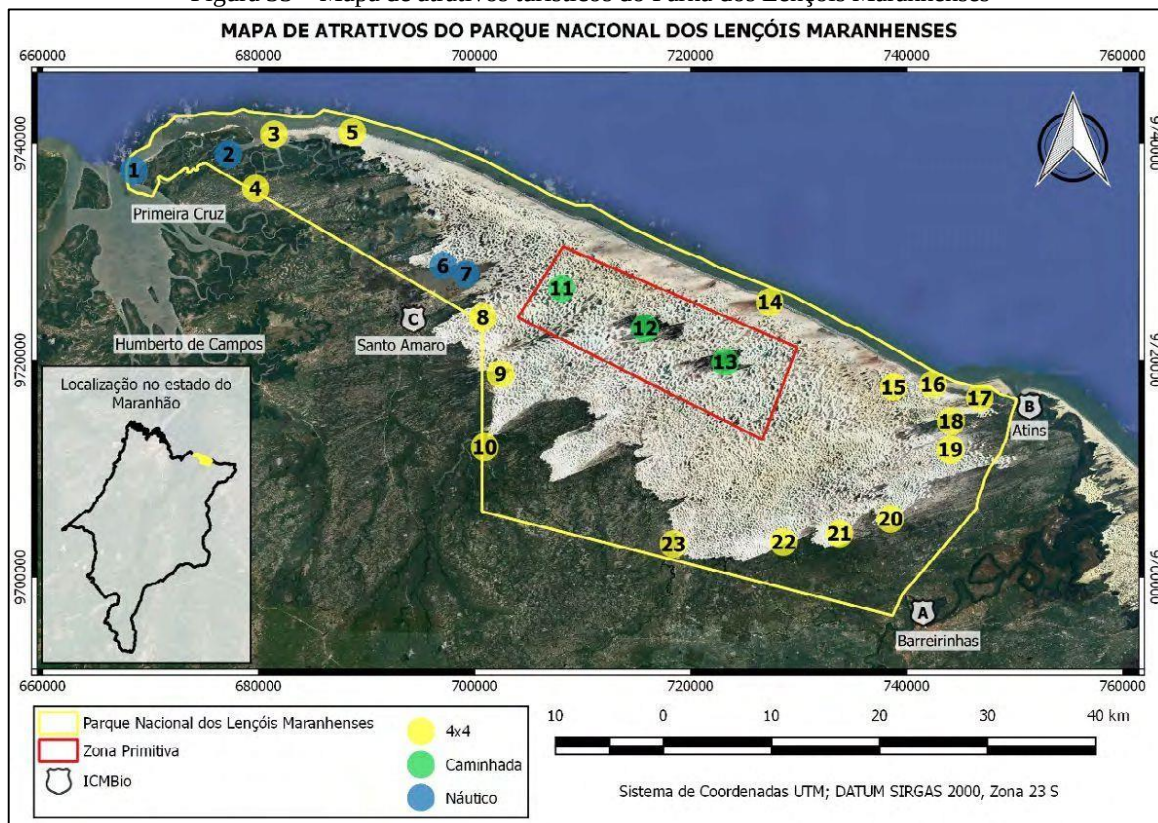


Fonte: ICMBio (2022).

Outra atividade de grande ocorrência no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses são as travessias, ou *trekking*, caracterizadas por caminhadas de longo curso. As travessias duram de 3 a 7 dias, ou até mais, e cruzam o Parque, interligando os polos turísticos. Podem ser realizados diferentes percursos, todavia o mais tradicional é o que atravessa a zona primitiva com o seguinte itinerário: Atins – Canto dos Lençóis – Baixa Grande – Queimada dos Britos – Betânia – Sede de Santo Amaro (ICMBio, 2020).

A partir desse conjunto de polos de visitação, identificaram-se os principais atrativos turísticos do PNLM, orientados pelo ICMBio e listados no Mapa de Atrativos Turísticos do Parna dos Lençóis Maranhenses (Figura 33), representados pelos respectivos números: 1) Praia dos Veados; 2) Manguezais; 3) Barra da Baleia; 4) Lagoa da Areia; 5) Praia da Travosa; 6) Lagoa das Américas; 7) Lago de Santo Amaro; 8) Lagoa da Andorinha; 9) Betânia; 10) Espigão; 11) Lagoas Emendadas; 12) Queimada dos Britos; 13) Baixa Grande; 14) Foz do Rio Negro; 15) Lagoa do Kite; 16) Praia dos Lençóis; 17) Canto dos Lençóis; 18) Ponta do Manguê; 19) Lagoa da Ilha; 20) Lagoa Azul; 21) Lagoa da Prata; 22) Lagoa Bonita; e 23) Lagoa Esperança.

Figura 33 – Mapa de atrativos turísticos do Parna dos Lençóis Maranhenses



Fonte: ICMBio (2020).

Em uma análise concernente ao processo de criação do Plano de Uso Público do PNLM, nota-se que a utilização de metodologias estabelecidas nas realidades de outros países nem sempre adequar-se-ão às demandas locais na perspectiva dos parques brasileiros. Observa-se, ainda, que os polos estabelecidos podem coincidir com nomenclaturas ou roteiros comercializados por agências de turismo, não seguindo a mesma linguagem na qual se estabelece o planejamento construído. Isso permite compreender que existem distâncias e lacunas entre o planejamento construído e a prática efetivada pelos agentes em campo.

Em contrapartida, evidenciam-se mecanismos de conservação ambiental direcionados aos agentes externos ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses materializados nas principais normas de visitação aos atrativos, disseminadas a turistas e operadores de turismo. Tais regras podem ser descritas, a seguir, no Quadro 28:

Quadro 28 – Normas para visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

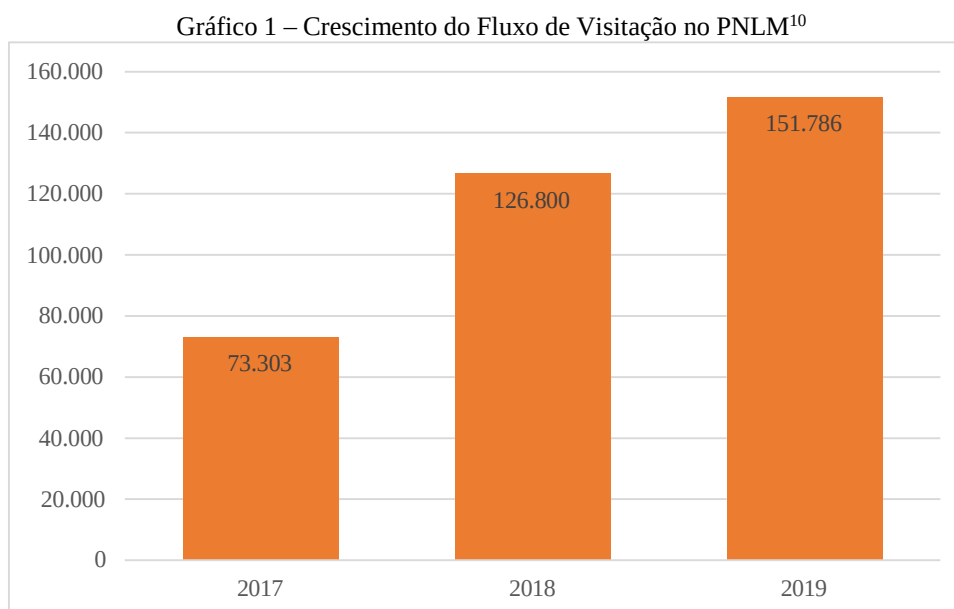
Normas estabelecidas para gestão da visitação turística no PNLM
Os serviços de transporte e condução de visitantes devem ser realizados por veículos, condutores de veículos e condutores de visitantes credenciados;
É proibido o transporte de visitantes ou a realização de passeios em veículos particulares, bem como a realização de enduros e/ou <i>rallys</i> ;
Todo lixo produzido, inclusive resíduos orgânicos (casca e restos de frutas), deve ser recolhido e descartado em local apropriado;
Os veículos devem seguir o traçado original das trilhas e estacionar apenas nos locais determinados;
É proibido fazer desvios e/ou criar novas trilhas;
Observação de fauna deve ser realizada à distância;
É proibido manusear animais silvestres e coletar plantas;
São proibidos o porte e o consumo de bebidas alcoólicas;
É proibido fazer fogueiras e acender churrasqueiras;
É proibida a entrada de animais domésticos;
É proibido o uso de equipamento de som;
É proibido o uso de produtos de higiene nas lagoas e rios.

Fonte: ICMBio (2020).

Para efeito de aplicação dos principais mecanismos de conservação estabelecidos pelo plano de manejo, zoneamento ambiental e plano de uso público, torna-se essencial coletar, compreender e analisar os números referentes à visitação na UC, estabelecendo estatísticas necessárias de subsídio para a elaboração de estratégias de monitoramento da capacidade de carga e a organização das práticas.

Nesse contexto, de 2017 a 2019, o Parna dos Lençóis Maranhenses recebeu 351.889 visitantes, atingindo, no último ano de análise, um total de 151.786 visitantes, segundo dados

de controle do *Voucher* Digital⁹ de Barreirinhas e da Prefeitura de Santo Amaro (ICMBio, 2022). Esse monitoramento dos fluxos de acesso de visitação ao parque, anteriormente, era incipiente, com a criação do *voucher* em 2018, houve um avanço significativo no que diz respeito à gestão de dados da UC (Gráfico 1).



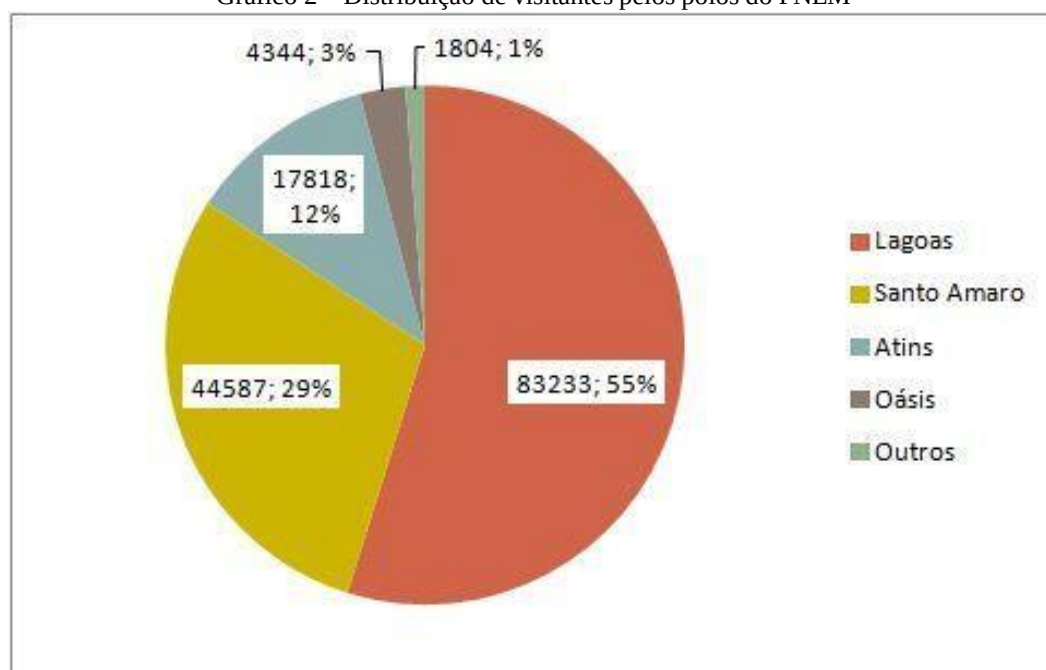
Fonte: ICMBio (2022).

A partir de dados do Plano de Inteligência de Mercado do Sebrae e do Observatório de Turismo do Maranhão em 2019, analisou-se o perfil do visitante, cuja predominância é de jovens/adultos (18 a 39 anos), representando 52,1% do total. Importante destacar o público acima de 50 anos com presença significativa chegando a 23,5% do total. Desses, 43,92% viajam com família e 64,19% dos visitantes utilizaram carro para chegar a Barreirinhas. Na análise, constatou-se que os visitantes vêm das regiões Nordeste e Sudeste, totalizando 75,8% do total. Os estrangeiros representam 9% dos visitantes, cujos principais países de origem são França e Itália, com 67% do total (ICMBio, 2022). Outro dado importante é a distribuição de visitantes pelos seis polos instituídos pelo zoneamento do parque (Gráfico 2).

⁹ O *Voucher* Digital é um instrumento de gestão e ordenamento turístico composto por um sistema de dados e informações destinados à compra e venda de serviços turísticos, atendendo aos eixos de governança e tecnologia de destinos (Sebrae, 2022).

¹⁰ Dados extraídos do *Voucher* Digital de Barreirinhas e da Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão em 2019.

Gráfico 2 – Distribuição de visitantes pelos polos do PNLM



Fonte: ICMBio (2022) com dados extraídos do voucher digital de Barreirinhas e Prefeitura de Santo Amaro em 2019.

Com base nos dados, observa-se que os Polos com maior atração e expressividade de número de visitantes são os Polos Lagoas (55%) em Barreirinhas e Santo Amaro (29%) perpassando, inclusive, por várias comunidades, entre elas, Betânia, que será apresentada e caracterizada mais adiante.

Com tal visibilidade proporcionada pela visita turística no PNLM e qualidade da experiência, observam-se alguns pontos de repercussão como a inclusão do PARNA dos Lençóis Maranhenses na lista dos 52 destinos de 2023, ocupando a décima primeira posição, do jornal diário estadunidense, *The New York Times*. Outro destaque foi a chancela do PNLM ao título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2024, sob avaliação da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN).

Diante dos dados apresentados e das evidências, observam-se cenários desafiadores no tocante à gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, principalmente na relação entre turismo, manejo e uso público. Os mecanismos de conservação ambiental tentam atuar sobre a capacidade de controle e monitoramento dos diversos usos e apropriações dos espaços, ao mesmo tempo que o turismo gera fluxos em escalas de consumo cada vez mais intensos. Desse modo, retoma-se à reflexão do dilema: a que prática se refere o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?

Para entender melhor essas relações, deve-se analisar todas as interfaces que influenciam o sentido e a origem das práticas turísticas, uma vez que, para além do PNLN e seus mecanismos de conservação ambiental, existem perspectivas de desenvolvimento turístico baseadas no fortalecimento econômico das cadeias produtivas, ampliando os interesses em uma escala regional por meio do Polo Turístico Lençóis e Delta, cujo estímulo advém dos agentes institucionais em todos os âmbitos e do mercado turístico tradicional. Ante o exposto, questiona-se: qual é o lugar das práticas comunitárias nesse processo? Coadjuvantes ou apenas figurantes?

4.3.3 De polo turístico Lençóis Maranhenses para Lençóis e Delta

A concepção de polos de desenvolvimento, no campo das teorias econômicas, está fundamentada nos estudos do economista francês François Perroux, cujas contribuições foram decisivas para a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento. Sua teoria dos polos de crescimento, formulada na década de 1950, introduziu o fenômeno da polarização e suas implicações territoriais, ao afirmar que o crescimento econômico não ocorre de maneira simultânea e uniforme em todos os espaços. Pelo contrário, manifesta-se de forma concentrada, em determinados pontos ou polos, com intensidades variáveis e capacidade de irradiar efeitos sobre as áreas circunvizinhas (Silva; Rippel; Lima, 2000).

Nesse sentido, a função de um polo é comandar o desenvolvimento de determinado espaço econômico, ou seja, sua estruturação traz a abordagem econômica como principal centro das propostas de impulsionamento de uma região. Nas décadas de 1960 e 1970, Perroux (1962, 1967) refinou suas definições, procurando distinguir polo de crescimento de polo de desenvolvimento a partir das seguintes concepções:

- a. **polo de crescimento** – corresponde a certos polos que, mesmo motivando o crescimento do produto e da renda, não provocam transformações significativas das estruturas regionais; e
- b. **polo de desenvolvimento** – refere-se àqueles que conduzem a modificações estruturais e abrangem toda a população da região polarizada (Leite, 1983).

Tais diferenciações apresentam importantes efeitos sobre as concepções de análises de políticas de desenvolvimento turístico, posto que a estruturação de polos turísticos pode

alimentar e obedecer ao sentido do crescimento econômico, na perspectiva do fortalecimento da oferta turística e da atração de demanda a consumi-la, quanto ao pensamento holístico que perpassa pelo conceito de polo de desenvolvimento refinado por Perroux.

O modelo de desenvolvimento turístico adotado pelo Estado do Maranhão, sob a concepção de polos, foi estruturado a partir do Plano Maior e, desde sua primeira versão, aplicou como estratégia a promoção dos polos indutores. Entre eles, o “Polo Parque dos Lençóis Maranhenses” (Figura 34), concebido com a promessa de alavancar o fluxo de visitantes, estimular o desenvolvimento regional e posicionar o destino de forma estratégica no mercado turístico nacional e internacional.

Figura 34 – Logomarca do Polo Parque dos Lençóis



Fonte: Maranhão (2000).

Nessa senda, é perceptível a condução de um processo de desenvolvimento de polo turístico de crescimento econômico para os municípios da região dos Lençóis Maranhenses, ao longo do tempo, muito mais focado em criar estruturas de mercado, pondo o turismo em uma posição de resposta aos interesses de agentes de mercado e institucionais para saldos positivos para o Produto Interno Bruto (PIB) do que às oportunidades de transformar os municípios mediante a melhoria da qualidade de vida da população local como aumentos expressivos elencados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O fato de o polo agregar municípios em uma nova identidade de desenvolvimento acarreta possíveis controvérsias, contradições e falsas conjunturas alimentadas por discursos institucionalistas e desigualdades socioeconômicas visíveis em uma disfunção social entre sedes municipais e os diversos povoados existentes no território.

A configuração inicial do Polo Parque dos Lençóis reunia os municípios que abrangem o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) – Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Primeira Cruz, além de Humberto de Campos, localizado na área de influência do parque (Maranhão, 2012).

Na estruturação do Plano Maior 2020, o Polo Parque dos Lençóis Maranhenses foi destaque com atrativos classificados como “produtos estrela”, por sua excepcionalidade, como o próprio Parna dos Lençóis Maranhenses, das experiências de *trekking* e do sobrevoo, conforme *ranking* construído pela empresa Chias Marketing (Figura 35).

Figura 35 – *Ranking* de produtos estrela elencados no Plano Maior 2020

POS. RANK	PRODUTOS ESTRELA
1	São Luís Patrimônio da Humanidade
2	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
3	Festa de São João (Arraiais)
4	Trekking no Parque dos Lençóis Maranhenses
5	Bumba-meu-boi
6	Tambor de Crioula IPHAN
7	Sobrevoando os Lençóis
8	Centro Histórico de Alcântara

Fonte: Maranhão (2012).

Do ponto de vista de seus recursos naturais, insumos para a experiência turística, o Polo Parque dos Lençóis Maranhenses, no referido plano, é considerado completo por reunir o contato e a contemplação da natureza única com vivências de base comunitária, passeios náuticos, atividades de aventura em variados cenários: dunas; lagoas; praias; ilhas e rios; cachoeiras; toda a biodiversidade do “deserto” e dos mangues, com tartarugas-marinhas, botos, aves migratórias, guarás; artesanato; e a cultura imaterial de pequenos povoados nômades e pesqueiros (Maranhão, 2012).

Na perspectiva do desenvolvimento turístico, o que se esperava para o polo, desde a criação do Plano Maior, eram atividades que propiciassem experiências de base comunitária aos turistas e grupos pedagógicos, resultantes desse modelo (Maranhão, 2012). No entanto, observa-se que a própria metodologia utilizada instituiu níveis de importância para algumas modalidades de “produtos”, influenciando o olhar de mercado sobre outras práticas turísticas locais qualificando-as ou desqualificando-as da mesma forma, valorizando-as ou desvalorizando-as.

Tal processo foi acompanhado de políticas promocionais favorecidas pelas estratégias de desenvolvimento, elencadas no plano de *marketing* integrado ao Plano Maior. Assim, a dinâmica da cadeia produtiva do turismo dos municípios do polo acompanhou a evolução estrutural e urbana necessária para o atendimento às demandas crescentes, maiormente, das cidades de Barreirinhas e Santo Amaro, consideradas portões de entrada para o PNLM.

No âmbito do polo, a quantidade de atrativos turísticos dos Lençóis Maranhenses foi crescendo gradativamente, sobrepondo-se aos inventariados apenas dentro do PNLM, destacando outras oportunidades de experiência entre praias, mangues, rios, comunidades pesqueiras, sobrevoo, *boia cross* no Rio Cardoso, surfe na Praia da Barra da Baleia, expedições fotográficas, passeios náuticos e observação de aves migratórias, guarás e tartarugas.

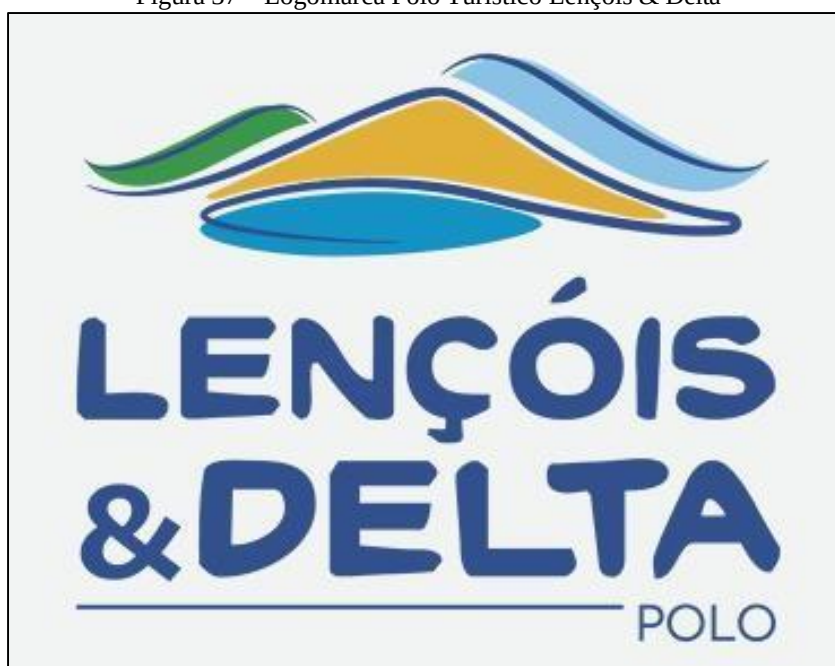
Vinculado ao processo de desenvolvimento do turismo nos Lençóis Maranhenses e acompanhando as políticas estabelecidas pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do MTur, observaram-se variadas mudanças de nomenclatura do polo, influenciadas pelos interesses de competitividade e captação de recursos. Ao adotar outros títulos como “Polo Turístico Lençóis Maranhenses” (Figura 36) e mais recentemente com a junção do Polo Delta das Américas, criou-se o “Polo Lençóis & Delta” (Figura 37), já constando na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro desde 2023.

Figura 36 – Logomarca do Polo Lençóis Maranhenses



Fonte: Maranhão (2023).

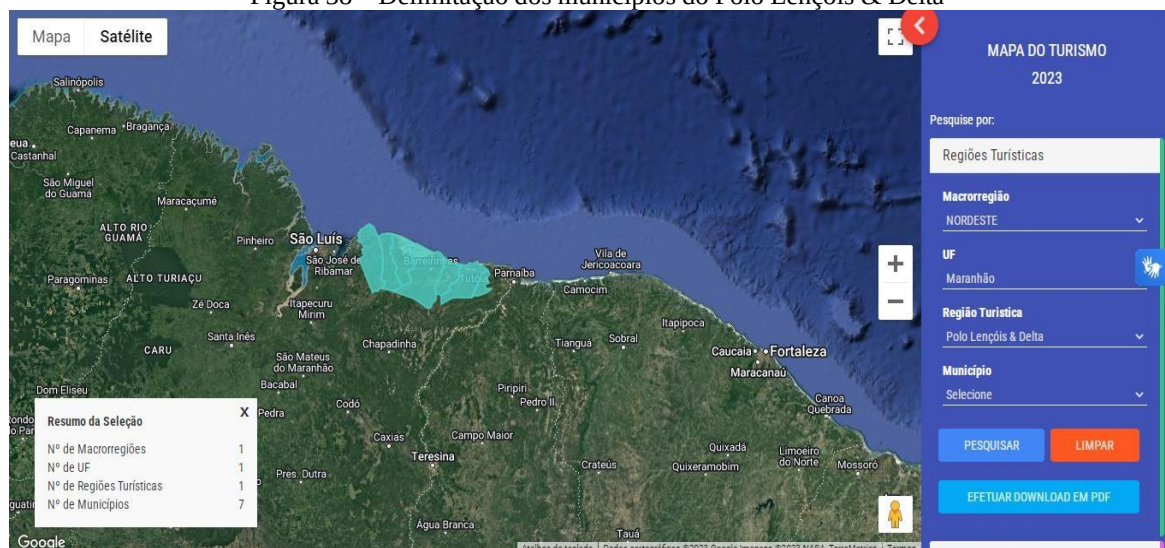
Figura 37 – Logomarca Polo Turístico Lençóis & Delta



Fonte: Maranhão (2023).

Como resultado dessa mudança, a composição do polo estabeleceu os seguintes municípios em sua nova configuração: Humberto de Campos; Primeira Cruz; Santo Amaro; Barreirinhas; Paulino Neves; Tutóia; e Água Doce do Maranhão (Figura 38).

Figura 38 – Delimitação dos municípios do Polo Lençóis & Delta

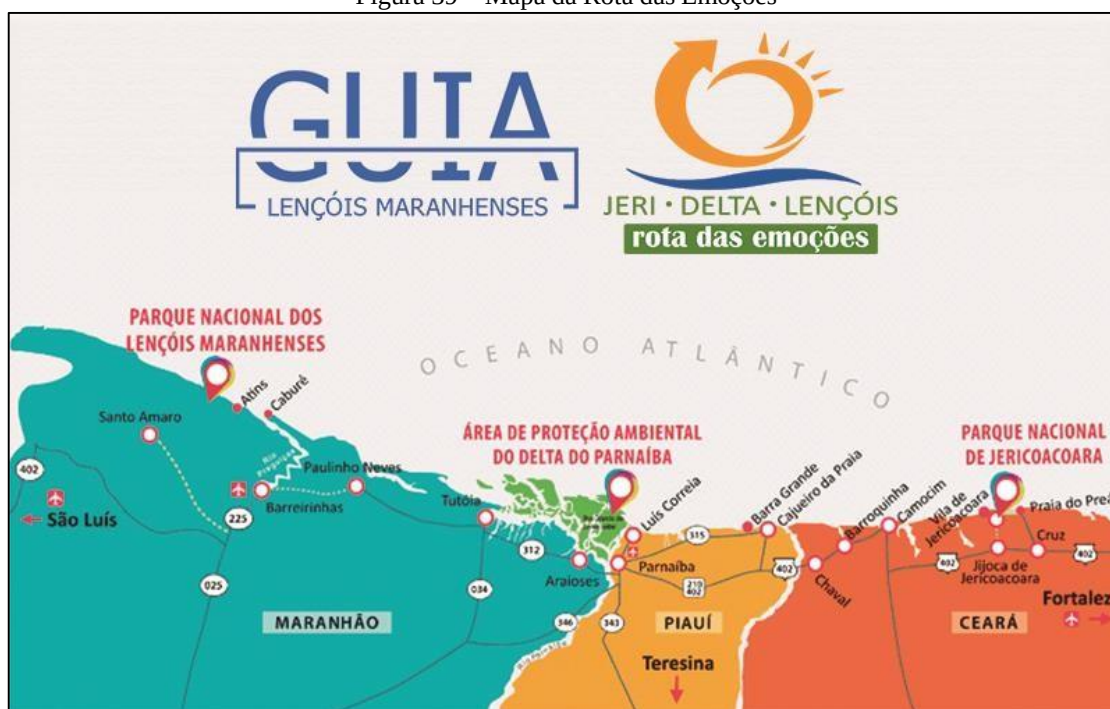


Fonte: Brasil (2025).

Em análise, observa-se que essa nova configuração acompanha o desenvolvimento da Rota das Emoções (Figura 39), um dos principais roteiros integrados de turismo no país e o programa estadual Destino Lençóis e Delta, com a aplicação de ações estruturais entre construção de portais e praças nos municípios. Oficializada em 2007, atualmente, é um dos

roteiros mais desejados do Brasil, compreendendo três estados (Maranhão, Piauí e Ceará) e seus paraísos naturais: Lençóis Maranhenses; Delta do Parnaíba; e Jericoacoara (IMESC, 2020). Assim sendo, a iniciativa integrada acompanha a proposta de desenvolvimento integrado, retomando noções já discutidas sobre polo de crescimento.

Figura 39 – Mapa da Rota das Emoções



Fonte: Guia Lençóis Maranhenses (2024)¹¹.

Com base nas interfaces que permeiam as políticas de desenvolvimento da região dos Lençóis Maranhenses, percebe-se que, diferentemente da visão relacionada à conservação, aos objetivos e aos instrumentos de gestão do PNLM, o Plano Maior, enquanto política pública de desenvolvimento turístico, defende a visão do fortalecimento de polos de crescimento e acesso a mercados com abrangência maior a contemplar outros municípios, favorecendo perspectivas ilusórias de desenvolvimento para os agentes que participam ou não do processo.

Partindo dessa análise, buscou-se compreender as dinâmicas sobre as práticas turísticas nestas várias interfaces apresentadas sobre os Lençóis Maranhenses. Para esta pesquisa, destacam-se os municípios que favorecem os principais acessos ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão. Analisam-se,

¹¹ Fonte: <https://guialencoismaranhenses.com.br/tudo-sobre-a-rota-das-emocoas/>.

especificamente, as práticas turísticas comunitárias existentes nos povoados de Satuba, Betânia e Buritizal em Santo Amaro do Maranhão.

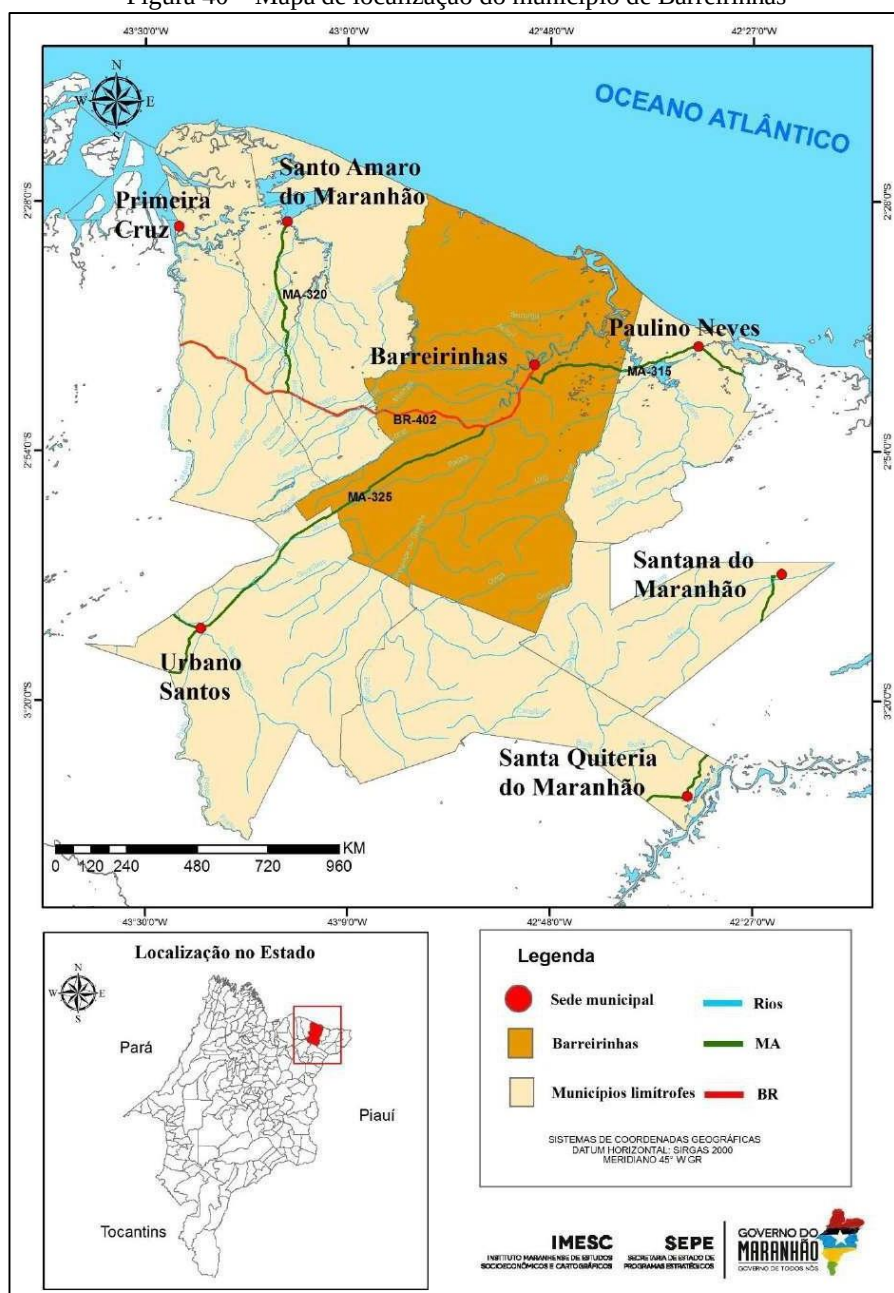
4.3 O município de Barreirinhas

O município de Barreirinhas detém um papel indutor preponderante para o desenvolvimento do Polo Turístico Lençóis Maranhenses, englobando suas capacidades estruturantes de oferta e apoio e por sediar a unidade de gestão do PNLN, o que lhe confere proposta de maior centralidade institucional para o ordenamento e governança ambiental. Em vista disso, torna-se essencial conhecer as principais características desses municípios que fundamentam o fazer turístico, assim como decifrar as interfaces socioambientais e os cenários territoriais que moldam as dinâmicas relacionadas à gestão dessa prática. Tal análise permite avaliar possíveis impactos gerados aos demais municípios que integram o Parque e o Polo, ampliando a análise sobre os efeitos e os desafios regionais do turismo na área.

4.3.1 Caracterização física e geográfica

Segundo dados do Censo de 2022, o município de Barreirinhas (Figura 40) possui uma extensão territorial de 3.046,308 km² e uma população de 65.589 habitantes (IBGE, 2022). Está localizado nas coordenadas geográficas de latitude 2° 45' 12" e longitude de 42° 49' 43", situando-se no litoral oriental do estado do Maranhão, mais especificamente, na Mesorregião Norte Maranhense e na Microrregião dos Lençóis Maranhenses. O município faz divisa ao norte com o Oceano Atlântico; a oeste, com Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz; ao sul, com Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos; a leste, com Santana do Maranhão e Paulino Neves (Ataíde Junior, 2015; IMESC, 2020).

Figura 40 – Mapa de localização do município de Barreirinhas



Fonte: IMESC (2020).

Em seu recorte espacial, é perceptível o aproveitamento de sua geografia física, com ocupações tanto no litoral quanto em áreas que adentram o continente, dentro e fora do PNLM, revelando a diversidade de ambientes e povoamentos. No que tange às suas características físicas, Barreirinhas apresenta clima tropical úmido, com intensidade de chuvas entre os meses de janeiro e junho. A temperatura média anual é superior a 27°C, a umidade relativa do ar varia entre 76% e 82% e os índices pluviométricos anuais oscilam entre 800 e 2.000 mm (IMESC, 2020).

4.3.1 População

Segundo dados do IBGE (2025), a população estimada do município para 2024 é de 67.999 pessoas. Em 2022, o número correspondia a 65.589 habitantes, cuja densidade demográfica era de 21,53 habitantes por quilômetro quadrado. A distribuição demográfica do município de Barreirinhas apresenta-se dividida entre a zona urbana, correspondente à sede municipal, e a zona rural, composta por 217 povoados com comunidades ribeirinhas, caiçaras e das “morrarias” (vivem próximo às dunas).

No que se refere à configuração espacial da sede, observa-se uma malha urbana relativamente estruturada, caracterizada por ruas e avenidas pavimentadas com bloquetes ou asfalto, bem como pela presença de praças públicas, concentradas, sobretudo, nos bairros centrais, tais como Cruzeiro, Carnaubal, Ladeira e Murici.

Por sua vez, dentre os espaços urbanos de sua sede, destacam-se como símbolos o Morro da Ladeira, frequentado pela população barreirinhense para práticas de lazer e recreação; a Beira Rio, com grande disponibilidade de restaurantes, bares e cafeterias, além de abrigar o cais de acesso às lanchas voadeiras que partem para os principais passeios pelo rio Preguiças; as balsas de Santo Antônio, Diana e Cruzeiro funcionam como canais de acesso ao PNLM, com o serviço de travessia do rio para pedestres e veículos. O espaço urbano da cidade delineou-se à margem esquerda do Rio Preguiças, em sentido contrário ao PNLM (Martins, 2008).

A zona rural do município de Barreirinhas é formada por povoados de comunidades tradicionais, sendo que alguns desses se destacam por sua inserção nas dinâmicas do turismo, particularmente os de maior proximidade com o PNLM. Entre eles, destacam-se Atins, situado próximo à foz do rio Preguiças, que apresenta uma infraestrutura rústica, com estabelecimentos de hospedagem e alimentação, ruas de areia e forte presença de empreendedores estrangeiros. Atins consolidou-se, ainda, como importante polo para a prática do *kitesurf* no cenário regional.

Os povoados de Mandacaru e Bar da Hora, localizados às margens do rio Preguiças, constituem-se como comunidades tradicionais de pescadores, tendo como patrimônio simbólico o Farol de Mandacaru, equipamento sob gestão da Marinha do Brasil, aberto à visitação turística com a possibilidade de contemplação panorâmica da paisagem. A Ponta do Mangue, por sua vez, situada entre os povoados de Atins e Santo Inácio, apresenta o trabalho das marisqueiras e pescadores artesanais, práticas culturais de subsistência que abastecem restaurantes locais.

Localizados nas proximidades da sede municipal, Sobradinho e São Domingos apresentam-se como balneários populares, dotados de estrutura básica de lazer, com bares e restaurantes voltados principalmente ao público local. Os povoados de Tapuio e Cantinho,

inseridos nas áreas de acesso ao PNLN, têm se destacado pela oferta de serviços de alimentação às margens do rio Preguiças. A construção da ponte que liga a sede ao Parque Nacional, inaugurada em 2025, impacta tais localidades, implicando em possíveis novas dinâmicas de visitação, influenciadas por alterações no tempo, volume e fluxo de turistas que transitam, cotidianamente, nesses percursos.

Por fim, as comunidades de Marcelino, Santa Cruz e Santo Antônio mantêm práticas produtivas tradicionais, entre as quais se destacam a fabricação de farinha de mandioca, artesanato em fibra de buriti (*Mauritia flexuosa*) e peças de cerâmica, que integram saberes e perpassa o modo de vida local de territórios quilombolas.

4.3.3 Acesso e infraestrutura

Em sua estrutura básica, a sede de Barreirinhas tem um hospital regional que atende às demandas locais e às de municípios adjacentes. Na zona rural, alguns povoados têm Unidade Básica de Saúde (UBS) com limitações estruturais e logísticas, refletindo os desafios sobre as políticas públicas em prover serviços de saúde em áreas de menor densidade populacional e de difícil acesso. No que se refere à mobilidade e ao acesso, o município dispõe de linhas intermunicipais de ônibus com fluxo diário, cooperativas de táxi para serviços de *transfer*, além de vans e micro-ônibus com horários diários de saídas e chegadas pela BR-402 desde a capital São Luís.

Entre as obras mais recentes de infraestrutura, destaca-se a construção da ponte sobre o rio Preguiças (Figura 41) que interliga a sede municipal ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, um marco histórico que beneficia a mobilidade, em contrapartida, acarreta a preocupação acerca da conservação ambiental e necessidades baseadas na eficiência dos mecanismos de monitoramento e controle de capacidade de carga sobre o ambiente natural.

Figura 41 – Ponte sobre o rio Preguiças para acesso ao PNLM inaugurada em 2025



Fonte: Maranhão (2025).

4.3.4 Caracterização ambiental, social e econômica

O rio Preguiças é o principal corpo hídrico de relevante interesse para o município de Barreirinhas, estendendo seus meandros ao longo do território até desaguar no Oceano Atlântico. Sendo assim, sua importância assume funções múltiplas de natureza econômica, social e ambiental. Além de desempenhar um papel intrínseco à dinâmica cotidiana das comunidades ribeirinhas no acesso a alguns povoados, abastecimento de água e na logística do turismo.

Para D’Antona (2000, p. 37), muito da vida de Barreirinhas ocorre em função do Rio Preguiças ou graças a ele: via de acesso para as comunidades e para o Parque Nacional; fonte de alimento e recursos; área de lazer e de trabalho. Enfim, o rio integra a vida cotidiana das pessoas que, sem hesitar, dizem: “o Preguiça é a nossa riqueza”.

Além desses elementos identitários, o próprio nome da cidade de Barreirinhas mantém uma relação direta com as dunas da região conhecidas pelos moradores como barreiras. Essa denominação de Barreirinhas se deve às barreiras ou ladeiras, isto é, elevações de areia, misturadas com material argiloso que ladeia o referido rio (Tsuji, 2002).

Decerto, seus processos históricos, culturais, sociais e econômicos foram moldados pela relação da população barreirinhense com o seu patrimônio natural de valor inestimável. Em um contexto social, Barreirinhas apresenta, ainda, um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, correspondendo ao valor de 0,570 na última escala do programa, o que se caracteriza como um baixo índice, se comparado ao índice estadual que corresponde a 0,676 (PNUD, 2010; IBGE, 2023).

Esses dados apontam para um cenário regional de grandes vulnerabilidades socioeconômicas, nas quais a população está inserida, elucidando contrastes visíveis entre dinâmicas urbanas e rurais, influenciadas pela gentrificação¹², ocasionada pela intensa especulação imobiliária, estimulada por atividades econômicas, como o turismo convencional.

Na perspectiva econômica, com a abertura e a estruturação de rodovias como a BR-402 e a MA-225, evidenciou-se uma mudança na conjuntura do espaço urbano com a construção de novas residências e o aumento do fluxo populacional e da especulação imobiliária em Barreirinhas (IMESC, 2020).

Em consonância com esse cenário, a instalação do Parque Eólica entre os municípios de Barreirinhas e Paulino Neves pela empresa Ômega Energia, em 2017, somada aos investimentos do Governo do Estado do Maranhão na estruturação da Rota das Emoções, resultou em diversas externalidades positivas. Entre elas, destaca-se a construção da MA-315, em 2019, denominada eco rodovia, que ampliou a mobilidade e os fluxos de viagens entre os dois municípios.

Não obstante aos benefícios advindos dessas iniciativas, observam-se impactos negativos, tais como o reassentamento de famílias de seus territórios, emissão de poluentes atmosféricos em decorrência da intensificação do tráfego de veículos, bem como a elevação dos níveis de poluição sonora pelos fluxos gerados.

No entanto, alguns acontecimentos anteriores foram determinantes para a dinâmica de crescimento urbano e o desenvolvimento turístico de Barreirinhas, contribuindo, de forma significativa, para a consolidação do município como um relevante polo de representatividade regional. Essas mudanças interferiram na dinâmica socioespacial dessa cidade, demarcados por

¹² Processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, atraindo moradores de rendas mais elevadas. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida local, elevando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território (Alcântara, 2018, p. 1).

três momentos significativos para o processo de transformação territorial: as pesquisas de petróleo realizadas pela Petrobrás a partir de 1965; a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em 1981 e o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Estado do Maranhão ou Plano Maior em 2000 (Ataíde Junior, 2015).

Entre os usos socioeconômicos, emergiram as oportunidades de desenvolvimento do turismo enquanto atividade de mercado, dinâmica que gerou uma infraestrutura notável, com números crescentes de empreendimentos que exercem função relevante na oferta de serviços turísticos e contribuem para as perspectivas de crescimento da cidade (Reis, 2018, p. 48).

Em contrapartida, o turismo não ofereceu apenas aspectos positivos ao município, visto que gerou também um crescimento urbano desordenado e desenfreado de impactos estruturais mediante as dinâmicas socioambientais para as quais o município não se preparou. Isso apoia a compreensão de que forma a prática turística se originou em Barreirinhas, além da estruturação de seus equipamentos para a função turística e das relações de uso, poder e interesses dos agentes no território.

4.3.5 Turismo em Barreirinhas

Em todas as perspectivas de desenvolvimento da região dos Lençóis Maranhenses – seja no contexto das atividades de uso público do PNLM, seja sob a lógica de sua constituição como polo turístico – Barreirinhas se destaca, pioneiramente, pelas iniciativas de acolhimento e operacionalização de passeios até o campo de dunas e lagoas, consolidando-se como porta de entrada preferencial para o turismo.

A gênese do turismo na cidade está intrinsecamente relacionada à criação do PNLM em 1981, período que pode ser considerado um divisor de águas para o setor no município. Antes disso, as dunas eram conhecidas pela população local como morrarias e frequentadas apenas por alguns moradores que costumavam passar férias na região das areias (Pequenos Lençóis). Com a criação do Parque e sua projeção no cenário nacional e internacional, houve uma mudança significativa na percepção local: os próprios moradores passaram a manifestar o desejo de conhecer a região dos Grandes Lençóis (Ataíde Junior, 2015).

Tal fato demonstra que a institucionalização do PNLM foi essencial para estimular o mercado turístico estruturado em Barreirinhas, formado por hospedagem, agências de turismo receptivo e operadoras, restaurantes, transportadoras turísticas, formação de guias de turismo e condutores de visitantes, entre outros agentes, para a formação da cadeia produtiva com as suas atuais configurações.

Outra grande contribuição para a origem do turismo na cidade de Barreirinhas está relacionada aos filhos da elite barreirinhense que estudavam na capital São Luís e, na temporada de férias, traziam os seus amigos para conhecer a cidade e as dunas do parque (Ataíde Junior, 2015). Nesse sentido, verifica-se que, desde as primeiras incursões responsáveis pela dinamização das práticas turísticas em Barreirinhas, a motivação e a imagem referencial para os visitantes eram as dunas e lagoas.

Em uma análise crítica, Rodrigues (2011) pondera que a imagem turística dos Lençóis Maranhenses, ao longo das estratégias de promoção do Plano Maior, não corresponde, em sua totalidade, aos princípios do turismo sustentável e ao próprio discurso do setor público (responsável pelo apoio à promoção dos destinos), cujas bases colocam o desenvolvimento social como uma de suas funções, contudo associa-se às expectativas do mercado turístico de vender um produto ou serviço.

A inserção dos Lençóis Maranhenses nas políticas territoriais, empreendidas a partir da sua criação, configurou a constituição de uma fronteira econômica, ao passo que Barreirinhas, portão de entrada do Parque, foi inserida no processo de modernização regional, caracterizada pela instalação dos grandes equipamentos turísticos, como *resorts* e pousadas, tal como dos projetos e programas em nível nacional, regional e estadual (Rodrigues, 2013).

Sob uma perspectiva quantitativa, dentre os três municípios que compõem a área de abrangência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Barreirinhas destacou-se, historicamente, por dispor de uma oferta turística e infraestrutura (Silva, 2008) com maior capacidade de atendimento aos principais fluxos turísticos da região.

A via de acesso até o município, saindo de São Luís, ocorre pela BR-135 até o município de Bacabeira, seguindo por Rosário, Axixá, Morros, Humberto de Campos pela MA-402, com distância de 260 km. Ressalta-se que, além dos meios de transporte terrestre, o município recebeu, em 2021, uma reestruturação do aeroporto viabilizando a operação de voos comerciais, além de aeronaves privadas para serviços de sobrevoos panorâmicos (Figura 42).

Figura 42 – Aeroporto de Barreirinhas reestruturado



Fonte: Governo do Maranhão (2021).

A logística de acesso de São Luís a Barreirinhas compreende um percurso de 260 km, facilitado a turistas do Brasil e do mundo pelo aeroporto Marechal da Cunha Machado, na capital, e pelas empresas de receptivo em carros, vans ou micro-ônibus, em uma viagem de aproximadamente três horas e meia até a sua sede (IMESC, 2020).

Conforme dados do Observatório do Turismo do Maranhão (2023), a ocupação hoteleira em Barreirinhas de abril a junho de 2023 apresentou uma taxa média de 60,15% com seu marcador mais alto em junho de 80%. Esses números demonstram uma crescente procura pelo destino, essencialmente, no período que se aproxima das férias e da alta temporada.

Em 2024, a metodologia de análise e apresentação da ocupação hoteleira do Governo do Estado do Maranhão, pelo Observatório do Turismo, condensou os dados de todos os municípios do Polo Turístico Lençóis e Delta, demonstrando, assim, apenas uma perspectiva macro desse cenário, atingindo um patamar de 87,16% em julho.

Conforme os dados da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Barreirinhas (SEMTURDE), obtidos pelo sistema *Voucher Digital*, o município recebeu cerca de 41.091 visitantes em agosto de 2023, representando um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nessa análise da demanda turística, observa-se que 87% dos turistas são de origem brasileira, com destaque para o Nordeste (41%) e o Sudeste (23%). Os turistas estrangeiros correspondem a 13% do total. Por seu turno, os circuitos turísticos mais visitados foram Lagoa Bonita (39%), Lagoa Azul (35%), Canto do Atins (20%) e Lagoa Azul e Bonita (4%).

No que tange à caracterização da oferta de empreendimentos turísticos, seu desenvolvimento e gestão ocorreram concomitantemente a criação do PNLM em 1981, período caracterizado pela existência de casas simples e hospedagens de âmbito familiar. Num segundo momento, simultâneo à inauguração da BR-402 em 2002, surgiram empreendimentos de médio e grande porte para atender a uma maior demanda no setor de hospedagens, com destaque para os hotéis Beira Rio, Buriti e Preguiças, o *Flat* (Gran Lençóis *Flat Residence*) e o *Resort* (Porto Preguiças *Resort*) (Ataíde Junior, 2021).

Em consulta ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) (2025), observou-se que das empresas que constituem a cadeia produtiva do turismo local apenas 810 estão credenciadas no Ministério do Turismo, entre transportadoras turísticas (5), prestadoras de infraestrutura e apoio para eventos (1), prestadores especializados em segmentos turísticos (421), restaurantes (31), organizadoras de eventos (4), meios de hospedagem (107), locadoras de veículos (4), guias de turismo (10), centro de convenções (0), casas de espetáculos (0), agências de turismo (226) e empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou pesca esportiva (1).

Ressalta-se que esses quantitativos não demonstram o real universo de estabelecimentos ligados ao turismo, na medida em que são contabilizados apenas os negócios formalizados com cadastro ativo no Cadastur. Em Barreirinhas, as tipologias encontradas referentes ao setor de hospedagem são pousadas, hotéis, *flat*, *hostel* e *resort*, conforme o Serviço Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBCMH) criado pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2020).

Os principais atrativos turísticos comercializados pelas agências de turismo para os Grandes Lençóis incluem os circuitos: Lagoa Azul; Lagoa Bonita; Baixa da Onça; Lagoa da Esperança; e o povoado de Atins (Figura 43). Esse último vem se consolidando como um destino reconhecido pela prática de *kitesurf*. Além da região da praia, existem lagoas a foz do rio Negro, Ponta do Mangue, Lagoa do Kite, Lagoa Tropical e Canto dos Lençóis. É importante salientar que tais espaços se inserem em um processo de visitação regulada, tendo em vista que todas as atividades conduzidas no interior do PNLM devem ser realizadas por guias ou condutores devidamente credenciados junto ao ICMBio.

Figura 43 – Povoado de Atins em Barreirinhas



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

O rio Preguiças atua como um divisor natural entre duas sub-regiões ecossistêmicas: os Grandes Lençóis, situados à margem esquerda do rio, e Pequenos Lençóis, à margem direita. Além disso, é a principal via de acesso até o Caburé, ponto localizado próximo à foz do rio, na margem direita, que atrai turistas em virtude do encontro das águas do rio com o mar e da oferta de culinária típica em pousadas e restaurantes, com destaque para os pratos à base de camarão e peixe pescada (Ataíde Junior, 2015).

Em síntese, o turismo em Barreirinhas volta-se para a comercialização de circuitos padronizados, operados por agências de receptivo para os Grandes Lençóis e Pequenos Lençóis, com atrativos dentro e fora do PNLN, formatados com programações convencionais previamente estruturadas e comercializadas no mercado turístico. Esse cenário evidencia a lógica da oferta centrada na reprodução de experiências cada vez mais homogêneas e baixa incorporação de dinâmicas territoriais junto às comunidades tradicionais, o que levanta questões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade das práticas turísticas desenvolvidas.

Diante da atual conjuntura, observam-se iniciativas de estímulo ao TBC, articuladas por meio de projetos vinculados à Universidade Federal do Maranhão, conforme ilustrado na Figura 44. Essas ações têm sido implementadas em comunidades como Mandacaru, Bar da Hora, Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue, cujas atividades incluem visitas técnicas, oficinas participativas e encontros comunitários, que visam à constituição de uma rede articulada de

TBC e derivam de experiências-piloto previamente desenvolvidas em comunidades do município de Santo Amaro do Maranhão.

Figura 44 – Logomarca do Projeto de TBC em Barreirinhas



Fonte: Instagram tbc.barreirinhas (2023).

4.4 O município de Santo Amaro do Maranhão

O município de Santo Amaro do Maranhão diferencia-se dos demais da região por possuir a sede urbana mais próxima à área de dunas dentro da delimitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Em seu contexto histórico, foi fundada, aproximadamente na segunda metade do século XVIII, por jesuítas que haviam sido expulsos de Tutóia por desenvolverem, naquela época, a grilagem de terras (Meyreles, 2008).

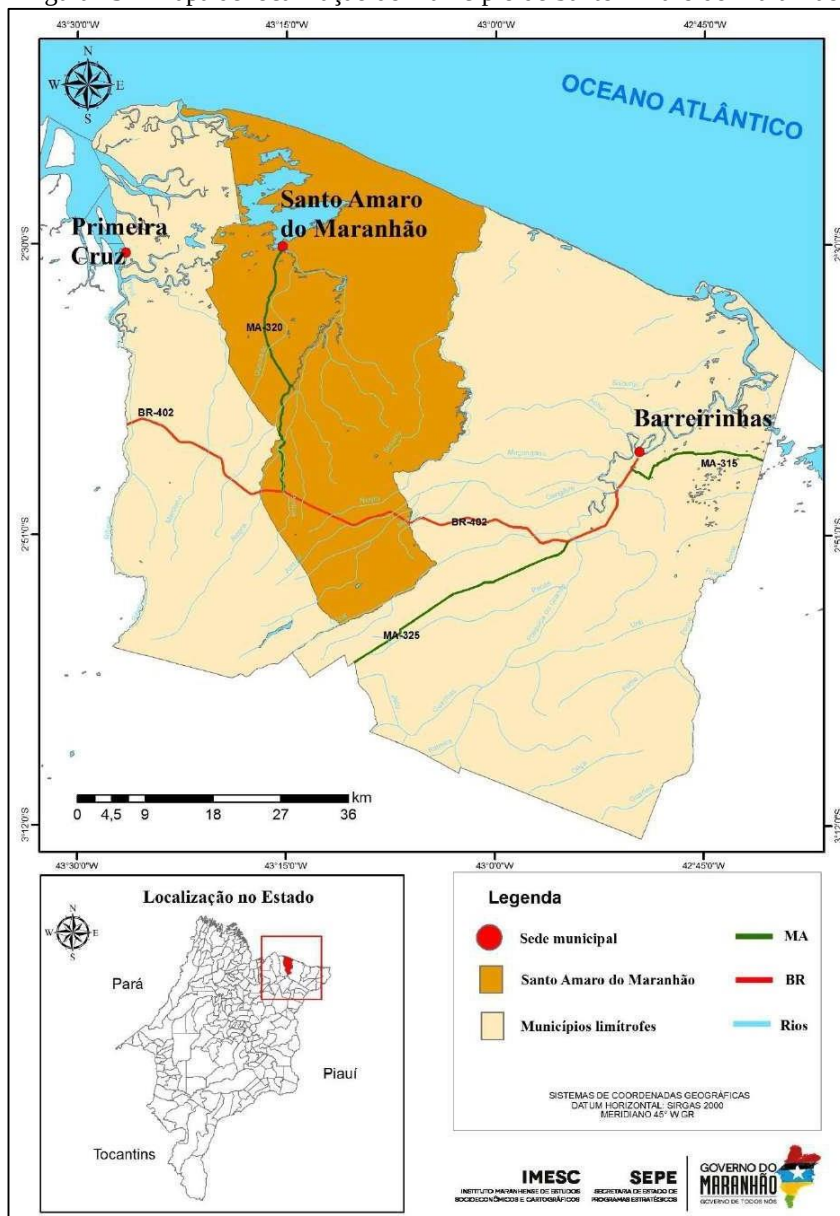
Por conseguinte, o município foi criado e institucionalizado pela Lei nº 6.127, de 10 de novembro de 1994 (Maranhão, 1994), por intermédio do desmembramento do município de Primeira Cruz. Com a sede fixada em uma região de dunas, lagos, lagoas e rios, a região é considerada uma área de ecossistema sensível, se comparado à dinâmica de desenvolvimento urbano de outros municípios da região (IMESC, 2020).

4.4.1 Caracterização física e geográfica

De acordo com Censo de 2022 (IBGE, 2022), Santo Amaro do Maranhão (Figura 45) possui uma extensão territorial de 1.582,806 km² e uma população estimada de 13.949 pessoas. Sua localização está compreendida dentro das seguintes coordenadas: norte – 02° 19' 55" de latitude e 43° 22' 24" de longitude; oeste – 43° 22' 40" de longitude e 02° 20' 29" de latitude; Sul – 03° 46' 12" de latitude e 44° 16' 30" de longitude; leste – 44° 01' 43" de longitude e

03° 40' 41" de latitude (IMESC, 2020). Seus limites territoriais abrangem, ao norte, o Oceano Atlântico e, nas demais direções, os seguintes municípios: a oeste, Primeira Cruz; ao sul, Primeira Cruz e Barreirinhas; e, a Leste, também Barreirinhas (IMESC, 2020).

Figura 45 – Mapa de localização do município de Santo Amaro do Maranhão



Fonte: IMESC (2020).

A geologia da área do município de Santo Amaro do Maranhão corresponde à porção oeste da Bacia Cretácea de Barreirinhas, a qual está localizada na porção nordeste do Estado do Maranhão entre a Baía de São José e o Delta do Parnaíba, sendo dominada pela formação Aquí, cujos sedimentos de origem quaternária são constituídos pelas areias quartzosas, que recobrem, praticamente, toda a bacia de Barreirinhas (Santos; Silva; Santos; Santos, 2009).

No que concerne aos aspectos geomorfológicos, a área do município de Santo Amaro do Maranhão insere-se na planície costeira e litorânea (Feitosa, 1983, 1989), com modelado eólico configurado por um extenso campo de dunas móveis, mangues, paleodunas, restingas, tendo amplitude topográfica com cerca de 30 metros, intercalada por depressões, geralmente, preenchidas com águas pluviais, que dão origem às lagoas bastante apreciadas por sua beleza cênica (Araújo; Sousa; Feitosa, 2011).

O clima predominante no município é o tropical úmido, caracterizado por altas temperaturas médias anuais, amplitude térmica moderada, deficiência hídrica anual também moderada, índices pluviométricos variando entre 800 e 1.200 mm anuais e umidade relativa do ar superior a 70% (Feitosa; Trovão, 2006).

Por seu turno, a hidrografia do município é composta por rios e lagos, entre os quais se destacam o rio Negro, que marca o limite territorial com o município de Barreirinhas, e o rio Alegre, que atravessa a área urbana do município. Além desses cursos d'água, há a presença de diversos lagos formados no entorno de Santo Amaro do Maranhão, já inseridos na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com destaque para o Lago Santo Amaro, considerado um dos mais caudalosos da região (Araújo; Sousa; Feitosa, 2011).

O município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Peria e Preguiças, e sua é representada por diversos rios, riachos e lagos. Entre os rios: Juçaral, Negro, Bacabinha, das Pedras, Grande, Queimado e Alegre; entre os riachos, encontram-se: Gengibre, Baixa Funda, Mirinzal, Mundo Novo, São Bento, Pedro Reiro, do Sucuriú, da Cabeceira, São Domingos e Baixo do Buritizal; quanto aos lagos, merecem destaque: do Gengibre; Travosa; e Santo Amaro. A porção centro-norte do município está inserida no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (IMESC, 2020).

4.4.2 População

No tocante às dinâmicas de ocupação, a população santamarense está irregularmente distribuída entre a zona urbana, sede do município, e a zona rural, determinada por povoados e comunidades ao longo de seu território, espalhadas pelo litoral e pelas áreas interiores do continente, totalizando 182 localidades (Silva, 2011). Quanto ao seu traçado urbano, constitui-se de uma praça central, a Praça da Matriz, com disponibilidade de comércios varejistas, restaurantes, sorveterias, instituições públicas municipais, igreja, além de quiosques de vendas de artesanato (Figura 46).

Figura 46 – Quiosque de artesanato em Santo Amaro do Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao percorrer o tecido urbano de Santo Amaro do Maranhão, observam-se características peculiares cuja pavimentação evidencia a coexistência de diferentes temporalidades do processo de urbanização. A infraestrutura das vias é composta por trechos pavimentados com bloquetes, outros segmentos asfaltados e, em algumas áreas, por ruas de areia, remetendo a padrões tradicionais de ocupação que ainda persistem como traços materiais do cotidiano urbano. Tal cenário expressa o ritmo desigual do desenvolvimento urbano e ausências do poder público em contextos principalmente periféricos.

Cabe destacar que a dinâmica urbana da sede do município de Santo Amaro do Maranhão estruturou-se, historicamente, em consonância com o rio Alegre, o principal curso d'água que atravessa a cidade. Configurando-se, pois, como um importante ativo na organização espacial e nas práticas cotidianas da população local.

Para além das residências, a sede do município de Santo Amaro apresenta uma crescente concentração de empreendimentos turísticos, incluindo agências de receptivo, meios de hospedagem e restaurantes. De modo que sua configuração socioespacial veio sendo modelada e influenciada pela intensificação da demanda turística, revelando um processo de estruturação de novas dinâmicas econômicas impulsionada por diversos fatores ao longo dos anos, dentre os quais a facilitação no acesso terrestre pela rodovia e melhorias em infraestrutura básica, como a construção da ponte sobre o rio Alegre.

A zona rural de Santo Amaro é formada por povoados, comunidades e assentamentos, dispostos em regiões bem distintas: comunidades localizadas dentro do PNLN, como Betânia e Buritizal, próximo à área de dunas e lagoas; e em sua zona de amortecimento, como é o caso das comunidades de Barra e Satuba. Em outra perspectiva, há povoados situados em regiões litorâneas, como a comunidade Travosa, e outros mais distantes das áreas de dunas e lagoas, como o povoado Sangue.

Ante essas dinâmicas espaciais diferenciadas, muitas comunidades são acessadas apenas por meio de veículos com tração 4x4, devido ao terreno irregular arenoso de trilhas criadas entre a vegetação de pequeno e médio porte característica de ecossistemas de restinga. Diferentemente do município de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, pela localização estratégica de sua sede em relação ao PNLN, apresenta facilidade de acesso ao campo de dunas e lagoas, demonstrando necessidades do constante controle e monitoramento para o ordenamento do turismo diante de contextos de vulnerabilidades socioambientais a que o Parque Nacional e suas comunidades estão expostos.

4.4.3 Acesso e infraestrutura

O acesso à sede do município de Santo Amaro passou por significativas transformações com a construção da rodovia MA-320, concluída em 2018. Anterior a essa realidade, o deslocamento era bastante limitado, sendo viabilizado apenas pelo transporte em veículos com tração nas quatro rodas, em um percurso extenso e de difícil acesso a partir do povoado Sangue.

Essa melhoria na infraestrutura viária resultou em um aumento expressivo na demanda turística, em especial por excursões oriundas de outros municípios maranhenses e da capital São Luís. Tal dinâmica estimulou o crescimento de um fluxo turístico na modalidade “bate e volta”, caracterizado por visitas de curta duração, o que, embora promova significativa circulação econômica, impõe desafios à gestão do território, como o ordenamento do uso turístico, o controle de capacidade de carga e a distribuição equitativa de benefícios gerados. Essa dinâmica intensificou o número de visitantes aos atrativos turísticos de Santo Amaro, porém com baixa captação de receitas pela cadeia produtiva do turismo local. Isso porque tal modalidade não induz ao pernoite, tampouco à contratação de demais serviços de apoio ao turismo.

De forma análoga ao que ocorreu no município de Barreirinhas, Santo Amaro experimentou, a partir da implantação da rodovia MA-320 e da construção da ponte sobre o rio Alegre, uma intensificação nos processos de especulação imobiliária e valorização fundiária.

Essa configuração territorial impulsionou a construção de empreendimentos turísticos e condomínios fechados. Nessa senda, tais dinâmicas sociais exigem uma análise crítica acerca da governança e da regulação do mercado imobiliário em áreas ambientalmente sensíveis e de elevado interesse turístico.

4.4.4 Caracterização econômica

As atividades produtivas das comunidades de Santo Amaro do Maranhão concentram-se, principalmente, na pesca, na coleta de mariscos, na criação de animais de pequeno porte como avicultura e caprinocultura, no plantio de mandioca para a produção de farinha e tiquira, além de ocupações ligadas ao comércio varejista e ao turismo.

Em consonância com os dados do IBGE (2025), o último Censo demonstrou que o percentual da população ocupada correspondia, em 2022, a 10,30%, o que representa um total de 1.437 pessoas. Em 2021, o PIB *per capita* era de R\$ 5.916,27. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 214 de 217; em outro aspecto, apresenta 0,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Tais indicadores demonstram um cenário socioeconômico que reforça uma realidade de desigualdades sociais, acentuada pobreza e condições desfavoráveis às mudanças necessárias para melhorias de qualidade de vida da população, sobretudo, distante da sede municipal.

Diante disso, verificam-se disparidades entre as condições socioeconômicas de populações rurais e as dinâmicas mercadológicas do turismo, visto que, no contexto econômico, a atividade representaria uma das alternativas de crescimento para o município pela demandas turísticas reais e potenciais impulsionadas pelos atrativos naturais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em sua abrangência política e geográfica.

4.5 Turismo em Santo Amaro do Maranhão

O turismo em Santo Amaro do Maranhão caracteriza-se pela oferta de passeios para os principais circuitos de dunas e lagoas (Figura 47), atrativos de apelo natural mercadorizados pelas agências de turismo em que o protagonismo comunitário se reduz à operacionalização de serviços turísticos. Além de uma crescente estrutura de equipamentos entre meios de hospedagem e restaurantes em sua sede municipal.

Figura 47 – Dunas e lagoas de Santo Amaro do Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Segundo os dados do Cadastur (2025), os empresários cadastrados no sistema totalizam 212 empreendimentos: 159 agências de turismo, 34 meios de hospedagem, 9 restaurantes, 2 locadoras de veículos, 2 transportadoras turísticas e 6 prestadores especializados em segmentos turísticos. Como município integrante do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, detém áreas de uso especial, segundo o zoneamento da UC, como o Polo Travosa, além de áreas mais sensíveis, situadas na zona primitiva, como é o caso da comunidade Queimada dos Britos e o atrativo Lagoa das Emendadas.

Dentre os circuitos turísticos ofertados pelo mercado local, destacam-se os roteiros que conduzem turistas às Lagoas da Andorinha e da Gaivota, cuja atratividade está associada, sobretudo, à facilidade de acesso. Outro circuito turístico explorado pelas agências de turismo envolve a visita às Lagoas da Betânia e do Espigão. A prática turística desenvolvida em comunidades é alicerçada, principalmente, na oferta de serviços de alimentação e, em alguns casos, hospedagem familiar com pernoites em redes. Tais práticas evidenciam modelos próprios que se aproximam dos fundamentos do TBC.

A travessia no PNLM, também denominada *trekking*, configura-se como uma experiência turística desenvolvida por meio de caminhada percorrendo aproximadamente 50 km entre os municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão pelo campo de dunas e lagoas, passando por comunidades tradicionais, como Baixa Grande e Queimada dos Britos. Com paradas estratégicas nessas comunidades, o suporte concedido oferece condições para repouso, alimentação e trocas simbólicas a partir do cotidiano local.

A travessia pode ser realizada em formatos variáveis, com duração entre três e sete dias, iniciando a atividade de caminhada, em geral, antes do nascer do sol, de modo a otimizar o esforço físico e a adaptação às condições de calor durante o dia. Tal prática turística demanda planejamento logístico e preparo físico, ao mesmo tempo que estimula reflexões sobre o uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das dinâmicas socioambientais.

As comunidades de Baixa Grande e Queimada dos Britos são consideradas como “oásis” entre o campo de dunas, localizadas segundo o zoneamento ambiental do PNLM em sua zona primitiva. A predominância de vegetação de restinga sobre as dunas fixas favorece e abriga importantes serviços ecossistêmicos, biodiversidade endêmica e sustenta a presença de comunidades tradicionais, contribuindo para o reconhecimento e a relevância da área para a preservação de seus recursos naturais.

Os atrativos Lagoa das Américas, Lago de Santo Amaro, Lagoa do Junco, Rancharia e Patacas também integram o rol de produtos ofertados na comercialização de agências de turismo receptivo. A comunidade Travosa ancora sua base econômica na pesca artesanal e na coleta de sarnambi (*Protothaca pectorina*), atividade desempenhada pelas marisqueiras. A extensão do povoado avança até o litoral integrando ao seu território a praia de Travosa, utilizada por pescadores que desenvolvem seus ranchos, além de praticantes de *kitesurf* em algumas épocas do ano. Essa área diferencia-se das demais pela grande diversidade de ambientes, como manguezais, restinga, lago, praias e campos de dunas livres com lagoas interdunares (ICMBio, 2022).

Como extensão da praia de Travosa, a Barra da Baleia é uma área de faixa arenosa e mangue moldada pela foz de um dos braços do rio Peria, berço de reprodução de várias espécies de fauna como o guará (*Eudocimus ruber*). Por estar localizada no extremo oeste do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, recebe pouco fluxo de visitação.

Mais recentemente, a Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo, instituiu a taxa municipal turística, regulamentada pela Lei nº 329/2023, que estabelece a taxa de turismo sustentável (TTS) (Figura 48) no valor de R\$ 10,00 por turista, com validade para três dias de visitação (Santo Amaro, 2023).

Figura 48 – Cartaz informativo da taxa municipal Turística de Santo Amaro



Fonte: Prefeitura de Santo Amaro (2023).

Segundo a referida lei, o objetivo é gerar recursos que garantam a preservação do ecossistema único na região. Além disso, observa-se a implantação do *Voucher Digital* desde 2021, assim como em Barreirinhas, cujo intuito é o de prover o processo de ordenamento da atividade turística. Entretanto, para sua efetividade, torna-se necessária a disposição de uma logística muito mais eficiente de controle e monitoramento de acesso aos atrativos turísticos do Parque Nacional. Isso uma vez que, além da Portaria oficial de fiscalização dos fluxos de veículos para as dependências da UC, existem rotas alternativas e informais utilizadas por turistas com veículos próprios que contratam condutores de visitantes sem cumprir as disposições estabelecidas no mecanismo legislativo.

Vale destacar que o sistema do *Voucher Digital* ainda não é utilizado em Santo Amaro do Maranhão, evidenciando alguns percalços para a efetividade da ferramenta de ordenamento turístico do PNLM em todas as suas vertentes de acesso e gestão. Por isso, esse instrumento é definido como um sistema de autogestão para o ordenamento e governança turística. Em termos práticos, ele consiste em um mecanismo de controle da visitação dos atrativos turísticos realizado, exclusivamente, por meio da venda de um ingresso unificado aos atrativos (Vieira, 2003; Lunas, 2006).

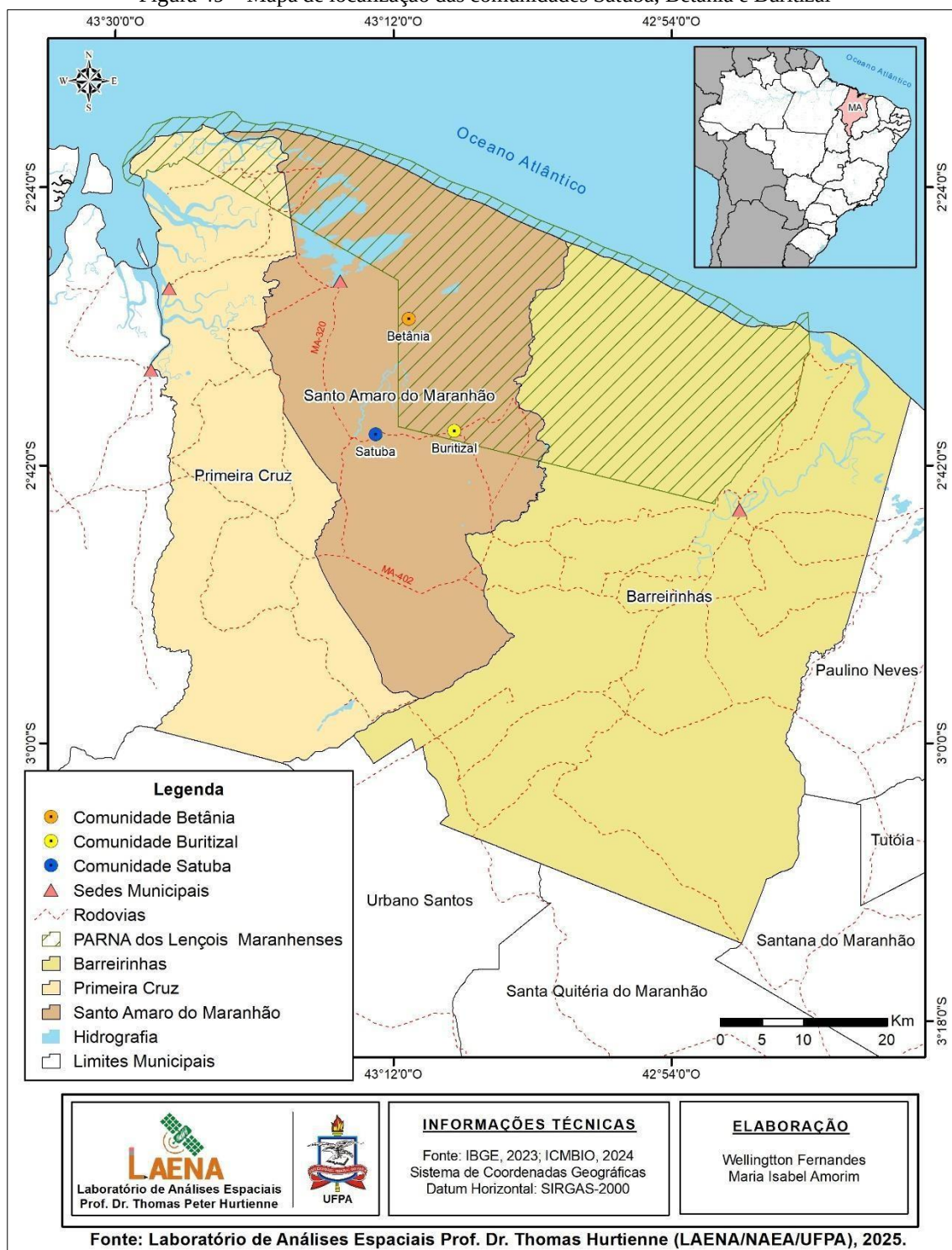
Diante da necessidade de refletir sobre o lugar das comunidades tradicionais nesses processos de ordenamento e governança do turismo em Santo Amaro do Maranhão e do PNLN, encontraram-se iniciativas de projetos desenvolvidos por universidades motivados a estimular o envolvimento das comunidades nas práticas turísticas, possibilitando novas perspectivas socioeconômicas de fortalecimento aos processos de autogestão e melhorias da qualidade de vida nestes territórios. Dentre esses projetos, destacam-se:

- o projeto de extensão com interface na pesquisa, intitulado “Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro”, criado em 2018 pelo Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão, contemplando, a princípio, as comunidades de Travosa, Betânia, Espigão e, posteriormente, as comunidades da Barra, Satuba, Buritizal, Rancharia, Patacas e Sucuruju com apoio financeiro da FAPEMA; e
- o projeto de extensão da Universidade Estadual do Maranhão criado também em 2018 no âmbito do Laboratório de Extensão (Labex), intitulado “Rota das Areias”, contemplando as comunidades de Barra, Satuba e Buritizal.

Em observância a tais propostas, verifica-se que a consolidação de práticas turísticas comunitárias baseadas no protagonismo configuram-se como paradigmas disruptivos diante do turismo convencional. A análise de experiências comunitárias na gestão do turismo torna-se chave para compreender as dinâmicas socioeconômicas e ambientais que permeiam as disputas simbólicas nos territórios.

Diante desses desafios e dilemas, esta investigação traz, como *loci* de pesquisa, o estudo das práticas turísticas nas comunidades de Satuba, Betânia e Buritizal (Figura 49). A escolha desse recorte empírico para esta pesquisa permitiu aprofundar uma análise das dinâmicas de gestão que corroboram os modelos próprios produzidos de Turismo de Base Comunitária e sua capacidade estratégica de desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo.

Figura 49 – Mapa de localização das comunidades Satuba, Betânia e Buritizal



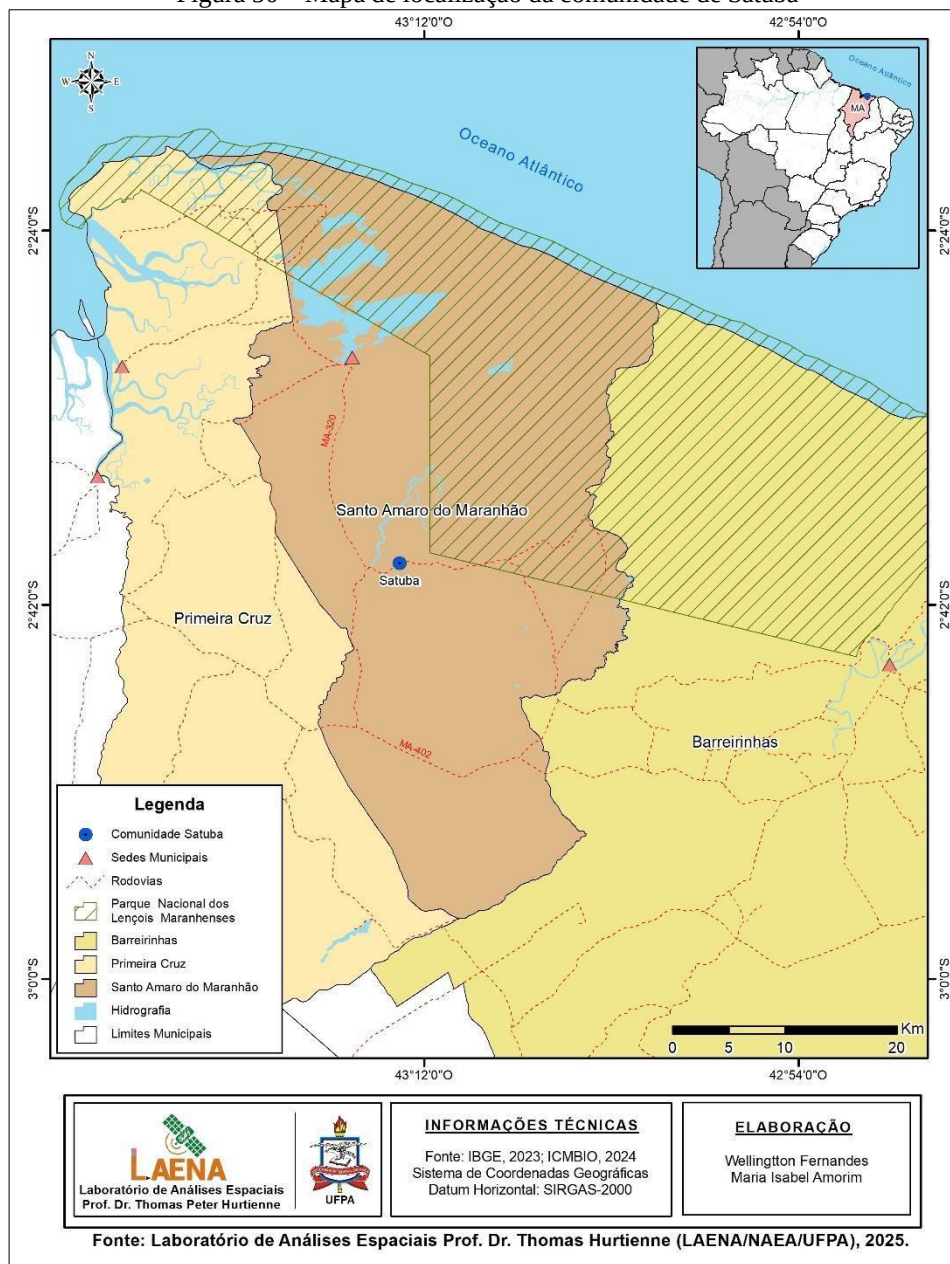
4.5.1 Comunidade Satuba

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010), Santo Amaro do Maranhão figura na posição 198 no *ranking* dos 217 municípios maranhenses, elencado na categoria baixo IDHM (0,518). Consoante a essa realidade, o

município integra um dos polos turísticos com maior fluxo de demanda do estado, o polo Lençóis Maranhenses, considerado, portanto, indutor de desenvolvimento turístico de destaque nacional e internacional.

O espaço rural do município de Santo Amaro do Maranhão está distribuído em comunidades (Brasil, 2011), classificadas em sítios, povoados, fazendas e assentamentos, representando um total de 182 localidades (Silva, 2011). Dentre elas, a comunidade de Satuba (IMESC, 2020) integra um dos territórios para o projeto de assentamento estadual (Figura 50).

Figura 50 – Mapa de localização da comunidade de Satuba



Diante da escassez de dados sociodemográficos e econômicos sobre a comunidade de Satuba nos órgãos oficiais, metodologicamente, optou-se pela realização de entrevistas *in loco* no mês de julho de 2022. As entrevistas foram conduzidas com comunitários representantes da única escola existente e da UBS na localidade, com o objetivo de obter informações complementares que pudessem subsidiar a compreensão da realidade local.

Em conformidade com a coleta, averiguou-se que “mais de 40 famílias formam a comunidade de Satuba, com um total de 190 pessoas, fazendo parte de um assentamento de maior proporção que integra as localidades de Rio da Coã, Novo Satuba, Pedorreiro e São João” (Entrevista da Prof.^a V.S.S., 2022).

Localizado a 23,8 km da sede municipal¹³, Satuba caracteriza-se como uma comunidade de base econômica voltada à agricultura familiar de subsistência, com destaque para o cultivo e processamento da mandioca. Essa atividade sustenta uma cadeia produtiva local, representada pelas quatro casas de farinha (Figura 51), distribuídas ao longo do território da comunidade.

Figura 51 – Casa de farinha na comunidade de Satuba em Santo Amaro do Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

¹³ Mensurado por meio do aplicativo minha rota.

A representatividade das casas de farinha para os comunitários é evidenciada, sobretudo, pela diversidade de saberes e modos de fazer que envolvem essa prática tradicional. Como relatado por uma das moradoras:

[...] cada um tem jeito diferente de fazer farinha, alguns acrescentam corante e outros produzem mais natural. A fabricação ainda é artesanal, um serviço braçal no rodo e no tapiti. Pra isso, fazem roças de cinco linhas quando querem vender, ou apenas de duas linhas para consumo próprio (Entrevista da Prof.^a V.S.S., 2022).

Nesse contexto, uma prática recorrente observada entre os donos de casas de farinha de Satuba diz respeito à concessão do uso de seus espaços, equipamentos e ferramentas a outros moradores da comunidade, permitindo que esses produzam farinha artesanalmente. Em contrapartida, os donos recebem uma quantidade proporcional da produção, estabelecendo uma forma de troca baseada na reciprocidade e na solidariedade comunitária. Esse modelo de organização revela uma economia de mercado baseado nas relações sociais, ou economia substantiva, o que remete à reflexão de Polanyi (1990) em sua obra “A Grande Transformação”, ao afirmar que:

Numa tal comunidade, é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais, que estão embutidas no sistema econômico (Polanyi, 1990, p. 69).

Ao destacar a oferta de serviços básicos de infraestrutura na comunidade, observa-se a presença de 1 UBS, 1 quadra de futebol de areia, 1 sorveteria (produção artesanal com frutos da região), 1 bar e 1 escola pública recém-construída, já em funcionamento até o período de coleta de dados desta pesquisa.

A sua historicidade e origem do povoado é preservada por meio dos relatos orais transmitidos por gerações, constituindo uma memória coletiva viva. Segundo informações repassadas por moradores, o nome da comunidade tem origem em um fato simbólico local: “foi aqui que ela morreu, aí botaram o nome Satuba, o nome da vaca era Satuba, é por isso que ficou o nome do povoado, porque muita gente geralmente não sabe, até o próprio morador, têm uns que não sabem o porquê do nome” (Entrevista da Prof.^a S. G., 2022).

Quanto às manifestações culturais, a comunidade de Satuba apresenta um calendário marcado por eventos tradicionais que refletem sua identidade local: as celebrações de cunho

carnavalesco; realizadas em fevereiro; as festas juninas, em junho; o período da farinhada, de julho a setembro; e as festividades de caráter religioso no mês de dezembro.

Em relação aos recursos naturais, a comunidade de Satuba é atravessada por um córrego (Figura 52), que anteriormente apresentava características de um corpo hídrico mais volumoso. No entanto, a supressão da mata ciliar ao longo do tempo contribuiu para um processo de assoreamento, alterando consideravelmente sua morfologia e capacidade hídrica. Associado a esse processo de degradação, a ausência de saneamento básico e de sistema de esgoto agravou a situação, levando à contaminação das águas do córrego. Essa contaminação comprometeu a qualidade da água e a segurança alimentar, uma vez que os peixes ali presentes deixaram de ser considerados seguros para o consumo, representando riscos à saúde da própria população local.

Figura 52 – Córrego que corta a comunidade de Satuba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.5.1.1 O turismo, o turista e o comunitário de Satuba

Apesar das dinâmicas sociais e econômicas em constante transformação na comunidade de Satuba (Figura 53) como outrora evidenciadas, o turismo não é uma prática atualmente concreta na realidade destas pessoas. No entanto, na visão dos comunitários, existem perspectivas para seu desenvolvimento por entenderem este como um processo que leva tempo e os projetos de fomento, principalmente através das universidades, estimulam seu acontecimento.

Figura 53 – Comunidade de Satuba em Santo Amaro do Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Por estar localizada no fluxo das principais rotas de passeios turísticos para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, os comunitários de Satuba relatam interesse no envolvimento com o turismo, cuja intenção é operacionalizar serviços de hospitalidade como o rede & café, restaurantes de culinária local, além das experiências proporcionadas por seus recursos naturais de potencial interesse para o turismo rural. No que tange ao perfil do visitante da comunidade de Satuba, identificaram-se categorias diferenciadas, as quais foram esquematizadas no Quadro 29 a seguir.

Quadro 29 – Perfil do visitante da comunidade Satuba em Santo Amaro (MA)

Categoria	Motivação
Parentes dos comunitários	Visita em férias e/ou feriados.
Excursionistas	Excursões em ônibus vindas, principalmente, de São Luís (MA) para lazer e recreação de roteiros turísticos, nos quais o acesso é por Satuba. Os ônibus ficam estacionados na comunidade Barra.
Grupos religiosos	Missão religiosa nas comunidades próximas, pernoitando em Satuba. Viajam com todos os mantimentos necessários.
Jogadores e torcedores de futebol	Campeonatos de <i>Beach Soccer</i> que atraem times e torcedores de outras comunidades ou municípios próximos a Santo Amaro do Maranhão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No decorrer da pesquisa de campo, constatou-se que uma média de seis comunitários de Satuba possuem veículo com tração nas quatro rodas, apropriados para percursos em terrenos arenosos. Esses comunitários atuam na atividade turística como condutores, porém fora da comunidade, prestando serviços para a Cooperativa de Transportes Turísticos de Santo Amaro do Maranhão. Sua atuação concentra-se na sede do município, onde operam em diversas rotas já comercializadas dentro e fora do PNLM.

A partir do relato dos comunitários entrevistados, emergem inquietações relacionadas à ausência de valorização interna dos potenciais turísticos da comunidade. Como expressa a moradora: “o povo daqui não dá valor no que tem. Os de fora dão valor. Muitos não se motivam para o turismo em Satuba, trabalham mais fora do que aqui mesmo” (Entrevista da S. G., 2022).

Esse cenário reflete a forma como a organização social em Satuba se estrutura, sobretudo, quando se considera que, no contexto do Turismo de Base Comunitária, não basta ser um morador local, é necessário atuar como um agente-protagonista, capaz de incentivar a prática coletiva, a confiança e a partilha.

Atualmente, não há nenhuma entidade ou instituição coletiva que assegure voz ativa e representatividade para a comunidade, como seria o caso de uma associação comunitária. As principais formas de convivência social se expressam por intermédio da participação de alguns moradores em atividades religiosas e nos eventos, em especial, os campeonatos de futebol realizados na comunidade (Figura 54).

Figura 54 – Arena Brizolão destinada aos campeonatos de futebol em Satuba



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ainda que os comunitários de Satuba operem em um cenário de organização social sem representatividade institucional, as relações sociais simbólicas presentes no cotidiano local reforçam valores como reciprocidade e hospitalidade em trocas materiais/imateriais entre os próprios comunitários e deles com os visitantes. Trata-se de um sistema baseado nas relações sociais, que pode soar incomum ou até ou rudimentar aos olhos dos agentes do turismo convencional, acostumados às práticas de mercantilização de recursos, pessoas, paisagens e serviços.

Mediante tal aspecto, Polanyi (2012) trata da natureza plural da economia, reconhecendo que o princípio da reciprocidade, em uma economia social, está relacionado com a ajuda mútua, a cooperação e a solidariedade. Tal princípio também está ligado à domesticidade, em que, nas condições tribais, as relações eram protegidas pelos costumes, tradições, laços afetivos, ou seja, instituições que representam, juntas, as dimensões da economia familiar. Essas ideias ecoam as teorias da solidariedade mecânica expressa por Durkheim (1999) e baseada nas tradições, nos hábitos, na moral e na consciência coletiva, evocando o conceito de economia solidária.

Nessa direção, esta pesquisa se debruça sobre o espaço que emerge das relações sociais observadas na comunidade de Satuba, das expectativas dos comunitários em relação ao turismo como potencial fonte de geração de renda e nas oportunidades de uma prática turística baseada no encontro intercultural. Assim sendo, o foco busca por um campo da prática turística comunitária situado entre as relações mercadológicas e socioambientais, capaz de oferecer

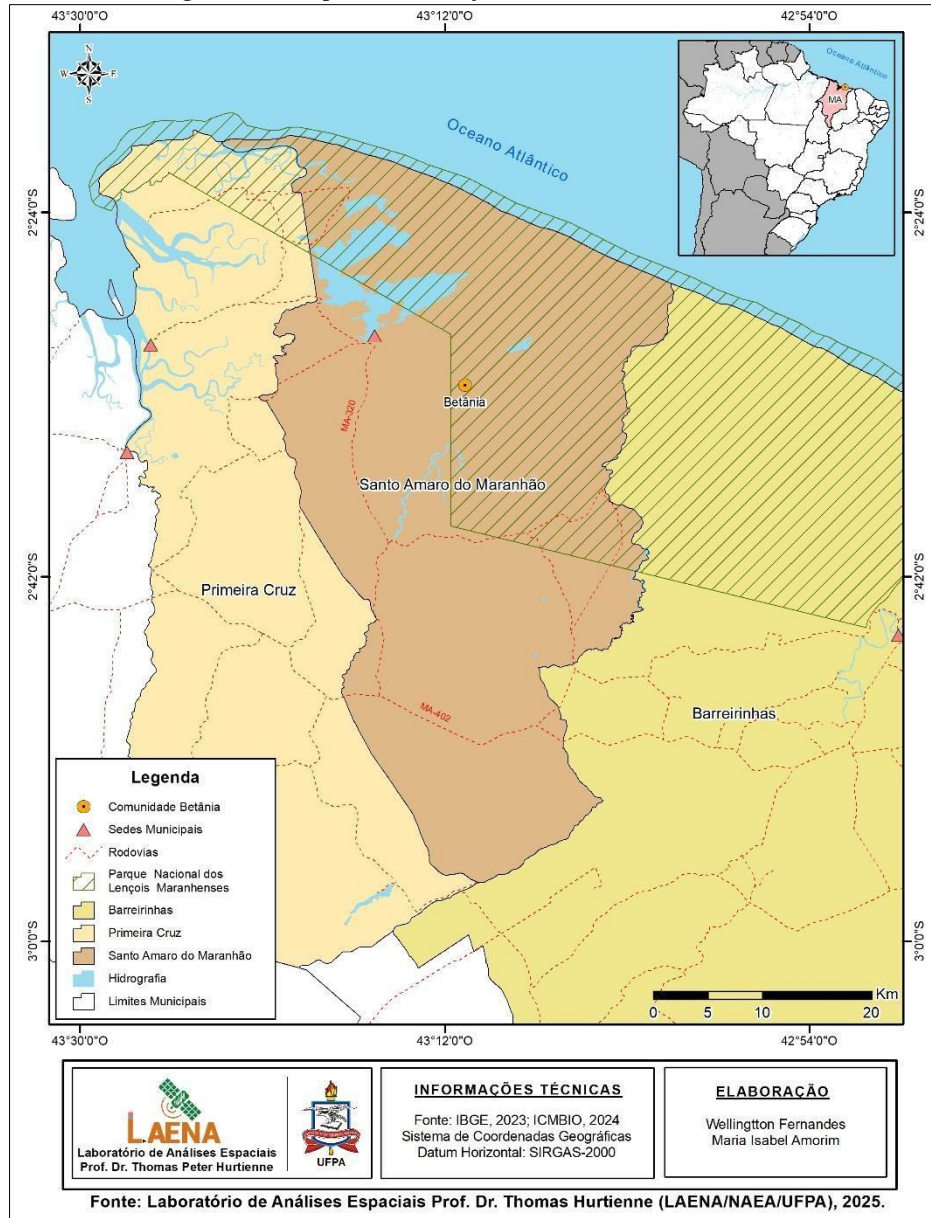
meios interpretativos mais complexos para compreender os mecanismos que influenciam o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Diante disso, busca-se entender as condições e as possibilidades para que o TBC avance como prática emancipatória, consolidado no *habitus* da coletividade, ao mesmo tempo que dialoga criticamente com as influências do mercado e os desafios da conservação ambiental.

4.5.2 Comunidade Betânia

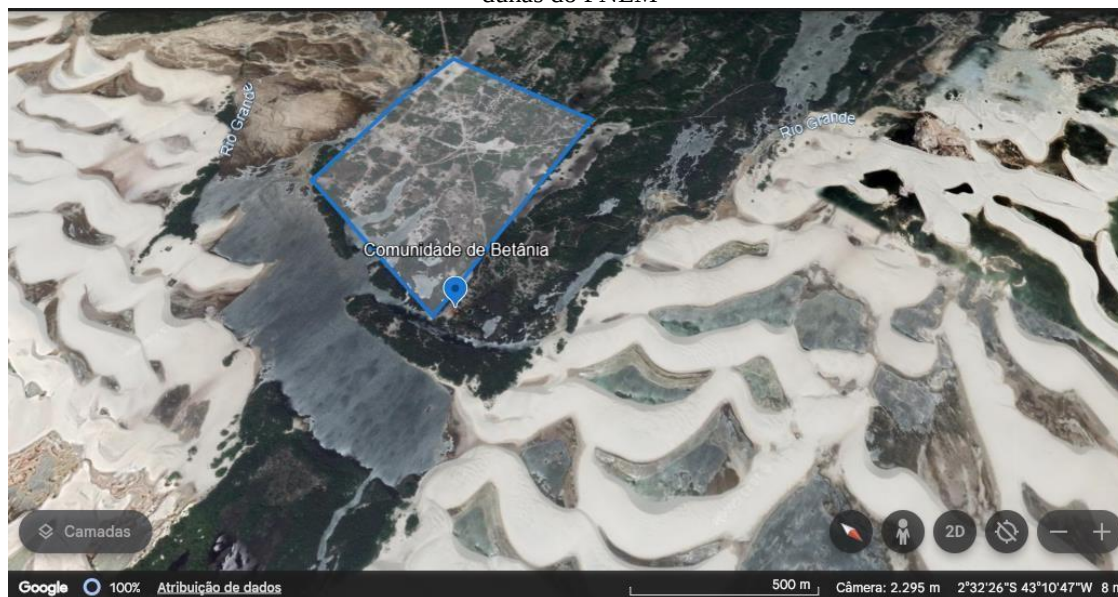
A comunidade de Betânia (Figura 55) está localizada nas coordenadas geográficas 2°32' 33" Sul e 43°11' 00" Oeste, integrando a área delimitada pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no município de Santo Amaro do Maranhão, a uma distância de aproximadamente 10,3 km da sede municipal. O acesso ao povoado exige o uso de veículos com tração 4×4, como Bandeirante ou Toyota Hilux ou, ainda, quadriciclo e barco, devido às condições do terreno e à localização remota. As atividades desenvolvidas na comunidade são regidas por normas e políticas de uso estabelecidas no plano de manejo do PNLN.

Figura 55 – Mapa de localização da comunidade de Betânia



Segundo Vieira *et al.* (2022), o povoado de Betânia é composto por 96 habitantes, distribuídos em domicílios familiares localizados às margens do Rio Alegre, em uma área caracterizada por vegetação típica de restinga, contrastando com a paisagem de dunas predominante em outras regiões do Parque (Figura 56).

Figura 56 – Polígono referente à dinâmica de ocupação da comunidade de Betânia em relação ao campo de dunas do PNLM



Fonte: Google Earth (2023).

Segundo relato dos próprios moradores, o povoado anteriormente conhecido como Pau Seco passou a ser chamado de Betânia por iniciativa de um padre que celebrava missas na localidade, não há registros documentais que expliquem oficialmente o motivo dessa mudança de nome. No entanto, registra-se a origem de Betânia conforme da narrativa a seguir:

Eu nasci em 40, o nome era Pau Seco e mudou pra Betânia. O padre não gostava do nome Pau Seco, foi ele que botou o nome Betânia e trouxe a Santa Maria Madalena. Aí ele começou a celebrar a missa, mandou fazer logo uma igreja e começou a festejar Maria Madalena”. Mas antes disso, Joaquim José dos Bonos veio de Iguaíba pra cá, ele era um poderoso, trouxe de tudo, de animal, os escravos dele. Esta Emília ele tinha comprado, aí ele criou e ela ficou mulher. E quando veio a libertação dos escravos, ele libertou todos os escravos, mas a Emília ele não libertou. Aí ele ficou com ela. E ele com a mulher não tinha filho, não tiveram filho. Ele trouxe um sobrinho, gente dele. E aí ele comprou o Espigão. Foi botar a Emília lá com o sobrinho, o Raimundo Brusaco, que quando eu fui pra Santo Amaro já era morto, só alcancei a velha Salvita. Ela criou a Fernanda Salvita lá do Alto Formoso, ela morava lá embaixo, aí tinha a Josefa Brusaco, essa eu alcancei muito. Que a casa era tudo aqui do lado do mato, mãe do Zé da Cruz. Eles moravam mais retirados ali. Moravam acima do Tingidor, aí eles vieram e ficaram morando aqui. Aí a velha morreu e ficou este filho que já tinha casado. Aí veio um sobrinho dele que era soldado e botou ele pra fora. Aí a mulher dele desceu na canoa marrom, chegaram em um lugar e disseram: Meus filhos vamos fazer uma toca pra nós ficar aqui. Aí ela fez a casa e ficou. Foi a primeira moradora de Betânia. Depois foram chegando outras pessoas que foram fazendo companhia uns pros outros (Entrevistada A de Betânia).

Quanto à infraestrutura, observa-se a presença de casas construídas em madeira, palha e/ou alvenaria, além de ruas de areia (Figura 57). O povoado não conta com espaços públicos estruturados, como praças, igrejas e equipamentos de lazer. Durante a noite, as ruas permanecem iluminação precária, devido à baixa quantidade de postes de luz, o que

compromete a visibilidade e dificulta a locomoção dos moradores e visitantes no período noturno.

Figura 57 – Características dos domicílios em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Algumas dessas moradias estão às margens do rio Alegre, enquanto outras se distribuem em quarteirões não lineares, conectados por ruas de areia, trilhas e caminhos (Figura 58), que sofrem alagamentos durante o período chuvoso. Nessa configuração, o rio exerce forte influência sobre a dinâmica de ocupação de Betânia. Em épocas de cheia, o aumento do nível da água pode desabrigar famílias, inviabilizar o uso das terras e provocar prejuízos e transtornos de diversas ordens.

Figura 58 – Traçado das ruas de areia em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No contexto educacional, Betânia conta com a Escola Municipal José Sarney, estruturada com salas de aula que atendem à Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Fundamental). Para a formação subsequente em nível médio, os comunitários precisam se deslocar até a sede do município, em um percurso diário que dura entre 30 a 40 minutos pelo campo de dunas ou residir na zona urbana de Santo Amaro do Maranhão. Tal realidade contribui para os baixos índices de conclusão da Educação Básica entre os moradores. Antes da inauguração da escola em 2021, utilizava-se um espaço cedido, de forma temporária, em uma das casas do povoado, alternativa outrora encontrada para as condições mínimas de desenvolvimento educacional para crianças e adolescentes da localidade.

Para todos os serviços essenciais, os moradores de Betânia precisam se deslocar até a sede, percorrendo o trajeto em transporte próprio ou por meio de veículo 4x4 privado, que realiza o percurso regular diário até a sede do município. Outra importante dimensão diz respeito à ausência de espaços públicos de lazer, recreação e convivência, evidenciando a mínima estrutura para o direito às atividades que influenciam a qualidade de vida da população. Segundo os moradores locais, as principais práticas de lazer desenvolvidas são a pesca, o banho de rio e o futebol.

Tais aspectos se refletem na organização comunitária, evidenciando a ausência de instâncias de governança como associações ou cooperativas provenientes do baixo acúmulo de

capital social, demonstrando fragilidades sob a organização comunitária. Esse cenário representa desafios a serem superados diante das oportunidades de estímulo ao protagonismo comunitário coletivo em âmbito familiar e na criação de mecanismos de redistribuição de benefícios para todos os moradores do povoado.

No que se refere às condições sanitárias e ambientais, a comunidade não possui serviço de coleta de lixo efetivo, o que induz aos moradores a queimarem descartes e resíduos, gerados em virtude das atividades cotidianas. Tal dinâmica evidencia a precariedade e as vulnerabilidades sob a qualidade ambiental dentro do PNLN, implicando riscos significativos à própria saúde dos residentes e ao ecossistema local.

Em seu contexto econômico, as principais atividades estão ligadas à subsistência através da pesca artesanal, da criação de animais de pequeno porte, do plantio de mandioca para a produção de farinha. Por sua vez, a prática turística surge com a oferta de serviços de alimentação e hospedagem em formatos alternativos, a exemplo do “cama e café” desenvolvidos por empreendimentos familiares com forte presença do protagonismo feminino.

4.5.2.1 O turismo, o turista e o comunitário de Betânia

A prática turística em Betânia iniciou-se, em 2003, com as atividades de travessia pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, configurando-se como um marco simbólico entre as relações sociais a partir do encontro entre turistas e comunitários. De forma que gerou a partir dessas interações a necessidade crescente de um suporte local de abrigo e acolhimento de um perfil diferente de visitante de procedência nacional e internacional, provendo um campo fértil para possíveis trocas simbólicas diante dos interesses e disponibilidade destes agentes.

Com as práticas turísticas comunitárias estabelecidas, começaram a surgir os primeiros empreendimentos turísticos, entre restaurantes e hospedarias familiares sob gestão familiar, reforçando as influências dos fluxos turísticos sobre novas dinâmicas sociais em Betânia, produzidas e reproduzidas no *habitus* coletivo associado ao ato de receber, acolher, alimentar e compartilhar dentro dos princípios da solidariedade àqueles que ali chegam, formando estruturas e gerando benefícios locais com a expansão dos negócios de base comunitária.

Além dos viajantes motivados pela travessia, ou *trekking*, começou a surgir uma demanda de turistas nacionais e internacionais em busca de passeios em Betânia, motivados pelos serviços de alimentação ofertados (Figura 59), permanecendo, costumeiramente menos tempo do que os viajantes de longa caminhada.

Figura 59 – Serviço de alimentação ofertado em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesse contexto, a prática turística em Betânia pode ser caracterizada pelo acolhimento dos comunitários aos turistas, classificados, nesta pesquisa, em dois perfis de turistas distintos: (1) **turistas de travessia ou *trekking*** e (2) **turistas de consumo** dos atrativos naturais acompanhados dos serviços de alimentação em horário de almoço.

O acolhimento aos turistas de travessia funciona como um ponto de parada para descanso e reposição das condições físicas de turistas para posterior continuidade do percurso. Nesse encontro, quando a pernoite é requerida, os empreendimentos familiares preparam suas estruturas para a acomodação em rede (Figura 60), ofertando os serviços de alimentação previamente combinados.

Figura 60 – Redário para a oferta do serviço de hospedagem em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No caso do turista de consumo convencional, cuja principal motivação está associada ao lazer proporcionado pelo banho em lagoas ou no rio Alegre, durante passeios previamente contratados, observa-se que a oferta de serviços de alimentação, organizada mediante agendamento por guias, condutores locais ou por meio de agências de receptivo, revela uma dinâmica predominantemente funcional na interação entre visitantes e moradores da comunidade de Betânia. Centrada na prestação de serviços turísticos, essa configuração tende a restringir o aprofundamento dos vínculos socioculturais entre ambos, limitando as possibilidades de trocas mais significativas e horizontais.

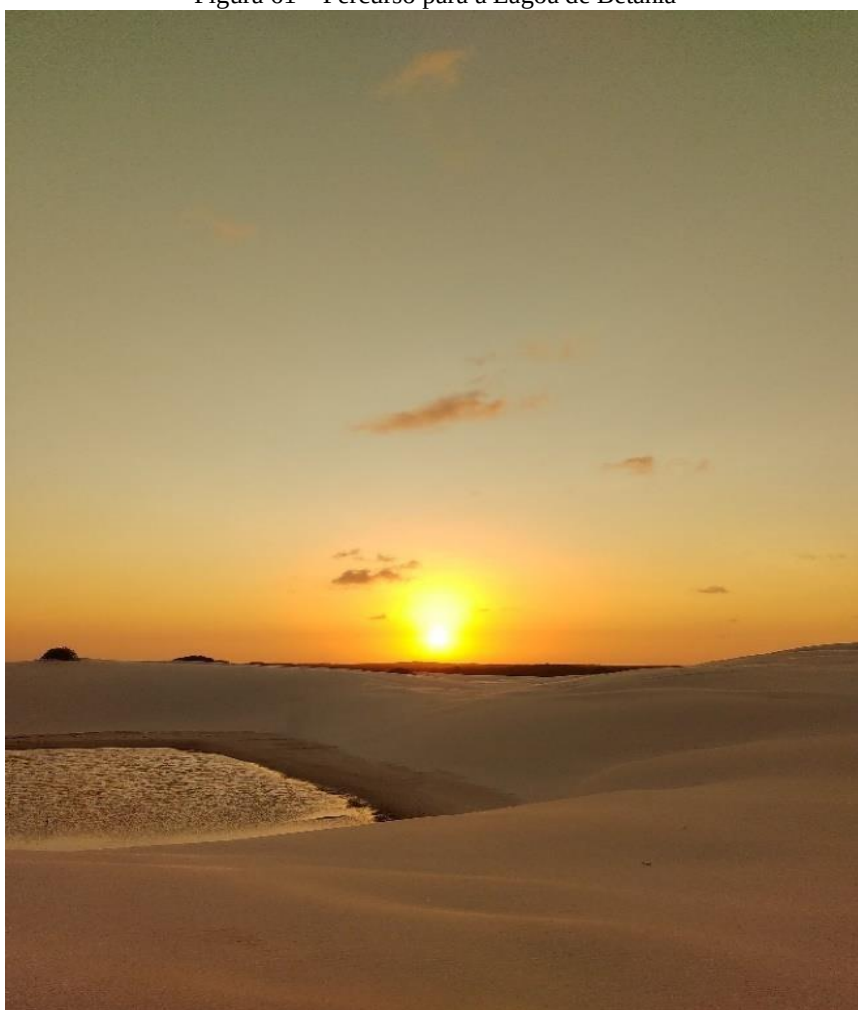
Entretanto, a renda gerada pelos passeios turísticos nem sempre é absorvida diretamente pela comunidade, porquanto os visitantes adquirem os serviços previamente contratados por meio de agências de receptivo situadas na sede do município. Essa lógica de intermediação externa resulta na baixa participação dos moradores de Betânia nos processos de comercialização e organização dos roteiros turísticos pela comunidade, resumindo-se aos ganhos advindos dos serviços de alimentação. Tal configuração revela um descompasso entre a gestão das práticas turísticas comunitárias e a efetividade dos benefícios econômicos gerados, reforçando a assimetria nas relações de poder no contexto local.

Apesar dessa conjuntura, foi observado um tímido movimento no envolvimento de alguns comunitários no processo de comercialização da travessia, estabelecendo relações de parcerias, pouco frequentes, com agências de turismo da região para operação do serviço. Esse

processo demonstra esforços e resistências dos comunitários de Betânia em busca da efetiva participação e protagonismo no campo do turismo em seu próprio território.

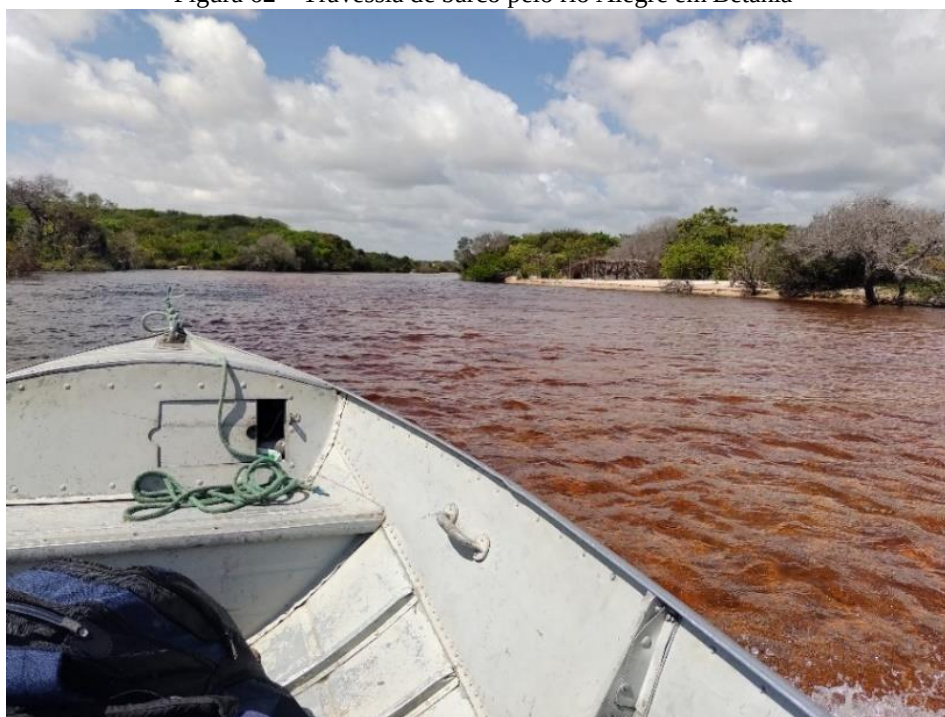
A oferta turística em Betânia configura-se a partir de um conjunto de práticas que articulam elementos naturais e culturais do território, destacando-se os passeios à Lagoa de Betânia (Figura 61), os passeios de barco ou caiaque (Figura 62), bem como o banho no rio Alegre. A esses atrativos soma-se o serviço de alimentação pelos restaurantes familiares que oferecem cardápios baseados na culinária local, com destaque para pratos à base de pescados, mariscos, carne de cabrito e galinha caipira.

Figura 61 – Percurso para a Lagoa de Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Figura 62 – Travessia de barco pelo rio Alegre em Betânia



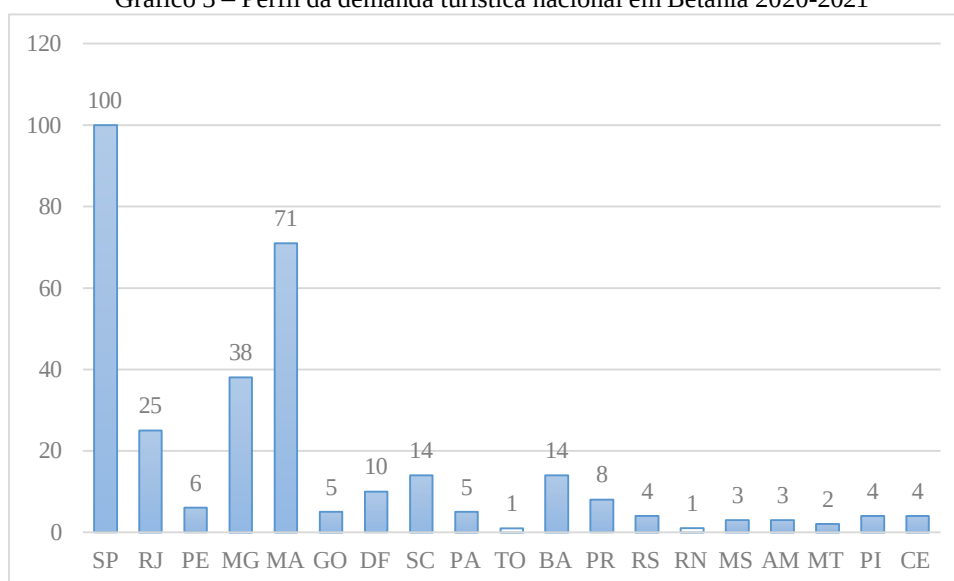
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir de um processo de inventariação, notou-se a existência de cinco restaurantes em Betânia, alguns com a oferta complementar de hospedagem, como Restaurante Cantinho da Felicidade, Restaurante Sossego da Betânia, Restaurante Novo Horizonte, Restaurante do Carimbó e Restaurante da Dona Terezinha.

Os desafios sobre as práticas turísticas comunitárias em Betânia revelam necessidades de uma organização que fortaleça o capital social (Putnam, 2000), possibilitando novas abordagens como a inserção de Betânia em redes mais amplas de valorização territorial e comercialização mais justa e inclusiva de suas experiências turísticas.

Com base nesse cenário de organização comunitária, a pesquisa documental, realizada em julho de 2022, permitiu conhecer o perfil do turista de Betânia ao analisar os livros de registros de visitantes do período de 2020-2021, disponibilizados pelos empreendimentos locais, constando um universo de 318 respondentes (Gráfico 3). Considerando as categorias procedência e idade, observou-se que turistas brasileiros, provenientes da região Sudeste, estão entre a maioria dos visitantes de Betânia, representados, sequencialmente, pelos estados de São Paulo (1º lugar), Minas (3º lugar) e Rio de Janeiro (4º lugar).

Gráfico 3 – Perfil da demanda turística nacional em Betânia 2020-2021



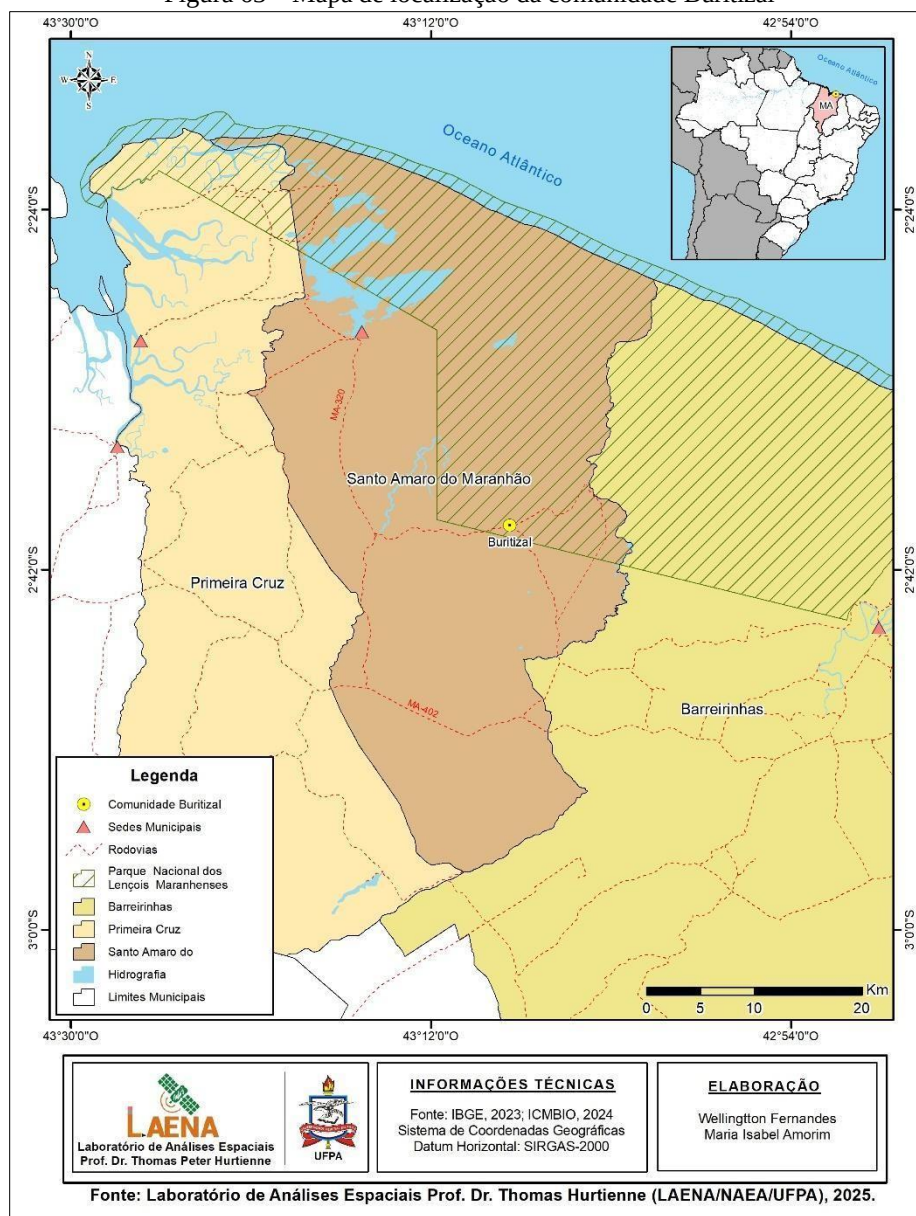
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em segundo lugar, destacaram-se os visitantes oriundos do próprio estado do Maranhão, influenciados pelo contexto da pandemia do Covid-19 no ano dos registros, uma evidência do aumento das viagens de curta duração ou menor distância, comuns naquele período (Sudré *et al.*, 2022). Além desse perfil, foi registrada também a presença de turistas estrangeiros, provenientes dos seguintes países: França, Alemanha, Estados Unidos, Israel, Itália e Venezuela.

4.5.3 Comunidade Buritizal

Conforme as concepções geográficas e territoriais do município de Santo Amaro do Maranhão, a comunidade Buritizal, localizada sob as coordenadas 2°39'48.17" S e 43°8'3.85" W, está inserida em uma área conhecida, popularmente, como “região das areias”, dentro das delimitações do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (Figura 63).

Figura 63 – Mapa de localização da comunidade Buritizal



Fonte: Elaborado por Thiago Moraes (2025).

A comunidade é composta por aproximadamente 90 famílias, segundo relatos dos residentes, e conta com uma estrutura básica formada por um conjunto de moradias, 1 escola, 1 posto de saúde, 1 igreja e 1 arena de futebol. No contexto socioeconômico, suas atividades produtivas concentram-se no setor primário, com destaque para a agricultura familiar de subsistência, a piscicultura, a criação de animais de corte, a produção de farinha, o artesanato e as iniciativas de turismo.

Sua origem baseia-se, possivelmente, na migração de pessoas das áreas de assentamento, localizadas na zona de amortecimento do PNLM e dos povos das “morrarias” dentro de uma dinâmica de ocupação territorial. No que tange ao turismo, as práticas

estabelecidas são voltadas para o atendimento a pequenos grupos de estudantes na condição de turistas, que buscam conhecer a região dos Lençóis Maranhenses por meio de um projeto escolar, mas também vivenciar interações com as práticas comunitárias, exercitando a cidadania e o reconhecimento das realidades brasileiras.

4.5.3.1 O turismo, o turista e o comunitário de Buritizal

As práticas turísticas desenvolvidas em Buritizal assumem um caráter comunitário, sendo estruturadas a partir do protagonismo de determinados moradores que, atuando em posições de liderança local, coordenam e organizam a execução das programações destinadas a grupos de estudantes. Essas iniciativas envolvem a participação articulada de diversos membros da comunidade em múltiplas atividades, promovendo a redistribuição de benefícios econômicos e simbólicos.

Na condição de viajantes turistas, em grande parte, os estudantes procedem da região Sudeste do Brasil, principalmente do estado de São Paulo, cujas experiências são intermediadas por agências de turismo especializadas em Turismo de Base Comunitária e Pedagógico¹⁴. Além das experiências de visitação, alimentaço e acomoda o, estudantes e tutores possibilitam à comunidade a  es de cunho social, como doa  o de roupas, brinquedos, aplica  o de flúor e palestras diversas.

No entanto, problematiza-se ser necessário ter cuidado em nuances dessas práticas para não confundir os princípios da reciprocidade e solidariedade mecânica com atitudes e comportamentos que carregam processos coloniais enraizados e disseminados no discurso Pró-pobre (Ontiveros; Espinosa, 2019).

A despeito dessas inserções, nota-se que essa dinâmica ocorre, predominantemente, nos meses de junho e julho, gerando na comunidade o desejo de ampliar o calendário de visitas para garantir mais constância e previsibilidade dos benefícios gerados pelo turismo para muitos moradores de Buritizal (Figura 64).

¹⁴ A Maioba Turismo é um exemplo de agência especializada em Turismo de Base Comunitária e Pedagógico. Com sede em São Paulo, seu nome faz referência ao Bumba-Meu-Boi da Maioba, manifesta  o cultural de São Luís do Maranhão (Maioba Turismo, 2023).

Figura 64 – Ruas e residências de Buritizal



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

5 GESTÃO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM COMUNIDADES DE SANTO AMARO DO MARANHÃO

5.1 As práticas turísticas comunitárias em Satuba

As pesquisas de campo possibilitaram identificar e caracterizar as principais práticas turísticas comunitárias da comunidade Satuba com base nas observações diretas, registradas em caderno de campo, fotografias, preenchimento de formulários e entrevistas. Para tanto, tornou-se importante compreender que essas práticas turísticas comunitárias se originam de outras práticas comunitárias de dimensões culturais, econômicas, sociais e ambientais, que, em contato com o turista por meio do encontro (Figueiredo, 2022), podem fundamentar novos *habitus* (Bourdieu, 1994), tendo em vista as formas de participação dos agentes e os contextos estabelecidos.

Ao considerar o universo das práticas comunitárias em Satuba, identificaram-se, a partir do discurso dos comunitários e da observação em campo, as seguintes expressões mais recorrentes: práticas de lazer (futebol e o time Araçatuba); práticas festivas culturais e religiosas (Festejo de Santa Luzia); práticas de produção manual e artesanato (fabricação em crochê e buriti); práticas de criação animal (avicultura, caprinocultura e suinocultura); prática de produção alimentícia associada à cultura da mandioca (fabricação de farinha), práticas de agricultura (plantio de mandioca, frutas e hortaliças), práticas de mobilidade (realizadas a pé ou com carros tracionados); e práticas de hospitalidade (acolhimento, alimentação e acomodação de visitantes).

Nesse conjunto de práticas, verificaram-se duas realidades distintas: a primeira corresponde às práticas turísticas comunitárias estabelecidas, como a visitação à casa de farinha; a segunda refere-se às perspectivas de novas práticas em potencial, que podem ser desenvolvidas a partir do interesse mútuo entre visitantes e comunidade, como a participação no Festejo de Santa Luzia.

Nesse contexto em análise, identificaram-se, em Satuba, como práticas turísticas comunitárias já estabelecidas: a visitação à casa de farinha; a experiência de alimentação compartilhada, baseada na culinária local; o acolhimento em hospedagem familiar; e o transporte em veículo com tração. Essas práticas permitiram um entendimento mais aprofundado sobre as especificidades e as formas de gestão adotadas pelos comunitários.

5.1.1 Caracterização e formas de gestão

5.1.1.1 Visitação à casa de farinha

Em Satuba foram catalogadas cinco casas de farinha, dentre elas, a casa de farinha do Seu Manoel (Figura 65), que já recebeu turistas. A casa de farinha ou comumente chamada de “casa de forno” pelos comunitários, é uma tradição regional para a fabricação de produtos oriundos da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), principalmente a farinha. Além disso, é comum observar a extração do tucupi¹⁵, da sua fécula para produção do beiju¹⁶ e a tiquira¹⁷.

Figura 65 – A casa de farinha ou forno e seus instrumentos artesanais (Satuba)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para a produção de farinha, há uma organização básica em Satuba: (1) plantio da maniva; (2) capina; (3) batção; (4) espera de dois anos para a colheita; (5) constrói-se o tipiti, a peneira e o cofo (instrumentos); posteriormente, (6) coloca-se a mandioca na água para

¹⁵ O tucupi é uma bebida resultante do processo de fermentação da manipueira, subproduto da mandioca (Raiol, 2021).

¹⁶ O beiju é um alimento de origem indígena produzido a partir da fécula ou goma de tapioca (Musa, 2020).

¹⁷ A tiquira é uma bebida derivada da mandioca produzida no Maranhão e classificada como aguardente com alto teor alcoólico (Bastos, 2013).

amolecer, cujo nome é “puba”; (7) rala (8) tira-se a tapioca; e (9) coloca-se a massa no forno para torrar. Na comunidade, a produção de farinha é voltada 70% para a subsistência e 30% para a comercialização na sede de Santo Amaro do Maranhão, uma vez que é considerada a de melhor qualidade da região.

Além do viés econômico na geração de trocas e receitas, a casa de farinha representa a valorização da ancestralidade das práticas rurais e da identidade comunitária, expressa nos elementos e nas técnicas tradicionais de preparo. A produção atinge seu auge entre os meses de junho e agosto, período conhecido de “Farinhada”, evento celebrado com a participação voluntária dos moradores em todas as etapas do processo, desde o descasque da mandioca, passando pelo ralar, prensar, até o momento de “grolar” a farinha no forno (Figura 66), desde o momento de descascar a mandioca, ralar, prensar até o “grolar” a farinha no forno.

Figura 66 – Equipamentos utilizados para o processo de fabricação de farinha



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse aspecto, a casa de farinha e a “Farinhada” representam um momento coletivo de satisfação e orgulho para a comunidade, tendo a participação integral de seus membros, que produzem por dia, em média, quatro sacas do produto. Em alguns casos, os donos das casas de

forno cedem o espaço para outros moradores produzirem, recebendo em troca um percentual da quantidade de farinha fabricada.

Tem dois tipos de derriba: de Outubro a Dezembro que se chama roça de Janeiro. Você planta São Miguel no verão e nasce muito bem, não tem chuva. Janeiro, você planta quando chove e no mês de Julho e Agosto você vai arranca e traz e coloca no meio da casa de forno, você raspa e coloca nas caixas, coloca água encanada, com três dias você tira e bota nos cofos e pendura. Aí você pega pra ralar e enxugar e coloca no tapiti, vai para o cocho e peneira, depois forno. Esses são os meses da Farinhada! Eu já tenho uma prática, pra mim nada é ruim, gosto de trabalhar com a farinha e com a tapioca, pra mim é uma coisa da minha vida (Entrevistado Sr. Manoel, 2024).

Na interação com os turistas, a visitação acontece tanto em períodos da “Farinhada” (Figura 67), quanto em outras épocas do ano. Fora desse período, porém, a experiência se limita à apresentação do espaço, dos instrumentos e das técnicas de produção utilizadas na produção da farinha.

Figura 67 – Fabricação de farinha em casa de forno de Satuba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Identificados pelos comunitários principalmente como estudantes e professores, esses turistas têm buscado a comunidade de Satuba para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e/ou vivência imersa em práticas do cotidiano. Para além da vivência proporcionada pela visitação à casa de farinha e observação de seu processo de fabricação, é possível

identificar, em determinadas ocasiões, práticas simbólicas que transcendem a lógica estritamente mercantil da atividade turística. Em alguns contextos, os moradores da comunidade ofertam porções de farinha aos visitantes como gesto de hospitalidade, imersos nos princípios da reciprocidade e dádiva, tal como conceituados por Mauss (1923, 1924).

Essa prática revela a persistência de formas de sociabilidade baseadas em outras lógicas presentes nas estruturas sociais em Satuba, manifestando-se como contranarrativas às relações de mercado presentes no turismo de consumo convencional. Apesar do caráter positivo da experiência turística, tanto pela valorização da cultura local quanto pela troca simbólica com os visitantes, é relevante considerar os apontamentos de MacCannell (2003), cujas proposições podem ser adaptadas para uma análise sobre a turistificação do trabalho nos territórios. Tal processo, quando conduzido sem uma perspectiva crítica e responsável, pode gerar efeitos adversos e comprometer a sustentabilidade das práticas, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores.

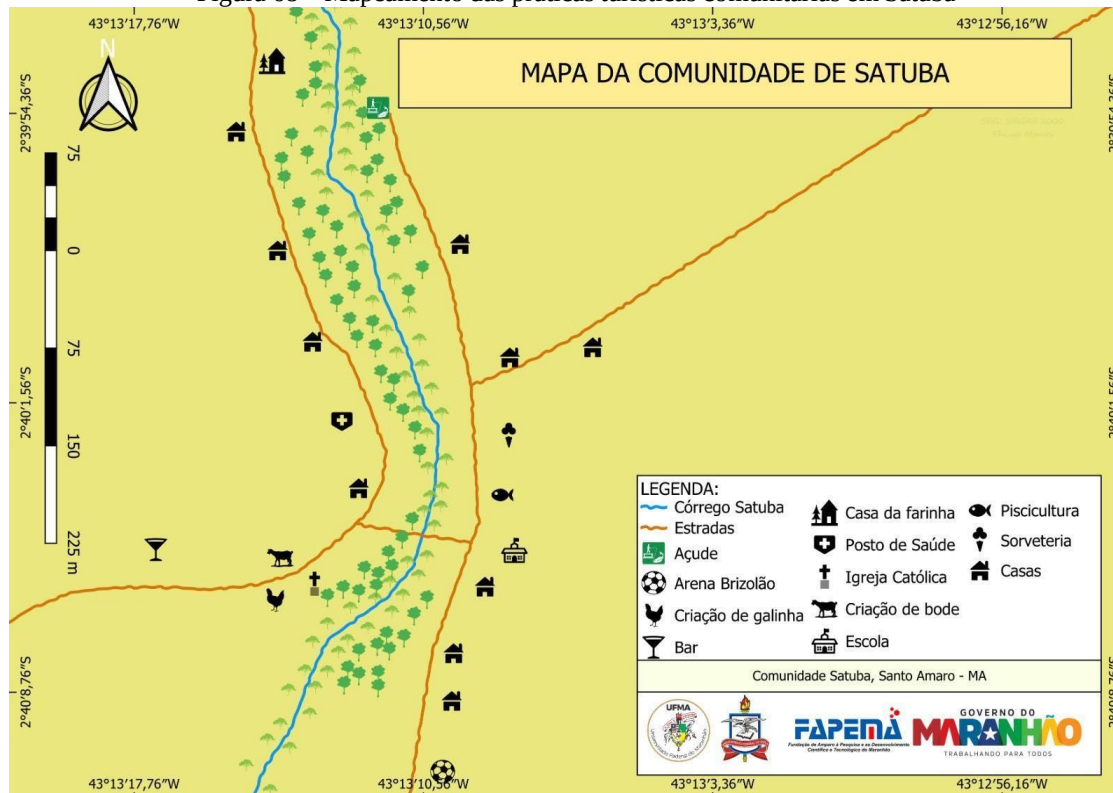
Um exemplo prático desta importante análise de MacCannell (2003) está na experiência, em que o turista se desloca para um destino a fim de conhecer a produção de farinha, os instrumentos utilizados, as técnicas e o cotidiano dos (as) trabalhadores (as). Neste contexto, parece haver um acordo em que, de um lado, trabalhadores são exibidos e em contraposição outros trabalhadores, na condição de visitantes, situados do outro lado da barreira cultural, os observam por prazer.

Na comunidade Satuba, essa prática turística comunitária é organizada por núcleos familiares em torno de suas respectivas casas de farinha, caracterizando, portanto, como uma **gestão de base familiar voltada para a visitação turística**. Em outras palavras, o planejamento e a condução da prática estão centrados na experiência da visita. Em virtude disso, para a realização da prática, é necessário um contato prévio por telefone para agendamento, que não obedece a uma sistemática ou padronização, na verdade, leva em consideração a disponibilidade do comunitário responsável para receber e conduzir o turista ou o grupo de turista nos períodos matutino ou vespertino.

Em função disso, o comunitário organiza a casa de farinha para o acolhimento dos turistas; logo no primeiro contato, explica o valor simbólico e econômico do espaço; demonstra, manualmente, o uso dos instrumentos e o fluxo de produção de farinha; conta histórias que envolvem situações cotidianas para promover interação com o grupo e, a depender da disponibilidade, finaliza com a entrega de uma amostra de farinha para completar e enriquecer a experiência. Esse mapeamento da visitação (Figura 68) acontece sem que haja uma rigidez

no que diz respeito à ordem dos momentos, isso porque se leva em conta a subjetividade das interações possíveis para não gerar um olhar mecanizado sobre a realização das práticas.

Figura 68 – Mapeamento das práticas turísticas comunitárias em Satuba



Fonte: Elaborado por Thiago Moraes (2024).

5.1.1.2 Experiência de alimentação com base na culinária local

A experiência de alimentação com base na culinária local é uma prática turística comunitária decorrente de um conjunto de *habitus* que formam o espaço da comensalidade na comunidade Satuba, uma vez que envolve o modo de preparo da comida, os insumos utilizados, os instrumentos tradicionais, os saberes locais, a forma de comer e de socializar em mesas comuns. Na prática, a experiência de alimentação baseada na culinária local (Figura 69) configura-se como uma prática turística comunitária, em que as refeições são preparadas pelos próprios moradores, principalmente, por mulheres, em suas residências, convidando o turista a sentar-se à mesa, partilhar a comida e socializar o momento.

Figura 69 – Alimentação típica na comunidade Satuba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nessa ambiência, as interações acontecem de forma simbólica, sobretudo quando o turista se permite experimentar os mesmos alimentos consumidos pelos comunitários em seu cotidiano ou em ocasiões especiais. Diferentemente de um serviço prestado em restaurantes enquanto empreendimentos comerciais, a prática turística comunitária acontece no interior das residências familiares, organizadas em sistema de revezamento para receber os visitantes, o que permite o rodízio entre os anfitriões e o compartilhamento da renda gerada.

Na experiência de alimentação com base na culinária local, são ofertados pratos diversos preparados com insumos oriundos da própria comunidade, como galinha caipira, peixes, suínos, caprinos, sucos de murici (*Byrsonima orbignyana*), caju (*Anacardium occidentale L.*), mirim (*Humiria balsamifera*), cajá (*Spondias mombin L.*) e buriti (*Mauritia flexuosa*) (Figura 70).

Figura 70 – Fruto buriti habitualmente utilizado na culinária de Satuba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A gestão dessa prática na comunidade Satuba é conduzida, predominantemente, por mulheres, sendo a comunicação com os visitantes realizada previamente para a disponibilidade em recebê-los. A partir disso, as comunitárias se articulam para definir qual residência acolherá o grupo e quais mulheres integrarão a brigada responsável pelo preparo das refeições. Nesse processo de gestão, distribuem-se as tarefas e reforça-se a lógica da cooperação.

Embora a prática turística ocorra, em cada ocasião, em uma residência específica, determinada pela capacidade de acomodação e número de visitantes a serem recebidos, observa-se um sistema de gestão compartilhada entre os comunitários. Ainda que não siga padrões mercadológicos estruturados, essa gestão opera sob gestão de base comunitária com foco em empreendimentos turísticos com práticas de comensalidade objetivadas em ofertas de alimentação, pautadas nos princípios de rotatividade, cooperação e corresponsabilidade.

5.1.1.3 Acolhimento em hospedagem familiar

O acolhimento para acomodação e pernoite em hospedagem familiar configura-se como uma das práticas turísticas comunitárias desenvolvidas na comunidade Satuba, fundamentada no princípio da hospitalidade, profundamente enraizado no *habitus* local. Nesse contexto, os residentes disponibilizam cômodos desocupados em suas casas, equipados com mobiliário básico e enxoval para pernoite, em conformidade com padrões mínimos de conforto, semelhantes aos oferecidos por meio de hospedagens convencionais. Além disso, é comum a oferta de redes como alternativa de acomodação, em especial em áreas externas como varandas, seguindo os costumes habituais dos comunitários.

De modo análogo às práticas de alimentação, a acomodação e o acolhimento de turistas em Satuba operam sob a forma de gestão de base familiar com foco em empreendimentos turísticos, o que, em outras realidades, recebem o nome de “cama e café” (Cutrim, 2015). A renda obtida com a hospedagem permanece integralmente no núcleo familiar responsável pelo acolhimento, não havendo uma redistribuição dos benefícios para toda a coletividade.

5.1.1.4 Transporte em veículo tracionado

O acesso até a comunidade Satuba é realizado apenas com veículos tracionados, devido às características do terreno ao longo do percurso: arenoso, com presença de córregos e poças d’água, a depender da época do ano. A partir da sede de Santo Amaro do Maranhão, é possível chegar à comunidade pela BR-320 com pavimentação asfáltica até a comunidade Barra, em seguida, é necessário utilizar transporte adequado para percorrer mais 3,3 km até o destino. O percurso de acesso apresenta solos arenosos, córregos e áreas alagadiças, existentes de acordo com o período chuvoso.

O uso de veículos com tração nas rodas é comum e necessário na região dos Lençóis Maranhenses para o deslocamento dos comunitários e turistas entre as áreas mais distantes e a sede dos municípios, como é o caso de Santo Amaro do Maranhão. Dentre as técnicas e adaptações para percorrer os terrenos arenosos, os motoristas de veículos de modelos Toyota Bandeirantes e Hilux esvaziam determinada proporção dos pneus para facilitar a condução e as manobras entre as trilhas de acesso.

Na comunidade Satuba, alguns moradores dispõem de veículos tracionados utilizados no transporte de turistas, sobretudo, para o traslado de grupos em rotas específicas (Figura 71). Durante a interação entre visitantes e condutores locais, destaca-se a atenção à segurança, uma

vez que, além dos assentos internos, existem adaptações nas carrocerias dos veículos, com instalação de bancos suplementares. Essa configuração visa ampliar a capacidade de transporte e propiciar aos turistas maior visibilidade da paisagem ao longo do trajeto.

Figura 71 – Veículos tracionados usados para transporte turístico



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O transporte do turista até Satuba é operado por comunitários que possuem veículos tracionados, sob uma gestão de base individual com foco na visitação turística. Muitos deles prestam serviços para agências de turismo receptivo na sede do município, havendo, assim, a necessidade de agendamento prévio para a operação. Em síntese, no escopo dos objetivos desta investigação, identificam-se e sistematizam-se as principais práticas turísticas comunitárias desenvolvidas na comunidade Satuba. A análise identifica características, modelos de gestão e graus de participação comunitária (Quadro 30).

Quadro 30 – Práticas turísticas comunitárias em Satuba

Prática turística comunitária	Características	Forma de gestão	Participação comunitária	Local que acontece
Visitação à casa de farinha	Prática de visitação para compartilhar conhecimentos e narrativas sobre o modo de vida de povos tradicionais dos Lençóis Maranhenses.	Gestão de base familiar com foco na visitação turística	Núcleo familiar	Casa de farinha
Experiência de alimentação com base na culinária local	Prática de alimentação que envolve comensalidade, tradicionalidade e identidade.	Gestão comunitária coletiva com foco em empreendimentos turísticos.	Coletivo de mulheres comunitárias	Residência dos comunitários
Acolhimento em hospedagem familiar	Prática de hospitalidade para acolhimento em residências na comunidade		Núcleos familiares	Residência dos comunitários
Transporte em veículo tracionado	Prática de mobilidade típica de turistas atendendo aos preceitos de segurança		Comunitários proprietários de veículos	Da sede do município ou da comunidade Barra até Satuba

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os resultados advindos desta tese contribuem para a construção do conhecimento sobre o campo das práticas turísticas comunitárias de Satuba, registrando uma leitura acerca das múltiplas realidades encontradas na região dos Lençóis Maranhenses, com percepções e princípios sob o olhar de quem vive no território.

5.1.2 Percepções e princípios sobre as práticas turísticas comunitárias em Satuba

Com base nas pesquisas de campo I e II, realizadas entre fevereiro e maio de 2024, foi possível identificar os princípios que norteiam as práticas turísticas comunitárias em Satuba. Nessa perspectiva metodológica, optou-se por entrevistar os moradores da localidade, adotando como critério a seleção de um representante por unidade habitacional. Considerando o universo de 40 famílias residentes, a amostra foi do tipo não probabilística por conveniência, totalizando 23 entrevistas, o que corresponde a 57,5% do total de famílias.

Mesmo não sendo o foco principal das entrevistas, levantou-se o perfil socioeconômico desses representantes, obtendo como panorama o seguinte cenário: 70% eram mulheres; 48% com Ensino Médio completo, seguidos de 22% com Ensino Superior completo; 56% possuíam renda com menos de 1 salário-mínimo, seguido de 35% com renda de 1 a 2 salários-mínimos; as principais ocupações relatadas foram: professores, agricultores e trabalhadores do turismo.

Os dados apontam que 91% dos representantes vivem com renda mensal de até 2 salários-mínimos, recebem benefícios sociais do governo como bolsa família e enxergam no

turismo uma oportunidade de melhoria nas condições econômicas. Das 13 de 23 famílias investigadas, pelo menos, uma pessoa a cada residência, trabalha com turismo em atividades como, agenciamento receptivo, condução de visitantes e condução de veículos fora da comunidade.

A vontade é ter hospedagem, café da manhã, que tivesse tudo já pronto. Faz muito tempo que veio essa ideia pra cá, muito tempo mesmo (Entrevistada A de Satuba).

Acho que é só mesmo fazer o ponto turístico pra melhorar o turismo aqui. Eles passam aí não tem placa nenhuma dizendo se é café, daí eles vão embora (Entrevistada B de Satuba).

Na percepção dos moradores, as palavras que melhor conceituam o turismo são: renda e desenvolvimento. Esse ponto de vista representa que, para os comunitários, existe uma compreensão da prática turística produzida sob paradigmas econômicos orientados para a atividade de mercado, vinculada à capacidade de gerar benefícios materiais concretos diante de suas necessidades diárias para sobrevivência e expectativas de melhorias nas condições e na qualidade de vida.

Para 52% dos entrevistados, o turismo não propiciou mudanças significativas para a comunidade de Satuba, enquanto 47% relataram mudanças como incremento de renda, incentivo para alguns comunitários trabalharem como condutores de visitantes, melhora da infraestrutura e da consciência sobre o que é o turismo.

Antigamente as pessoas que andavam por aqui eram os recenseadores do IBGE, os que passavam, era difícil demais passar uma pessoa (Entrevistada B de Satuba).

Os que passam nas Toyotas não param porque não tem suporte. Aqui no povoado têm muitas pessoas que fazem artesanato, mas não tem um ponto de parada para turista olhar, é isso que tá faltando e o pessoal não acorda para isso (Entrevistada A de Satuba).

Quem vem de longe, pra eles é um paraíso, pra eles é coisa que a gente não dá muito valor e eles já dão valor, nós aqui temos muitas plantas frutíferas, mas nós não dá valor. Eles perguntam se podem pegar o caju, pra gente a gente tem tudo e, ao mesmo tempo, não tem nada (Entrevistada C de Satuba).

Diante desses fatos, com base na percepção dos representantes, averiguou-se o que poderia melhorar na comunidade para que o turismo fosse uma prática mais efetiva, obtendo as seguintes visões (Quadro 31):

Quadro 31 – Necessidades de mudança para uma prática turística em Satuba

1	Motivação dos comunitários	7	Parcerias e apoio dos donos de agências turísticas da sede de Santo Amaro do Maranhão.
2	Limpeza pública	8	Criação de espaços que possam ser utilizados pelos turistas como ponto de apoio (artesanato e café).
3	Acesso e informações sobre a comunidade.	9	Criação de sinalização turística.
4	União e organização comunitária.	10	Continuidade das ações que chegam à comunidade.
5	Criação de uma agência turística comunitária.	11	Organização da Rota das Areias.
6	Conservação do córrego	12	Criar uma cooperativa e colocar em prática aquilo que aprendido nos cursos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tais necessidades foram evidenciadas nas observações diretas e nas respostas obtidas durante as entrevistas em campo. Verificou-se que 78% dos representantes entrevistados relataram já ter participado de ações relacionadas ao turismo na comunidade, sobretudo por meio de cursos e palestras.

O turismo começou em Satuba com o incentivo dos formadores, universidades de São Luís, depois veio a Michele e se comunicou com o Irmão Manoel. Ele que fazia as rotas com ela, trilhas etc. (Entrevistada A de Satuba).

Diante disso, nota-se que a atuação de agentes externos na comunidade, visando estimular a prática do turismo, é uma realidade que alcançou uma parcela significativa de comunitários, o que demonstra um trabalho em andamento que, possivelmente, ajudou ainda mais a fomentar o pensamento crítico relacionado às necessidades e aos interesses dos agentes no território para o turismo.

Tais necessidades abrem uma visão para a importância da organização comunitária e aumento dos níveis de confiança e capital social dos comunitários em Satuba. Essa realidade se evidencia no fato de que 91% dos representantes afirmaram participar da associação de moradores ou de outro coletivo local, como o time de futebol Araçatuba. No entanto, segundo os próprios comunitários, há carência de uma orientação mais clara quanto à organização da entidade e ao seu papel diante dos interesses da coletividade. Nesse sentido, expressam a necessidade de renovação, com vistas à reconstrução e à retomada das reuniões.

A gente é bem unido, mas nesse aspecto eu acho que a gente deveria ter mais parceria, porque aqui a gente trabalha tanto com artesanato quanto com culinária, a gente tem tudo para desenvolver, mas depende do cabeça, da pessoa chegar e enfrentar assim, falta capital (dinheiro). Se eu entendo mais, fulano de tal, vamos montar isso aqui... (Entrevistada C de Satuba).

Para além de assimilação conceitual do turismo, é igualmente relevante vivenciá-la como experiência prática. Nesse sentido, a partir da coleta de dados, constatou-se que 70% dos entrevistados já viajaram para conhecer outro lugar motivados pela prática turística. Os destinos mais recorrentes foram Barreirinhas, Lagoa do Cassó e São Luís. Esse fato indica que os moradores de Satuba conhecem outras realidades, visto que vivenciaram a experiência enquanto turistas, o que se reflete nos parâmetros e na consciência sobre a realidade do turismo nos Lençóis Maranhenses.

Durante a pesquisa de campo, alguns relatos destacaram a relevância da universidade como agente institucional para fortalecimento do turismo em Satuba. Ao mesmo tempo, observou-se a ausência de iniciativas ou menções ao tema por parte dos professores da única escola existente no povoado, elucidando uma lacuna importante nas bases educacionais locais, particularmente diante das oportunidades iminentes no campo do turismo.

A atuação universitária na comunidade ocorre por meio de projetos de extensão da Universidade Federal do Maranhão, vinculados ao Grupo de Pesquisa e Extensão em Turismo e Desenvolvimento Comunitário (GPTBC/UFMA), com ações voltadas à qualificação, e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (Labex), responsável pela proposição da Rota das Areias.

De acordo com a percepção dos comunitários, há um reconhecimento da relevância da coletividade, perceptível nas ocasiões em que recebem grupos de turistas e mobilizam-se conjuntamente para dividir tarefas, empenhando-se em garantir um bom acolhimento. Entretanto, é notável a ausência de uma estrutura organizativa que permita iniciar a comercialização de produtos de forma sistematizada.

Quando vem turista, as pessoas da comunidade se juntam. Se viesse um grupo hoje pra cá de 20 pessoas, é tudo pela conta da comunidade. Então, vamo ver quem é que vai pra cozinha, fazer o banquete e outros irem preparar as redes, quem são as pessoas que podem tá doando as redes... é nesse sentido (Entrevistada A de Satuba).

Outro ponto relevante destacado pelos comunitários refere-se à segurança, considerada essencial no contexto do turismo. A desordem e o aumento expressivo do fluxo de visitantes já geram impactos negativos no cotidiano da comunidade, em especial com os desvios das principais rotas de acesso à região de dunas e lagoas.

Eles passam aqui muito, porque aqui não tem barreira para eles. Tem fim de semana que passam muitos carros, eles vão pra cá pra Rancharia, Buriti Grosso. Aí eles

passam com os carros deles mesmos, os guias que é daqui e passa de moto na frente (Entrevistada B de Satuba).

Com base nas percepções dos comunitários, foi possível compreender que os princípios que norteiam as práticas turísticas em Satuba são constituídos no *habitus* de sua coletividade, conforme elencado no Quadro 32 a seguir.

Quadro 32 – Princípios norteadores de práticas turísticas comunitárias em Satuba

1	Respeito à forma de viver, à cultura e às tradições: evoca a necessidade do respeito à cultura local e ao modo de vida da população local, valorizando suas tradições e costumes distantes de preconceitos.
2	Respeito ao meio ambiente e conservação ambiental: trata da conservação do meio ambiente, limpeza e descarte devido do lixo na comunidade.
3	Educação: prática necessária do turista em respeito a todos os elementos da comunidade e comunitários, agindo como um aprendiz dos saberes locais.
4	Respeito às lutas da comunidade: traz o sentido das práticas de resistência e lutas por direitos e interesses em face dos agentes externos dominantes.
5	União: recupera o sentido da coletividade e o propósito para o bem comum e organização comunitária.
6	Ritmo da comunidade: relaciona-se ao ritmo de tempo para a execução das práticas e as formas de viver conforme o <i>habitus</i> , a velocidade e a direção que a comunidade decida levar para o seu fazer diário.
7	Segurança e proteção das crianças: contempla a noção da segurança coletiva com regras implicitamente estabelecidas que incluem o modo de agir das pessoas dentro da comunidade, respeitando a integridade de cada um e, sobretudo, protegendo as crianças.
8	Consciência: remete aos atos, atitudes e comportamento consoantes com os preceitos e ritos da comunidade.
9	Comer o que a comunidade come: apresentar-se disposto a viver junto ao modo local, respeitando as práticas alimentares culturalmente estabelecidas.
10	Confiança: base para a construção do capital social da comunidade que fortalece a representatividade no campo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Esses princípios são responsáveis pela condução (gestão) das práticas turísticas comunitárias dentro da comunidade Satuba e atuam como mecanismos balizadores para o seu processo de desenvolvimento, inserindo os comunitários em posições de resistência, controle, equilíbrio, conservação e proteção ao *habitus* que estrutura as relações.

Buscando essa articulação entre a teoria e a prática, citam-se alguns autores que dão conta dos sentidos desses princípios: **respeito à forma de viver, à cultura e às tradições** – Lévi-Strauss (1989); Laraia (2001); Freire (2015); **respeito ao meio ambiente e conservação ambiental** – Castro (1998); Diegues (2001); Veiga (2015); Krenak (2019); **educação:** Zaoual (2009); **respeito às lutas da comunidade** – Castro (1998); **união** – Anderson (1991); Brandão (2010); **ritmo da comunidade** – Acosta (2016); **segurança e proteção das crianças** – Bauman (2003); **consciência** – Lévi-Strauss (1989); Anderson (1991); **comer o que a comunidade come** – Flandrin e Montanari (1998); Boff (2009); e **confiança** – Silva (2018).

As práticas turísticas comunitárias em Satuba constroem seu formato próprio de turismo de base comunitária, em que o turista é, em geral, alguém indicado e referenciado por outros

que já estiveram no local, interagiram com os residentes e deixaram aberta a possibilidade de retorno, criando vínculos simbólicos, afetivos e memoráveis com a coletividade. Tais práticas, portanto, alinham-se às premissas do Bem Viver, filosofia de vida que expressa a essência de um projeto emancipador com raízes comunitárias. Nessa concepção, preza-se a vida em comunidade e em harmonia com a natureza, defendendo-se a modos de existência em pequena escala, pautados na sustentabilidade (Acosta, 2016).

5.2 As práticas turísticas comunitárias em Betânia

A comunidade de Betânia desenvolve práticas turísticas em contextos diferentes ao que se observa em comunidades rurais de Santo Amaro do Maranhão, posto que, por estar localizada dentro do PNLM, estabelece suas relações sociais de modo muito intrínseco aos elementos físico-geográficos entre dunas, lagoas e o rio Alegre. Isso permite compreender as dinâmicas que permeiam tais práticas, evidenciando suas principais características, formas de gestão e princípios norteadores produzidos e reproduzidos no campo simbólico comum à comunidade.

Para avançar com essa questão, tomar-se-á como foco metodológico a identificação de tais práticas por meio de técnicas observacionais e entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa de campo II ocorrida em maio de 2024. Nesse sentido, passa-se agora a examinar como as práticas turísticas comunitárias são percebidas no contexto que integra o encontro (Figueiredo, 2022), a interação e a participação entre agentes turistas e agentes comunitários, revelando a que forma de turismo mais se aproximam.

Dentro dessa perspectiva, foram observadas como principais práticas turísticas comunitárias em Betânia: travessia nos Lençóis Maranhenses; visitação às Lagoas de Betânia; contemplação do pôr do sol; passeio de barco pelo rio Alegre (Figura 72); degustação de tiquira, roda de conversa com contação de histórias; apresentação cultural do bumba meu boi; experiência de alimentação à base de culinária local; acolhimento para acomodação rede e café; descida de caiaque pelo rio Alegre; e transporte em veículo tracionado ou quadriciclo pelo campo de dunas.

Figura 72 – Embarcações utilizadas para passeio de barco pelo rio Alegre em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nessa concepção, caracterizam-se tais práticas com base nas observações empreendidas durante a realização e a imersão nas pesquisas de pré-campo I e campo II entre os anos de 2022 e 2024.

5.2.1 Caracterização e formas de gestão

5.2.1.1 Travessia nos Lençóis Maranhenses

A travessia, ou *trekking*, nos Lençóis Maranhenses (Figura 73), configura-se como uma prática turística comunitária na região do PNLN. Em Betânia, essa atividade é conduzida por moradores experientes em caminhadas entre o campo de dunas e lagoas, possibilitando ao turista uma experiência diferenciada de interação e imersão com o território.

Figura 73 – Grupo de turistas praticando a travessia nos Lençóis Maranhenses



Fonte: Trilhas do Rio de Janeiro (2025).

A travessia é o atrativo que promove considerável envolvimento do visitante com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Trata-se de uma imersão na paisagem, percorrendo dunas e refrescando-se nas lagoas, o que possibilita ao visitante sentir-se parte integrante do lugar. No final da jornada, as famílias que vivem nos oásis de Baixa Grande e Queimada dos Britos) acolhem os caminhantes em seus redários e oferecem refeições típicas da região (Melo, 2020).

A comunidade de Betânia integra o trajeto da prática de travessia, oferecendo ao turista a oportunidade de interagir com os moradores, especialmente por meio do acolhimento, da acomodação e da alimentação. Desse modo, essa experiência reúne diversas práticas turísticas comunitárias em uma só vivência. Além disso, os comunitários mais experientes em travessia iniciam a interação antes mesmo de chegar a Betânia. O encontro e os níveis de participação contemplam dias de convivência e constantes trocas em meio às paisagens, aos ecossistemas e a outras comunidades tradicionais como Queimada dos Britos e Baixa Grande ao longo do percurso.

Essas características tornam a travessia uma das práticas turísticas comunitárias de maior nível de envolvimento dos agentes que originam o encontro da experiência turística. Nesse cenário, a gestão da travessia nos Lençóis Maranhenses acontece a partir de outras comunidades e agentes dentro e fora do PNLM, entre elas Betânia, apresentando como principal agente comunitário provedor da experiência ao turista, o condutor ou o guia de travessia.

Portanto, torna-se importante conhecer os momentos de operação dessa prática e seu momento na comunidade Betânia.

Segundo o ICMBio (2020, p. 10), “são vários os percursos de travessia pelo PNLM, que chegam a durar 5 dias, porém o mais comum é o *trekking* de 3 dias”. Seu início se dá pelo município de Barreirinhas, com o deslocamento do(s) turista(s) até Atins, iniciando a prática da caminhada a partir da praia no Canto do Atins, momento inicial de interação com o condutor de visitantes credenciado junto ao ICMBio. Em seguida, realiza-se, em intervalos com paradas específicas, a travessia a pé, assim descritas: caminhada da praia do Canto do Atins até a comunidade Baixa Grande com pernoite (16 km), de Baixa Grande até a comunidade Queimada dos Britos com pernoite (10 km), de Queimada dos Britos até a comunidade Betânia com pernoite (15 km) e de Betânia até a sede de Santo Amaro do Maranhão (10 km).

Durante a travessia, os turistas carregam seus equipamentos individuais, como mochila, lanterna, água potável, produtos de higiene pessoal, purificador de água, protetor solar, bastão de caminhada e vestuário para caminhada. Vale destacar que a travessia é uma das práticas turísticas observadas no Plano de Uso Público do PNLM e uma das poucas que são permitidas dentro de sua zona primitiva, em que se localizam as comunidades de Baixa Grande e Queimada dos Britos.

As práticas de travessia iniciaram entre os anos de 2003 e 2005, de forma mais contínua, diante disso, os comunitários da zona primitiva começaram a se auto-organizar para acolhimento, acomodação e alimentação dos visitantes, com 132 vagas de alojamento em Baixa Grande (pertencente a Barreirinhas) e 130 em Queimada dos Britos (pertencente a Santo Amaro do Maranhão), cujo limite diário estabelecido pelo ICMBio é de 130 pessoas.

As estruturas são rústicas, construídas com madeira e palha e os visitantes dormem em redes conforme a tradição local. No entanto, é visível a adoção de materiais como tijolos de barro, cimento e telhas de Brasilit que trazem a promessa de mais conforto e desenvolvimento para a região, mas acabam por descaracterizar o ambiente rústico, que muitas vezes é o que o visitante busca (ICMBio, 2020).

Nesse sentido, a travessia, enquanto prática turística, envolve, como agentes, turistas, agências de turismo, condutores de visitantes e os comunitários. Sua realização é considerada de dificuldade física moderada, portanto, não apropriada para todos os perfis de público, exigindo, assim, de condicionamento físico adequado. No que se refere ao perfil dos turistas que vivenciam a experiência da travessia nos Lençóis Maranhenses, em 2019, o ICMBio analisou dados registrados em cadernos de visitantes das comunidades da zona primitiva e revelou o seguinte panorama:

Através dos dados obtidos no caderno de visitas da Dona Loza, foi possível identificar a origem dos visitantes e a distribuição da demanda ao longo do ano de 2019. 50,48% dos visitantes que realizaram a travessia são estrangeiros, vindos principalmente da França. Entre os brasileiros, os estados com maior representação foram: São Paulo, Maranhão e Rio de Janeiro. Como esperado, a alta temporada, representada pelos meses de junho, julho e agosto, concentrou 57% das visitas do ano (ICMBio, 2020).

O condutor de visitantes da travessia, quando pertencente à comunidade de Betânia, inicia o contato com o(s) turista(s) ainda antes de sua chegada à localidade, desenvolvendo uma gestão de base comunitária no nível de visitação turística. Essa atuação ocorre tanto por meio de parcerias com agências de turismo quanto por meio de comunicação direta com o(s) visitantes(s).

O filho do proprietário daqui do restaurante tem agência de turismo e a maioria dos primos da gente trabalha nesse ramo hoje em dia. Pra amanhã já tem um grupo dele, digo, têm duas pessoas, têm dois guias andando com um grupinho que já estão vindo pra cá. Aí, às vezes, chega gente do nada para almoçar. Aí, dormem, pernoitam, tomam café e vão bem cedinho, mas é isso (Entrevistada 2 de Betânia).

No decorrer da condução (gestão) da prática, o contato entre comunitário e turista(s) acontece com a apresentação do trajeto, as recomendações e as indicações de paradas para banho nas lagoas, contemplação da paisagem e intermediação no encontro com outros comunitários ao longo da travessia. Ao chegar à comunidade Betânia, o(s) turista(s) é apresentado às demais práticas que compõem a experiência de viagem.

5.2.1.2 Visitação às lagoas de Betânia

A visitação às Lagoas de Betânia é conduzida pelos comunitários de Betânia tanto para turistas de travessia quanto para turistas provenientes dos passeios convencionais vendidos pelas agências de turismo receptivo da sede de Santo Amaro do Maranhão. Para acesso às lagoas, torna-se necessária a travessia de barco pelo rio Alegre, divisor natural entre as residências dos comunitários e o campo de dunas e lagoas do PNLM. Em períodos de seca e estiagem, a travessia pode ser realizada a pé, graças ao baixo nível do rio (Figura 74).

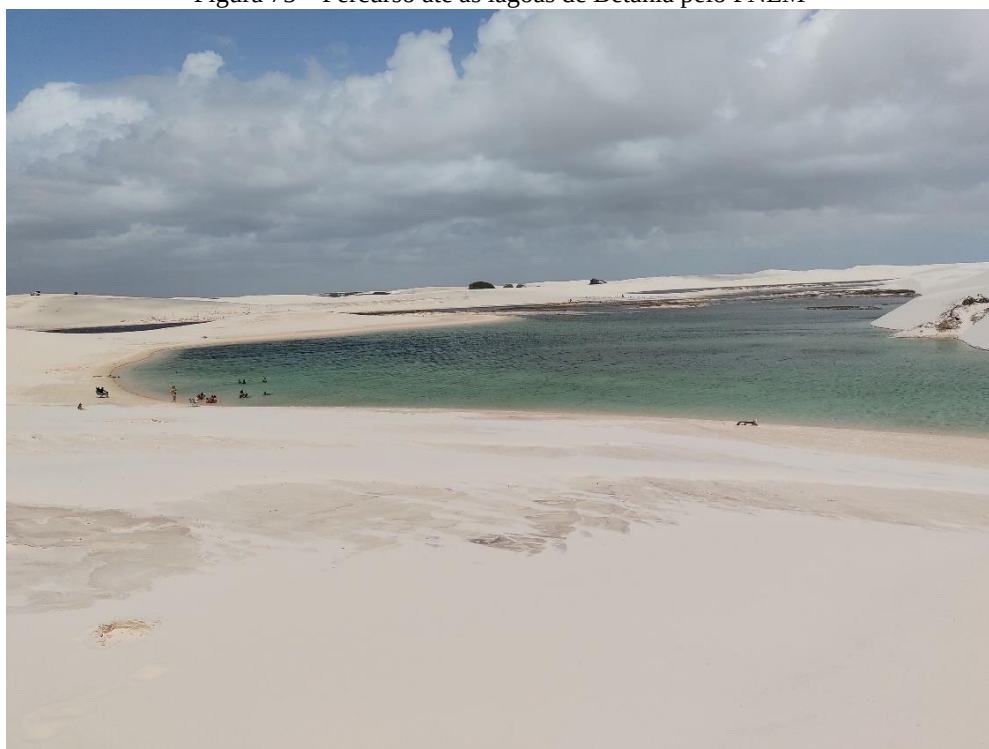
Figura 74 – Travessia a pé pelo rio Alegre em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A visitação até as lagoas de Betânia possibilita aos turistas atividades de contemplação e banho. As lagoas apresentam formatos e características diversas evidenciadas pela coloração da água, cujos tons variam entre azul e verde e cujas profundidades variam entre fundas e rasas com maior segurança para atividades de recreação às mais fundas com atenção (Figura 75).

Figura 75 – Percurso até as lagoas de Betânia pelo PNLM



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

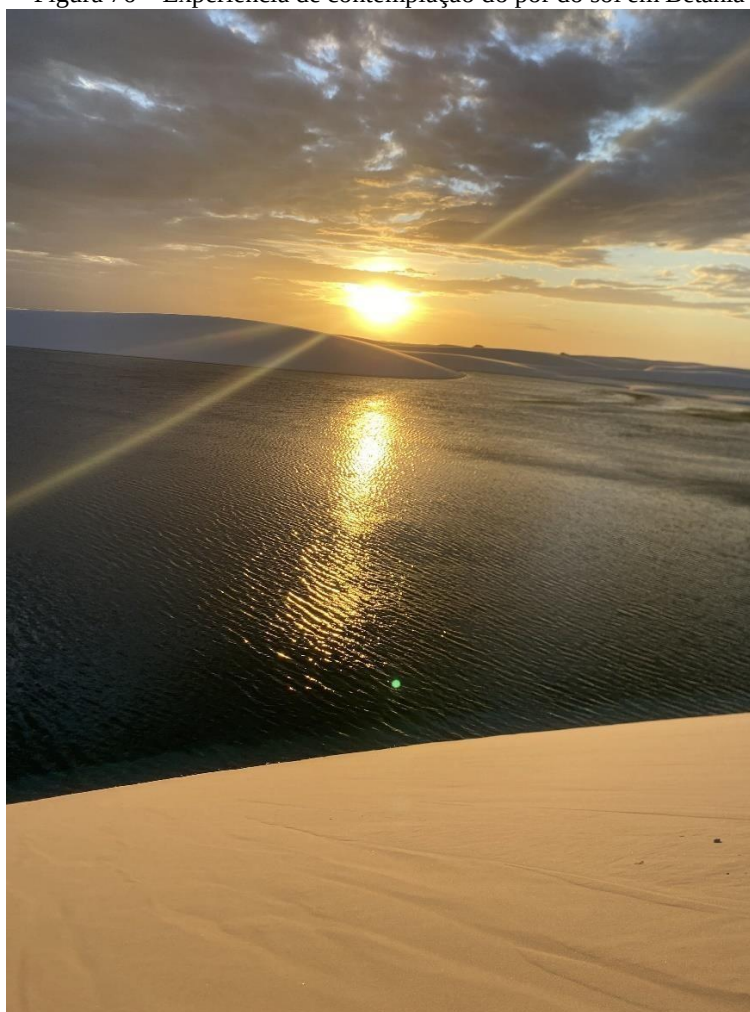
A visitação às lagoas de Betânia obedece a uma **gestão de base comunitária em nível de visitação turística**, conduzida por moradores ou guias de turismo, quando grupos operados por agências de turismo. Nesse cenário, o papel dos barqueiros é fundamental, já que é necessário atravessar o rio Alegre para ter acesso à região das dunas e lagoas.

5.2.1.3 Contemplação do pôr do sol

A contemplação do pôr do sol (Figura 76), enquanto prática turística comunitária, constitui-se como uma experiência visual que pode ocorrer de forma autônoma ou associada à visitação das lagoas de Betânia. Essa atividade se desenvolve nas áreas de dunas que circundam a comunidade, sendo palco de possíveis encontros simbólicos entre moradores, visitantes e a natureza do PNLM. O registro de fotografias complementa a mediação entre experiência vivida com posterior ressignificações memoráveis dos turistas.

A gestão dessa prática acontece de forma comunitária com foco na visitação turística, promovida pelos condutores de visitantes e por moradores que estabelecem suas perspectivas sobre as áreas contemplativas, levando ao turista possibilidades diversas de cenários.

Figura 76 – Experiência de contemplação do pôr do sol em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

5.2.1.4 Passeio de barco pelo rio Alegre

O passeio de barco pelo rio Alegre é conduzido pelos barqueiros da comunidade, os quais também são responsáveis pela travessia de turistas pelo rio Alegre para acesso aos restaurantes, aos alojamentos e às demais residências de Betânia. As embarcações artesanais, no formato de canoas e lanchas voadeiras, servem, primariamente, para a pesca, atividade principal desses comunitários.

A prática turística comunitária é desenvolvida em todas as épocas do ano, porém, a cada temporada, o rio Alegre modela seu trajeto entre os espaços da comunidade, considerando os níveis e a vazão do corpo d'água. Tal passeio pode ser realizado tanto durante o dia quanto à noite, com experiências variadas em cada turno (Figura 77).

Figura 77 – Trajeto delineado pelas águas para o passeio de barco em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ante o exposto, a gestão da prática acontece sob a **forma de base individual em nível de visitação turística**, a depender da disponibilidade dos barqueiros, sendo que, em alguns casos, há necessidade de agendamento prévio. Um fato importante, que influencia diretamente o desenvolvimento dessa prática turística comunitária, são as intensas variações na dinâmica das dunas e do rio. Um conflito natural que vem provocando problemas a cada temporada de chuva ou de seca, possivelmente ligados às mudanças climáticas em escala global. As entrevistas realizadas com os moradores de Betânia viabilizar um panorama desse cenário:

Então, tem que ver onde está o problema, o problema do rio. Porque a duna está vindo e está avançando, está cobrindo o rio e ele está secando, está aterrando o rio. Quando ele vem com uma corrente forte, ele leva a duna, quando ele está fraco, a duna avança. Então, este é o movimento. O que está acontecendo? (Entrevistada C de Betânia).

Tal problemática está intrinsecamente associada ao avanço das dunas sobre a área de casas de Betânia em períodos de secas do rio Alegre e do próprio aterramento das margens. Em períodos de chuva, o corpo d'água avança sobre as dunas modelando seu leito de modo diferente a cada ano, atingindo, em alguns casos, as residências, acarretando impactos diretos ao modo de vida da população, favorecendo um nomadismo dentro da própria comunidade para áreas mais altas e seguras.

Portanto, ressalta-se a importância de investigações mais aprofundadas sobre as relações entre as práticas turísticas comunitárias, as complexidades ambientais e as mudanças climáticas na perspectiva dos Lençóis Maranhenses. Esses fatos evidenciam a necessidade de compreender as dinâmicas socioambientais e os processos de resiliência para a gestão das práticas em cenários de crises.

5.2.1.5 Degustação de tiquira

A prática turística comunitária de degustação da tiquira é desenvolvida por meio da visita às residências de Betânia que comercializam o produto, viabilizando experiências gastronômicas desse produto destilado produzido no Maranhão e interações relacionadas às histórias que permeiam as práticas culturais concernentes à cadeia produtiva da mandioca na região dos Lençóis Maranhenses.

Nesse cenário, o protagonismo de alguns comunitários possibilita a prática e exerce uma função essencial de intermédio do encontro entre agentes turistas e demais moradores de Betânia. Para tanto, a gestão da prática opera a **partir de base familiar em nível de visitação turística**, porquanto os moradores que produzem e comercializam a tiquira não propiciam o encontro e a interação com turistas para a degustação, havendo a necessidade de intervenção do guia de turismo ou condutor de visitantes para a experiência acontecer.

5.2.1.6 Roda de conversa com contação de histórias

A história oral representa processos de transmissões de ancestralidade, presentes em narrativas sobre a própria dinâmica de construção da comunidade Betânia, resgatada pelos moradores mais antigos. A prática turística comunitária, desenvolvida a partir de rodas de conversas com contação de histórias, respeita a disposição e a disponibilidade desses comunitários que preservam os processos culturais, preservam ou guardam legados e

patrimônios materiais ou imateriais, mas que também compartilham processos culturais que valorizam os saberes e fazeres locais. Nessa senda, uma das entrevistadas relembra:

Eu nasci em 40, o nome era Pau Seco e mudou pra Betânia. O padre não gostava do nome Pau Seco, foi ele que botou o nome Betânia e trouxe a Santa Maria Madalena. Aí ele começou a celebrar a missa, mandou fazer logo uma igrejinha e começou a festejar Maria Madalena (Entrevistada D de Betânia).

Diante disso, o papel de agentes-protagonistas que intermedeiam o encontro entre os turistas e os comunitários mais antigos, para o compartilhamento do conhecimento tradicional por meio das histórias do território, é fundamental para a sustentabilidade dessa prática que obedece a tais condições sob uma forma de **gestão de base familiar em nível de visitação turística**, resgatando e qualificando experiências de reciprocidades e sociabilidades no sentido de valorizar o conhecimento tradicional através de seus contadores de histórias.

5.2.1.7 Apresentação cultural do bumba meu boi

Dentre os elementos culturais de sentido simbólico para a comunidade Betânia, que representa um patrimônio imaterial para os seus moradores, está o bumba meu boi Brilho da Noite, manifestado pelas apresentações em períodos de festas juninas em alguns espaços comunitários de Betânia. Essa prática turística comunitária envolve, principalmente, turistas que pernoitam em Betânia e têm a oportunidade de conhecer um dos legados culturais mais marcantes: a reunião de comunitários para celebrar, sob batuques e toadas, o bumba meu boi.

A apresentação cultural do Brilho da Noite tornou-se um momento de interação entre turistas e comunitários, envolvendo o processo de entretenimento, lazer e representatividade cultural. A gestão dessa prática está imersa nas relações sociais, e não envolve diretamente a mercadorização dos elementos culturais de Betânia, na medida em que a participação voluntária é conduzida dentro do *habitus* da comunidade, conforme abordado nas teorias de Polanyi (1990) e Bourdieu (1994). Nessas concepções, a gestão da prática turística comunitária de manifestação do bumba meu boi opera na forma de **base comunitária em nível de visitação turística**, representando elementos culturais não comercializados ao turista, mas, sim, compartilhados dentro da experiência do encontro intercultural.

5.2.1.8 Experiência de alimentação com base na culinária local

No decorrer do tempo, a comunidade de Betânia consolidou-se como um destino procurado por aqueles que realizam as travessias pelo PNLM e por um público atraído pelos serviços de alimentação à base de pratos da culinária local. Os restaurantes existentes no povoado representam um marco relacionado ao desenvolvimento das práticas turísticas comunitárias, acompanhando as transformações sociais com alternâncias entre rusticidade e modernidade de suas construções a atender às suas necessidades de melhorias para a qualidade de vida e aos anseios de um mercado globalizado que por ali passa e induz novas dinâmicas.

Dessa forma, os restaurantes de Betânia foram surgindo ao acompanhar as demandas espontâneas do mercado turístico, inserindo a comunidade entre os circuitos comercializados por uma cadeia de agências de turismo receptivo e operadoras de turismo que representam escalas de âmbito local à internacional.

Os restaurantes enquanto empreendimentos turísticos de base local estruturam-se a partir de arranjos familiares, por meio dos quais mulheres assumem, predominantemente, papéis importantes na gestão e na operação das atividades. Essa configuração revela intersecções entre gênero, trabalho e turismo que influenciam as dinâmicas comunitárias e articulam práticas tradicionais de comensalidade com demandas comerciais, ressignificando as relações sociais.

Nesse contexto, a oferta de alimentação à base da culinária local tornou-se uma prática turística em que a organização da produção de alimentos é coletiva e comunitária na cozinha, enquanto as interações com turistas reproduzem os padrões comerciais do mercado tradicional de serviços e não geram encontros simbólicos à base do princípio da comensalidade, evidenciando uma gestão de base familiar com foco em empreendimentos turísticos, adotando como principal serviço a oferta de almoço com refeições típicas da região como a galinha caipira (Figura 78).

Figura 78 – Refeições servidas aos turistas em horários de almoço em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A estrutura organizacional dos restaurantes obedece a uma divisão de tarefas entre os membros da família, tanto nas atividades da cozinha quanto no atendimento aos visitantes. Observam-se também processos gerenciais bem estabelecidos, desde o recebimento antecipado de pedidos – geralmente realizados por agências por meio de agendamentos – até o controle financeiro, com registros diários das receitas e a gestão de compras de insumos para a produção das refeições como camarão, pescados, aves e carnes.

A pesquisa de campo demonstrou que a prática turística comunitária, nesse contexto, configura-se predominantemente como prestação de serviço, em que a única interação entre turistas e comunitários acontece mediante a venda e compra de alimentação. Trata-se, portanto, de uma relação de mercantil, marcada pela lógica de mercado entre clientes e ofertantes de serviços, perceptível na interação com o perfil de turista convencional.

Essa prática turística direciona o encontro para uma experiência marcada por escassas trocas simbólicas entre os agentes envolvidos, prevalecendo a lógica mercantil. Em Betânia, identificam-se cinco empreendimentos turísticos que oferecem alimentação, com cardápio *à la carte* compostos por pratos como galinha caipira, cabrito, pescados, carnes e mariscos (Figura 79).

Figura 79 – Oferta de refeições em Betânia levando em consideração a higiene



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Acho que desde o ano passado eles não atendem mais, não é? Que não recebem mais caminhada lá desde o ano passado? Aí, o pessoal que ia pra lá veio todos pra cá. Aí, quando é época de alta temporada, a gente vai pedindo o cardápio para ver como está a questão dos preços pra gente ter só uma taxa de valores de bebidas, de comida, tabelado, né? É pra ninguém ficar dizendo assim: “ah, eu atendo mais porque é mais barato”. Não, cada um vai calculando certinho (Entrevistado E de Betânia).

Para o turista convencional, a experiência de alimentação inicia-se antes ou depois da visita às dunas e lagoas, com pedidos pré-registrados pelos guias de turismo ou condutores de visitantes que acompanham os grupos. Os restaurantes dispõem de redários para o descanso após as refeições até a partida. Em paralelo, os guias de turismo e condutores alojam-se em um espaço específico do restaurante para a alimentação gratuita ofertada pelo empreendimento, como contrapartida pela escolha e indicação do local.

Para o turista de travessia ou *trekking* nos Lençóis Maranhenses, a dinâmica acontece de forma parecida, diferenciando-se apenas com a particularidade que, em algumas circunstâncias, demanda o serviço de jantar quando pernoitam na comunidade.

A pesquisa de campo demonstrou que a prática turística comunitária foi conduzida em uma direção que transformou os processos de comensalidade entre turistas e moradores em uma prestação de serviço de mão única em sentido simbólico, ou seja, a única interação consiste na compra e venda das refeições. Estabelecendo-se como uma relação mercadológica que reconfigura papéis: turistas clientes e comunitários prestadores de serviços.

Logo, verificam-se desafios emergentes nos direcionamentos que as práticas turísticas comunitárias estão tomando, direcionando o encontro para uma experiência de pouquíssimas trocas simbólicas, prevalecendo a lógica de consumo sobre as experiências turísticas em um campo de solidariedade, reciprocidade e redistribuição de benefícios partilhados.

5.2.1.9 Acolhimento para acomodação “rede e café”

O acolhimento para acomodação “rede e café” é direcionado, sobretudo, para os turistas de travessia ou *trekking* nos Lençóis Maranhenses, uma vez que os próprios restaurantes funcionam como alojamentos para acomodação e pernoite do visitante. Nessa dinâmica, os empreendimentos desenvolveram técnicas próprias de organização dessa prática turística comunitária, dispondo de redários (Figura 80) e serviços específicos no formato rede e café.

Figura 80 – Estrutura de redários em Betânia para a acomodação de turistas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em vista disso, a gestão da prática turística na comunidade adota um formato **de base familiar em nível de empreendimentos turísticos**, com foco em pequenos empreendimentos voltados à recepção de visitantes. Entre os turnos diurno e noturno, são realizados procedimentos específicos de substituição das redes utilizadas, as quais são trocadas por outras

limpas, acompanhadas da disponibilização de lençóis em cada unidade de acomodação. No dia seguinte, esse processo é retomado, com a retirada das redes utilizadas e a instalação de um novo conjunto, caracterizando um ciclo contínuo de cuidado e manutenção.

5.2.1.10 Descida de caiaque pelo rio Alegre

A descida de caiaque pelo rio Alegre é uma prática turística comunitária que objetiva experienciar o trajeto fluvial entre a comunidade Betânia e a sede do município de Santo Amaro do Maranhão (Figura 81). A prática é desenvolvida pelo aluguel de caiaques disponibilizados por comunitários empreendedores, que agregam o serviço àqueles ofertados pelos restaurantes.

Nessa perspectiva, os comunitários exercem a função de condutores de visitantes, acompanhando a jornada dos grupos de turistas ao promover condições necessárias de segurança, com equipamentos obrigatórios como colete salva-vidas. Desse modo, a gestão da prática opera de **base individual em nível de visitação turística**, necessitando de habilidades e competências para lidar com atividades aquáticas e condução segura dos turistas.

Figura 81 – Meandros do rio Alegre para a descida de caiaque em Betânia



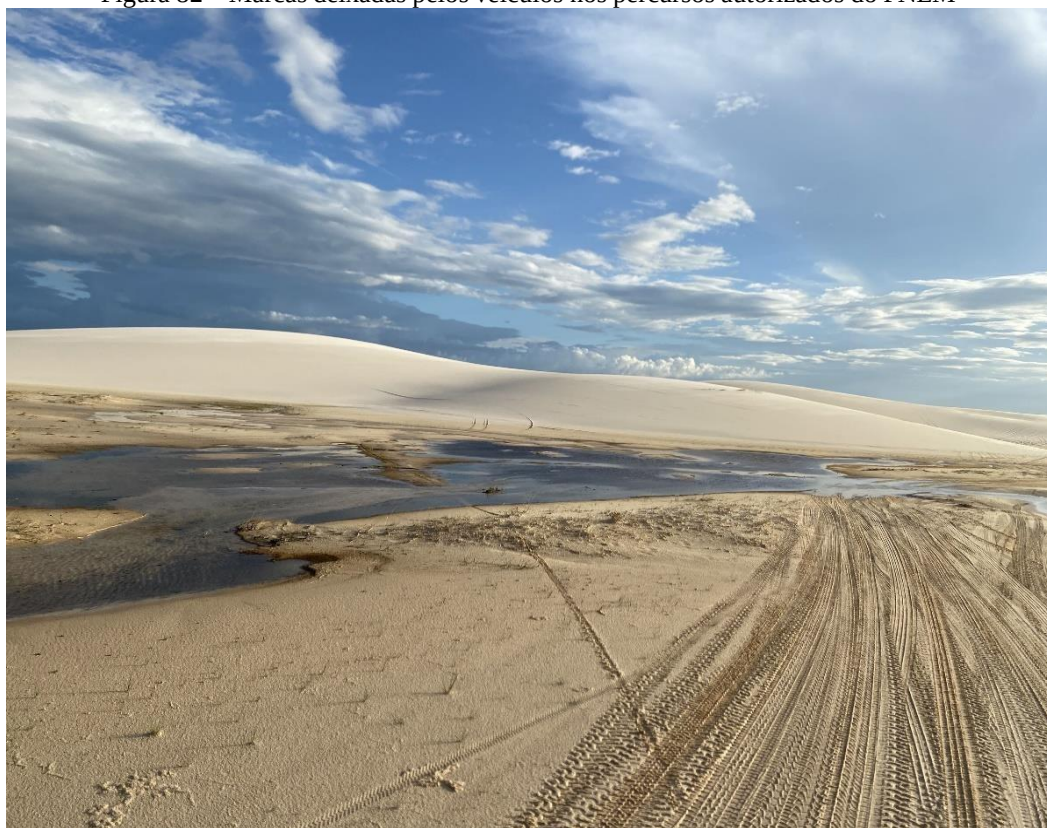
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

5.2.1.11 Transporte em veículo tracionado ou quadriciclo

A prática turística comunitária de transporte em veículo tracionado ou quadriciclo é desenvolvida por alguns comunitários de Betânia, mas também pode estar associada a uma agência de turismo da sede de Santo Amaro do Maranhão. Quando operado pelos moradores de Betânia, o transporte turístico acompanha o fluxo de demanda espontânea, uma vez que os grupos de turistas convencionais geralmente chegam à comunidade com seus próprios transportes. Já no caso do turista de travessia, é comum a contratação do serviço de transporte na própria localidade para o deslocamento até a sede do município. Nesse contexto, a gestão da prática turística opera em um regime **de base familiar em nível de visitação turística**, possibilitando um percurso entre o campo de dunas e lagoas com paradas opcionais para banho e registros fotográficos.

Vale ressaltar que a experiência do transporte em quadriciclo, conduzido por um comunitário habilitado e experiente no trajeto entre o campo de dunas, apresenta um processo interativo diferente dos demais veículos tracionados, viabilizando perspectivas diferenciadas de contato com elementos como o vento e a areia (Figura 82).

Figura 82 – Marcas deixadas pelos veículos nos percursos autorizados do PNL



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por fim, observou-se na investigação *in loco*, a existência de um serviço particular de transporte regular entre Betânia e a sede do município, utilizado, principalmente, pela população local que necessita se deslocar por demandas de serviços públicos de saúde ou comerciais. Como forma de organizar o conjunto de práticas turísticas comunitárias possíveis em Betânia, evidenciando suas formas de gestão e agentes envolvidos, criou-se um quadro simplificado que reuniu tais elementos aqui situados (Quadro 33).

Quadro 33 – Práticas turísticas comunitárias em Betânia

continua

Prática turística comunitária	Características	Forma de gestão	Participação comunitária	Local que acontece
Travessia nos Lençóis Maranhenses	Prática de visitaço que apresenta o maior nível de interação do turista com os comunitários nos Lençóis Maranhenses	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários condutores de visitantes	Área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, incluindo Betânia
Visitaço às lagoas de Betânia	Prática de visitaço que possibilita contemplaço e lazer dos turistas	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários condutores de visitantes e dos empreendimentos turísticos de Betânia	Lagoas de Betânia
Contemplaço do pôr do sol	Prática de visitaço de contemplaço da paisagem local	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários condutores de visitantes e dos empreendimentos turísticos de Betânia	Lagoas e dunas de Betânia
Passeio de barco pelo Rio Alegre	Prática de visitaço pelo leito do rio com possibilidade de contemplaço e lazer	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários barqueiros	Rio Alegre em Betânia
Degustaço de tiquira	Prática de visitaço que integra o turista às práticas comunitárias de produção associada	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários condutores de visitantes e dos empreendimentos turísticos de Betânia	Casas de moradores de Betânia
Roda de conversa com contaço de histórias	Prática de visitaço que valoriza os elementos culturais e as histórias da comunidade	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários condutores de visitantes e dos empreendimentos turísticos de Betânia	Casas de moradores de Betânia
Apresentaço cultural do bumba meu boi	Prática de visitaço de valorizaço das manifestações culturais locais	Gestão de base comunitária em nível de visitaço turística	Comunitários condutores de visitantes e dos empreendimentos turísticos de Betânia	Casas de moradores de Betânia
Experiência de alimentaço com base na culinária local	Prática de alimentaço voltada para a prestação de serviços	Gestão de base comunitária familiar em nível de empreendimentos turísticos	Empreendimentos turísticos comunitários	Restaurantes

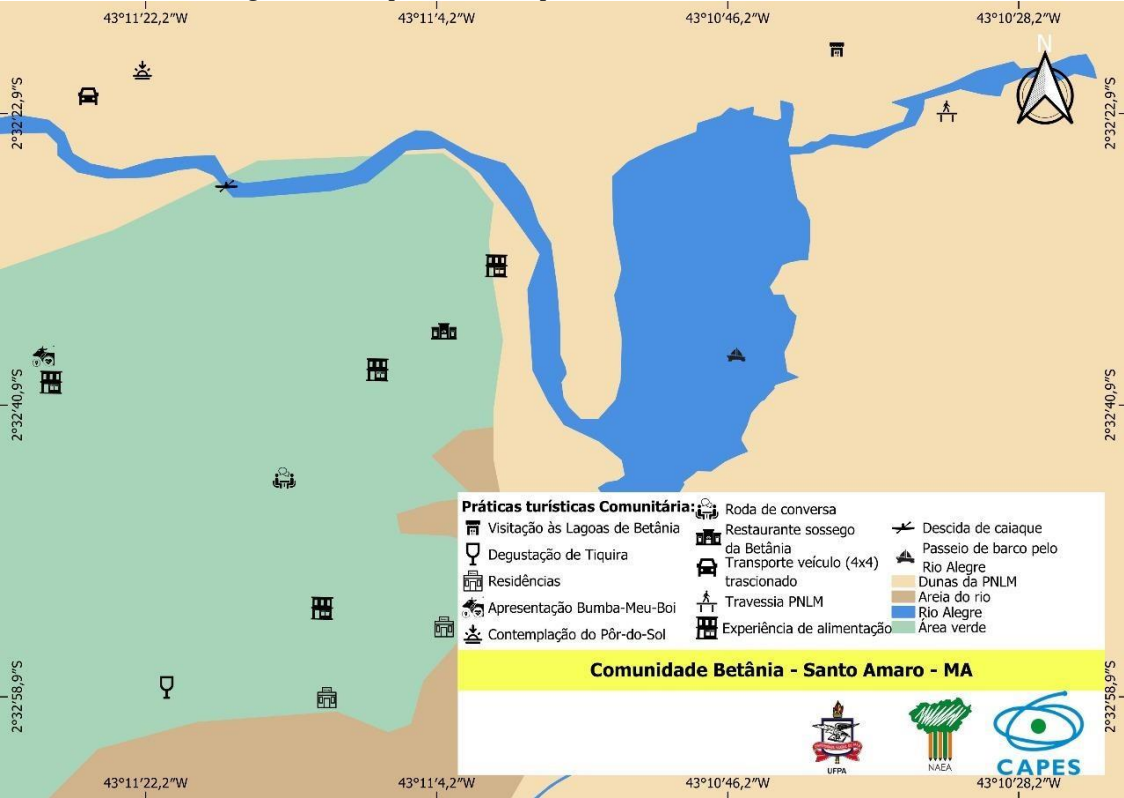
conclusão

Acolhimento para acomodação rede e café	Prática de hospitalidade para acolhimento do turista no formato rede e café	Gestão de base comunitária familiar em nível de empreendimentos turísticos	Empreendimentos turísticos comunitários	Restaurantes
Descida de caiaque pelo Rio Alegre	Prática de visitação que possibilita interação com os elementos naturais da comunidade	Gestão de base comunitária em nível de visitação turística	Comunitários condutores de visitantes	Rio Alegre em Betânia
Transporte em veículo tracionado ou quadriciclo	Prática de mobilidade tradicional para o campo de dunas	Gestão de base comunitária familiar em nível de transporte turístico	Comunitários condutores de visitantes e demais habilitados	Trajeto entre Betânia e sede de Santo Amaro do Maranhão

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As observações e os estudos realizados sobre essas práticas demonstram como as várias dinâmicas ocorrem no território, originadas a partir do encontro e das interações entre comunitários e turistas ao longo do tempo. Nesse contexto, o mapeamento das práticas turísticas comunitárias de Betânia (Figura 83) favorece uma percepção mais ampla e diversa das estruturas existentes que conduzem os processos de gestão sobre as experiências turísticas.

Figura 83 – Mapeamento das práticas turísticas comunitárias de Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Consoante a esses aspectos que incidem sobre a compreensão do processo de gestão comunitária sobre o turismo no território, observam-se, também, princípios norteadores próprios originados no *habitus* que atuam como mecanismos importantes para a manutenção de comportamentos, atitudes e posturas que viabilizam sociabilidades e proteção dos bens comuns. Diante disso, conhecer a percepção dos moradores de Betânia sobre o campo das práticas turísticas direciona a uma visão mais concreta dos fenômenos sociais e seus agentes.

5.2.2 Percepções e princípios sobre as práticas turísticas comunitárias em Betânia

Com base na pesquisa de campo II, realizada em maio de 2024, coletaram-se, por meio de entrevistas, dados sobre a percepção dos comunitários de Betânia acerca das práticas turísticas locais e dos princípios que orientam suas formas de gestão. De acordo com Vieira *et al.* (2022), a comunidade é composta, em média, por 96 habitantes, distribuídos em domicílios familiares. Dessa forma, a amostragem adotada foi do tipo não probabilística por conveniência, tendo em vista as limitações inerentes ao processo de pesquisa e a disponibilidade dos respondentes.

Em vista disso, adotou-se como estratégia de entrevista a abordagem de um representante por domicílio, alcançando um total de 14 famílias. A partir disso, observou-se o seguinte panorama do perfil socioeconômico de Betânia: 50% dos entrevistados eram mulheres e 50% homens; quanto à escolaridade, 50% possuíam Ensino Fundamental incompleto, seguidos de 36% com Ensino Médio completo. No que concerne à renda, 86% declararam viver com renda de até dois salários-mínimos. Para os respondentes, o turismo representa uma importante fonte de geração de renda, posto que, em cada família, ao menos um integrante atua na atividade turística local, particularmente, nos restaurantes. Conforme evidencia o relato da entrevistada:

Aqui eles faziam o negócio de abano, cofos, redes... o pessoal fazia antigamente as redes do linho do buriti. Aqui não tem mais... porque todo mundo está no turismo. E acha que turismo é só isso. Entendeu? Acha que o turismo é só restaurante (Entrevistada F de Betânia).

Nesse cenário, 64% dos entrevistados demonstraram satisfação em trabalhar com o turismo; além disso, 93% relataram que a atividade turística contribuiu para a melhoria da qualidade de vida em Betânia. Entre os principais aspectos positivos destacados estão: a oportunidade de conhecer novas pessoas e fazer amizades; o aumento da renda familiar por meio da geração de emprego; o fortalecimento dos empreendimentos locais; a redução do êxodo

rural; a valorização da preservação ambiental entre os moradores; e o incentivo à chegada de energia elétrica na comunidade.

Sobre o turismo aqui, achei muito bom. Achei muito bom e agradeço o IBAMA e ICMBio. Muita gente tem raiva, porque eles fazem isso aqui, mas eu gostei da atitude do IBAMA e ICMBio, porque até onde é a demarcação deles, não entra ninguém de fora para fazer nada. Se não tivesse esse IBAMA e ICMBio, essa Betânia não morava mais nem aqui. Eu agradeço, porque se não fosse ele, nós não estaríamos aqui (Entrevistada F de Betânia).

O relato das entrevistas evidencia a conscientização no tocante à preservação do meio ambiente e ao reconhecimento da importância dos órgãos responsáveis pela gestão do PNLM, desde o IBAMA até o atual o ICMBio, como atores relevantes no processo de entendimento e aproximação da comunidade com o turismo. Em um segundo momento, ao serem questionados sobre o que poderia ser aprimorado para o desenvolvimento mais efetivo no turismo local, os entrevistados apontaram como principais demandas: a construção de um posto de saúde; a implementação de um sistema regular da coleta de lixo (Figura 84); a disponibilidade de rede de Internet por fibra óptica; e a ampliação da quantidade de empreendimentos comunitários.

Figura 84 – Descarte e armazenamento irregular de garrafas de vidro e botijão de gás em Betânia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dos representantes entrevistados, 71% já participaram de atividades relacionadas ao turismo, como cursos e palestras. Essa participação tem sido fomentada, essencialmente, pela atuação da Universidade Federal do Maranhão, por meio do Grupo de Pesquisa em Turismo e Desenvolvimento Comunitário (GPTBC).

No âmbito desta pesquisa, evidencia-se, também, a realidade associativa na comunidade. Observou-se, *in loco*, que já existia uma associação em Betânia, atualmente desativada em virtude da baixa participação de seus membros e ao acúmulo de débitos. No entanto, 100% dos respondentes afirmaram que participariam de uma associação, caso essa fosse fundada ou reativada na comunidade. Nessa concepção, em Betânia, é notável que o protagonismo comunitário ainda é restrito às mulheres empreendedoras e suas famílias, proprietárias dos restaurantes. Outra parcela da comunidade comporta-se em uma posição de espera para mudanças em suas realidades.

Além de tais aspectos, ao serem questionados sobre experiências de viagens com motivações turísticas, 57% dos respondentes pontuaram já ter visitado outros destinos, como São Luís, Jericoacoara, Sítio do Bosco, Lagoa do Cassó e Rio Grande do Sul. Esse fato demonstra que mais da metade dos comunitários têm referências de destinos e serviços turísticos, em contraponto a 43% que apenas possuem a experiência de ver o turista em seu território.

A partir da visão dos comunitários, identificaram-se os princípios que norteiam as práticas turísticas comunitárias em Betânia, constituídos no *habitus* do grupo, funcionam como mecanismos de controle, força, poder e resistência dentro do campo social ao qual pertencem. Dessa forma, organizou-se um conjunto de elementos fundamentais no Quadro 34, a seguir:

Quadro 34 – Princípios norteadores de práticas turísticas comunitárias em Betânia

1	Respeito ao meio ambiente: reflete a importância da natureza enquanto ente sagrado para os moradores da comunidade, preservando o ecossistema e conservando recursos necessários para sua sobrevivência.
2	Valorização do silêncio: relaciona-se à conservação dos costumes e formas de viver em Betânia, preservando o silêncio e valorizando os sons da natureza.
3	Limpeza para conservação ambiental: trata da conservação do meio ambiente a partir da limpeza e descarte devido do lixo na comunidade.
4	Valorização dos moradores: evoca a necessidade do respeito à cultura local e ao modo de vida da população local, valorizando suas tradições e costumes distantes de preconceitos.
5	União: recupera o sentido da coletividade e propósito para o bem comum e organização comunitária.
6	Solidariedade: princípio que retrata o apoio recíproco entre os comunitários dentro das necessidades individuais ou coletivas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tais princípios refletem os mecanismos que auxiliam na condução das práticas turísticas comunitárias de Betânia, ressaltando as formas próprias de ação no turismo, com base no *habitus* que permeia as regras de convivência e manutenção das estruturas que circundam o campo social. Diante disso, para se compreender a dinâmica das relações entre princípios e práticas turísticas comunitárias, elencam-se autores que fortalecem os conceitos das categorias: **respeito ao meio ambiente** – Castro (1998); Diegues (2001); Veiga (2015); e Krenak (2019); **valorização do silêncio** – Lévi-Strauss (1989); Laraia (2001); Freire (2015); **limpeza para conservação ambiental** – Veiga (2015); e Marques (2018); **valorização dos moradores** – Castro (1998); **união** – Anderson (1991); Brandão (2010); **solidariedade** – Mauss (1923, 1924).

5.3 As práticas turísticas comunitárias em Buritizal

A comunidade Buritizal diferencia-se no campo das práticas turísticas, na região dos Lençóis Maranhenses, por receber um perfil específico de turistas: estudantes e professores oriundos da região Sudeste do Brasil. Esses fluxos foram surgindo pela motivação de escolas buscarem experiências mais genuínas com comunidades tradicionais de Santo Amaro do Maranhão que fugiam dos padrões de consumo do mercado turístico tradicional.

Essa dinâmica teve início em comunidades como Betânia, mas, diante da intensificação dos fluxos comerciais e das práticas habitualmente voltadas a um mercado tradicional de consumo turístico, observou-se a necessidade de buscar novas possibilidades, de modo a privilegiar experiências em que os estudantes pudessem vivenciar práticas genuinamente voltadas ao turismo de base comunitária, priorizando interações de valorização intercultural em atividades pedagógicas e trocas mais simbólicas com os moradores locais.

As primeiras interações iniciaram em 2015 com a proposta de imersão pedagógica enquanto componente da grade curricular de ensino denominada “prática de cidadania” de uma escola do estado de São Paulo, cuja metodologia incorporava a realização de viagens por estudantes e professores em período de férias para destinos turísticos, cujas propostas cotidianas eram contrárias a um turismo massificado, valorizando um processo de aprendizado pelo exercício de um olhar social sobre as realidades visitadas e o acúmulo de capital turístico.

Em outras palavras, a escolha do destino decorreu de uma decisão da escola em proporcionar aos estudantes experiências imersivas de turismo de base comunitária (Figura 85), implicando no distanciamento dos circuitos turísticos convencionais e da convivência com

outros perfis de visitantes, reforçando a busca por práticas mais autênticas e centradas em processos dialógicos com os agentes locais.

Figura 85 – Roda de estudantes para relato de experiências do dia em Buritizal



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O objetivo da prática é dotar os estudantes de “consciência cidadã”, além da diversão, torná-los “adultos conscientes” de seus destinos turísticos, de forma que o estudante aprende a viajar de forma responsável. Com esse propósito, agências especializadas em turismo pedagógico e base comunitária são contratadas para intermediar o contato com comunitários de Buritizal, participando do planejamento e gestão das práticas turísticas por meio de uma programação que envolve grupos de 15 a 20 estudantes e professores no período de férias, no mês de julho, para vivências de 3 a 4 dias na região dos Lençóis Maranhenses.

Esse planejamento é dividido em três momentos: (1) planejamento pedagógico da escola; (2) planejamento da agência; e (3) o planejamento dos comunitários. As agências especializadas desenvolvem uma gestão voltada para um turismo mais responsável, levando em consideração os preceitos básicos do turismo de base comunitária.

Dessa forma, a condução das práticas turísticas comunitárias em Buritizal obedece à seguinte dinâmica: (i) a agência especializada entra em contato para definir o planejamento e a programação com a comunitária líder, que recebe os grupos para acolhimento e acomodação no formato rede e café; (ii) a comunitária organiza os demais comunitários conforme suas práticas específicas e prepara os momentos dos encontros; e (iii) os comunitários recebem os grupos de estudantes e professores durante os dias de imersão turística pedagógica para o desenvolvimento das práticas e interações.

Nesse sistema próprio de organização e gestão, a receita gerada é distribuída entre os comunitários de acordo com suas participações no desenvolvimento das práticas com os

estudantes. Para tanto, a organização comunitária (Quadro 35) se estabelece a partir da divisão de tarefas de acordo com as habilidades de cada morador evidenciadas a seguir.

Quadro 35 – Organização para as práticas turísticas em Buritizal

Agentes comunitários	Práticas turísticas comunitárias
Comunitária A (líder) e Comunitária B (auxilia na preparação das refeições)	Acolhimento, acomodação e alimentação dos turistas.
Comunitários B e C (responsáveis pelo deslocamento)	Transporte dos grupos em veículos tracionados pela comunidade e região do PNLM.
Comunitária D (ensina a criar peças do artesanato local)	Desenvolve a oficina de criação de peças de artesanato com o grupo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Diferentemente das práticas turísticas comunitárias de Satuba e Betânia, em Buritizal, há uma dinâmica de gestão de turismo de base comunitária com foco na transformação social, liderada por uma comunitária protagonista que articula com os demais moradores um conjunto de atividades turísticas que beneficiam a coletividade com retornos que vão além dos ganhos financeiros, mas também impactam socialmente as demandas da comunidade. Nesse panorama, a forma de gestão das práticas turísticas comunitárias é definida com base nas estruturas de organização comunitária, considerando a participação, a interação, a distribuição de renda e as experiências simbólicas geradas.

Algumas regras da comunidade são fundamentais para a manutenção das relações coletivas e comunicadas aos visitantes, como: horários tradicionalmente estabelecidos para as refeições, respeito ao silêncio e limpeza do ambiente. Para além da observância dessas regras, os estudantes também se engajam nas rotinas domésticas locais, participando dos afazeres cotidianos. Nesses momentos, a preparação do jantar em conjunto com os moradores demonstra, simbolicamente, que as práticas alimentares são respeitadas e incorporadas às experiências, promovendo uma vivência baseada na reciprocidade, configurando um espaço de troca intercultural e de (re)significação de olhares sobre as diferenças e diversidades.

Nessa senda, as práticas turísticas comunitárias manifestam-se por meio de experiências vivenciais como: as oficinas de produção artesanal como espaços de aprendizagem; as atividades de lazer e recreação nas dunas e lagoas; as expressões lúdico-culturais, como a dança das quadrilhas juninas; as técnicas tradicionais de pesca em açudes, que revelam os fazeres locais; a comensalidade compartilhada durante as refeições e a hospitalidade evidenciada na simplicidade do acolhimento na oferta do rede e café.

Tais práticas descritas e suas formas de gestão foram evidenciadas a partir da pesquisa de campo III, ocorrida em junho de 2024 com base na observação de experiências e dinâmicas

cotidianas, com o preenchimento de formulários através de entrevistas com os moradores da comunidade Buritizal.

5.3.1 Caracterização das práticas turísticas comunitárias de Buritizal

5.3.1.1 Aprendizagem a partir da oficina de artesanato

Os visitantes são incentivados a participar do processo de confecção de peças artesanais, utilizando como insumos a palha do buriti e diversas sementes nativas. Essa atividade ocorre, geralmente, em residências de artesãos em que o ambiente doméstico converte-se em espaço de socialização de saberes e práticas locais, cujas técnicas tradicionais de produção são compartilhadas em oficinas, configurando-se como um processo pedagógico de valorização do artesanato. Nesse contexto, os estudantes são convidados a desenvolver suas próprias criações, como pulseiras confeccionadas a partir da fibra do buriti (Figura 86), promovendo a valorização cultural e a capacidade criativa dos visitantes.

Figura 86 – Experiência de estudantes na confecção de pulseiras com a fibra do Buriti



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

5.3.1.2 Lazer nas dunas e lagoas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O passeio às dunas e às lagoas do PNLM (Figura 87) acontece com auxílio de moradores locais com veículos tracionados ou contratados em agências de receptivo na sede do município. Nessa prática, os turistas se acomodam no transporte, sensibilizados pelas medidas de segurança necessárias para o trajeto, com duração de cerca de 15 minutos, em terreno arenoso e irregular até o campo de dunas, fora dos principais circuitos e rotas tradicionais de visitação.

Para além da participação dos “estudantes-turistas”, as atividades de lazer desenvolvidas nas lagoas também incluem crianças e jovens da própria comunidade de Buritizal sob a mediação e a supervisão de outros moradores, ou mesmo, da equipe de suporte aos estudantes, inserindo, nesse contexto, possibilidades de acesso ao lazer da própria população em seu território, um retorno social advindo da interação e da convivência com os visitantes.

Figura 87 – Paisagens encontradas durante o passeio entre dunas e lagoas do PNLM



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

5.3.1.3 Ludicidade da dança na quadrilha junina

Dentre as práticas culturais de Buritizal, destaca-se a realização da quadrilha junina, atividade realizada nas proximidades da arena esportiva da comunidade que mobiliza,

coletivamente, moradores e estudantes. A dança em pares representa um momento de interculturalidade, promovendo uma celebração coletiva por meio de vivências simbólicas imersas nos costumes e lares dos moradores, mobilizando os protagonistas da prática e espectadores durante todo o ritual da festa.

5.3.1.4 Técnicas artesanais de pesca em açude

Os estudantes são convidados a participar de práticas tradicionais de pesca artesanal nos açudes da comunidade de Buritizal, utilizando instrumentos como o anzol ou a tarrafa, com os quais os moradores obtêm o pescado. Mais do que uma atividade recreativa, essa experiência desvela aos visitantes as técnicas empregadas no cotidiano da comunidade, configurando um processo de trabalho que sustenta o modo de vida local. Ao se envolver nas práticas produtivas, o estudante compreende as formas de subsistência das famílias e vivencia as tradições do território, alicerçadas em valores como reciprocidade, solidariedade e aprendizado compartilhado.

5.3.1.5 Comensalidade com base na culinária local

As trocas simbólicas manifestam-se no campo da comensalidade, momento que expressa os hábitos e costumes alimentares de Buritizal e evidencia a disposição dos turistas em experienciar essa prática nas refeições diárias. Trata-se de uma experiência coletiva de compartilhamento de saberes e sabores imersos no *habitus* da comunidade, viabilizando o aprendizado sensorial por meio do paladar, do olfato e da textura dos pratos preparados.

Além do pescado e da galinha caipira, criados em cultura local para subsistência (Figura 88), os estudantes retribuem a afetividade desenvolvida preparando, em um dos dias de imersão, o jantar com base em seus hábitos de origem, provendo aos comunitários um momento recíproco de experimentações, tornando-se um efetivo processo de interculturalidade.

Figura 88 – Alimentos consumidos durante a estadia dos estudantes em Buritizal



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

5.3.1.6 Hospitalidade do acolhimento em acomodação rede e café

A prática da hospitalidade, presente no acolhimento e acomodação dos estudantes no formato rede e café, tornou-se um estilo padrão no planejamento e na gestão da comunidade. Para recebê-los, os comunitários anfitriões preparam o redário para comportar a quantidade de visitantes, ao passo que a agência de turismo especializada providencia as redes e os mosquiteiros acoplados para evitar picadas de insetos. Ao final da estadia, os estudantes turistas têm a opção de levar consigo os artigos de enxoval, porém muitos fazem a doação para ser lavado e utilizado possivelmente por outros viajantes.

Mediante esse cenário, as práticas turísticas comunitárias em Buritizal podem ser sintetizadas por intermédio da esquematização apresentada no Quadro 36, a qual elucida as relações e os agentes envolvidos, constituindo as bases para a construção de seu campo social.

Quadro 36 – Práticas turísticas comunitárias em Buritizal

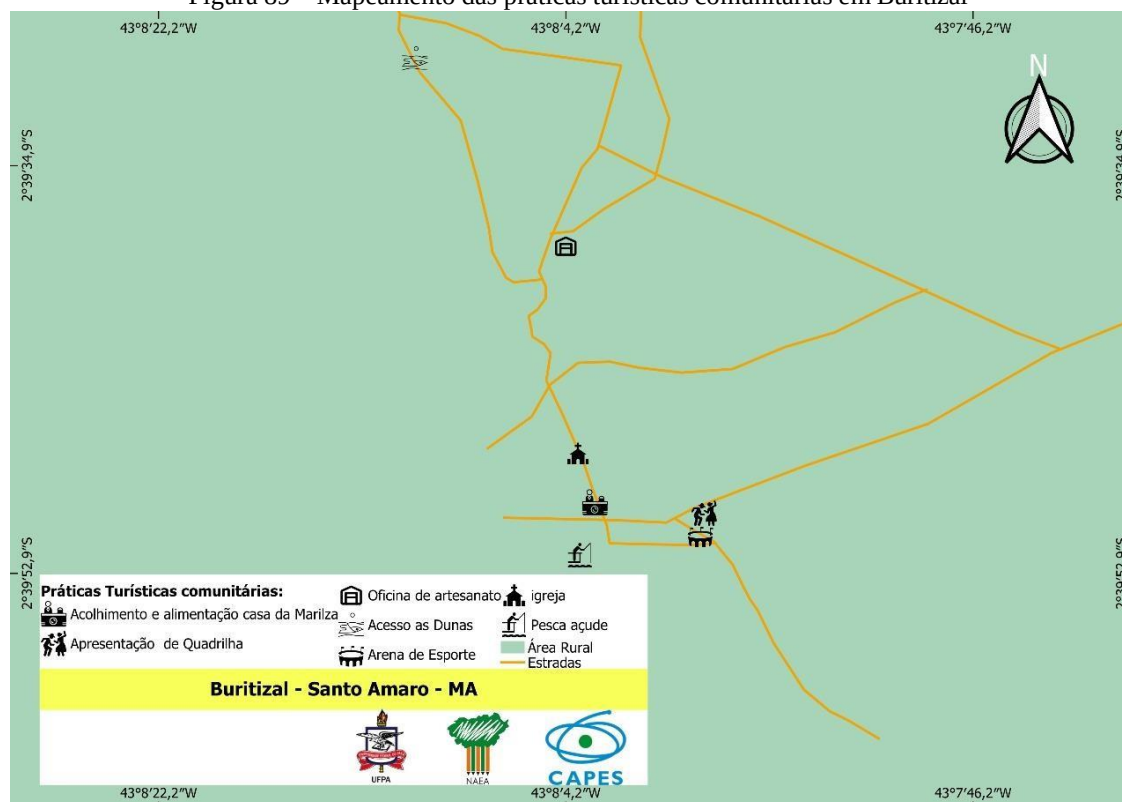
Metodologia escolar	Imersão turística pedagógica – prática de cidadania		
Forma de gestão	Gestão de base comunitária em nível de transformação social		
	Prática turística comunitária	Características	Local em que acontece
	Aprendizagem a partir da oficina de artesanato	Interação entre estudantes turistas e artesãos de Buritizal na confecção de artesanato.	Casas de artesanato das comunitárias
	Lazer nas dunas e lagoas do PNLM	Interação entre estudantes turistas e comunitários em lazer nas lagoas.	Dunas e lagoas do PNLM
	Ludicidade da dança na quadrilha junina	Interação entre estudantes turistas e comunitários na dança junina.	Arena de esportes da comunidade Buritizal
	Técnicas artesanais de pesca em açude	Interação entre estudantes turistas e comunitários na prática da pesca.	Açudes de propriedade privada em Buritizal
	Comensalidade com base na culinária local	Interação entre estudantes turistas e comunitários na alimentação.	Casa da comunitária anfitriã
	Hospitalidade do acolhimento em acomodação rede e café	Interação de estudantes turistas com o modo de vida local.	Casa da comunitária anfitriã

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O mapeamento das práticas turísticas comunitárias em Buritizal (Figura 89) revela como espacialmente os encontros e trocas simbólicas se estabelecem e concretizam experiências diversas favorecidas pela reciprocidade e solidariedade entre os agentes comunitários e turistas.

No caso dos estudantes que visitam Buritizal, as sociabilidades originadas se diferenciam a partir dos objetivos propostos pela escola em desenvolver um processo vivencial de aprendizagem, compartilhando práticas e exercitando abordagens interativas que beneficiam sob uma perspectiva bilateral todos os agentes dispostos no núcleo do campo social.

Figura 89 – Mapeamento das práticas turísticas comunitárias em Buritizal



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base nas observações diretas que possibilitaram o mapeamento de tais práticas na comunidade de Buritizal, buscou-se, ainda, conhecer percepções e princípios estruturados no *habitus* coletivo, conduzindo entendimentos mais claros sobre as forças e os mecanismos que atuam nas configurações do turismo e sua capacidade de impacto e transformação social.

5.3.2 Percepções e princípios sobre as práticas turísticas comunitárias em Buritizal

A partir das entrevistas realizadas com representantes de 11 famílias, por meio de uma amostragem não probabilística por conveniência, durante a pesquisa de campo III, em julho de 2024, estimou-se que a comunidade Buritizal é composta por mais de 90 famílias, totalizando uma população média de aproximadamente 400 pessoas.

No transcurso do processo de investigação, constatou-se que, entre 11 representantes entrevistados, cinco atuam no turismo, desempenhando atividades como artesanato, condução de visitantes e transporte em veículos. Os demais atribuíram o não envolvimento com o turismo ao desinteresse e à falta de oportunidades ao longo do tempo, além do comprometimento com atividades agrícolas.

Além das práticas turísticas comunitárias desenvolvidas desde 2015, a comunidade Buritizal integrou, em 2016, o projeto de criação da Rota das Areias, um roteiro turístico envolvendo várias comunidades localizadas na região das areias, dentro e fora das delimitações do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Subsidiado e estimulado pela Universidade Estadual do Maranhão, o projeto favoreceu a sensibilização e a mobilização dos comunitários em Buritizal para conhecer as possibilidades do turismo de base comunitária, tendo em vista o potencial das cadeias produtivas agrícolas e culturas desenvolvidas, além dos recursos naturais existentes no território.

Conforme relato pela Entrevistada A, da comunidade de Buritizal: “Quando comecei a receber os alunos, não sabia do nome TBC, conheci através da UEMA”. Nesse sentido, a iniciativa contribuiu para que os comunitários de Buritizal passassem a ter uma percepção mais clara sobre os caminhos de envolvimento com o turismo a partir de suas práticas locais.

Posteriormente, esse movimento despertou o olhar de outros agentes institucionais no apoio ao desenvolvimento do turismo comunitário, evidenciado pelas ações de qualificação promovidas pela Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão e pela inclusão da comunidade no projeto de “Fortalecimento da Rede de Turismo de Base Comunitária em Santo Amaro do Maranhão”, desenvolvido pela Universidade do Maranhão, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA).

Para além da perspectiva do apoio institucional, sob o olhar dos comunitários, o turismo representa uma oportunidade de geração de renda e benefícios, materializados no acolhimento de turistas em suas residências e nas experiências de trocas desenvolvidas. Nessa direção, os princípios que norteiam as práticas turísticas em Buritizal perpassam pela preservação do meio ambiente, pelo respeito ao ritmo da comunidade, ao silêncio e pela valorização dos comunitários.

Tais princípios se solidificam como diretrizes centrais para a gestão das práticas turísticas comunitárias realizadas no povoado. Elas geram satisfação e oportunidades estimuladas pelos fluxos turísticos, como a comercialização de produtos baseados na bioeconomia, na gastronomia e no conhecimento tradicional, a exemplo do doce de buriti (*Mauritia flexuosa*), licores de jenipapo (*Genipa americana*), murici (*Byrsonima crassifolia*) e caju (*Anacardium occidentale*), além de biscoitos artesanais (Figura 90).

Figura 90 – Produtos artesanais da bioeconomia em Buritizal



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em vista disso, é perceptível que o turismo contribuiu para transformar a percepção de muitos comunitários em Buritizal, ao passo que o apoio de agentes externos propiciou uma espécie de “educação turística”, ampliando a compreensão local sobre as dinâmicas de desenvolvimento sustentável associadas a essas práticas sociais.

6 PERCEPÇÕES E MECANISMOS DE INFLUÊNCIAS SOBRE A GESTÃO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS COMUNITÁRIAS EM BETÂNIA, BURITIZAL E SATUBA

6.1 Experiência de visitação nas comunidades de Satuba e Betânia: aplicação da metodologia viagem ou visita focal

A viagem focal ou visita focal, constitui-se como uma adaptação metodológica do grupo focal ao campo científico do turismo, oferecendo uma oportunidade de observar interações e comportamentos em contextos reais de visitação. Por meio dessa abordagem, é factível captar percepções sobre o fenômeno turístico mediante a experiência de visitação de agentes sociais em determinado atrativo ou localidade.

Ante o exposto, a visita focal se fundamenta na arregimentação dos principais agentes do campo estudado para a realização de uma visita ao lócus de pesquisa, em que ocorre a experiência turística nas comunidades pesquisadas, orientando a visita para que os participantes possam observar determinados elementos das práticas. A partir daí, o pesquisador observa o grupo em visita, anotando em caderno de campo as principais impressões captadas nos comportamentos dos visitantes. Após a visita, o grupo se reúne para a troca de informações e impressões, com direcionamento dos tópicos provocados pelo pesquisador, como as observações sobre a atividade, os problemas identificados, a natureza da experiência e outras questões importantes (Figueiredo, 2024).

Tendo ciência desse propósito, a presente pesquisa aplicou a metodologia da viagem focal como um experimento voltado à obtenção de percepções sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias. Para isso, foi realizado um roteiro de experiências nas comunidades de Satuba e Betânia, em Santo Amaro do Maranhão entre os dias 4 e 5 de junho de 2024, com a participação de um grupo convidado composto por oito pessoas, selecionadas por representarem os principais agentes sociais vinculados à pesquisa e ao território em análise.

A seleção dos agentes envolvidos ocorreu por meio de amostra não probabilística por conveniência e disponibilidade, representados pelos seguintes grupos de agentes: institucionais (SETUR-MA, ICMBio, SETUR Santo Amaro e UFMA); comunitários (empreendedoras de Buritizal e Betânia) e de mercado (agências de turismo receptivo e hospedagem). Cada representante recebeu um convite formal com a proposta de viagem e visita às comunidades destacadas para uma imersão em práticas turísticas por meio de um roteiro protagonizado e conduzido pelos próprios moradores.

Nesse planejamento metodológico, elaborou-se um formulário com 21 questões de avaliação e análises sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias vivenciadas. Tal instrumento foi entregue a cada participante ao final de cada roteiro em ambas as comunidades para preenchimento de suas percepções.

Para a formulação do questionário, consideraram-se algumas variáveis de observação e avaliação da gestão sobre as práticas turísticas comunitárias, como: segurança turística; logística de acesso; hospitalidade; interpretação ambiental e cultural; experiência de alimentação; resíduos sólidos; interação; integração; organização; transmissão sociocultural; qualidade de vida; e o *habitus*.

Durante a operacionalização da viagem focal, determinou-se como ponto de encontro a Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro do Maranhão. Com a chegada e reunião do grupo, iniciou-se a programação prevista. Na comunidade Satuba, o grupo foi acolhido por uma família de comunitários anfitriões, responsável pela condução das atividades. As práticas desenvolvidas incluíram: visitação à casa de farinha, passeio de veículo tracionado pelos arredores da comunidade e almoço coletivo com base na culinária local.

Em Betânia, os agentes foram recebidos por uma comunitária anfitriã preparada para a condução em um roteiro pela comunidade, cujas práticas desenvolvidas foram contemplação do pôr do sol, experiência gastronômica com base na culinária local, passeio de barco, caminhada, degustação de tiquira, roda de conversa para contação de histórias da comunidade com moradores mais antigos, visitação à casa de farinha e deslocamento em veículo tracionado pelo PNLN.

Ao final da experiência, além das impressões individuais dos agentes participantes, coletadas por meio do preenchimento dos formulários, reuniu-se o grupo para compartilhamento oral das experiências vivenciadas, registrando em caderno de campo todos os discursos pertinentes para o enriquecimento das análises desta pesquisa.

6.1.1 Experiência de viagem ou visita focal na comunidade de Satuba

Conforme os dados obtidos por intermédio dos formulários preenchidos pelos agentes participantes em Satuba, observou-se que a gestão logística de acesso acompanha foi bem avaliada, resultando em uma percepção positiva quanto à experiência de visitação. Outro aspecto relevante da gestão das práticas foi a segurança turística, também avaliada de modo favorável pelos participantes, com destaque para o deslocamento realizado entre a sede de Santo Amaro do Maranhão e a comunidade investigada.

Essa avaliação decorre, principalmente, da compreensão de que o transporte utilizado é tradicional na região dos Lençóis Maranhenses, conduzido por motoristas locais que detêm o conhecimento do percurso. A curta distância entre a sede e a comunidade contribui para a sensação de segurança dos visitantes. Contudo, os agentes da visita focal evidenciaram a necessidade de melhorias na estrutura de sinalização e acesso às comunidades.

A hospitalidade foi percebida pelos agentes logo na chegada à comunidade, proporcionando uma sensação de acolhimento desde o primeiro contato e interação com os comunitários anfitriões. Nesse contexto, a imagem construída pelos agentes participantes indicou que os moradores apresentavam um perfil hospitaleiro, caracterizado pela atenção, receptividade e disposição para interagir e compartilhar informações sobre a realidade local. Durante o processo de visitação, em que o grupo percorreu a comunidade de Satuba em veículo tracionado, seguido da visita à casa de farinha, sete dos oito agentes da imersão indicaram que a transmissão das informações sobre a comunidade foi efetiva, particularmente, nos aspectos referentes à fabricação de farinha de mandioca e a outros elementos da culinária local.

Com base nessa experiência, a gestão da visitação na comunidade apresentou, segundo os participantes, os seguintes pontos prioritários de melhoria: implantação de sinalização turística; controle da circulação de suínos (Figura 91) em áreas de interação com visitantes, por questões sanitárias; ampliação dos pontos de visitação; construção de quiosque de apoio com informações básicas sobre a comunidade; melhorias na infraestrutura de acesso e na comunicação móvel; elaboração de material informativo sobre as práticas turísticas locais; e definição de política de preços para os serviços de alimentação e hospedagem.

Figura 91 – Circulação de suínos pela comunidade Satuba



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No que se refere à visitação turística enquanto prática, os agentes avaliaram como boa e excelente a condução realizada pelos comunitários anfitriões, e entre boa e muito boa a gestão dos empreendimentos turísticos visitados, ainda em processo de consolidação. Apesar da avaliação positiva, foi ressaltada a necessidade de desenvolver atividades mais práticas durante a visita, de modo a ampliar a interação e o envolvimento do turista no processo de imersão comunitária.

Quanto à experiência de alimentação com base na culinária local, os participantes avaliaram tal prática turística como muito boa e excelente, destacando-se pelo despertar dos sentidos gustativos a partir do uso de insumos locais. Todavia, essa vivência trouxe à tona uma questão complementar: a gestão de resíduos sólidos na comunidade em Satuba. A percepção do grupo indicou a ausência de uma preocupação sistematizada com o descarte de adequado resíduos, sendo citada como exemplo a água da cozinha, frequentemente descartada a céu aberto, sem infraestrutura apropriada, o que resulta no lançamento de efluentes diretamente no meio ambiente.

Diante disso, foram apontados como principais pontos de melhorias para a gestão dos empreendimentos visitados: a adoção de práticas de conservação ambiental; a ampliação dos espaços dos redários; a definição de preços; a organização financeira básica; e investimentos em capacitação profissional. Ao considerar uma escala referente ao nível de interação entre visitantes e comunitários, o grupo de agentes avaliou que esse processo ocorreu de modo frequente e muito frequente durante as práticas turísticas. Perante isso, levantou-se o questionamento: a visitação realizada em Satuba é ou pode ser considerada uma experiência de Turismo de Base Comunitária?

Nessa perspectiva, o grupo relatou que as práticas turísticas comunitárias vivenciadas podem ser consideradas como uma forma de TBC, sobretudo por promoverem imersão, aprendizado e interação, revelando o cotidiano das famílias, o modo de vida local, os costumes, a história e a experiência gastronômica da comunidade. Todavia, destacaram a necessidade de promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pelo turismo e de ampliar o envolvimento de outras famílias na oferta de serviços, uma vez que a atuação ainda se concentra em um número restrito de comunitários.

Para contribuir com o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária em Satuba, deve-se valorizar as práticas como o artesanato com fibra de buriti (Figura 92), a organização de restaurantes, a estruturação de áreas de banho e trilhas em áreas verdes para observação da fauna e flora, além da gestão de informações turísticas sobre a comunidade. Também se destaca

a relevância da formação de jovens como condutores de visitantes e da ampliação do roteiro turístico pela localidade.

Figura 92 – Linho da fibra do Buriti (*Mauritia flexuosa*) usado para o artesanato



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As percepções dos agentes podem contribuir para o fortalecimento e a estruturação da Rota das Areias e da Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro do Maranhão, ampliando as estruturas de conexão entre as práticas turísticas das várias comunidades que pertencem a essa região. Como fundamentos do TBC, a integração, a organização e a interação entre os próprios comunitários são premissas indissociáveis do fortalecimento do acúmulo de capital social.

Nessa senda, a percepção do grupo de viagem, ou visita focal, foi bastante favorável para observar e identificar tais aspectos, encontrando-os, basicamente, nas atividades participativas de preparo das refeições, em que a comunidade, na presença feminina, envolve-se e ajuda no processo com a divisão de tarefas, além da possibilitar o sentar-se à mesa no processo de comensalidade entre moradores e turistas.

Pensando nisso, os participantes da visita focal perceberam também que os comunitários de Satuba transmitem suas práticas culturais como forma de valorização, observadas pelos comportamentos e atitudes no decorrer da experiência de visitação, em que se deixam

transparecer amor, paixão e orgulho pelos saberes e fazeres locais, em especial pela fabricação de farinha de mandioca.

Em decorrência desse cenário, as práticas turísticas comunitárias, antes de mais nada, devem prover benefícios mútuos para os moradores de Satuba. Para o grupo de experimento, existem necessidades básicas, percebidas, de forma superficial, mas norteadoras para a melhoria da qualidade de vida na comunidade, como acesso à educação de qualidade, orientações em saúde voltadas à realidade dos trabalhadores rurais, disponibilidade de meios de comunicação e transporte para a população, além de saneamento básico, tratamento da água e do esgoto.

É imperioso elucidar que a experiência de visitação na comunidade de Satuba marcou significativamente a percepção dos agentes, sobretudo, pelas observações quanto à hospitalidade, à receptividade, à estrutura e à organização da casa de farinha, tal como pelas habilidades comunicativas dos comunitários.

6.1.2 Experiência de viagem ou visita focal na comunidade de Betânia

Em se tratando da experiência de visitação à comunidade de Betânia, evidenciou-se o deslumbramento ante a paisagem distinta da observada em Satuba (Figura 93), particularmente, por sua localização dentro dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, próxima ao campo de dunas e lagoas.

Figura 93 – Paisagem de Betânia próxima às dunas e lagoas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tal cenário reflete a percepção de que existem várias realidades nos Lençóis Maranhenses, assim como uma pluralidade de territórios, demonstrando a heterogeneidade das práticas culturais, mesmo que haja algumas homogeneidades na classe das paisagens da região. Diante disso, a percepção do grupo de experimento da viagem focal – tanto na individualidade de seus agentes quanto em suas representações funcionais e sentimentos compartilhados durante a visita – coopera com a construção do campo das práticas turísticas comunitárias, ao elucidar como essas localidades conduzem seus processos de desenvolvimentos a partir de formas próprias de planejamento e gestão.

Vale ressaltar que os conceitos, empregados nesta tese, não se restringem aos processos puros da administração científica, mas se referem aos formatos próprios de condução das práticas locais, conforme o *habitus* da comunidade. Tais formas, por sua vez, podem ser transformadas em função das interações com turistas e/ou das influências de agentes externos, sendo adaptadas, em certa medida, aos padrões de mercado exigidos conforme o nível dessas interações.

Nesse entendimento, a gestão da logística de acesso à Betânia foi considerada muito boa pelos participantes, uma vez que a comunidade pode ser acessada tanto por um trajeto que perfaz o campo de dunas desde a sede do município ou por um caminho, realizado, principalmente pelos moradores, em sentido contrário ao PNLN. Nessa realidade, os agentes sociais representados verbalizaram ter se sentido seguros durante o transporte, o que reflete positivamente na percepção de segurança turística, evidenciada pelas habilidades dos condutores de veículos e pela tradicionalidade do deslocamento em carros 4x4 pela região. Em contrapartida, aponta-se a necessidade de melhorias na sinalização do caminho sobre as dunas e nas áreas de riscos de acidentes.

Um fator marcante no início da experiência dos agentes na visita à Betânia refere-se à hospitalidade e ao acolhimento, considerados fortes e existentes no processo de interação em todos os encontros. Diferentemente de Satuba, a comunidade de Betânia já está habituada aos fluxos de visitantes que buscam a oferta gastronômica. O processo de interação, nesse contexto, pode assumir características distintas daqueles que procuram por uma experiência de imersão mais ampla, em que a alimentação não é o único elemento central da vivência turística.

Segundo a percepção do grupo, a transmissão das informações e a interpretação ambiental e cultural disponibilizaram um vasto conhecimento sobre as práticas locais, favorecendo um entendimento geral da proposta. Tal aspecto possibilitou o conhecimento de várias peculiaridades locais, assim como entender a história, a cultura e o ambiente por meio

de passeio a pé ou em uma embarcação. Na visão dos participantes do experimento, a anfitriã que conduziu o grupo por Betânia contribuiu para o enriquecimento da visitação.

Essa condução (gestão) da prática viabilizou a inserção de diversos comunitários na experiência turística, mesmo aqueles que não trabalhavam ou não se identificavam com o turismo, o que promoveu contatos diversos com as práticas culturais locais, como a visita em casas de moradores antigos para uma roda de conversa e a visitação até a casa de farinha.

Esses momentos foram importantes para construir uma percepção sobre as oportunidades de melhorias na gestão da visita pela comunidade de Betânia realizada pelos agentes sociais representados e revelaram, ainda, os seguintes pontos de atenção: necessidade de demarcação de um tempo exato para a visita na comunidade, oferecimento de oferta ao público que pratica a travessia (*trekking*), implantação de uma taxa nos empreendimentos para que o turismo beneficie toda a comunidade, necessidade de organizar uma associação e criar um centro cultural para contar as histórias sobre a comunidade.

Em face dessas percepções, avaliou-se a condução da visitação pela comunidade Betânia entre boa e muito boa, levando em conta a natureza do experimento. Além disso, na gestão dos empreendimentos turísticos, foram observadas a organização do atendimento e a produção de refeições, avaliadas como boas em uma escala que atinge até a excelência. Tal percepção se deve ao fato de que a experiência dos participantes restringiu-se aos serviços na linha de frente, limitando uma visão mais ampla da gestão interna das práticas turísticas.

Essas avaliações refletem as evidências observadas e as necessidades sentidas pelos agentes ao apontarem os principais problemas relacionados à gestão dos empreendimentos comunitários, como odor na água utilizada para o banho, precariedade na disponibilidade de internet sem fio e o descarte inadequado de garrafas de vidro. Esse último evidencia a ausência de uma gestão eficaz dos resíduos sólidos em Betânia, além da carência de técnicas como a compostagem para o reaproveitamento do lixo orgânico. Apesar dessas limitações, a experiência de alimentação baseada na culinária local foi avaliada com muito boa e excelente, destacando-se os restaurantes como símbolos da prática turística em Betânia (Figura 94).

Figura 94 – Restaurantes de Betânia e suas estruturas para acolhimento dos turistas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como pontos de melhorias para a gestão dos empreendimentos turísticos de Betânia, o grupo de viagem focal elencou: descarte correto do lixo, definição da capacidade de carga (quantidade máxima de pessoas por grupos e por dia para atendimento) e investimento em orientações e capacitações. Nesse desfecho, os componentes da atividade de investigação desenvolvida indicaram que a interação com os comunitários durante esse processo foi muito frequente, de modo que a visita realizada pela comunidade permitiu averiguar se tratar de uma experiência de Turismo de Base Comunitária.

Essa resposta se justifica mediante a observação do envolvimento de muitas famílias em atividades e práticas diversas do roteiro vivenciado, além disso foi possível observar que os próprios comunitários oferecem os serviços de alimentação. Isso demonstrou ao grupo de viagem focal a existência de um processo de integração, organização e interação entre os moradores que protagonizam o turismo local.

Em vista disso, a percepção dos agentes representantes indica que a comunidade é integrada. Embora não haja uma liderança formal estabelecida, tal aspecto permite inferir a existência de um capital social acumulado fortalecido por vínculos, sobretudo, pelos laços parentais predominantes na localidade.

Ainda alinhadas a essa perspectiva dos agentes, algumas ações e práticas podem contribuir para o fortalecimento do TBC em Betânia, como a comercialização de artesanato, a oferta de frutas típicas da região, a construção da casa de memória da comunidade, o desenvolvimento de atividades de entretenimento e lazer nos empreendimentos turísticos familiares e a ampliação do roteiro de visitação pela comunidade. A intenção de divulgar suas práticas culturais também foi percebida nas rodas de conversa com moradores mais antigos e durante a visitação à casa de farinha, em que os residentes foram reconstruindo toda a história e o conjunto de atividades que existiam.

Diante dessas considerações, advindas do olhar de agentes externos à Betânia, buscou-se compreender também a perspectiva da coletividade local no que concerne às necessidades para a melhoria da qualidade de vida. Entre os principais pontos elencados, destacam-se: a constituição de uma associação para garantir representatividade e a conquista de direitos; a regularização da distribuição de merenda escolar; a diminuição da sobrecarga de trabalho nos restaurantes; a melhoria na coleta de lixo e na gestão de resíduos sólidos; a implantação de sistema de esgoto e tratamento de água; além de controle da capacidade de carga turística.

A qualidade de vida, na concepção de desenvolvimento, está imersa nas estruturas que constituem o *habitus* da coletividade de Betânia. Entre as percepções apreendidas acerca desse aspecto, entendeu-se que, além das regras institucionalizadas pelo ICMBio no âmbito do PNLN, a própria comunidade adota formas autônomas de regulação, como a proibição da construção de casas por pessoas não nativas. Tal postura configura-se como um gesto de resistência e preservação de suas práticas culturais e tradicionais.

As impressões marcantes do grupo experimental sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias em Betânia se fundamentam na receptividade dos moradores, nos recursos naturais e paisagens, na concentração dos fluxos de turistas convencionais – via agências – nos empreendimentos, na relação da comunidade com o avanço da natureza, no surgimento dos cinco restaurantes locais, no conhecimento dos moradores sobre o Parque Nacional, nos aspectos de mobilidade e características das embarcações.

Em síntese, identificaram-se percepções coletivas sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias em Satuba e Betânia: todos os participantes relataram ter se sentido acolhidos; todos vivenciaram práticas culturais durante a visitação; todos reconheceram as experiências como alinhadas aos princípios do TBC; e todos observaram aspectos de integração, organização e interação entre os comunitários, ainda que manifestados de formas distintas.

Os participantes avaliaram a gestão das práticas turísticas em Satuba em níveis de visitação e empreendimento turístico como muito boa, embora tenham apontado problemas e

sugerindo melhorias. Já em Betânia, a avaliação constou como muito boa quanto à gestão da visitação e boa no que tange à condução dos empreendimentos, apontando preocupações e ideias para mudanças necessárias. Dentro das representatividades, observou-se que, nas funções e responsabilidades individuais, os agentes enxergaram alguns problemas e necessidades que constam, inclusive, dentro de suas competências para solução, principalmente, os agentes institucionais.

Desse modo, a aplicação metodológica da viagem focal contribuiu para interpretar as percepções dos agentes externos sobre as formas de gestão das práticas turísticas comunitárias, evidenciando, sobretudo, questões-problema cujas soluções dependem da atuação dos agentes institucionais no que tange ao estímulo ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária e à melhoria da qualidade de vida das populações que habitam comunidades na região dos Lençóis Maranhenses.

Em contrapartida, essas percepções também revelam uma necessidade premente de uma organização comunitária mais efetiva, capaz de exercer representatividade e reivindicar, de forma articulada, as soluções que requerem o envolvimento desses agentes externos. Com o intuito de sistematizar os resultados obtidos a partir da aplicação da viagem focal, os principais aspectos observados em ambas as comunidades estão representados no Quadro 37.

Quadro 37 – Percepções dos agentes da viagem focal em Satuba e Betânia

Comunidade Satuba	Comunidade Betânia
Nem todos os agentes representantes conheciam a comunidade.	Nem todos os agentes representantes conheciam a comunidade.
Gestão logística de acesso boa.	Gestão logística de acesso muito boa.
Segurança turística parcialmente favorável.	Segurança turística favorável .
Todos se sentiram acolhidos.	Todos se sentiram acolhidos.
Transmissão efetiva sobre as informações da comunidade pelos moradores locais.	Transmissão efetiva sobre as informações da comunidade pelos moradores locais.
Todos tiveram contato com práticas culturais locais.	Todos tiveram contato com práticas culturais locais.
Gestão da visitação é muito boa.	Gestão da visitação muito boa.
Gestão dos empreendimentos é muito boa.	Gestão dos empreendimentos boa.
Experiência de alimentação entre muito boa e excelente.	Experiência de alimentação entre muito boa e excelente.
Interação com comunitários muito frequente.	Interação com comunitários frequente.
Todos consideram como TBC.	Todos consideram como TBC.
Nem todos perceberam integração, organização e interação entre comunitários.	Todos perceberam integração, organização e interação entre comunitários.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

6.2 Visão sobre as práticas turísticas comunitárias por agentes locais institucionais e associativos em Santo Amaro do Maranhão

Com base nas investigações bibliográficas, análise documental e entrevistas realizadas com representantes da Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro e do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), no âmbito da pesquisa de campo I, conduzida entre fevereiro e março de 2024, foi possível compreender as relações estabelecidas entre agentes comunitários, institucionais e associativos locais no processo de desenvolvimento das práticas turísticas nas comunidades.

6.2.1 Agente local institucional: Secretaria Municipal de Turismo

Nessa análise, constatou-se que, até o período da presente pesquisa, o município não possui uma política municipal de turismo instituída. A última versão disponível data de 2008 e não passou por atualizações. Dessa maneira, os únicos documentos que orientam a atividade turística são planos de ação elaborados a cada gestão, os quais carecem de subsídios básicos de planejamento, como o inventário turístico e o plano municipal.

Além desse panorama, as únicas legislações existentes, que se referem ao turismo no município de Santo Amaro do Maranhão, são a Lei nº 243/2017, que institui o sistema de ordenamento e controle de visitação turística nas áreas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses através do *voucher* único, e a Lei nº 329/2023, que institui a taxa de turismo sustentável no município. Em instrumentos mais antigos, como a Lei orgânica municipal nº 01/2016, versão atualizada, e o Plano Diretor, notam-se poucas menções sobre o turismo, porém nada relacionado ao turismo em comunidades.

Em todo processo legislativo relacionado à criação de políticas públicas voltadas ao turismo, são realizadas audiências públicas em que as pautas são discutidas com a participação de representantes das comunidades, conforme relatado por um dos entrevistados. Além disso, a relação entre a Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro e as comunidades acontece, essencialmente, no início do ano, no meio e no final da alta temporada (meses de junho e setembro), por meio de visitas aos povoados para acompanhamento das operações turísticas.

São realizados alguns serviços públicos de turismo nas comunidades, em parceria com a SETUR-MA, incluindo ações como qualificações profissionais e cadastro de artesãos. No que concerne ao Turismo de Base Comunitária, o entrevistado observou a inexistência de um trabalho ativo da gestão pública municipal no sentido de estimular práticas dessa natureza

dentro das comunidades. Em vez disso, são os próprios comunitários que procuram, presencialmente, o órgão com a intenção de ingressar no setor.

A análise desse cenário revela que os agentes institucionais locais concentram-se prioritariamente na inclusão produtiva de moradores na cadeia do turismo convencional, em detrimento do incentivo ao protagonismo e à valorização das práticas turísticas nos próprios territórios. As poucas iniciativas que contemplam comunidades tradicionais e suas práticas turísticas na agenda pública são identificadas em materiais promocionais voltados a eventos de mercado, destacando, principalmente, Ponta Verde, Travosa e Betânia.

Diante do exposto e das observações em entrevista, verificou-se a inexistência de estímulo da gestão pública municipal voltadas às práticas turísticas comunitárias no território. Na verdade, observam-se apenas intenções de ampliar o processo de planejamento, que ainda se mostra inexistente de forma estruturada. As ações realizadas concentram-se, majoritariamente, em fomentar os fluxos provenientes de atividades convencionais do mercado.

6.2.2 Agente local associativo: Conselho Municipal de Turismo

Com o importante foco em conduzir os processos consultivos e/ou deliberativos de um município, o Conselho Municipal de Turismo representa a coletividade dos agentes sociais com voz e vez para o direcionamento das políticas públicas de turismo. Em Santo Amaro do Maranhão, o COMTUR foi criado em 2015, porém iniciou suas operações, enquanto entidade mais atuante, apenas a partir de 2023 com a participação de 20 membros das diversas categorias dentro do turismo municipal.

Para entender as relações da entidade com o turismo em comunidades, realizou-se entrevista com a vice-presidente do Conselho, considerando sua disponibilidade em colaborar com os resultados da pesquisa. Verificou-se que, na composição do COMTUR, há a presença de representantes comunitários, como das localidades de Boa Vista, Ponta Verde e Satuba. No entanto, o plano de ação da governança não contempla ações específicas voltadas aos territórios comunitários. Essa evidência reforça a constatação de que o turismo em Santo Amaro do Maranhão tem sido planejado para atender às demandas do mercado convencional, o que, inclusive, contribui para que moradores de comunidades como Satuba busquem oportunidades de emprego no setor turístico fora de seus territórios.

Para a representante do COMTUR, o turismo empreendido nas comunidades obteve grandes avanços, tomando forma de tal forma que “eles estão começando a conhecer a importância das atividades praticadas lá”. O que se percebe é um distanciamento entre as

instâncias de governança e as oportunidades concretas de desenvolvimento das práticas turísticas comunitárias. Muitas comunidades seguem invisibilizadas em suas potencialidades de atuação no turismo, sobretudo, pela ausência de valorização ou de interesse do mercado convencional sobre as experiências comunitárias e em seus territórios.

Mesmo assim, segundo a representante da entidade, a atuação do COMTUR é considerada essencial para garantir a participação das comunidades na governança do turismo local, sendo comum a busca ativa por representantes para compor o Conselho. Todavia, constata-se que nem todas as comunidades que desenvolvem práticas turísticas em Santo Amaro do Maranhão estão próximas ou têm conhecimento efetivo sobre a função e o papel do Conselho Municipal de Turismo diante das alternativas de desenvolvimento.

6.3 O mercado convencional e seus mecanismos de influências sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias

Assim como em outros destinos turísticos, na região dos Lençóis Maranhenses, o mercado turístico convencional é caracterizado pela oferta de passeios tradicionais, integrando toda a cadeia produtiva do turismo local – agências, meios de hospedagem, transportes turísticos, restaurantes etc. Esse modelo atende a uma demanda de turistas ávidos, particularmente, pela visita às dunas e lagoas. Uma das características desse mercado, que influencia na qualidade ambiental dos atrativos turísticos naturais, como as lagoas, são os intensos fluxos de visitantes que, de forma desordenada, podem sobrecarregar a capacidade de carga física desses ecossistemas.

O mercado turístico convencional direciona-se para um consumo estimulado pela promoção do destino, em detrimento do crescimento constante da procura por lugares que representem unicidade e experiências de contato com a natureza. A dinâmica desses mercados incide no crescimento econômico de núcleos receptivos, geralmente, sedes de municípios turísticos de grande importância, em cenário nacional e internacional, dispondo de infraestrutura adequada e equipamentos preparados para receber essa demanda, em especial, em alta temporada.

Na realidade dos Lençóis Maranhenses, além dos passeios convencionais aos grandes Lençóis ou pequenos Lençóis, existem comunidades tradicionais dentro e fora do PNLN que protagonizam suas práticas turísticas em seus territórios, sem a presença de empresas convencionais de mercado, a exemplo de franquias de restaurantes. Isso torna as práticas turísticas comunitárias como roteiros alternativos diferenciados do tradicional e funcionam

como estímulos para a transformação social e a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Apesar de tais práticas acontecerem nas dinâmicas de seus territórios, em um modelo capitalista, de alguma forma, agentes externos podem pressionar mercados alternativos que ainda se baseiam nas relações simbólicas, como nas comunidades Satuba, Betânia e Buritizal. Dentro dessas realidades, esta pesquisa investigou a existência de mecanismos de influências do mercado turístico convencional sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias nessas localidades, tentando compreender também as posições de seus agentes no campo social na região dos Lençóis Maranhenses.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com agências de turismo receptivo localizadas na sede de Santo Amaro do Maranhão, durante a pesquisa de campo I, conduzida entre os meses de fevereiro e março de 2024. Utilizou-se uma amostragem por conveniência, em virtude da indisponibilidade de muitos agentes no período, alcançando uma amostra representativa de nove empresas credenciadas no Cadastur. Nesse contexto, a análise dos mecanismos de atuação das agências de turismo revelou que diversas comunidades locais, como Betânia, Ponta Verde, Rancharia, Travosa, Lavado, Queimada dos Britos, Espigão e América, são comercializadas como produtos turísticos.

Entretanto, constatou-se que mais da metade das empresas entrevistadas concentra suas atividades na oferta dos passeios comercialmente tradicionais, como dunas e lagoas do PNLM. Ainda que, em seus discursos, as mesmas agências reconheçam que a comercialização do destino “Lençóis Maranhenses” envolva dunas, lagoas e praias, além das experiências turísticas comunitárias, observa-se uma discrepância entre o discurso proferido e a efetiva operacionalização das experiências turísticas ofertadas.

Na amostra investigada, algumas delas evidenciaram a relevância das comunidades, porque “mostram a cultura com as belezas naturais”, ao passo que “o turista vem a passeio para conhecer também o modo de vida das pessoas”. Já outras relataram que “as comunidades estão dentro de alguns pontos muito importantes para os turistas e empresas locais”, assim como “a comunidade não se interessa, portanto, só uso para o almoço” ou, ainda, “não tenho parceria. A comunidade não tem proatividade”.

Esses dados demonstram que, a despeito de não ser percepção unânime entre as agências de turismo receptivo, há uma tendência em enxergar as comunidades como elementos acessórios ao produto principal, as dunas e lagoas. Assim, tornam-se coadjuvantes no processo de consumo do turismo convencional. Observa-se, ainda, que parte desses agentes de mercado

não mantêm relações de parcerias com os comunitários, sustentando a ideia de que haveria falta de proatividade ou interesse das comunidades em se alinhar aos seus objetivos no setor.

Segundo as entrevistas realizadas, alguns pontos de vista se destacaram positivamente quando questionados sobre a forma como os passeios em comunidades são comercializados. Relataram, por exemplo, que “comercializam ao turista a oportunidade de conhecer as comunidades e aproveitar as lagoas mais próximas a elas”. Assim como “as melhores experiências são feitas por um bom condutor ou guia de turismo, que mostra as particularidades das comunidades”. Ainda assim, prevalece a comercialização dos passeios convencionais.

A análise dos dados obtidos evidenciou que de todos os entrevistados 33% deles não conheciam o termo Turismo de Base Comunitária, mesmo revelando que, em quase 90% das agências de turismo receptivo entrevistadas, pelo menos, um dos colaboradores é de alguma das comunidades tradicionais do município. Isso significa que, para o mercado convencional das agências de turismo receptivo, pode ser mais vantajoso ter comunitários como colaboradores, detendo a hegemonia do poder de mercado e autonomia em suas decisões e atendendo às demandas, do que observar agentes comunitários protagonistas de suas práticas turísticas em seus territórios.

Assim, é possível inferir que existem fortes influências do mercado convencional sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses, tomando como base o cenário que comporta as comunidades investigadas nesta pesquisa. Sob tal ótica, na comunidade de Satuba, essas influências de mercado incidem indiretamente, uma vez que, numa perspectiva convencional, a localidade não apresenta atributos de valor para o mercado dos Lençóis Maranhenses. Dessa forma, não existem interesses em direcionar demandas para as práticas turísticas comunitárias possíveis na localidade, demonstrando a força desses agentes no campo.

Em contrapartida, oportuniza que a comunidade fortaleça sua governança local de turismo mediante seus atributos voltados para um mercado imerso nas relações sociais, constituindo, paralelamente, um campo fértil para perfis de turistas e agências dispostos a um turismo responsável, a um turismo de base comunitária.

Na realidade da comunidade Buritizal, as influências do mercado convencional local são quase imperceptíveis, visto que não existem fluxos de demandas do mercado convencional para seu território, dada a ausência de atributos como rios e lagoas, além disso os comunitários desenvolvem um mercado especializado a partir de uma demanda que valoriza a prática turística comunitária como oportunidade de imersão de cidadania e responsável.

Em Betânia, as influências do mercado convencional incidem de forma direta, posto que a comunidade apresenta atributos naturais de grande valor de mercado em seu território, como

rio, dunas e lagoas próximas, além da oferta diária de serviços de alimentação, atendendo a um público de turistas em regime de bate e volta, com horários bem definidos, exigindo padrões de gestão de mercado estabelecidos.

Essas influências diretas sobre a comunidade de Betânia demonstram, em outro viés, a necessidade de as práticas turísticas comunitárias comportarem-se em posição de resistência diante das pressões advindas do mercado convencional. Tais posições são estabelecidas no *habitus* da comunidade como mecanismo de controle sob a interferência direta dos agentes de mercado, dentre eles, agências de turismo e condutores ou guias. Um exemplo claro, relatado por uma entrevistada, representante de agência de turismo receptivo, demonstrou como esses mecanismos de controle agem sobre as influências do mercado convencional:

Certa vez, um casal de turistas que estava realizando um passeio pelas dunas pela nossa agência finalizou o circuito um pouco mais tarde e queriam almoçar em Betânia. Por volta das 15 horas, ligamos para um dos restaurantes para fazer o pedido e a resposta foi que não poderiam mais fazer, porque estavam fora do horário de trabalho e que estavam em seu tempo de descanso. Isso trouxe um grande transtorno (Entrevistada da agência de turismo receptivo).

Diante do exposto, evidencia-se que a comunidade também possui mecanismos próprios de controle e resistência às demandas do mercado convencional. Tais mecanismos são formados dentro do próprio *habitus* da comunidade ao respeitar seu ritmo e tempo com regras implícitas mediante a necessidade de repouso nos finais de tarde.

Em outros casos, como no relato de uma comunitária de Betânia, notou-se a deficiência no repasse de informações sobre as comunidades pelas agências e guias, de tal modo que um turista, certa vez, chegou a um dos restaurantes e questionou uma moradora: “você que é Betânia?”. Tal narrativa demonstra que há turistas, principalmente em regime bate e volta, que não conseguem ter uma leitura sobre o espaço e o território comunitário.

Em suma, os principais mecanismos de influência do mercado turístico convencional sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses podem ser descritos como a capacidade de direcionar a demanda turística (perfil e volume), a hegemonia sobre os processos associativos e consultivos da política pública de turismo local, a capacidade de definir valor e transformar os recursos naturais e culturais em mercadorias, a capacidade de transição de membros da comunidade para o mercado turístico convencional na condição de trabalhadores.

A capacidade de direcionamento da demanda turística pelo mercado de agências de turismo receptivo, na região dos Lençóis Maranhenses, baseia-se em controles sobre o perfil do

visitante (comportamento, interesse e poder aquisitivo) e no volume do fluxo para as comunidades (distribuição), revelando um cenário de condicionamentos e dependências para a existência de uma organização e oferta de experiências turísticas por algumas delas. Esse mecanismo influencia a autonomia das comunidades com mediação direta do mercado tradicional, que, em muitos casos, força adaptações e transformações sobre as práticas turísticas comunitárias (MacCanell, 2003; Urry, 2006).

No âmbito da governança turística em Santo Amaro do Maranhão, observa-se a hegemonia do mercado turístico sobre os processos associativos, conduzindo estratégias de influências em agendas coletivas, amontoando obstáculos sobre o acesso aos espaços de comunicação, diálogo e decisão, estabelecendo, sutilmente, níveis indutivos de restrição à participação efetiva dos agentes comunitários, exercendo domínio e monopólio sobre o planejamento e gerando desequilíbrio nas relações de poder (Gruppi, 1978).

O poder do mercado turístico convencional de atribuir valor econômico aos recursos naturais e culturais, convertendo-os em mercadorias, define o que pode ser considerado produto de consumo ao turista, exercendo uma função que atribui valores que, para a comunidade, possuem significados outros em um campo simbólico. Desse modo, a lógica comercial passa a ser regida pela rentabilidade, ao passo que a atratividade é determinada pelos interesses mercantis (Harvey, 1989; Bourdieu, 2007).

Observam-se, ainda, a cooptação e a incorporação dos moradores das comunidades tradicionais pelo mercado turístico convencional, sobretudo, no que concerne ao interesse pela força de trabalho em posições de subordinação (motoristas, condutores de visitantes e em serviços de hospedagem), o que pode implicar um processo de enfraquecimento da organização comunitária e as práticas turísticas nos territórios com a desarticulação dos processos que conduzem ao acúmulo de capital social e ao protagonismo (Jafari, 2005).

Ao analisar esse cenário de influências do mercado turístico convencional em Santo Amaro do Maranhão, nota-se um conjunto articulado de mecanismos que reproduzem relações assimétricas de poder com discursos que operam diferentemente de suas atuações no campo da prática turística, limitando a autonomia das comunidades na gestão do turismo em seus próprios territórios. Portanto, torna-se necessário enfrentar as estruturas hegemônicas estabelecidas historicamente, que funcionam como barreiras de transformação social na região dos Lençóis Maranhenses, ampliando a análise para além das ações operacionais, evocando críticas ao modelo turístico dominante.

Como maneira de evidenciar tais mecanismos e suas influências relacionadas à gestão das práticas turísticas comunitárias, listam-se algumas consequências favoráveis e desfavoráveis desse processo no Quadro 38, a seguir:

Quadro 38 – Mecanismos e consequências sobre as práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses

Mecanismos de mercado	Consequências sobre as práticas turísticas comunitárias	
	Favoráveis	Desfavoráveis
Capacidade de direcionar a demanda turística (perfil e volume)	Geração de emprego e renda	Dependência e pressão econômica Mudanças no espaço físico
Capacidade hegemônica sobre os processos associativos e consultivos da política pública de turismo local	-	Manipulação e controle sobre as decisões Direcionamento das políticas públicas do turismo local Distanciamentos da participação comunitária
Capacidade em definir valor e transformar os recursos naturais e culturais em mercadorias	Geração de demanda turística	Transformação das paisagens Impactos socioambientais negativos Controle sobre a definição da oferta turística promovida no mercado nacional e internacional
Capacidade de transição de membros da comunidade para o mercado turístico convencional	Geração de empregos	Enfraquecimento do protagonismo local Desarticulação das práticas turísticas comunitárias

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

6.4 A conservação ambiental e seus mecanismos de influência sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses

A categoria-tema, conservação ambiental ou conservação da natureza, é tratada nesta pesquisa sob a perspectiva do Sistema Nacional de Unidades de Conservação com seus dispositivos, normas e instrumentos que operam seus objetivos, sem desprezar as várias concepções e movimentos conservacionistas e preservacionistas gerados ao longo do tempo no Brasil. Diante disso, torna-se imperioso retomar alguns conceitos basilares, já discutidos em capítulos anteriores desta tese, mas que não se esgotam nesta discussão. Entre eles, destacam-se os conceitos de conservação da natureza e as categorias jurídicas e ambientais como Unidade de Conservação, proteção integral e parque nacional (Quadro 39).

Quadro 39 – Conceitos relacionados à conservação ambiental pelo SNUC

Conservação da natureza	Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural para produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.
Unidade de Conservação	Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
Proteção integral	Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto de seus atributos naturais.
Parque Nacional	Unidade de Conservação cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de SNUC (2000).

Nessa compreensão, o debate da conservação ambiental nesta pesquisa é representado pelas discussões acerca do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, enquanto Unidade de Conservação de proteção integral, que objetiva proteger uma das regiões mais únicas no planeta com dunas e lagoas exuberantes, atraindo fluxos turísticos de perfis diversificados, sendo território de várias comunidades tradicionais que dinamizam suas práticas culturais de modo integrado a esse ambiente. Essas comunidades, por sua vez, desenvolvem práticas turísticas comunitárias, a seus modos próprios, em paralelo ao mercado turístico convencional ou em consonância com ele, sendo regidos sobre dispositivos e normas legalmente instituídas pelo SNUC e aplicadas ao Parque sob gestão do ICMBio.

Nesse cenário, observam-se influências da conservação ambiental sobre a gestão das práticas turísticas comunitárias, particularmente, em comunidades como Betânia e Buritizal, inseridas nos limites do PNLM, assim como em outras que estão em sua zona de amortecimento ou entorno imediato, a exemplo da comunidade de Satuba. Para entender essa dinâmica de influências e relações da conservação ambiental com tais práticas turísticas, empreendeu-se um conjunto de investigações em estudos bibliográficos, análise documental e aplicação de entrevista com a gestão do PNLM, representada por uma analista chefe do ICMBio.

Diante das primeiras impressões sobre os temas abordados, a entrevistada afirmou que a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é um grande desafio, destacando, em primeiro lugar, sua extensão territorial e, na sequência, sua complexidade das diversas atividades que ocorrem, como o uso público para o turismo. Isso se difere da realidade de muitas

UC que ainda não desenvolvem tais práticas ou não as permitem pelo enquadramento legal de proteção em que estão incluídas.

Nesse sentido, lidar com vários agentes que formam esse território é uma tarefa árdua, sobretudo, no que tange aos aspectos que se relacionam com a governança socioambiental. Para tanto, em 2023, realizou-se, pela gestão do PNLM, um levantamento de famílias para averiguar quantas pessoas residiam no Parque e o número de povoados, cujo resultado preliminar foi um quantitativo de 58 localidades e cerca de 1.500 famílias.

Tais dados refletem as necessidades de um trabalho estratégico de organização e gestão, diferentemente das diretrizes de definição de polos de uso público. Em decorrência disso, o ICMBio está realizando uma divisão de polos de gestão socioambiental, cujo objetivo é dar mais atenção às comunidades e às suas especificidades no processo de gestão e conservação. Vale ressaltar que, na estrutura dos agentes institucionais de conservação ambiental, existe o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio) direcionado para esse foco de atuação nas UC.

Essa estratégia de divisão de polos socioambientais auxilia na identificação de famílias que desenvolvem as mesmas práticas, como as que vivem da pesca no mar, da pesca nos rios, da agricultura tradicional, ou seja, de outras atividades além do turismo. Além dos residentes, outra atenção centra-se na gestão dos profissionais que acessam o Parque, totalizando, atualmente, 834 condutores de visitantes e 622 condutores de veículos credenciados nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão.

Conforme crescem esses números na perspectiva do uso público pelo turismo, há mais necessidade de promover e aplicar mecanismos de proteção e conservação ambiental. Para tanto, o cenário que se estabelece demonstra vários problemas nas comunidades, dentre eles, o tráfico de drogas e estrutura precária dos agentes institucionais para o combate e o controle dessas mazelas sociais encontradas dentro e nas imediações do PNLM. Outra preocupação relatada pela gestora direcionou-se para a gestão da segurança turística, uma vez que não existem estruturas adequadas dado o intenso fluxo de visitação, maiormente, em períodos de alta estação. Em consonância com a entrevistada:

Nosso turismo aqui é todo turismo de aventura, e nessa época aqui, a gente precisa ter pelo menos um helicóptero, não é nem só essa época, porque sai alta temporada, agosto já vem os estrangeiros, precisa ter uma estrutura porque acontece acidente. A gente tem trabalhado muito nessa pegada da gestão de riscos, mas é um processo, os acidentes acontecem. Então, a cadeia do turismo tem que ser fortalecida para além das agências que brotam, dos pacotes que são vendidos, esse é um dos entendimentos que eu tenho tido nesses últimos tempos (Entrevistada do ICMBio).

De volta às discussões que permeiam as comunidades, segundo a entrevistada, o ICMBio considera que muitas delas são tradicionais, ainda que outras não sejam, em vista disso, há a necessidade de construir tal entendimento. Diante disso, a entrevistada relata que:

Uma comunidade tradicional não quer dizer que todos que moram aqui são nativos, que de repente pode ter gente de fora. Eles dizem que não, que não tem gente de fora. Então, não deve ter. O que a gente verificou, de modo geral, no levantamento das famílias, é que quase não tem gente de fora, mas, ao mesmo tempo, por exemplo, existem povoados que eles são divididos. Lá em Atins, isso é muito claro, o pessoal do Atins tá vendendo as terras de fora do Parque, aí eles querem pular pra dentro do Parque (Entrevistada do ICMBio).

Mediante essas dinâmicas, um dos mecanismos de controle é o cadastramento dos moradores nativos, apresentando-se como uma forma de controlar construções irregulares e fluxos migratórios de pessoas para dentro da UC. Na ótica da entrevistada:

O que a gente vê muito é que até as comunidades locais, vendem, se beneficiam da especulação imobiliária, e quer pular pra dentro do parque. Então, hoje com o cadastro, uma das normas que a gente tá fazendo é isso, como a gente tem todo mundo cadastrado, então, hoje só se beneficia de dentro do Parque quem tá dentro do cadastro, isso já é uma regra, “ah, eu quero construir um restaurante”, você tá dentro do cadastro? Você é cadastrado? (Entrevistada do ICMBio).

Assim sendo, tais mecanismos de controle adotados impõem barreiras necessárias para que a organização comunitária se estabeleça nos laços parentais e na consanguinidade nessas localidades, ampliando a sociabilidade e a confiança entre os membros. Para a prática turística comunitária em localidades como Betânia, Buritizal e Satuba, essa realidade fundamenta as relações sociais, as formas de organização e gestão de empreendimentos turísticos como os restaurantes.

Como respostas a essas questões, o ICMBio entende o Turismo de Base Comunitária como um modelo em que as práticas turísticas oferecem benefícios para toda a comunidade, e não apenas para um empreendedor. Dessa forma, a gestora do PNLM explicita que:

Muitas práticas que têm dentro dos Lençóis Maranhenses, numa primeira vista pra mim, sem um estudo muito rebuscado, me parece que são empreendimentos de comunitários e não de Turismo de Base Comunitária. O ICMBio usa como uma das regras para ser Turismo de Base Comunitária acontecer dentro de uma comunidade e aquele empreendimento tem que trazer benefícios para toda a comunidade, não só para o empreendedor. Mesmo que um morador não trabalhe com turismo, pode continuar vivendo a vida dele, sem precisar querer trabalhar com turismo, mas ele acaba sofrendo os impactos do turismo e precisa ser beneficiado por esse turismo que acontece na comunidade, mas isso tudo é um processo de construção (Entrevistada do ICMBio).

Portanto, o princípio da distribuição de benefícios é um dos fundamentos considerados pelos agentes institucionais de conservação ambiental para que as práticas turísticas sejam configuradas como TBC. Na realidade de Betânia, por exemplo, observa-se uma dinâmica de núcleos familiares que ofertam serviços em seus empreendimentos de alimentação, contratando outros moradores locais como força de apoio no trabalho, beneficiando diretamente famílias e outros moradores, indiretamente, os quais fornecem insumos locais, como mandioca, pescados e outros.

Outro mecanismo destinado à gestão das práticas turísticas comunitárias é o controle no desenvolvimento e na construção de novos empreendimentos dentro do PNLM por meio de autorização e termo de compromisso. Tais instrumentos permitem um acordo de convivência, firmado entre comunitários e o ICMBio, estabelecidos nas prerrogativas que incidem na ampliação ou em novas construções.

De todo modo, pensando nessa relação entre agentes comunitários e gestor de conservação ambiental (ICMBio), os mecanismos de influência não se resumem apenas às regras de convivência para a proteção da natureza, mas também ao papel de moderação dessas influências do mercado convencional sobre as práticas turísticas comunitárias. Em função disso, como mecanismo de proteção, os comunitários buscam, na autoridade do ICMBio e em seu papel na conservação ambiental, o poder para inibir ou mitigar as influências diretas do mercado convencional. Corroborando com essas questões, a gestora afirma:

Se a gente não bota norma, o mercado não tem limite, aí o mercado pressiona e eles não conseguem. Por exemplo, aqui em Betânia, a gente tá trabalhando pra estabelecer um número balizador da visitação que vai ser em cima da recepção dos estabelecimentos. Aí, por exemplo, chega um guia com um grupo que não avisou que vinha, aí tá tudo cheio, lotado, aí o comunitário fala assim, “olha, não vou poder te atender não, olha como eu tô, não vou poder te atender”. Aí, o guia fica chateado e rebate, “se você não me atender, nunca mais vou vir aqui”. Pronto, briguei com você e agora só vou ali no outro restaurante”. Aí os empreendedores ficam numa situação que eles não podem falar não para o guia. Eles querem falar assim, “olha, não posso te atender porque o ICMBio só deixa eu atender 100 pessoas (Entrevistada do ICMBio).

Nessa via de entendimento, o ordenamento funciona como um mecanismo de influência sobre as práticas turísticas comunitárias, o que possibilita resguardar o protagonismo e parte da autonomia das comunidades ante suas relações com o mercado. Isso pode ser percebido quando:

Eles se sentem protegidos e eu vejo muitas vezes eles falando que, se não fosse o parque, se não fosse o ICMBio, eles não estariam mais aqui, eu tava semana passada lá em Atins e ouvi de uma dona de restaurante falando a mesma coisa, senão eles já

tinham sido pressionados a vender e já não estavam mais aqui (Entrevistada do ICMBio).

Pensando no modo como esses processos ocorrem, a gestão dos empreendimentos turísticos, como os restaurantes de Betânia, devem seguir boas práticas que respeitem a conservação ambiental e a qualidade de vida dos trabalhadores. Tais condicionantes são essenciais para o contrato de convivência, uma vez que “os empreendimentos precisam ser sustentáveis no sentido ambiental e no sentido trabalhista, então, além da questão do lixo, do esgoto, da água, precisa ser um empreendimento que seja correto, inclusive, em questão da vigilância sanitária” (Entrevistada do ICMBio).

Essa preocupação perante o ordenamento das práticas turísticas comunitárias dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses torna-se essencial, uma vez que há uma tendência de replicação de modelos de gestão das práticas em outras comunidades. Nesse contexto, alerta a entrevistada que “[...] essas práticas turísticas não acontecem só no lugar, acontece no Parque todo, e a tendência é todos os povoados se organizarem com algum empreendimentozinho, com alguma coisa, essa é a tendência” (Entrevistada do ICMBio).

A despeito desse cenário de influências das práticas turísticas de uma localidade para outra dentro do Parque, nota-se uma sensibilidade cada vez maior diante da integração dessas com a gestão da conservação do PNLM. Logo, a participação comunitária na gestão da UC torna-se um mecanismo de governança que se condiciona a um processo, também, educativo e mobilizador com os moradores em vista das necessidades de conservação ambiental. Para reforçar tais ideias, a entrevistada comenta que:

O conselho gestor é formado pelos representantes das comunidades e hoje tem esse trabalho muito legal que são dos agentes ambientais temporários, ou seja, os nossos terceirizados são da comunidade, lá do Cantinho em Barreirinhas, que é onde a sede do parque tá. Eu tenho, hoje, a nossa coordenadora que faz esses credenciamentos, que é uma moça de lá e a minha equipe é formada com um monte de agentes, são 23 agentes comunitários (Entrevistada do ICMBio).

Nesse âmbito, a distribuição de benefícios advindos da gestão compartilhada e participativa do parque gera vínculos de confiança entre os agentes comunitários e o órgão gestor, fortalecendo a governança socioambiental. Esse envolvimento se amplia a outras ações, projetos e programas, direcionados pelas políticas institucionais do ICMBio, como as indicadas pela gestora:

O agente ambiental temporário; as câmaras temáticas como a do termo de compromisso que é essa que trata da regularização fundiária das comunidades

tradicionais, tem a câmara temática de uso público que têm os comunitários que são envolvidos; de pesquisa e licenciamento, a gente também conversa com as pessoas; e estamos trabalhando a sinalização do parque que também envolve a comunidade; e agora estamos discutindo essa questão do TBC que é um programa que a gente tá fazendo, identificar o que é o TBC do parque e trabalhar a questão da regularização dos empreendimentos comunitários (Entrevistada do ICMBio).

Em outras palavras, entende-se que a conservação ambiental, dentro de suas concepções sobre a gestão de práticas turísticas comunitárias, estimula o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária conforme as diretrizes nacionais estabelecidas em 2018 pelo ICMBio e pela aplicação dos mecanismos de controle, governança, ordenamento e proteção. Para a chefe do PNLM, enquanto mecanismo de controle, a fiscalização não traz solução, pois acaba com o diálogo, causa conflitos e impossibilita a aplicação de uma governança com foco nesse viés de desenvolvimento. O desejo é progressivamente limitar construções através da regulamentação e autorização já estabelecidas.

Em outra perspectiva, existe um cuidado por parte dos agentes de conservação ambiental relacionado às influências de outros agentes externos às comunidades, considerando, mormente, práticas turísticas que não condizem com a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Em vista disso:

Empreendimentos de pessoas de fora que não são nativos não condiz de jeito nenhum; outra coisa que é um grande desafio, a gente quer que as comunidades comecem os empreendimentos de forma pequena, a gente não quer dinheiro externo apoiando comunitários, é difícil ter dinheiro pra começar, mas se a gente permitir que venha dinheiro de fora, o próprio comunitário já começa a ser empregado dos outros. O que não condiz é essa questão de recurso externo, mesmo que seja para apoiar, o que a gente quer é que comece de forma pequena, atende na sua casa, recebe na sua casa; e outra coisa que não condiz são essas práticas que não são sustentáveis, tem que trabalhar com empreendimento que seja sustentável e que seja responsável com o direito da natureza, das pessoas (Entrevistada do ICMBio).

No que se refere ao mercado convencional e à experiência do turista, a visão da gestora do Parque reflete a importância de se observar como a “turistificação” dos processos influencia as vivências. Isso pode ser percebido na velocidade do consumo e oferta dos passeios e atrativos. Dessa forma, em um contexto breve, relata-se que:

O mercado tá preocupado é com o tempo, com o tempo que o turista vai ficar aqui, porque ele já quer pegar o turista naquela hora, todo mundo chega na mesma hora, e todo mundo vai embora na mesma hora. Ele não tem tempo de fazer isso, só se ele pagar mais. Então, o mercado atua definindo a experiência do visitante (Entrevistada do ICMBio).

De modo diferente dessas práticas, o Turismo de Base Comunitária prima pela imersão e pela experiência qualitativa do visitante, levando em consideração o encontro (Figueiredo, 2022) como núcleo do fenômeno turístico. No entanto, a alienação que o mercado convencional submete aos trabalhadores (MacCannell, 2003) é perceptível em seus comportamentos, atitudes e posturas, além do regime de distribuição dos turistas nos circuitos de visitação permitidos. Nessa vertente, para a agente de conservação ambiental:

O turismo nos Lençóis Maranhenses tem a possibilidade de ter um monte de coisa, e aí bota todo mundo na mesma lagoa, dentro do mesmo circuito, é uma outra coisa que eu vejo dentro dessa situação, é que um monte de gente local que acha que é empreendedor, os toyoteiros, por exemplo, acham que são empreendedores porque são donos dos carros, mas eles trabalham tudo para o mercado. Então, eles não são empreendedores, mas, sim, empregados do mercado convencional (Entrevistada do ICMBio).

Em uma fase de conclusão do processo de entrevista, a gestora do PNLM entende que as práticas turísticas nos Lençóis Maranhenses, desenvolvidas pelo mercado convencional de agências de turismo receptivo e outros agentes, não condiz com o turismo sustentável, havendo uma necessidade de se repensar tais práticas. Em vista disso, retrata, em seu discurso, que “o nosso turismo não é um turismo sustentável, esse monte de carro andando de qualquer jeito, em todos os lugares, de qualquer maneira, não é sustentável. Isso vai se sustentar até quando?” (Entrevistada ICMBio).

Nessa perspectiva, instigou-se de que modo a gestão das práticas turísticas comunitárias, pautadas na conservação ambiental, pode auxiliar no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária e na melhoria da qualidade de vida das populações na região dos Lençóis Maranhenses. Sob a percepção da entrevistada, isso será possível tão somente se as práticas turísticas comunitárias auxiliarem a resgatar experiências autênticas e originárias com a natureza no Parque. Para isso, considera que essas iniciativas:

Podem ajudar na organização, no ordenamento e nos limites, porque acho que o turista aqui precisa de limites, limites em vários aspectos, até mesmo pra que ele tenha outras experiências. Hoje, tem a experiência da caminhada, que é a travessia, que tá desenvolvendo, porque as pessoas querem caminhar, sim, mas ainda tá no processo de desenvolvimento. Acho que essa prática de travessia vem numa situação da necessidade da sustentabilidade real do turismo, ou faz isso ou acaba perdendo a beleza do nosso Parque. Os Lençóis Maranhenses têm uma beleza tão sutil que a gente só conhece se for andando. A beleza da areia movediça é só você ir andando. Existe areia movediça e é em lugar onde ninguém passa. Se passar com frequência e apertar a areia, acaba a areia movediça. Lugar que tem muito trânsito não tem areia movediça. Então, essa é uma das belezas da natureza selvagem do parque, o céu noturno, de conseguir olhar o céu sem interferência das luzes, é outra riqueza do Parque que a gente tem que trabalhar. E uma outra riqueza que peguei andando aqui

no Parque: a areia tem época do ano que ela é dura, eu andei de bicicleta no parque, fui até a Queimada dos Britos andando de bicicleta (Entrevistada do ICMBio).

Para além das contribuições das práticas, enquanto agente institucional de conservação ambiental, o ICMBio tem desempenhado um papel relevante na promoção da qualidade de vida das populações no PNLN. Isso se dá, particularmente, por meio das concessões de permanência em seus territórios tradicionais e da proteção frente às pressões dos mercados imobiliário e turístico convencional, os quais resultam em conflitos fundiários, violência no campo e outras expressões de desigualdade social. Diante do exposto, compreende-se que os mecanismos de atuação do ICMBio são fundamentais para a existência e a resistência das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses.

7 ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE O CAMPO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS COMUNITÁRIAS EM BETÂNIA, BURITIZAL E SATUBA

Nas seções anteriores, foram apresentados os resultados contemplados nos objetivos desta pesquisa, com ênfase nos percursos de gestão que as práticas turísticas comunitárias delineiam entre a conservação ambiental e o mercado convencional nos Lençóis Maranhenses. Tais percursos cooperaram para um entendimento sobre o campo das práticas turísticas comunitárias neste recorte empírico, permitindo a observação das relações entre seus agentes, suas posições, disposições e do problema central, com base na metodologia do campo social proposta por Bourdieu (1994).

Em análises desse tipo, pessoas, grupos, organizações e entidades são representadas como nós, e as relações, como vínculos de vários tipos (Marques, 2007). Nesse sentido, as relações sociais encontradas entre os agentes no campo das práticas turísticas dos Lençóis Maranhenses apresentam vínculos que demonstram a dinâmica dos conflitos de interesse e poder que envolvem cenários de resistências e conservação a partir de mecanismos de força e estratégia dos agentes comunitários diante das influências dos agentes externos.

Em uma síntese geral, o problema do campo pode ser observado em cada realidade estudada nas quais as estruturas cognitivas são adquiridas. No campo das práticas turísticas comunitárias de Betânia, o capital simbólico em jogo é o ritmo de vida dos moradores, que está intimamente formado no *habitus* do grupo e integra o capital cultural. Além disso, o capital ambiental também é revelado nos interesses de consumo pelo mercado turístico convencional em conjunto com as práticas culinárias.

Isso também ocorre no campo das práticas na comunidade Buritizal, envolvendo os interesses dos agentes turistas em busca do capital cultural e ambiental que permeia o território. Por sua vez, em Satuba, o capital cultural que envolve os saberes tradicionais, como o modo de fabricação da farinha de mandioca, é uma das práticas que contemplam os interesses dos agentes e originam os encontros e as interações.

Nesse entendimento, infere-se que, ante o interesse dos agentes, há coerções evidentes no interior dos campos das práticas turísticas comunitárias dos Lençóis Maranhenses. Tais coerções manifestam-se por meio de relações de dominação, em que os agentes de mercado exercem poder sobre os agentes comunitários, em especial pela capacidade de direcionar a demanda turística, da hegemonia sobre os processos associativos da política pública local de turismo, da capacidade de atribuir valor e mercantilizar os recursos naturais e culturais, além de cooptar membros das próprias comunidades para o seu sistema de funcionamento.

Em outra via, os agentes comunitários submetem-se às obrigações e aos cumprimentos das regras de conservação ambiental e utilizam as proibições como mecanismo de proteção contra a dominação do mercado. Em função disso, os conflitos que ocorrem no interior do campo consistem na resistência dos agentes comunitários em conservar suas práticas turísticas baseadas em seus *habitus*, diante das imposições do mercado turístico convencional. Esses conflitos afloram, essencialmente, pelos interesses diretos e indiretos, envolvendo, também, o capital turístico como chave de acesso ao campo. Em função disso, os interesses percebidos durante esta pesquisa são descritos com base no Quadro 40 a seguir:

Quadro 40 – Interesses dos agentes sociais no campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses

Agente social	Interesse no campo
Agentes de mercado	Na “turistificação” e mercadorização dos territórios e capitais simbólicos das comunidades, a fim de dispor oferta para atender à demanda.
Agentes comunitários	Conservar suas práticas culturais dentro do <i>habitus</i> coletivo, além de gerar emprego e renda para a melhoria da qualidade de vida das famílias.
Agentes associativos	Lutar pelos interesses de classes.
Agentes institucionais	Proteger o PNLM diante das pressões do mercado e influenciar a gestão de práticas responsáveis pelo mercado, estimulando o TBC.
Agentes turistas	Consumo da paisagem e atrativos turísticos, adquirir experiência turística pela interação ou não com a comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Como forma de aprofundar tais discussões, empregou-se o método de análise de oposições, conforme proposto por Bardin (2011, 2016), com base nos conteúdos gerados nas entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo desta tese. A análise de conteúdo por oposições permite evidenciar confrontos de interesse e divergências de percepções nos discursos dos diferentes grupos sociais envolvidos, como é o caso das agências de turismo receptivo localizadas na sede de Santo Amaro do Maranhão e os comunitários. Essas tensões e contrastes estão sintetizados no Quadro 41.

Quadro 41 – Discursos de oposições ou percepções entre agentes

Agentes de mercado	Agentes comunitários
“Falta de proatividade e interesse das comunidades em criarem experiências turísticas” (Agência A).	“Falta oportunidade para trabalhar com turismo dentro da comunidade e parceria com as agências de turismo receptivo da sede de Santo Amaro” (Comunitário A).
“Já houve situação em que os comunitários se negaram a atender nos restaurantes depois de certo horário da tarde” (Agência B).	“Depois que finalizamos o horário do almoço, esse é o tempo do nosso descanso ou correr atrás em conseguir comprar a comida do dia seguinte” (Comunitário B).

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Diante disso, os discursos permitem identificar indisposições entre os agentes inseridos no campo, evidenciando a ausência de um denominador comum entre as necessidades da comunidade e os interesses do mercado. Essa dissociação revela o desprestígio da visão mercadológica em relação às comunidades locais, assim como a carência de canais efetivos de comunicação, diálogos e parcerias. Tais interpretações tornam-se ainda mais evidentes ao se observar as relações sociais estabelecidas entre os diferentes agentes, organizadas na matriz relacional (Quadro 42), no macrocampo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses na Figura 95 e nas representações gráficas dos campos das práticas turísticas comunitárias em Betânia, Buritizal e Satuba, apresentadas nas Figuras 96, 97 e 98.

Quadro 42 – Matriz relacional do campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses

Agente/relação	Nenhuma relação	Agentes de mercado	Agentes comunitários	Agentes institucionais	Agentes associativos	Agentes turistas	Convergência todos os agentes
Agentes de mercado	0	Relações de concorrência, convivência, conflitos, trabalhistas e parcerias	-	-	-	-	Relações de conflitos de interesse e poder
Agentes comunitários		Relações familiares, prestação de serviços, conflitos de interesse, parcerias, dependência econômica e resistência	Relações familiares, de troca, conflitos de interesse, confiança, concorrência, solidariedade, afetividade e culturais	Relações de prestação de serviços públicos, governança, qualificação, segurança, dependência, autoridade e poder	Relações de conflito de interesses, parceria e governança	Relações de consumo, reciprocidade, comensalidade, troca e afetividade	
Agentes institucionais		Relações de prestação de serviços públicos de qualificação, promoção, autorização, credenciamento e ordenamento e poder	-	Relações de institucionais, parcerias, cooperação e conflitos de interesse	Relações de governança, institucionais, parcerias, conflitos de interesse e cooperação	Relações de ordenamento, educativas, prestação de serviços públicos e comunicação	
Agentes associativos		Relações de representatividade, governança, conflitos de interesse e parceria	-	-	Relações de governança e parceria entre COMTUR e IGR	Relações de prestação de serviços públicos e privados	
Agentes turistas		Relações de consumo	-	-	-	Relações de interação na travessia e durante os passeios nas lagoas	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 95 – Macrocampo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses

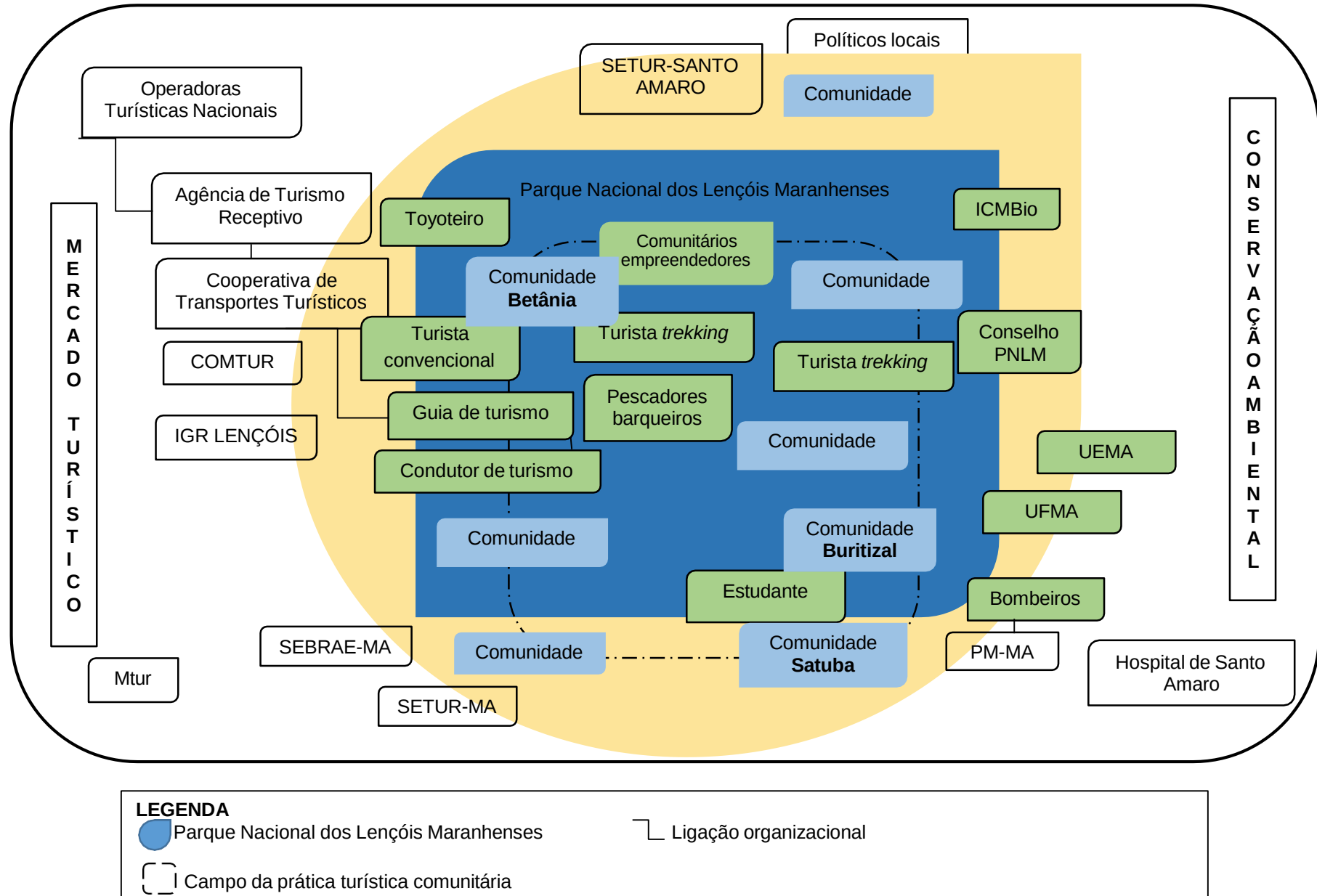


Figura 96 – Representação gráfica do campo das práticas turísticas comunitárias em Betânia

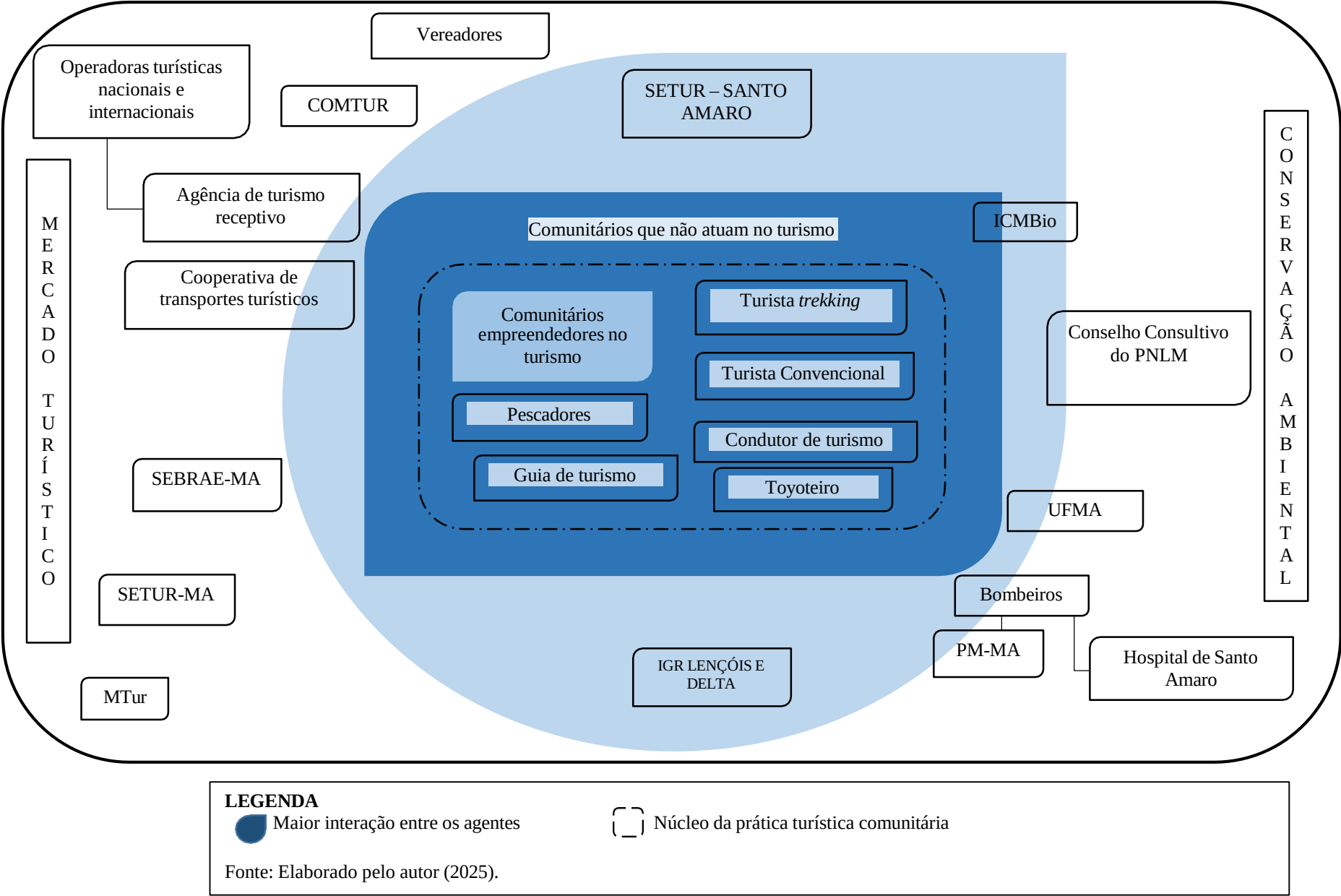


Figura 97 – Representação gráfica do campo das práticas turísticas comunitárias em Buritizal

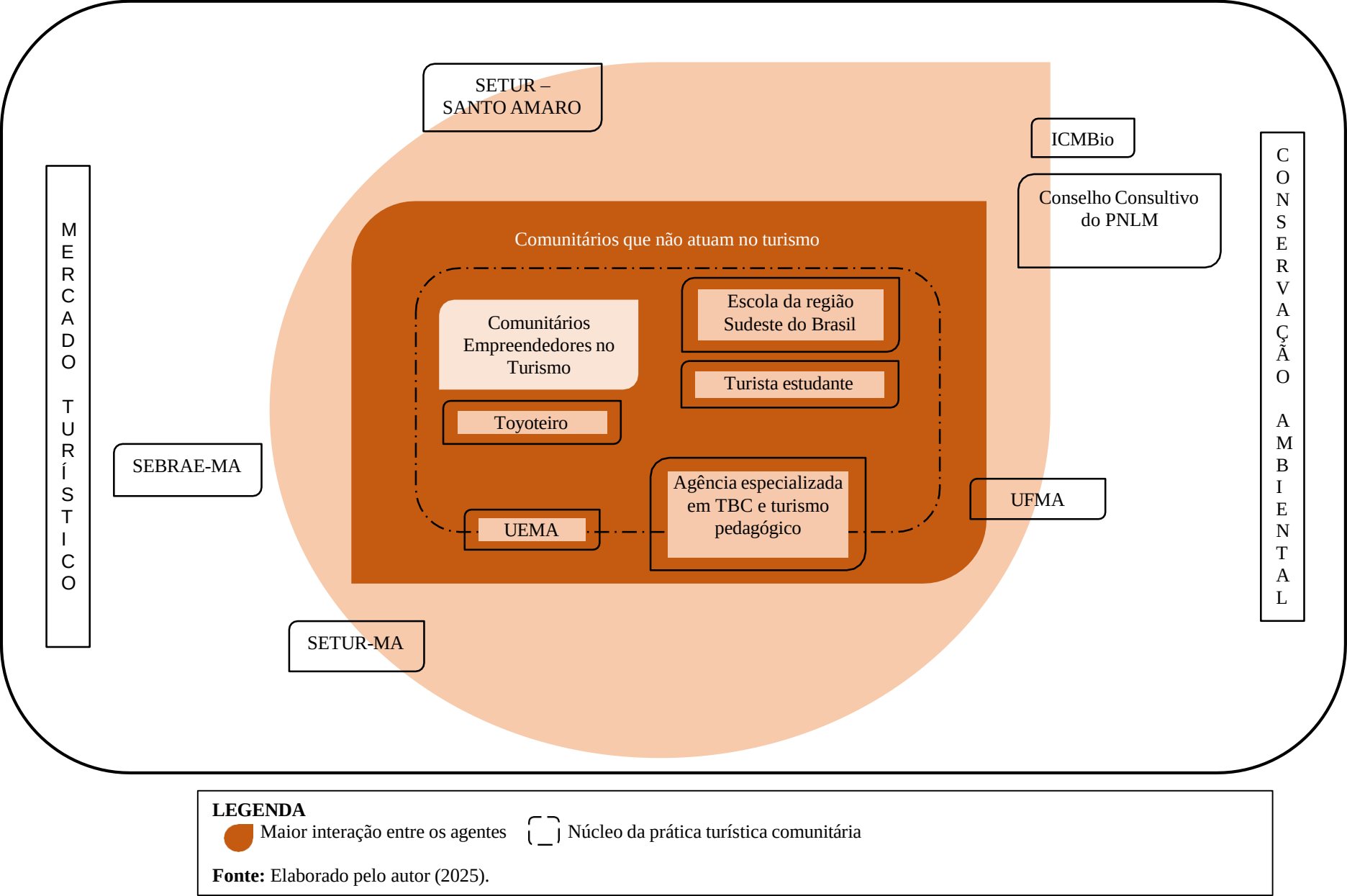
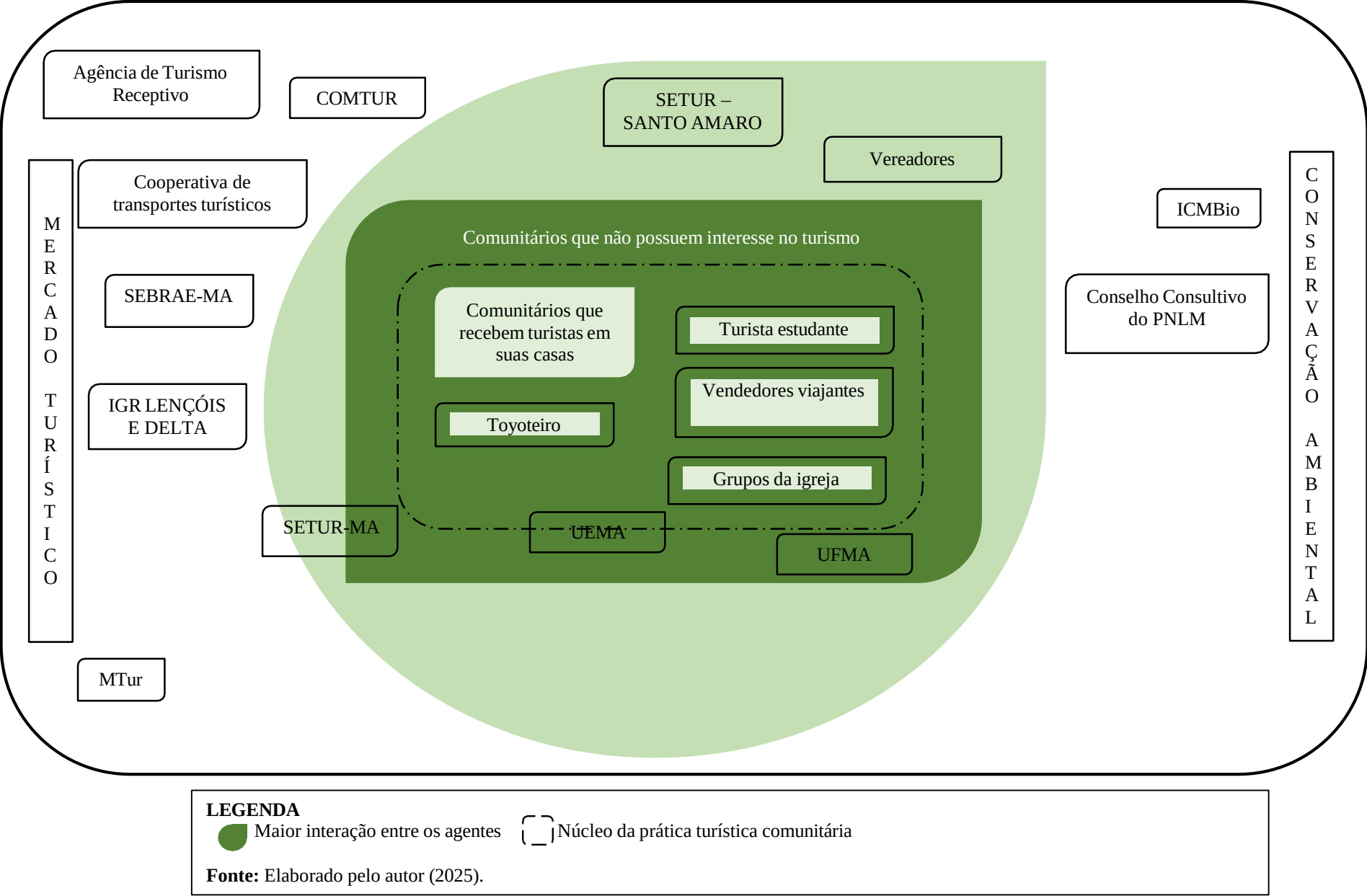


Figura 98 – Representação gráfica do campo das práticas turísticas comunitárias em Satuba



A partir da leitura e interpretação dos campos representados graficamente neste trabalho foi possível estabelecer uma análise relacional sobre os agentes sociais que perfazem as práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses, tomando como base as realidades de Satuba, Betânia e Buritizal em Santo Amaro do Maranhão. Tal análise foi elencada de acordo com as condições de cada agente no campo, como descrito a seguir:

Os agentes de mercado (empresários, prestadores de serviços, agências de turismo receptivo e operadores turísticos) em posição competitiva, estabelecem parcerias comerciais com agentes comunitários em povoados como Betânia para atender as necessidades de consumo dos agentes turistas. Determinam dinâmicas no campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses com seus mecanismos de influências sobre alguns agentes institucionais como a prefeitura, bem como se fortalece dentro dos ambientes de agentes associativos.

Os agentes comunitários ora ocupam a posição de parceiros comerciais, ora são cooptados pelos agentes de mercado, desarticulando processos de autonomia e protagonismo nos seus próprios territórios. As relações entre comunitários e turistas dependem de variáveis como perfil, tempo e interação, além dos direcionamentos de fluxos da demanda pelos agentes de mercado a cada território. Há um distanciamento entre alguns agentes institucionais locais e os comunitários, já alguns agentes institucionais externos, interagem esporadicamente a partir de projetos e ações. O interior do campo é marcado pela resistência destes agentes originada em suas práticas culturais que permeiam o *habitus* da coletividade.

O agente institucional de conservação ambiental exerce no campo o poder regulatório com autoridade sobre credenciamento e ordenamento das práticas turísticas dentro da jurisdição do PNLM. Ocupa uma posição de mediação e moderação entre agentes de mercado e agentes comunitários. O agente institucional executivo municipal coopera com o mercado sob o olhar do crescimento econômico pelo turismo com intenções de agregar as comunidades no processo.

Os agentes associativos poderiam funcionar como espaços de governança entre comunidade, mercado e Estado, porém agem no campo sobre influências dos agentes de mercado aos seus interesses, bem como os agentes institucionais locais.

Os agentes turistas exercem influências sobre as relações de poder no campo a partir de duas perspectivas: Na primeira, a demanda flutuante de turistas que busca o consumo de serviços nas comunidades, alimenta o poder do agente de mercado, que tem detém estes fluxos como principal instrumento de manipulação no campo. Na segunda, os agentes turistas protagonizam o encontro com os agentes comunitários, possibilitando novos sentidos a partir de sua permanência dentro do campo, fortalecendo trocas simbólicas e a legitimidade das práticas turísticas de base comunitária.

Por fim, apreende-se que o campo das práticas turísticas comunitárias nos Lençóis Maranhenses pode ser interpretado como uma arena relacional complexa, onde convivem ora a cooperação, ora os conflitos, ora a dependência e ora a resistência. Assim, os agentes de mercado disputam economicamente entre si ao mesmo tempo que pressionam as comunidades sobre seus interesses; os agentes comunitários evidenciam no campo tanto a resistência como mecanismo de proteção e luta quanto as vulnerabilidades socioeconômicas a que se expõem; e os agentes turistas representam um poder catalisador que estimulam tanto oportunidades quanto desigualdades nos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática central desta investigação dedicou-se à análise da gestão das práticas turísticas nos Lençóis Maranhenses, considerando as influências exercidas por agentes de mercado e de conservação ambiental. O recorte empírico concentrou-se nas comunidades de Satuba, Betânia e Buritizal, localizadas em Santo Amaro do Maranhão. Nesse cenário, a adoção de multimétodos, como viagem focal, campo social e análise de conteúdo, aplicados aos cenários descritivos e analíticos observados durante a pesquisa de campo mostrou-se essencial para o alcance dos objetivos desta tese.

A identificação, caracterização e mapeamento das práticas turísticas comunitárias conduziram etapas importantes para a compreensão e análise sobre as suas formas de condução pelos comunitários. Esta missão revelou alguns padrões comuns no estabelecimento de tais práticas, como o uso das redes para acomodação do visitante em todas as comunidades investigadas e outras muito próprias de cada uma como: a oficina de artesanato em Buritizal, a travessia que conecta a experiência do turista a Betânia e outras comunidades ou a visitação planejada à casa de farinha em Satuba. Dessa forma, as práticas próprias, apresentam-se como identidades e estão estruturadas no *habitus* e na geografia dos territórios.

As formas de gestão das práticas turísticas comunitárias conhecidas e percebidas em Satuba, Betânia e Buritizal acontecem em função tanto do nível estruturante (gestão da visitação, gestão de empreendimentos ou gestão de um sistema turístico próprio) quanto do formato de participação e organização dos comunitários (individual, núcleos familiares ou coletivo). Tais configurações obedecem a princípios próprios originados no *habitus* da coletividade e no acúmulo de capital social em cada prática estabelecida.

Os princípios que regem essa gestão foram identificados a partir das falas dos próprios comunitários, muitos deles convergindo com os preceitos já estabelecidos na literatura sobre Turismo de Base Comunitária, enquanto outros revelam especificidades locais, com destaque para valorização do *habitus* e o respeito ao ritmo próprio de cada comunidade. Tais princípios pautam os mecanismos internos de resistência, reação e proteção acionados para equilibrar forças diante das pressões do mercado convencional.

Por seu turno, as práticas turísticas comunitárias identificadas nas comunidades reforçam a imprescindibilidade do encontro, da interação e participação de agentes turistas e agentes comunitários na construção das experiências, aproximando esse modo de condução ao Turismo de Base Comunitária.

O estudo demonstrou a existência de mecanismos de influência do mercado convencional e da conservação ambiental sobre as práticas turísticas comunitárias, bem como os seus próprios mecanismos de resposta às pressões externas. Isso evidencia um campo de constantes tensões que incidem diretamente na vida dos comunitários, de forma mais intensa em Betânia. Tal intensidade é consequência da sua localização em relação a jurisdição do PNLM, da demanda turística, da mercadorização e turistificação de seus recursos naturais pelo mercado convencional.

Em contrapartida a este cenário, a travessia enquanto prática turística comunitária, traz outros sentidos para o encontro do turista, não só com as comunidades, mas também com a natureza do parque. Uma vez que, no fenômeno turístico, a participação e o contexto são categorias fundamentais, dado que produzem as interações necessárias para a prática turística acontecer. Nesse sentido, agentes e estruturas são imprescindíveis para compreender as práticas sociais, pois ambos condicionam a existência, o conteúdo, a duração e a frequência das práticas (Giddens, 1984), que estão em constante processo de transformação e recriação (Bourdieu, 1987).

Os campos das práticas turísticas comunitárias de Satuba, Betânia e Buritizal, graficamente representados, demonstram a posição de cada agente em relação ao núcleo (área de maior intensidade das relações) dos mais favoráveis às influências do mercado convencional aos mais próximos dos agentes de conservação ambiental. Os diferentes campos evidenciam que as posições dos agentes podem mudar em referência ao núcleo, bem como a própria quantidade de agentes no campo, que em Betânia apresenta intensa e maior presença do que em Satuba e Buritizal em menor expressividade consecutivamente, o que não inibe a existência de disputas, conflitos e interesses.

Em se tratando dos níveis das relações, verificou-se que a comunidade Betânia está bastante envolvida com o mercado, diferentemente das comunidades de Buritizal e Satuba. Como resultado das construções dos campos, observa-se que os conflitos de interesse e poder em torno das práticas turísticas comunitárias são mais intensos em Betânia, devido à complexidade das relações e à presença de um maior número de agentes atuando no território, quando comparado a Buritizal e Satuba. Em contrapartida, as relações nessas últimas estão fortemente fundamentadas na troca, na reciprocidade, na distribuição e na afetividade entre agentes comunitários e turistas, em especial, ante o perfil apresentado.

As influências do mercado convencional permeiam todas as comunidades, tanto pela presença quanto por sua ausência. Uma vez que os mecanismos de comando, praticados por seus agentes, qualificam ou desqualificam territórios com base nos critérios de oferta e

demanda. No processo de análise, inferiu-se que o mercado convencional do turismo influencia a gestão das práticas turísticas comunitárias, porém o agente institucional de conservação ambiental, o ICMBio, protege as comunidades performando como agente de moderação das relações entre eles. Além disso, as comunidades apresentam mecanismos próprios de proteção advindos do *habitus*. Em virtude disso, as comunidades localizadas dentro do PNLM preferem se submeter às influências da conservação ambiental, mesmo com os históricos anteriores de conflitos e opressões do órgão gestor.

Com base nessas experiências desencadeadas ao longo das análises, vislumbrou-se o atendimento ao problema de pesquisa, verificando que as influências sobre as práticas turísticas comunitárias pela conservação ambiental sustentam e estimulam princípios que coadunam com os *habitus* das coletividades em cada comunidade. Em tese, conclui-se que o mercado turístico busca adaptar as práticas turísticas às suas próprias lógicas e demandas, enquanto a conservação ambiental atua como força contrária, promovendo condições para que essas práticas turísticas se desenvolvam em consonância com os princípios do Turismo de Base Comunitária. Nesse sentido, compreende-se que o avanço do TBC nos Lençóis Maranhenses evoca uma gestão mais orgânica e enraizada no *habitus* de cada comunidade, respeitando suas singularidades e modos de vida.

Assim, entende-se a partir destas realidades estudadas que **Turismo de Base Comunitária** é a prática turística protagonizada por comunidades em seus territórios sob formas de gestão individual, familiar ou coletiva, adaptadas aos seus contextos e pautadas em princípios originados no *habitus*, havendo como condição elementar o encontro entre agentes comunitários e turistas, em condição de permanência para trocas simbólicas estimulando a geração de experiências mútuas que possibilitem valorização e distribuição de benefícios socioambientais e econômicos com base em seus próprios conceitos de desenvolvimento visando sua sustentabilidade.

No entanto, a gestão das práticas turísticas comunitárias ainda enfrentam desafios que se superados, possibilitariam avanços para além do caráter mercadologicamente produtivo, buscando fortalecer suas próprias concepções de desenvolvimento em vistas a uma eficácia social na região dos Lençóis Maranhenses com políticas públicas que melhorem também os índices de desenvolvimento humano. Dentre estes desafios encontrados nas comunidades, existem necessidades básicas como acesso à educação de qualidade, orientações em saúde voltadas à realidade dos trabalhadores rurais, disponibilidade de meios de comunicação e transporte para a população, além de saneamento básico, tratamento da água e esgoto.

A mudança de visão do agente e gestor institucional de conservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em promover um manejo por meio de polos socioambientais, traz possibilidades destes avanços no reconhecimento das comunidades tradicionais como essenciais na gestão de suas práticas consoantes as necessidades de conservação ambiental. Ainda assim, há uma necessidade de repensar as práticas turísticas desenvolvidas pelos agentes de mercado receptivo convencional, ao entender que as mesmas não condizem na realidade com um turismo sustentável.

Diante do título de Patrimônio Natural da Humanidade concedido pela UNESCO ao PNLM em 2024, surgem novas demandas e desafios, nota-se um importante e longo percurso a ser traçado entre o mercado convencional e a conservação ambiental para o desenvolvimento de uma prática turística de base comunitária mais sustentável com o poder de transformação destas realidades sociais, mesmo com o exponencial crescimento dos fluxos turísticos advindos da procura do destino Lençóis Maranhenses que a partir destas e outras chancelas, favorecem sua visibilidade nas prateleiras do mercado, requerendo cada vez mais planejamento e gestão com monitoramento e controle dos impactos positivos e negativos gerados para as populações e seus territórios.

Nessa direção, a conservação ambiental e seus agentes criam um ambiente no campo para o desenvolvimento do TBC. Em paralelo, existe um mercado acontecendo com perfis de agências de turismo e turistas “conscientes” de um turismo mais responsável. Esse mercado paralelo e seus agentes estão estimulando a criação de um entrecampo que enseja novas e futuras investigações científicas, de modo a conhecer especificidades e impactos dentro e fora de suas estruturas.

Iniciativas como os projetos desenvolvidos pelas universidades reiteram a importância de estímulos e fortalecimento à tomada de consciência pelos comunitários sobre os mecanismos de proteção e luta contra um turismo predatório. O incentivo para a criação da Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro do Maranhão advindo destes projetos, têm desempenhado um papel fundamental que auxilia a indução e pressão popular para a elaboração e aplicação de políticas públicas de TBC, assegurando direitos que favoreçam a constante luta e protagonismo comunitário no turismo dos Lençóis Maranhenses.

As agências especializadas em turismo de base comunitária e a travessia parecem desenhar um futuro de importante colaboração na construção de um novo sentido para o turismo nos Lençóis Maranhenses, um entrecampo ou intercampo de possibilidades que deve vislumbrar o dilema de compatibilização entre os interesses do mercado turístico convencional

e as necessidades de conservação socioambiental a promover a qualidade de vida das populações locais e mútuos benefícios a partir da prática turística.

A partir disso, foram identificadas contribuições significativas para uma compreensão mais aprofundada das interfaces de desenvolvimento do turismo, tanto sob a ótica do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses quanto no âmbito do polo turístico Lençóis e Delta. Nessa empreitada rumo à construção do conhecimento científico das práticas turísticas comunitárias, procurou-se entender tanto as especificidades de cada comunidade – valorizando a pluralidade socioambiental dos povos das areias, morrarias e das áreas rurais – quanto uma perspectiva mais ampla, conectando os elementos comuns que conferem identidade ao território dos Lençóis Maranhenses.

Por fim, destaca-se como relevância pessoal da temática e da área de pesquisa a possibilidade de contribuir com a leitura das realidades nos Lençóis Maranhenses, região que acolheu o autor por alguns alunos, quando educador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, além da convivência com os comunitários em Santo Amaro do Maranhão pelos vários povoados, gerando a vontade em colaborar com a educação pelo turismo nos territórios, transformando olhares e possibilidades sobre as dinâmicas do turismo.

Em uma das visitas realizadas nas comunidades, mais especificamente em uma pesquisa de pré-campo em Ponta no Mangue, localidade próxima ao povoado Atins em Barreirinhas, visando observar outras realidades regionais, uma liderança comunitária de forte atuação no conselho consultivo do PNLM proferiu uma frase bastante reflexiva acerca da relevância das comunidades para o turismo e para a conservação, enunciando: “*O parque somos nós*”.

Tal expressão, ratifica a importante mudança no pensamento sobre o paradigma do turismo da região instituído pelo mercado convencional, o destino Lençóis Maranhenses entre parque e polo, é formado muito além do que dunas e lagoas. A natureza do PNLM também são pessoas, culturas e suas economias plurais.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.

ABRAMNS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. **Antropología del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. “Gentrificação”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, José Vicente. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

APPADURAI, Arjun. **The social life of things**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ARAÚJO, Guilherme P.; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo Comunitário: perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 357-378, 2008.

ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de. **O Turismo de Base Comunitária na Pan-Amazônia** – Análise dos Projetos Desenvolvidos no Brasil, Bolívia e Peru. 2021. 444 f. Tese (Pós-Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira *et al.* O Turismo de Base Comunitária em Santo Amaro do Maranhão: impressões primárias e novas relações. In: Fórum de Extensão Mais IDH, 1., 2018. **Anais [...]**. São Luís: Governo do Maranhão, 2018.

ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira; VASCONCELOS, Maria Amanda de. **Cartilha de Turismo de Base Comunitária**. São Luís: EDUFMA, 2024.

ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIN, Benilde Lenzi. **Sociologia**: um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2009.

ARAÚJO, Thiago Diniz; SOUSA, Jefferson Bruno Costa de; FEITOSA, Antônio Cordeiro. Potencial Turístico do Município de Santo Amaro do Maranhão. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-14, 2011.

ASHLEY, C.; GOODWIN, H. “Turismo pro-pobre” ¿Qué ha ido bien y qué ha ido mal? Overseas Development Institute. **Opinion**, [S.l.], 80. 2007.

ASL. **Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia**. Turismo Comunitário: intercâmbio amazônico. Relatório Anual 2022. [S.l.]: GEF, 2022.

ATAÍDE JUNIOR, Flávio. **A ocupação e o ordenamento do território turístico no município de Barreirinhas (MA)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2015.

ATAÍDE JUNIOR, Flávio. **Entre areias e tijolos: o crescimento dos empreendimentos turísticos no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

BAR DA HORA. Povoado Bar da Hora – Barreirinhas. **Bar da Hora**, n.d. Disponível em: <https://www.bardahora.com.br/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARGEMANY, Bertine; RICHARDS, Greg. A new approach to understanding tourism practices. **Annals of Tourism Research**, [S.l.], 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102988>

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001. 278p.

BARRETO, Margarita. O Turismo na história. In: BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS-FREIRE, Juliana Maria de; NEIMAN, Zysman. Definição do modelo jurídico de gestão da pousada Uacaro, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá (Tefé, AM): busca da minimização de conflitos entre os atores sociais participantes. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, [S.l.], v. 10. n.1, p. 205-236, 2019.

BARTHOLLO, Fernando Antonio Ferreira. **Empresa de Participação Comunitária: aspectos teóricos e práticos**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2003.

BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BASTOS, Francisco Albuquerque. **Otimização do processo de produção de tiquira empregando enzimas comerciais e fungos isolados a partir dos beijos utilizados no método tradicional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: Ed. do SENAC, 2001.

BENI, Mário Carlos. Sistema de Turismo – SISTUR: estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. **Revista Turismo em Análise**, 1990.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutschka Martini. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo – Visão e Ação**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017.

BERDEGUÉ, Julio *et al.* **Desarrollo territorial rural en América Latina**: determinantes y opciones de política”. En Julio A. Berdegú y Félix Modegro Benito. De Yucatán a Chiloé. Dinámicas territoriales en América Latina. Buenos Aires: RIMISP-Teseo, 2012.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BIANCHIN, A.; ALVES MARCELINO, B. C. Cultura e mercadoria: perspectivas do turismo comunitário na América Latina. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S.l.], v. 3, n. 3, 2017.

BISPO, Marcelo de Souza; GODOY, Arilda S. The learning process of the use of technologies as practice. An ethnomethodological approach in travel agencies. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.160-180, maio/ago. 2012.

BISPO; Marcelo de Souza. Tourism as practice. **Annals of Tourism Research**, v. 61, p. 170-179, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2016.10.009>

BISPO; Marcelo de Souza. Methodological reflections on practice-based research. **Brazilian Administration Review**, v. 12, n. 3, p. 309-323, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2015150026>

BOFF, Leonardo. Em busca de um conceito de povo: de ator secundário a protagonista. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2014. p. 1-5.

BOLÍVIA. **Plano Nacional de Turismo da Bolívia (2006-2011)**. La Paz: Vice-Ministério de Turismo, 2006.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOULHOSA, Marinete da Silva; VASCONCELOS, Ana Cristina Penante. Turismo de Base Comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da Comunidade de Pesqueiro, Soure. *In*: Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária, 9., 2020. **Anais [...]**. Salvador, 2020.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant**; réponses. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Choses dites**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Esquisse d'une théorie de la pratique. Tradução das partes: Les trois modes de connaissance e Structures, habitus et pratiques. In: **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Geneve, Lib. Droz, 1972. p. 162-89. Trad. de Paula Montero.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida; LUZ, Cláudio (org.). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros, 2010. p. 365.

BRASIL. **Manual de municipalização do turismo**. Brasília, DF: MTur; Embratur, 1998.

BRASIL. **Mapa Brasileiro do Turismo Responsável**. Disponível em: <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6c7ee682-c424-4b78-b98a-5bf04e66309f/sheet/5589e238-576d-417c-a1a4-be6ec0087667/state/analysis>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1934. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>. Acesso: 21 fev. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 86.060 de 2 de junho de 1981**. Cria no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86060-2-junho-1981-435499-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%2C%20no%20Estado%20do%20Maranh%C3%A3o,especifica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sítios Ramsar brasileiros**. 2022. Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/areas-umidas/sitios-ramsar-brasileiros>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ações de gestão do conhecimento para o aprimoramento da política nacional de turismo**. Parques Nacionais. Apêndice D. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTur n. 001/2008** – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, DF: MTur, 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projeto_s/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf. Acesso em: 1º set. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cama e café**. Cartilha de Orientação Básica. Brasília, DF: MTur, 2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/classificacao-hoteleira-cama-e-caf-cartilha-de-orientao-bsica/9365861>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027**. O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília, DF: MTur, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Responsável no Brasil**. Tendências, estratégias e fomento em Sustentabilidade, Turismo de Base Comunitária e Segurança Turística. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília, DF: MTur, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/56891/1/TurismoResponsavelBrasil_Barreto_2023.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2023**. Brasília, DF: MTur, 2023. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Cadastur**, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem**. 2020. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Sobre.action>. Acesso em: 3 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cama e café**. Cartilha de Orientação Básica, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Responsável no Brasil**. Projeto Brasil, essa é nossa praia! Natal: SEDIS-UFRN; Brasília, DF: MTur, 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.985, de 18 de setembro de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso: 21 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso: 21 fev. 2023.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 75-98.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Curso de desenvolvimento econômico. Escola de Economia. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2008.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUGIATO, Caio. Visões de Marx sobre a política: uma introdução. **Ideias**, Campinas, v. 9, n. 2, 2018.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v3n1.2012.7198>

BUTLER, Richard W. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **Canadian Geographer**, [S.l.], v. 24, p. 5-12, 1980.

CABANILLA, Enrique Vásconez. **La configuración socio-espacial del turismo comunitário**: caso República del Ecuador. Argentina: Universidad Nacional del Sur. Tesis doctoral, 2016.

CABANILLA, Enrique Vásconez; GARRIDO, Carlos Cornejo **El turismo comunitário en el Ecuador: evolución, problemática y desafíos**. Quito: UIDE (Universidad Internacional del Ecuador), 2018. 329 p.

CALLICOTT, J. B. Whither conservation ethics? **Conservation Biology**, [S.l.], v. 4, n.1, 1990.

CAÑADA, E. La Comercialización Del Turismo Comunitario En América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, Universidad de Costa Rica, 2015, p.159-189.

CAÑADA, Ernest; FANDIÑO, Manuel. **Experiencias de Turismo Comunitario en Nicaragua. Aportes la Economía Campesina**. Managua: Editorial Enlace, 2009.

CAÑADA, Ernest; GASCÓN, Jordi. **Turismo y desarrollo**. Herramientas para una mirada crítica. Managua: Editorial Enlace, 2006.

CARDOSO, Paulo Roberto Macedo. **Turismo de Base Comunitária na Resex Marinha do Delta do Parnaíba**: percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Hotelaria) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

CARVALHO, Fernanda Caixeta. O Turismo de Base Comunitária como Prática de Empoderamento e o caso da Favela Santa Marta. **IV ENANPARQ**. Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, João Conrado de Amorim. Turismo e Desenvolvimento Sustentável nos Lençóis Maranhenses. **Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB** [S.l.], v. 1, n. 3, 2015.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses**: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro, MA. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

CASTRO, Edna Ramos de. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: CEJUP; NAEA/UFGPA, 2001.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi, CASTRO, Edna, VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia**. Região Universal, Teatro do Mundo. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, n. 92, 1998.

CASTRO, Luciana Luisa Chaves. **O projeto expedições para o turismo e ação em Santo Amaro do Maranhão** – contribuições para a construção de políticas públicas municipais de turismo. 2004. 104 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

CÉU DE MONTANHAS. Catálogo, Brumadinho – MG. **Céu de Montanhas**, n.d. Disponível em: <https://ceudemontanhas.com.br/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, [S.l.], 27, 2006. p. 1274-1289.

COELHO, E. A. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2013.

COLLINS, R. **Interaction ritual chains**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONTI, Bruna R., ROCHA, Luiz Ricardo V. G.; VITEZE, Natália N. As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 1-21, 2018.

COSTA, Pedro Almeida. **Turismo de Base Comunitária na Comunidade Kalunga do Engenho II em Cavalcante/GO**: perspectivas e possibilidades. 2024. 112 f. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2024.

COSTA, Raquel Pires. **Rendas, Redes e Lendas**: o vocabulário das rendeiras do município de Raposa, Maranhão. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto, SAN SOLO; Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

CUTRIM, Luisa Belo. **Hospedagem em Alcântara-MA**: um estudo da disponibilidade para o modelo Cama e Café sob a ótica de residentes. 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2015.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses**. Brasília, DF: Ed. IBAMA, 2000. 88 p.

D'OLIVEIRA, Teresa. Teoria da definição de objetivos: a importância da natureza da tarefa e seu papel moderador. **Análise Psicológica**. 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Claudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação e Sociedade**. 2000.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 97-124.

DORTIER, Jean-François. **À propos de Méditations Pascaliennes**. Sciences Humaines, 2022. p. 54-57.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. de Carlos Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: PUF, 1893.

EDENSOR, Tim. Mundane mobilities, performances and spaces of tourism. **Social & Cultural Geography**, [S.l.], v. 8, n. 2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/14649360701360089>

EDENSOR, Tim. **Performing tourism, staging tourism**. Tourist Studies, [S.l.], v. 1, n. 1, 2001.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Conservação da Biodiversidade do Maranhão: cenário atual em dados geoespaciais**. Jaguariúna, 2016.

FARIAS, Kassia Suelen da Silva. **A participação no Turismo em cenários de mudanças políticas: instância de governança regional do Alto Tapajós, Estado do Pará**. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. Relevô do estado do Maranhão: uma nova proposta de classificação topomorfológica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 6., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UGB, 2006.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Evolução morfogenética do litoral norte da ilha do Maranhão**. Dissertação de Mestrado. IGCE-UNESP, Rio Claro, 1989.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **O Maranhão Primitivo: uma tentativa de reconstituição**. São Luís: Augusta, 1983.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. Paraíba: Grafset, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

FERREIRA, Nadjânia Pinto. **Análise da percepção ambiental e da qualidade da experiência do visitante no uso de uma Unidade de Conservação: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo. **Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos brinquedos de Miriti de Abaetetuba**. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FICHTER, J. H. Definições para o uso didático. In: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FIEMA. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. **Comércio internacional de municípios do Maranhão: estudo setorial**. São Luís, 2021.

FIEMA. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. **Plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão**, 2003.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Planejamento, políticas públicas e novas práticas de turismo e lazer**. Aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará. 2021.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [S.l.], n. 54, 2022.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **A praia, a festa e a viagem**: uma trajetória política de investigação. Belém: NAEA, 2024.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Viagens e viajantes**. São Paulo: AnnaBlume, 2010.
FIGUEIREDO, Silvio Lima. NOBREGA, Wilker. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima; AZEVEDO, F. F.; NOBREGA, Wilker (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; RUSCHMANN, D. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, 2004.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FONSECA, João José S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 123-138, 2013.

FOSTER, George. What is Folk Culture. **American Anthropologist**, New York, v. 55, 1963.

FRANÇA, Ceci Parreira de Araújo; ALMEIDA, Jacinto Alves. **Administração de Empreendimentos Comunitários**. 2. ed. Brasília, DF: SENAR, 2010.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiæ**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, C. A prática em Bourdieu. **Revista Científica FacMais**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2012.

GALIAZZI, Maria do C.; MORAES, Roque. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2005.

GARCÍA CANCLINI, N. “El consumo cultural: una propuesta teórica”, In: Sunkel, G. (coord.): **El consumo cultural en América Latina**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999. p. 26-49.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs NJ: Prentice Hall, 1967.

GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, educação e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GBERARDI, Silvia. **Organizational knowledge**: The texture of workplace learning. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GIAMPICCOLI, A.; SAAYMAN, M.; JUGMOHAN, S. Developing community-based tourism in South Africa: Addressing the missing link. **African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance**, [S.l.], v. 20, n. 2-3, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais na teoria social**: Ação, estrutura e contradição na análise social. Berkeley, CA: University of California Press, 1979.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel**. Paris: Fayard, 1984.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, E. L. S. **Agência Comunitária de Ecoturismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém**: um empreendimento comunitário de turismo na Ilha de Cotijuba, Belém – PA. Belém: FACTUR/ICSA/UFPA, 2011 (Relatório de Atividades de Projeto de Extensão).

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2001.

GOODWIN, Harold. Ten years of Responsible Tourism: an assessment. In: GOODWIN, H.; FONT, X. (orgs.) **Progress in Responsible Tourism** Vol 2(1). Woodeaton, Oxford: Ed. Goodfellow Publishers Limited, 2012.

GRAÇA, Irlene Menezes. A política do turismo como inserção do Maranhão na economia mundializada: os Lençóis Maranhenses em foco. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2., Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. **Anais....** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

GRIM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto C.; GARCIA, Manon. Estratégias de Desenvolvimento: a pesquisa científica no campo do turismo de base comunitária. **Gestion Turística**, Valdivia, Chile, n. 27, p. 44-65, 2017.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUATEMALA. **Projeto de Lei nº 5.995 de 2 de fevereiro de 2022**. Dispõe a aprovar a Lei de fomento ao Turismo Comunitário, 2022.

GUIA LENÇÓIS MARANHENSES. Disponível em: guialencoismaranhenses.com.br/tudo-sobre-a-rota-das-emocoes/. Acesso em: 5 out. 2023.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de Base Comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente sustentável**, [S.l.], ano VI, v. 1, n. 11-12, 2011.

HANNAM, Kevin, SELLER, Mimi; URRY, John. **Editorial:** Mobilities, immobilities, moorings. *Mobilities*, v. 1, n. 1, 2006.

HARVEY, David. **Para entender O capital.** Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEELAS, P. **The new age movement:** the celebration of the self and the sacralization of modernity. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HOLDGATE, M. **The Green Web:** A Union for World Conservation. London: IUCN/Earthscan, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Maranhão.** Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE atualiza mapa da Amazônia Legal. **Agência de Notícias**, 2020. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal#:~:text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20\(16,infraestrutura%20log%C3%ADstica%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal#:~:text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20(16,infraestrutura%20log%C3%ADstica%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional.). Acesso em: 18 fev. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades:** Barreirinhas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Categorias.** Grupo de Proteção Integral. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias>. Acesso em: 24 out de 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro Metodológico para a elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais.** Brasília, DF, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais:** Resultados de 2019 e breve panorama histórico. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Manual do Condutor de Visitantes:** Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas, 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Uso Público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** Barreirinhas, 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Turismo de base comunitária em unidades de Conservação Federais:** Princípios e Diretrizes. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais**: caderno de experiências. Brasília, DF: MMA, ICMBio, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Catálogo de Produtos e Serviços do Turismo de Base Comunitária é lançado no Parque Nacional da Fuma Feia. ICMBio, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Campus desenvolve projeto de Turismo de Base Comunitária. **IFMA**, 2022. Disponível em: <https://alcantara.ifma.edu.br/2022/12/20/campus-desenvolve-projeto-de-turismo-de-base-comunitaria/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Zonificação do Território do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA)** – etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, São Luís, 2021.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: Lençóis Maranhenses. v. 5. São Luís: 2020.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Panorama do Turismo no Maranhão: análise econômica do setor (2016-2023). Governo do Maranhão, São Luís, 2024.

INSTITUTO DE POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS DO MARANHÃO. Rota dos Quilombos. **INSPOSUMA**, 2025. Disponível em: <https://rotadosquilombos.com/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURZZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

JAFARI, Jafar. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, v. 42 n. 1, p. 39-56, 2005.

JÓHANNESSON, G. T. Tourism translations: Actor-network theory and tourism research. **Tourist Studies**, [S.l.], v. 5, n. 2, 2005.

KAY, Cristóbal. Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? **Revista Mexicana de Sociología**, [S.l.], v. 71, n. 4, 2009.

KIYOTANI, Ilana; MAGALHÃES, Marianna; Ferreira, Michele. Turismo para além das massas: o turismo de base comunitária e sua repercussão no espaço litorâneo nordestino – do Maranhão a Alagoas. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 11, 2022.

KONDER. Leandro. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e História social. *In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LEE, Tsung Hung; JAN, Fen-Hauh. Can community-based tourism contribute to sustainable development? Evidence from residents' perceptions of the sustainability. **Tourism Management**, [S.l.], v. 70, p. 368-380, feb. 2019.

LEIPER, Neil. **Tourism Management**. Victoria: TAFE Publications, 1995.

LEITE, P. S. **Novo enfoque do desenvolvimento e as teorias tradicionais**. Fortaleza: Imprensa universitária, 1983.

LEVI, Margaret. Uma lógica da mudança institucional. **Revista Dados**, [S.l.], v. 34, n. 1, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

LIMA, Jefferson Teixeira Sarmiento. **Trekking pedagógico IFAC**. Rio Branco, 2021.

LIMA, Marcelo Augusto G.; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.l.], v. 16, p. 2094, 2022.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Políticas Públicas para o Turismo**: Estudo sobre municipalização no turismo no Estado do Maranhão. 2001. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LUNA, Marco C. M. *et al.* **Model for a dune field with an exposed water table. Geomorphology**, [S.l.], v. 159-60, p. 169-77, jul. 2012.

LUNAS, J. R. D. S. **Ecoturismo SA**: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

MACCANNELL, Dean. **El Turista**: una nueva teoria de la clase ociosa. Barcelona: Melusina, 2003.

MACCANNELL, Dean. **The tourist**: A new theory of the leisure class. New York: Schocken, 1976).

MAFFESOLI, Michel. Mesa espaço de comunicação. *In*: DIAS, Cecília Maria de Moraes (org.). **Hospitalidade**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2002.

MAIOBA TURISMO. Turismo de Base Comunitária. Maioba Turismo. **Experiência e cultura**, 2023. Disponível em: <https://maioba.com.br/turismo-de-base-comunitaria/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MALDONADO, Carlos. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario**. Genebra: Organización Internacional del Trabajo. SEED: Serie Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina (REDTURS), 2005.

MANO, Apoenia Dias; MAYER, Verônica Feder; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisas em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1314>

MARANHÃO lança Programa Destino Lençóis e Delta. **Jornal Pequeno**, São Luís. Ano LXVI, nº 26, 2020.

MARANHÃO. **Decreto nº 16.683, de 4 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a criação da Subgerência de Turismo do Maranhão. São Luís, 1999.

MARANHÃO. **Decreto nº 19.483, de 7 de abril de 2003**. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado Extraordinária de Turismo. São Luís, 2003.

MARANHÃO. **Decreto nº 19.701, de 8 de julho de 2003**. Dispõe sobre a criação do Fórum Estadual de Turismo do Estado do Maranhão. São Luís, 2003.

MARANHÃO. **Decreto nº 20.629 de 19 de julho de 2004**. Dispõe sobre a criação da Superintendência para o Turismo. São Luís, 2004.

MARANHÃO. Em Barreirinhas, Governo do Estado inaugura ponte sobre o Rio Preguiças e facilita acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Governo**, São Luís, 2025. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/em-barreirinhas-governo-do-estado-inaugura-ponte-sobre-o-rio-preguicas-e-facilita-acesso-ao-parque-nacional-dos-lencois-maranhenses>. Acesso em: 5 abr. 2025.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Turismo. Subsídios para a História do Turismo no Maranhão. São Luís, 1982.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão**: plano maior. São Luís, 2000.

MARANHÃO. **Governador Flávio Dino entrega aeroporto de Barreirinhas.** Agência de Notícias, 2021. Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=325340>. Acesso em: 3 out. 2023.

MARANHÃO. **Lei nº 2.239, de 28 de dezembro de 1962.** Dispõe sobre a criação do Departamento de Turismo e Promoções do Estado do Maranhão. São Luís, 1962.

MARANHÃO. **Lei nº 3.347, de 14 de maio de 1973.** Dispõe sobre a criação do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão. São Luís, 1973.

MARANHÃO. **Lei Delegada nº 98, de 21 de junho de 1976.** Dispõe sobre a criação da Empresa Maranhense de Turismo. São Luís, 1976.

MARANHÃO. **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. São Luís, 2016.

MARANHÃO. **Lei nº 11.333/2020.** Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Maranhão. São Luís, 2020.

MARANHÃO. **Lei nº 12.206 de 20 de fevereiro de 2024.** Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária na Agricultura Familiar. 2024.

MARANHÃO. Lei nº 12.318 de 20 de junho de 2024. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitária. **Diário Oficial do Maranhão**, São Luís, 2024.

MARANHÃO. **Lei nº 8.559, de 28 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo. São Luís, 2006.

MARANHÃO. **Medida Provisória nº 219, de 22 de fevereiro de 2019.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo. São Luís, 2019.

MARANHÃO. Observatório de Turismo. **Cadastur**, 2019.

MARANHÃO. Observatório do Turismo. **Estudos Socioeconômicos**, 2022.

MARANHÃO. Observatório do Turismo. **Pesquisa de Demanda Turística 2023.** Disponível em: <https://observatorio.turismo.ma.gov.br/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARANHÃO. Plano Maior 2020. **Relatório Final**. 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Entendendo os princípios do Turismo de Base Comunitária.** Cartilha. São Luís: SEMA, 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo.** 2023. Disponível em: <https://turismo.ma.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa Destino Lençóis e Delta.** 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência. **Perfil da Administração Pública** – Administração direta. Volume II (1995-2013). São Luís, 2015.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. São Luís: SETUR, 2023. Disponível em: <https://turismo.ma.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Projeto Político Pedagógico Mais Qualificação e Turismo**. São Luís, 2020.

MARQUES, Eduardo. Os Mecanismos Relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 22, n. 64, 2007.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MARTINS, Érica Mantovani. **Desenvolvimento local e Atividade Turística em Barreirinhas** – Cidade Portal dos Lençóis Maranhenses. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATOS, Aécio Gomes. A democracia e a organização social de base. In: JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L. (org.). **Diálogos em psicologia social** [E-book]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

MATOS, Aécio Gomes de. A democracia e a organização social de base. In JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (org.). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 335-351.

MATOS, Richer de Andrade; ROVELLA, Syane Brandão Caribé. Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: conceitos em evolução. **Revista Eletrônica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis**, [S.l.], n. 3, 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, [1923-24].

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 4. ed. Imperatriz: Ética, 2008.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELO, Danúbia Borges. **Travessia dos Lençóis: diagnóstico para o ordenamento do atrativo**. Barreirinhas: ICMBio, 2020.

MELO, Danúbia Borges; CREMA, Allan. Planejamento do uso público no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: aplicação das metodologias IAT e ROVUC. **Biodiversidade Brasileira**, [S.l.], n. 3, 2022.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A Análise de Conteúdo como uma Metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 47, n. 165, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIRANDA, Katiuscia; COELHO, Roberta; SILVA, Marcos; PRESTES, Monica. **Formar Gestão**: Formação continuada em gestão de empreendimentos comunitários na Amazônia. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2019.

MOCHEL, Flávia Rebelo. Manguezais amazônicos: *status* para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA, Tadeu Gomes (org.). **Amazônia Maranhense**: diversidade e conservação. Belém: MPEG, 2011.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia social do turismo**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOLINA, Sérgio. **Conceptualización del turismo**. México: Limusa, 1991.

MORAES, Edilaine Albertino de; IRVING, Marta de Azevedo; MENDONÇA, Tereza Cristina Miranda. Turismo de Base Comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Revista Turismo Visão e Ação**, [S.l.], v. 20, n. 2, 2018.

MORAES, Edilaine Albertino de; MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; PINHEIRO, Carolina Vasconcelos. Trilhando o Turismo de Base Comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. **Cultur**, [S.l.], Ano 11, n.1, 2017.

MORAES, Edilaine Albertino; GUERRA, Marília Falcone; MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; FENERICH, Gabriel Nogueira. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14210/tva.v26.19133>

MORAES, Glaucia Maria da Conceição; CARVALHO, Karoliny Diniz. Artesanato e Turismo de Base Comunitária: inter-relações e desafios na comunidade ilha Grande dos Paulinos (Tutóia, Maranhão). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2022.

MORAES, Thiago Ferreira. **Mapa das Comunidades de Satuba, Betânia e Buritizal**. São Luís, 2025.

MORALES, Martín. Redes y federaciones de turismo comunitario. In: TALLER DE INTERCAMBIO: DESAFÍOS Y POTENCIALIDADES DEL TURISMO COMUNITARIO EN CENTROAMÉRICA, 2007, Petén, Guatemala. **Anais...** San Salvador: PRISMA – Programa Salvadoreño de Investigación sobre Desarrollo y Medio Ambiente, 2007.

MOREIRA, Uilce Edeltrudes; FERREIRA, Lara Cristine Gomes. O turismo de base comunitária no território Kalunga: um olhar para a Comunidade Quilombola Vão do

Moleque, no município de Cavalcante – GO. Élisée - **Revista de Geografia da UEG**, [S.l.], v. 13, n. 1, 2024.

MUNIZ, Gisselly Poliana Santos. Ecoturismo em Carolina, Maranhão: que prática é essa? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão. 2017.

MUSA. Museu da Amazônia. Aturás, mandiocas e beijos: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro. Manaus, 2020.

MURPHY, Peter. **Tourism: Community Approach**. London: Routledge, 1985.

NASSAR, Pedro Meloni; COBRA, Luciana Vieira; VIEIRA, Fernanda Sá. **Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação**. Tefé, AM: IDMS, 2017.

NETTO, J. P. Prólogo: elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NORA, Fernanda Pereira de Mesquita; FRANCO, José Luiz de Andrade. A História do Conceito de Conservação e o Caso da Onça-Pintada no Brasil. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 295-315, 2018.

NORONHA, Raquel Gomes. **Dos quintais às prateleiras: as imagens quilombolas e a produção da louça em Itamatatua – Alcântara – Maranhão**. 2015. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; CRUZ, Jocilene Gomes da; COSTA FILHO, Fausto de Andrade. Turismo, Representação da Cultura e Gestão Participativa na Comunidade Indígena Beija-Flor I no Município de Rio Preto da Eva – Amazonas. Anais...Seminário ANPTUR 7, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Marcela Costa Bifano de; PIMENTEL, Thiago Duarte. El CampoTurístico de la ciudad de Quito (Ecuador): un análisis del capital de sus agentes y de la (posible) acción colectiva sobre las políticas de turismo como objeto de disputa. **Investigaciones turísticas**, v. 6, p. 183-209, 2016.

OLIVEIRA, Romário Loffredo de; VALDUGA, Manoela Carrilo; MARQUES, Osiris Ricardo Bezerra. Percepção dos visitantes sobre a memorabilidade e transformação das experiências turísticas na Comunidade Indígena Raposa I. **Caderno Virtual de Turismo**, [S.l.], v. 24, n. 3, 2024.

ONTIVEROS, Martha Marivel Mendoza; ESPINOSA, Rafael Hernández. Turismo Comunitario pro pobre y su definición de pobreza. **Dimensiones Turísticas**, [S.l.], v. 3, n. 4, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Código de Ética del Turismo**. España: OMT, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

OSTROM, Elinor. **Governando os comuns**: a evolução das instituições para a ação coletiva. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

PÃOZINHO, Fernando Campelo. **Geoturismo no Parque Nacional da Chapada das Mesas**: planejamento e gestão estratégica para a geoconservação. 2019. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PÃOZINHO, Fernando Campelo. **O geoturismo como segmento diferencial para o polo turístico da Chapada das Mesas**: estudo de viabilidade de práticas geoturísticas no Complexo de Pedra Caída em Carolina-MA. 2012. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

PÃOZINHO, Fernando Campelo; FIGUEIREDO, Sílvia José de Lima. Formação de condutores de visitantes e o plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, [S.l.], v. 15, n. 5, 2022.

PÃOZINHO, Fernando Campelo; GUEDES, Paula Macedo Kreimer. Ecoturismo e Conservação no Brasil: da complexidade ambiental à necessidade de repensar sua prática no território. In: RAMOS, Francisco Samuel Nobre *et al.* (org.). **Educação Ambiental, ecopedagogia e cartografia social**. Coletânea 1. Educação Ambiental e suas possibilidades. São Luís, EDUFMA, 2021.

PEDROSA, M. Cardin; LÓPEZ, C. J. Álvarez. El turismo rural comunitario en Costa Rica. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE INGENIERIA DE PROYECTOS, 11., 2007, Lugo, España. **Anais...** Lugo, 2007.

PEET, R. The Destruction of Regional Cultures. In: JOHNSTON, R.; TAYLOR, P. A. **World in Crisis**: Geographical Perspectives. London: Blackwell, 1986.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. A encantada Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do turismo numa abordagem antropológica. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 6, n. 12, p.197-228., 2009.

PEREIRA, Tatiana de Jesus Ferreira *et al.* Extrativismo de mariscos na Ilha do Maranhão (MA): implicações ecológicas e socioeconômicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 2, 2017.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. A encantada Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do turismo numa abordagem antropológica”. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 6, n. 12, p. 197-228, 2009.

PEREIRA, Tatiana de Jesus Ferreira *et al.* Extrativismo de mariscos na Ilha do Maranhão (MA): implicações ecológicas e socioeconômicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 2, 2017.

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. [S.l.]: Ed. Calouste Gulbenkian, 1981.

PERUZZO, Cicília M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceito de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, [S.l.], v. 12, n. 24, 2009.

PIAGET, Jean. The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. **Bulletin of the Menninger Clinic**, London, v. 26, n. 3, p.129-137, 1962.

PICÓN CRUZ, Juan Carlos; HERNÁNDEZ ULATE, Aurora. El turismo rural comunitario en los procesos de la nueva ruralidad: la experiencia latinoamericana. **Análisis Turístico**, 2014.

PIMENTEL, Márcia Aparecida Silva; RIBEIRO, Wagner Costa. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **Ge USP – Espaço e Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.ge USP.2016.122692>

PIMENTEL, Thiago Duarte. Bourdieu, campo turístico y sus implicaciones para la gestión de los destinos turísticos. In: GAMBOA, Silvestre F.; CAMPAÑA, Luis M. F. (org.). **Turismo en el sur de Sinaloa**. Mazatlán/Escuinapa (Sinaloa): Ediciones EON, 2015. p. 244-251.

PIMENTEL, Thiago Duarte. O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estrutura. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, Juiz de Fora, v. 6, n. Único, 2020.

PINHEIRO, Cíntia Raquel; Souza, Luiz Eduardo Simões. Entre Mangues e Guarás: o turismo de base comunitária na ilha do Lençóis em Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2024.

PINHO, Thays Regina Rodrigues. Experiências de base comunitária na região dos Lençóis Maranhenses (Brasil): potencialidades e limitações. **Revista de Ocio y Turismo**, [S.l.], v. 15, n. 2, 2021.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, André de Mello e. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

PINTO, Débora Beron; MOESCH, Marutschka Martini. Práticas turísticas fundando novas teorias – o caso da linha turismo em Porto Alegre. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 3., 2005. **Anais...** Caxias de Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM municípios**. Brasil: PNUD, 2010.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1990.

PRATES, Ana Paula Leite; GONÇALVES, Marco Antonio; ROSA, Marcos Reis. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos do Brasil**. 2. ed. rev. ampliada. Brasília, DF: MMA, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUEIROZ, Jacirene da Silva. **Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: o caso do Instituto Tapiaim em Curuçá-PA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, 2011.

RABINOVICI, Andrea. Inovação social e empresarização do turismo: as experiências da Fundação Casa Grande no Cariri cearense, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 24, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.24n1.2024.dossieTBC.2141>

RAIOL, Jessica Agnes Gaignoux. Usos, Propriedades Físico-Químicas, Nutricionais e Tecnologias do Tucupi: uma revisão. Monografia. Faculdade de Nutrição. Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

REIS, Raimunda Rocha. **Sustentabilidade e Turismo: um estudo sobre a perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas – MA**. 2018. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

REDE ARTESOL. Artesanato do Brasil. **Rede Artesol**, n.d. Disponível em: <https://redeartesol.org.br/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

REIS, Raimunda Rocha. Sustentabilidade e Turismo: um estudo sobre a perspectiva socioambiental como estratégia de geração de valor em empreendimentos hoteleiros de Barreirinhas – MA. Monografia. Graduação em Turismo. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

REN, Carina; PRITCHARD, Annette; MORGAN, Nigel J. Constructing tourism research: A critical inquiry. **Annals of Tourism Research**, [S.l.], v. 37, n. 4, 2010.

RICHES, Raimar. O mercado como catalisador do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, 1986.

RIHOVA, Ivana; BUHALIS, Dimitrios, GOUTHRO, Mary Beth; MOITAL, Miguel. Customer-to-customer co-creation practices in tourism: Lessons from customer-dominant logic. **Tourism Management**, v. 67, p. 362-375, 2018.

ROCHA, Mayara Laila Ferreira; RIBEIRO-NOVAES, Éville Karina Maciel Delgado. Plantas alimentícias do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: um estudo etnobotânico. *In*: RIBEIRO-NOVAES, Éville Karina Maciel (org.). **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em 10 anos do IFMA – Campus Barreirinhas**. Curitiba: CRV, 2021.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**: Rumo ao Conhecimento Transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, Camila; FERREIRA, Daniel; SCAGLIA, Suzanne. **Organização Comunitária**: Uma história de formação de lideranças rurais e associativismo com agricultores e agricultoras familiares do Assentamento Nova Cotriguaçu - MT. Mato Grosso: Instituto Centro de Vida, 2014.

RODRIGUES, Linda Maria. **O Segredo do Brasil**: os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

RODRIGUES, Linda Maria. **Os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses**. São Luís: EDUFMA, 2013. 214 p.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Folha explica**: Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

RODRIGUES, Misael Lira *et al.* Flora Vascular do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Maranhão: checklist, afinidades florísticas e fitofisionomias de restingas no município de Barreirinhas. **Acta Botânica Brasileira**, v. 33, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-33062018abb0421>

RODRÍGUEZ, S. Turismo comunitario en Colombia: ¿retórica de Estado? **Turismo y Sociedad**, v. xxii, p. 195-212, 2018.

ROSALES, Míriam Ivette Anaya; CHANTA, Karen Vanessa Cruz; RUÍZ, Juan Enrique Reyes. **Estrategias de desarrollo en turismo rural comunitario para el municipio de Tecoluca, departamento de San Vicente**. 2015. (Maestria en Consultoria Empresarial) – Universidad de El Salvador, El Salvador, 2015.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. *In*: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política**: Temas Seleccionados. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. 9. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. *In*: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, Estudos Rurais, 2006.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e Sócio-anthropologia do Desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Carlos Alberto C. Pensando o conceito de turismo comunitário. In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.

SAMPAIO, Carlos Alberto C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce *et al.* Ecosocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, auto-gestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 21, n. 2, 2018.

SANSOLO, Davis Gruber. Planejamento Ambiental e as Mudanças na Paisagem do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual Serra do Mar. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANSOLO, Davis Gruber; BACK, Gilberto. O Ensino de Geoprocessamento para Estudantes de Turismo: Uma Discussão sobre suas potencialidades. In: V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 5., 2008. **Anais...** Caxias do Sul: SeminTUR, 2008.

SANTO AMARO DO MARANHÃO. Taxa Turística agora é Lei! Prefeitura. Disponível em <https://santoamaro.ma.gov.br/taxa-turistica-agora-e-lei/>. Acesso em: 2 set. 2023.

SANTO AMARO DO MARANHÃO. **Lei nº 243 de 6 de junho de 2017**. Institui o sistema de ordenamento e controle de visitação turística, nas áreas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2017. Santo Amaro do Maranhão: Prefeitura, 2017. Disponível em: <https://www.tributosmunicipaisma.com.br/public/ctm/SantoAmaro/CCF27082018.pdf>. Acesso: 13 fev. 2024.

SANTO AMARO. **Lei nº 329 de 19 de abril de 2023**. Institui a taxa de turismo sustentável – TTS no município de Santo Amaro do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <https://www.rotadasemocoasbrasil.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Taxa-de-Turismo-de-Santo-Amaro.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

SANTO AMARO DO MARANHÃO. **Taxa Turística agora é Lei!** Disponível em: <https://santoamaro.ma.gov.br/taxa-turistica-agora-e-lei/>. Acesso em: 2 set. 2023.

SANTOS, Itaan de Jesus Pastor; ROCHA, Michelle Santos. Rota das Areias e rota Guaxenduba: análise sobre os projetos de turismo de base comunitária no território Lençóis Maranhenses/Munim, no Maranhão. **Revista Terceira Margem Amazônia**, [S.l.], v. 8, n. 19, p. 131-151, 2022.

SANTOS, Jorge Hamilton Souza dos; SILVA, Jorge Xavier da; SANTOS, Nádja Furtado Bessa dos; SANTOS, Márcio Costa Fernandes Vaz dos. Monitoramento do campo de dunas dos Lençóis Maranhenses – MA / Brasil. In: XII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., Montevideu. **Anais...** Montevideu: EGAL, 2009.

SANTOS, Karlla Fabianna Lima. **Do Delta das Américas aos Pequenos Lençóis**: produção e consumo do espaço turístico de Tutóia – Maranhão. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; CARVALHO, Maria Gracinda Teixeira. Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão: potencialidades e entradas na gestão de polo turístico. **Revista Turismo Visão e Ação**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 218-241, maio/ago., 2009.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão. **Voucher Digital Barreirinhas torna o turismo mais seguro no Maranhão**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/voucher-digital-barreirinhas-torna-o-turismo-mais-seguro-no-maranhao,66109aa8473a3810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 20 out. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo em Unidades de Conservação**: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SILVA, Fábio Carlos. **Fundamentos Econômicos do Desenvolvimento**. Aula. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2021.

SILVA, Guadalupe Romero. **Honduras e os caminhos para o desenvolvimento sustentável: turismo e educação ambiental**. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVA, João Paulo da; ARAÚJO, Cristina Pereira. Geografia do Turismo de Base Comunitária no Brasil. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 11, 2022.

SILVA, Josemar Raimundo; RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferreira. A teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux. **Cadernos de Economia**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 75-96, 2000.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000200018>

SILVA, Livia Caroline Abreu. **Avaliação da qualidade da água de consumo humano no município de Santo Amaro do Maranhão – MA como instrumento de garantia do direito à saúde**. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Maria Fernanda da; BERTOLDO, Edna. O conceito de política em Marx: análise de obras de 1843 a 1871. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, [S.l.], Ano 3, n. 3, 2011.

SILVA, S. M. S.; CARVALHO, L. G.; FIGUEIREDO, S. J. L. Os “estrangeiros” no contexto do turismo como fenômeno social e o capital social. **Paper do NAEA**, Belém, v. 26, n. 1, 2020.

SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 33, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2218/1357>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (org.). **Populações e meio ambiente na pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário**: dinâmicas e conflitos territoriais. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

SOFIELD, T. H. B. **Capacitação para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Oxford: Pérgamo, 2003.

SOLHA, Karina. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência e Saúde**, [S.l.], v. 7, n. 3, 2002.

SOUZA, Maria Antônia Valadares de; SANTOS, Nayara Silva dos; CANÇADO, Airton Cardoso. O Turismo de Base Comunitária no Território da Cidadania do Jalapão (TO): a experiência das comunidades quilombolas Prata e Mumbuca. **Baru**, Goiânia, v. 3, n. 2, 2017.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva; PÃOZINHO, Fernando Campelo; LOPES, Meiriane da Trindade; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Plano Nacional de Turismo Brasil (2018-2022) e os impactos da pandemia de COVID-19 no planejamento. In: BAHIA, Mirleide Chaar; TAVARES, Maria Goretti da Costa; FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). **Turismo, Lazer e Patrimônio na Pan-Amazônia**. Belém: Editora NAEA, 2022.

TBC EM BARREIRINHAS. Logomarca do projeto. Instagram: @tbc.barreirinhas. Acesso em: 20 out 2023.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria da prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>

THUM, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], p. 162-179, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6899>

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: EDUSP, 1973.

TSUJI, Tetsuo. **Região dos Lençóis Maranhenses**: cenários futuros de ecoturismo e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Juruá, 2002. 171p.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism**. Fortaleza, 2008.

TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism**. Fortaleza, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Rede de Turismo de Base Comunitária de Santo Amaro – MA. Relatório. 2018.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. S. As redes como mecanismo de articulação e fortalecimento do turismo comunitário: análise da Rede Tucum. GT Planejamento e Organização do Turismo. SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA/UFRN, maio 2015.

URRY, J. Travelling times. *European Journal of Communication*, 21, 2, 2006.

VANDENBERGHE, Frédéric. “The real is relational” an epistemological analysis of Pierre Bourdieu’s generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, Mar. 1999.

VÁSQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE**, Santiago, v. 26, n. 79, 2000.

VÁSQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001. 278 p.

VÁZQUEZ, Jenner Torrez; SÁNCHEZ, Beatriz Pérez; GOVEA, Luis Manuel Hernández. Tourism in Mexico development planning (2000-2024). **Journal of Tourism and Heritage Research**, [S.l.], v. 3, n. 2, 2020.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VERONESE, Marília Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe B. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v14i2.17616>

VIANA, Regina Maria Matos; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; MOURA, Leiliany Negrão. Turismo de Base Comunitário: uma proposta para o combate às desigualdades sociais na região insular de Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, 2014.

VIEIRA, Demóstenes Dantas. Indivíduo e Sociedade: de Durkheim a Norbert Elias. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 226, p. 251-264, jan./fev. 2021.

VIEIRA, João Francisco L. Voucher único um modelo de gestão da atividade turística em Bonito – MS. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

VIEIRA, Kiara Cristine Diniz; ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de; CÂMARA, Rosélis de Jesus Barbosa; RIBEIRO, Ruan Tavares. O protagonismo feminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa do município de Santo Amaro do Maranhão. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, [S.l.], v. 11, n. 2, 2022.

VIOLA, A. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000.

VIVALÁ. Turismo Sustentável no Brasil. **Vivalá Turismo**, 2024. Disponível em: <https://www.vivala.com.br/a-vivala>. Acesso em: 4 abr. 2025.

WALKOWSKI, Marinês da C.; DAMO, Marcia Regina S.; LOCH, Carlos. Projeto Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina-SC: Um território de identidade e turismo sob a ótica da Linguagem de Padrões. **Revista Turismo - Visão e Ação**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 329-347 2017. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v19n2.p319-347>

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1973.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.

WHITTINGTON, R. Strategy as practice. **Long Range Planning**, [S.l.], v. 29, n. 5, p. 731-735, 1996. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/0024-6301\(96\)00068-4](http://dx.doi.org/10.1016/0024-6301(96)00068-4)

WORSTER, D. A Natureza e a Desordem da História. In: FRANCO, José Luiz A. *et al.* (org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

WWF-INTERNACIONAL. **Guidelines for community-based ecotourism development**. 2001. Disponível em: <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>. Acesso em: 1º set. 2023.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2009.

ZAPATA, María José; HALL, Michel; LINDO, Patricia; VANDERSCHAEGHE, Mieke. Can Community-Based Tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from

Nicaragua. **Current Issues in Tourism**, [S.l.], v. 14, n. 8, p. 725-749, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.559200>

ZIKMUND, William G. **Business research methods**. 5. ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

ZWICK, Elisa; SILVA, Isabel Cristina; BRITO, Mozer José. Estratégia como prática social e teoria da ação comunicativa: possíveis aproximações teóricas. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, ed. especial, v. 12, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-39518694>

APÊNDICES

Apêndice A

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

COMUNIDADE: _____

Prática de Acolhimento do Visitante

Práticas Comunitárias com a interação do visitante: como acontecem

Elementos representativos da Dádiva

Comportamentos, Atitudes, Hábitos que representam princípios durante a prática

Organização da prática (planejamento e gestão)

Formato de interação do visitante

Regras de convivência da comunidade

Práticas comunitárias relacionadas aos resíduos gerados

Prática comunitária de abastecimento / insumos de alimentação / logística de suprimentos

Nível de confiança entre os comunitários e integração

Apêndice B

ROTEIRO DE ENTREVISTA AGENTE: SETUR SANTO AMARO DO MARANHÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:

TEMPO DE GESTÃO:

QUANTIDADE DE COLABORADORES:

01. Existe uma política municipal de turismo instituída?

02. Existem instrumentos de planejamento e gestão pública do turismo em Santo Amaro?

() inventário () plano municipal de turismo () plano de marketing do destino ()
outro: _____

03. Quais as legislações atuais de turismo de Santo Amaro?

04. Houve participação das comunidades na elaboração da política e dos instrumentos?

05. Como é pensada ou como acontece a relação da SETUR com as comunidades? E a relação turismo e comunidades? Qual o principal canal de diálogo entre SETUR e comunidade?

06. Quais serviços públicos de turismo já foram executados nessas comunidades?

07. A gestão pública municipal trabalha ações de estímulo ao TBC nas comunidades? Quais?

08. Quais comunidades a SETUR vê como potencial para o TBC e por quê?

09. Qual o direcionamento de desenvolvimento turístico adotado pela SETUR Santo Amaro?

10. Existe algum material institucional da gestão pública de promoção turística que inclua as comunidades?

11. Existe algum acompanhamento da gestão pública municipal sobre casos de abuso e exploração sexual advindos da prática do turismo nas comunidades?

12. Existe acompanhamento sobre os resíduos gerados nas comunidades pela prática turística? O que tem sido feito?

TERMO DE CONSENTIMENTO – LGPD

Conforme a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, reconheço que meus dados pessoais serão utilizados para fins de análise desta pesquisa de doutorado do discente Fernando Campelo Pãozinho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará e orientadores Prof. Dr. Silvio Figueiredo (Universidade Federal do Pará) e Dra. Monica Araújo (Universidade Federal do Maranhão). Reconheço e dou ciência também como **entrevistado** da pesquisa do compromisso assumido pelo discente Fernando Campelo Pãozinho e seus orientadores de tratar meus dados pessoais de forma sigilosa e confidencial, mantendo-os em ambiente seguro para qualquer fim conforme descrito acima. Estou ciente também que, a qualquer tempo, posso pedir a exclusão do cadastro, de modo que os dados só serão mantidos nos termos da lei.

Data: __/__/____ Assinatura: _____

Apêndice C

ROTEIRO DE ENTREVISTA AGENTE: COMTUR SANTO AMARO DO MARANHÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:

TEMPO DE GESTÃO:

QUANTIDADE DE MEMBROS DO CONSELHO:

01. Na composição do conselho existem membros que são das comunidades? Quais?

02. Qual a frequência da realização de encontros/assembleias do COMTUR?

03. Existe um plano de trabalho no COMTUR? Caso exista um plano de trabalho. Existem ações que contemplem o turismo em comunidades?

04. Como você percebe o turismo feito nas comunidades de Santo Amaro?

05. Como você caracteriza o turismo nas comunidades de Santo Amaro?

06. Como você avalia a atuação do conselho municipal de turismo em Santo Amaro para a participação das comunidades na governança do turismo local?

TERMO DE CONSENTIMENTO – LGPD

Conforme a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, reconheço que meus dados pessoais serão utilizados para fins de análise desta pesquisa de doutorado do discente Fernando Campelo Pãozinho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará e orientadores Prof. Dr. Silvio Figueiredo (Universidade Federal do Pará) e Dra. Monica Araújo (Universidade Federal do Maranhão). Reconheço e dou ciência também como **entrevistado** da pesquisa do compromisso assumido pelo discente Fernando Campelo Pãozinho e seus orientadores de tratar meus dados pessoais de forma sigilosa e confidencial, mantendo-os em ambiente seguro para qualquer fim conforme descrito acima. Estou ciente também que, a qualquer tempo, posso pedir a exclusão do cadastro, de modo que os dados só serão mantidos nos termos da lei.

Data: __/__/____ Assinatura: _____

Apêndice D

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGENTE: AGÊNCIA DE RECEPTIVO SANTO AMARO DO MARANHÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME DO ENTREVISTADO:

EMPRESA:

CADASTUR: () SIM () NÃO

SITE: () SIM () NÃO

01. Você opera passeios para quais comunidades/povoados de Santo Amaro?

02. Você entende que vender Lençóis Maranhenses é vender:

() Dunas, Lagoas

() Dunas, Lagoas e praias

() Dunas, Lagoas, Praias e práticas culturais nas comunidades

03. Para você as comunidades tradicionais são importantes para o turismo de Santo Amaro?

04. Você já teve alguma ocorrência de impedimento da realização de passeios em alguma comunidade?

05. A agência possui contato direto com pessoas da comunidade para reservar serviços? Qual comunidade? Existe uma parceria?

06. Como é vendida o passeio em comunidades?

07. Você conhece o termo turismo de base comunitária?

() SIM () NÃO

08. Você avalia o nível de satisfação do turista? Como?

09. Quantos turistas em média você leva diariamente para as comunidades?

Comunidade: quantidade diária de turistas:

10. Você conhece o Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro?

11. Você já participou de alguma atividade da SETUR Santo Amaro ou do conselho municipal de turismo?

12. Existe preocupação sobre a sustentabilidade do destino Santo Amaro por parte da agência? Em quais aspectos?

13. Alguém das comunidades trabalha com você?

TERMO DE CONSENTIMENTO – LGPD

Conforme a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, reconheço que meus dados pessoais serão utilizados para fins de análise desta pesquisa de doutorado do discente Fernando Campelo Pãozinho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará e orientadores Prof. Dr. Silvio Figueiredo (Universidade Federal do Pará) e Dra. Monica Araújo (Universidade Federal do Maranhão). Reconheço e dou ciência também como **entrevistado** da pesquisa do compromisso assumido pelo discente Fernando Campelo Pãozinho e seus orientadores de tratar meus dados pessoais de forma sigilosa e confidencial, mantendo-os em ambiente seguro para qualquer fim conforme descrito acima. Estou ciente também que, a qualquer tempo, posso pedir a exclusão do cadastro, de modo que os dados só serão mantidos nos termos da lei.

Data: __/__/____ Assinatura: _____

Apêndice E

ROTEIRO DE ENTREVISTA
PERCEPÇÃO DO COMUNITÁRIO SOBRE O TURISMO
COMUNIDADE: _____

Com qual gênero você se identifica?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro

Qual a sua escolaridade?

- ☐ Não acessou ou obteve acesso ao ensino
- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Fundamental completo
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação

Qual a sua renda familiar?

- ☐ Menos de 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ De 3 a 4 salários mínimos
- ☐ Mais de 4 salários mínimos

01. Com quais palavras você conceitua o turismo?

02. O que o turismo representa para você?

03. Quais os princípios da comunidade são importantes para o turismo acontecer?

04. Quantas pessoas na sua família trabalham com turismo? Caso você não trabalhe com turismo. Qual seria o motivo?

05. Quem trabalha com turismo, trabalha aqui dentro da comunidade ou fora da comunidade?

06. Caso você trabalhe com turismo, você acha satisfatório? No momento atual, você está satisfeito ou insatisfeito? Qual o motivo?

07. Qual atividade a pessoa desenvolve dentro do turismo? Caso não trabalhe com turismo qual sua atividade de trabalho?

08. O turismo ajudou a mudar algo na comunidade? O que?

09. Na sua opinião, o que pode melhorar para desenvolver turismo na comunidade?

10. Você já participou de alguma atividade na comunidade que falasse sobre turismo?

11. Você já participou de alguma associação ou grupo na comunidade?

12. Você já viajou para conhecer algum outro lugar por motivo de praticar turismo?

Apêndice F

ROTEIRO DE ENTREVISTA
MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS
COMUNIDADE: _____

01. Qual a prática:

Observada () Relatada () Por quem:

02. Qual o objetivo ou finalidade da prática:

03. Como a prática é planejada? Existe uma sistemática ou organização?

04. Como a prática é executada? Qual o passo a passo? Quais são as atividades necessárias para a prática acontecer na visão do comunitário?

05. Quais pessoas da comunidade se envolvem nesta prática? Quem protagoniza o quê?

06. Alguém externo à comunidade se envolve nesta prática? Quem? Porquê?

07. Qual a frequência de realização da prática?

08. A prática gera ganhos financeiros para a comunidade ou comunitário?

09. A prática traz satisfação para o comunitário ou comunidade?

10. Em uma escala de 1 a 10 qual a aproximação desta prática com o turismo? Em que 1 representa pouca aproximação e 10 muita aproximação.

11. A prática é considerada turística? Por quê?

12. Quais elementos são considerados turísticos pela comunidade?

13. Caso a prática seja considerada turística, quais recursos se destacam na experiência? São atrativos turísticos? Naturais? Culturais?

14. Em que local da comunidade essa prática acontece? Registrar coordenadas geográficas.

15. A prática se estabelece em qual dimensão?

- ☐ cultural
- ☐ econômica
- ☐ ambiental
- ☐ social
- ☐ política
- ☐ outra:

16. A prática traz coisas boas ou ruins em seu resultado final? Produto final da prática.

17. Existe uma divisão de tarefas ou responsabilidades entre comunitários para a prática acontecer?

18. Existe o papel de um líder ou gestor comunitário que direciona ou decide sobre a prática ou são decisões coletivas?

19. Existe uma política de realização da prática? Existe condições ou regras impostas sobre a realização da prática?

20. A prática é realizada de forma individual, familiar ou comunitária?

21. Desde quando a prática vem sendo realizada?

22. Descrever o que a prática significa para o entrevistado em uma palavra ou frase.

23. Se existe interação da comunidade com turista na realização da prática. Como o comunitário vê essa interação?

Apêndice G

QUESTIONÁRIO – PERCEPÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS E EXPERIÊNCIAS DE VISITAÇÃO

COMUNIDADE: _____

IDENTIFICAÇÃO

NOME:

INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA:

JÁ CONHECIA A COMUNIDADE VISITADA? () SIM () NÃO

01. Como você avalia a gestão logística de acesso a comunidade pelo visitante?

() Ruim () Razoável () Boa () Muito Boa () Excelente

02. Você se sentiu seguro no transporte e durante o deslocamento até a comunidade?

() Sim () Não () Parcialmente

Motivo da resposta: _____

03. Você se sentiu bem recebido na comunidade?

() Sim () Não () Parcialmente

Motivo da resposta: _____

04. O(a) comunitário(a) que conduziu a visita, trouxe um entendimento sobre informações importantes acerca da comunidade durante a visita?

() Sim () Não () Parcialmente

Motivo da resposta: _____

05. Você teve contato com alguma prática cultural durante a visita na comunidade?

() Sim () Não

Motivo da resposta: _____

06. Quais as oportunidades de melhorias para a gestão da visita na comunidade?

07. Como você avalia a forma como a comunidade conduz a visita?

() Ruim () Razoável () Boa () Muito boa () Excelente

08. Como você avalia a gestão dos comunitários sobre os empreendimentos turísticos visitados?

() Ruim () Razoável () Boa () Muito boa () Excelente

09. Quais problemas você percebeu nos seguintes momentos da visita aos empreendimentos:

1- acolhimento e acomodação:

2- atendimento desde o pedido da refeição até o pagamento do consumo:

3- pós-refeição e saída da comunidade:

10. Como você avalia a experiência de alimentação na comunidade (cores, sabores, organização, cheiros etc.)?

☐ Ruim ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Muito boa ☐ Excelente

11. Qual sua percepção sobre a gestão de resíduos sólidos e efluentes nos empreendimentos visitados?

☐ Ruim ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Muito boa ☐ Excelente

Motivo da resposta: _____

12. Quais os pontos de melhorias para a gestão dos empreendimentos turísticos visitados?

13. Como você avalia o seu nível de interação com os comunitários durante a experiência de visita?

☐ Nenhuma ☐ Raramente ☐ Pouco frequente ☐ Frequentemente ☐ Muito frequente

14. Para você a visita realizada na comunidade é ou pode ser considerada uma experiência de turismo de base comunitária?

☐ Sim ☐ Não

Motivo da resposta: _____

15. Além dos empreendimentos existentes, quais outros estabelecimentos ou elementos ou práticas podem contribuir para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na comunidade visitada?

16. Você percebeu uma integração, organização e/ou interação dos e entre os comunitários durante a experiência de visita?

☐ Sim ☐ Não

Motivo da resposta: _____

17. Você percebe a intenção dos comunitários em divulgarem suas práticas culturais como forma de valorização durante a visita?

☐ Sim ☐ Não

Motivo da resposta: _____

18. Na sua percepção quais as necessidades observadas na comunidade para melhoria da qualidade de vida de quem mora lá?

19. Quais outras práticas econômicas da comunidade você observou durante a visitação?

20. Você percebeu regras implícitas ou explícitas colocadas pela comunidade durante a visitação?

() Sim () Não

Motivo da resposta: _____

21. O que mais chamou sua atenção durante a visita na comunidade?

TERMO DE CONSENTIMENTO – LGPD

Conforme a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, reconheço que meus dados pessoais serão utilizados para fins de análise desta pesquisa de doutorado do discente Fernando Campelo Pãozinho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará e orientadores Prof. Dr. Silvio Figueiredo (Universidade Federal do Pará) e Dra. Monica Araújo (Universidade Federal do Maranhão). Reconheço e dou ciência também como **entrevistado** do compromisso assumido pelo discente Fernando Campelo Pãozinho e seus orientadores de tratar meus dados pessoais de forma sigilosa e confidencial, mantendo-os em ambiente seguro para qualquer fim conforme descrito acima. Estou ciente também que, a qualquer tempo, posso pedir a exclusão do cadastro, de modo que os dados só serão mantidos nos termos da lei.

Data: __/__/____ Assinatura: _____

ANEXOS

Anexo A

Filme Betânia



Anexo B**DECRETO Nº 86.060, DE 02 DE JUNHO DE 1981.**

Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lenções Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 5º, letra "a" da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art 1º - Fica criado, no litoral do Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lenções Maranhenses, com área estimada em 155.000 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área de que trata este artigo é constituída de terras da União e está compreendida dentro do seguinte perímetro:

Inicia no ponto de coordenadas geográficas: latitude 02°39'29" S e longitude 43°11'42" WGr, localizado no alinhamento da rede de telégrafos que liga Humberto de Campos a Barreirinhas, o ponto 1; segue, por linha reta e seca, no sentido norte, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°30'00" S e longitude 43°11'42" WGr, ponto 2; inflete, no sentido geral noroeste, por outra linha reta e seca, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°22'03" S e longitude 43°25'34" WGr, localizado na interseção desta linha com a Ilha Santaninha, na sua parte setentrional, ponto 3; contorna esta, no sentido geral sudoeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°33'11" S e longitude 43°27'56" WGr, ponto 4; adentra perpendicularmente 1 (hum) quilômetro no Oceano Atlântico contornando o litoral no sentido horário até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°33'50" S e longitude 42°45'00" WGr, ponto 5; segue pela estrada carroçável que liga Ponta do Mangue a Barreirinhas até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°44'39" S e longitude 42°51'11" WGr, localizado na interseção desta estrada com a linha de telégrafos, ponto 6; segue por esta linha, no sentido geral noroeste, até o ponto 1 desta descrição, fechando o perímetro.

Art 2º - O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem por finalidade precípua proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, existentes no local, ficando sujeito, ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art 3º O presente Decreto entrará vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 02 de junho de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Angelo Amaury Stábile